BRUNO DA SILVA

NEGROS, ÍNDIOS E MESTIÇOS NAS CRÔNICAS DE PERNAMBUCO E SÃO PAULO SETECENTISTAS

Niterói
2011

BRUNO DA SILVA

NEGROS, ÍNDIOS E MESTIÇOS NAS CRÔNICAS DE PERNAMBUCO E SÃO PAULO SETECENTISTAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Mestre em História Social.

Orientador: Prof. Dr. Ronald Raminelli

Niterói

2011

BRUNO DA SILVA

NEGROS, ÍNDIOS E MESTIÇOS NAS CRÔNICAS DE PERNAMBUCO E SÃO PAULO SETECENTISTAS

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
HISTÓRIA SOCIAL

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Doutor Ronald Raminelli (Orientador)

Professora Doutora Íris Kantor (Argüidor)

Professora Doutora Larissa Viana (Argüidor)

Data da Aprovação: 18 de abril de 2011

Para Maria Ferreira e Giovanna, a primeira, testemunha viva dos principais fatos que ocorreram nos últimos noventa anos, torna-se o esteio e a base de minha família. A segunda, com apenas um ano de vida, nos faz renovar as esperanças e pensarmos que o ser humano ainda vale a pena.

Agradecimentos

Certamente essa é uma das partes mais difíceis do presente trabalho. Depois de dois anos de pesquisas, trocas de experiências, comparecimento às aulas, viagens para congressos e participação em eventos que tiveram relevância para o tema aqui proposto, como não ser injusto e, de certa forma, acabar esquecendo de mencionar alguém? Bom, vou tentar, de forma linear, contemplar as pessoas que, de alguma forma, nos últimos vinte e quatro meses, me auxiliaram na realização desse projeto que apresento nas próximas páginas.

Comecemos com o pessoal do trabalho. Não há como deixar de mencionar amigos que, na minha caminhada diária, trabalhando ao meu lado nove horas por dia, cada um a sua forma, me auxiliaram para que eu pudesse efetuar minhas pesquisas, assistir aulas e, quando necessário, me ausentar para participar de eventos e escrever a dissertação. Não sendo bolsista, precisei conciliar a pós-graduação com o trabalho que requeria muito do meu tempo por toda a semana. Portanto, seria tudo mais difícil sem a ajuda de pessoas como meu amigo e coordenador Paulo – hoje, de volta a Pernambuco, sua terra natal. Excelente interlocutor, ele se sentia feliz em saber que meu tema de pesquisa abordava a sua "pátria". À Mônica Matos e Francine, coordenadoras e amigas de caminhada, o meu agradecimento pela compreensão, pela preocupação e por entenderem as minhas ausências. Rodrigo Marques, Fábio Marcelino, Laurinha, Wagner e Matheus Rodrigues, amigos que muito colaboraram para minha escalada na pós-graduação, só tenho a agradecer. Matheus, especialmente, por ser graduando em história na Universidade Federal Fluminense, tornou-se meu amigo de trabalho e também meu ponto de referência fora do mundo da universidade.

No dia-a-dia da minha caminhada, quando pensava que não teria como concluir o curso, eu contava com o apoio de amigos como Bárbara, Daniele, Elen e Luana. Formávamos o quinteto fantástico de onde eu tirava forças para seguir. Bárbara, especialmente, no meio do mestrado me presenteou com a pequena Giovanna que com seu sorriso e delicadeza de um anjo, me passava e ainda passa, mais serenidade. Ainda que à distância, do outro lado do Atlântico, a energia positiva do meu amigo Wagner

Luiz, de alguma forma, esteve sempre presente em minha vida. Nossos papos que se iniciaram no primeiro dia da graduação, quase nove anos atrás, ainda me norteiam na busca pela realização dos meus sonhos. Magali, Chiquinho e Ramila, quando eu já não conseguia escrever uma linha sequer, eles me arrancavam da frente do computador e me levavam para uma boa e gelada cerveja. O bom historiador tem que estar em campo sempre!

Minha vida confusa com datas e prazos teria complicado se não fosse o atendimento e o carinho com que as meninas e os meninos do PPGH me recebiam. Destaque para Silvana e Inês que sempre me ajudam e ainda ouvem as minhas estórias engraçadas. O mesmo agradecimento ao David que sempre se mostra disposto a ajudar. Semelhante agradecimento, eu dirijo aos atendentes do IHGB que, embora eu não saiba o nome de todos, sempre me ajudaram e conviveram com minha presença diária naquele local onde o encantamento da história se mistura ao encantamento da geografia por conta da bela visão que temos da cidade maravilhosa.

Aos professores Hebe Mattos e Ronaldo Vainfas agradeço a participação na banca de qualificação, sem os apontamentos pertinentes e fundamentais de ambos, o trabalho não teria passado por uma revisão mais criteriosa. Ao professor Ronaldo Vainfas, especialmente, agradeço por ter me proporcionado um dos melhores cursos de sala de aula que já tive, no primeiro semestre do mestrado. Com esse curso, eu aprendi um pouco mais sobre história moderna européia, sobretudo a relacionada ao século XVII. Competência e simpatia marcaram as aulas desse professor pelo qual tenho muita admiração e respeito.

Dos amigos que fiz no mestrado e dos outros que já conhecia desde a graduação, destaco um agradecimento mais do que especial à Érica, Ana Crispin, Alexandre, Thiago Groh, Yllan, Sheila, Bia, Marcela, Gustavo Kelly, Rafael e Mariana Guglielmo. Com eles dividi risadas, lágrimas, textos, livros, debates, boas horas de pura bebedeira, discussões historiográficas, conceituais ou simplesmente papos sobre relacionamentos amorosos. Apesar de cada um ter tomado um caminho após o fim do curso, sempre estarão por perto nas lembranças dos grandes momentos que a academia nos proporcionou juntos.

Aos meus pais o agradecimento eterno pela ajuda, compreensão e carinho. Se papai não entende muito bem o que um rapaz da minha idade faz na frente de um computador com dezenas de textos e livros em volta, em pleno fim de semana; mamãe é o exemplo de dedicação, compreensão e preocupação, cuidando e lembrando dos prazos a serem cumpridos, dos livros que preciso comprar, dos dias que preciso sair para pesquisar. Meu eterno agradecimento a essa mulher que sofre junto comigo e ainda tem que ver sua casa com livros e textos espalhados para todos os lados. O abraço forte de minha mãe, e até o exagerado puxão de orelhas de vez em quando são fatores que me fazem crer que eu posso chegar ao podium.

À minha irmã Karina o meu eterno agradecimento. Amiga e companheira do dia-a-dia, me auxilia na parte da informática, na correção da Língua Portuguesa, afinal é formada em letras e, portanto, se tornou minha revisora particular e, principalmente, me auxilia na parte psicológica por ser, indiscutivelmente, a maior incentivadora do meu sucesso. Sem a presença da minha irmã na minha vida, talvez eu não tivesse concluído o Ensino Médio. Dedico o mestrado a essa que se tornou uma das pessoas mais importantes da minha vida ao longo dos anos.

Por fim, mas não menos importante, o meu agradecimento ao professor que conheci em 2004, tive o privilégio de cursar seis disciplinas com ele na graduação, não o tive como orientador de monografia, mas tudo que aprendi sobre história moderna, história do Brasil Colônia e história de Portugal e Espanha foi com ele. Comprometido, competente, sábio, instigador da pesquisa, justo e companheiro, aceitou o desafio de orientar um aluno que, do fim da graduação para o mestrado, resolveu não só mudar o orientador, como também mudar o período a ser estudado. Nos últimos dois anos tem se mostrado presente, preocupado em ajudar, paciente com minhas falhas e sempre disposto a fazer o melhor por mim. Portanto, agradeço ao meu orientador, professor Ronald Raminelli, pelo sucesso dessa nossa parceria que, pelo que vejo, e se depender de mim, está apenas no começo.

Às professoras Íris Kantor e Larissa Viana, meu obrigado pelo aceite para fazerem parte da minha banca de defesa. Durante as horas em que o evento durou, as intervenções pertinentes de ambas serviram como manancial de informações para o aprimoramento do meu objeto de estudo.

Se a verdade, a da história inclusive, faz o homem livre, como o ar das cidades aos camponeses da Idade Média, nem por isso a mentira histórica é destituída de um charme secreto.

Evaldo Cabral de Mello – *O Nome e o Sangue*.

Sumário

Resumos 9

Introdução 10

Capítulo I – "Fabricando Identidades" 26

1 – Identidades: debates historiográficos 26

2 – Origens Pernambucanas e Paulistas 38

Capítulo II - Pernambucanos guerreiros e Paulistas desbravadores: as experiências militares dos homens locais e o fortalecimento das identidades regionais 91

Capítulo III – Raças Infectas X identidades regionais: perspectivas em torno do uso dos conceitos raça e nação no século XVIII 133

1 – Raça e Nação no Século da Luzes 133

2 – Raça e Nação nas crônicas de São Paulo e Pernambuco Setecentistas 154

Considerações finais 178

Referências 185

Créditos das Imagens 191

Resumo: O presente trabalho tem como foco o estudo das identidades coloniais. Através da análise de fontes de época, pretendemos verificar se cronistas e genealogistas luso-americanos usaram de suas obras para a difusão de identidades locais. Assim, recorremos a obras escritas na segunda metade do século XVIII, em Pernambuco e São Paulo, por homens nascidos na Colônia e, assim, procuramos analisar se com essas obras, esses letrados pretendiam difundir identidades regionais. Além disso, procuramos observar como estes cronistas recorreram à mescla de portugueses, índios e negros para a construção dessas possíveis identidades locais. Como as identidades regionais se fortaleceram com as experiências militares de pernambucanos e bandeirantes; além de observar como esses cronistas e genealogistas abordavam os conceitos de Raça e Nação.

Abstract: This work focuses on the study of colonial identities. Through the analysis of sources of time, we attempted to verify chroniclers and genealogists Luso-Brazilian used their works to diffuse local identities. Thus, we turn to works written in the second half of the eighteenth century, in Pernambuco and Sao Paulo, for men born in colony, and thus, we analyzed whether with these works, these men wanted to disseminate regional identities. Furthermore, tried to observe how these chroniclers used the mixture of Portuguese, Indians and blacks for the construction of these possible identities. As regional identities have been strengthened with the experiences of soldiers and of Pernambuco and São Paulo; and to observe how these chroniclers and genealogists addressed the concepts of Race and Nation.

Introdução

Identidade é o termo que norteará as páginas que se seguem. O cenário será composto das capitanias de São Paulo e Pernambuco. A segunda metade do século XVIII, majoritariamente, será o momento ao qual nos detemos para entendermos como que os súditos da Coroa portuguesa, em paragens americanas, nascidos na colônia, se relacionavam com outros pontos do espaço colonial, com os reinóis e com o centro do poder e as instituições que compunham o intricado governo imperial. Portanto, estudar-se-á a formação de identidades nas periferias do vasto império português, considerando as experiências locais com a conquista, a colonização, a defesa e o desenvolvimento das capitanias analisadas. Mas, o foco de nosso estudo será a identidade construída, elaborada, "inventada" e, portanto, nossas fontes de pesquisa serão os cronistas e genealogistas pernambucanos e paulistas que, escrevendo em meados do setecentos, nos apresentam as particularidades de suas capitanias, contando suas histórias, apresentando seus principais personagens, elaborando listas de riquezas locais e familiares e, ainda, exaltando suas pátrias como únicas.

Destarte, a literatura será o fio condutor desse trabalho. Como será demonstrado no primeiro capítulo, as crônicas e a literatura de cunho genealógico serão as obras nas quais nos debruçamos para verificarmos até que ponto os homens das letras, pernambucanos e paulistas, no século XVIII, usaram de suas escritas para a difusão de identidades locais. E quando nos referimos ao termo identidade, com todos os possíveis significados que o mesmo nos remete, somos levados a destacar que no caso do presente trabalho, privilegiaremos não a formação de identidades coloniais, mas a identidade local, forjada não pela população das capitanias, mas por um grupo de escritores que, com suas literaturas, tentavam destacar as particularidades de suas localidades. Identidade letrada seria o termo mais adequado, uma vez que os escritores apresentados ao longo da dissertação, homens com funções governamentais, funções bélicas ou religiosas, por algum momento, agregam aos seus trabalhos, a função de elaborarem livros que pudessem contar com detalhes a história de suas "pátrias" e de seus principais habitantes. Assim, o que focalizamos no presente trabalho é a "identidade inventada",

escrita e detalhada por esses homens que, através das crônicas ou dos discursos genealógicos, mapeavam as riquezas, as principais famílias, as lutas contra invasores e tribos hostis, a lealdade ao rei e a fidelidade aos preceitos católicos dos componentes de suas capitanias.

Portanto, o que buscamos perceber é como a literatura desses homens nascidos na colônia foi escrita intentando difundir identidades locais que não se contrapunham à identidade portuguesa, mas que apresentavam matizes características das populações locais que as diferenciavam dos demais súditos do rei de Portugal e dos próprios reinóis. A identidade forjada por esses cronistas, como demonstraremos, não se tratava de puro nativismo, mas sim atrelada às reivindicações de uma parcela da sociedade que acreditava claramente no diferencial de suas capitanias, que exaltava os feitos dos seus antepassados e, portanto, lamentava pelo esquecimento das obras dos primeiros homens que conquistaram e colonizaram aquelas paragens. Assim, as crônicas e as genealogias tornam-se nossas fontes privilegiadas para o estudo das identidades forjadas por esses autores.

Em ensaio bem interessante, Antônio Candido nos lembra que a literatura no Brasil colônia serviu como peça fundamental para a imposição e expressão da cultura do colonizador, a afirmação de seus valores. Por isso, as obras eram escritas, na maioria das vezes, por clérigos, sacerdotes, viajantes e representantes do poder central. Mesmo no século XVIII, momento em que a literatura produzida no espaço colonial apresenta um amadurecimento no processo de sua produção "as obras que mais desejam acentuar e reforçar a ordem política e cultural dominante são, ao mesmo tempo, as que utilizam as sugestões locais com maior carinho e discernimento, acabando por parecer à posteridade que afirmavam as nossas peculiaridades e sentimentos contra a super imposição externa. É que esta se tornara em grande parte adaptação, e a literatura, no conjunto da herança cultural portuguesa, ia passando para o controle dos novos grupos dominantes, sempre como fator de uma unidade, uma continuidade e uma consciência do real que se ajustavam aos seus interesses e aos seus desígnios"

Pernambuco, nas palavras de Laura de Mello e Souza, "região desde cedo nevrálgica na economia e na política do império português da América"[1], torna-se objeto de nosso estudo, a partir do momento em que, com ocupação bem precoce quando da conquista colonial, acaba por nos fornecer subsídios para entendermos como se deu a conquista e o desenvolvimento da colonização naquela região. Além do mais, a ocupação holandesa da capitania no século XVII, e a conseqüente expulsão dos mesmos invasores pelos "pernambucanos", fez com que se desenvolvesse um "orgulho" local entre os homens da região que, guardada as devidas proporções, seria ressaltado séculos a fio pelos descendentes dos primeiros colonizadores. Portanto, a importância da economia açucareira pernambucana, desde cedo, fez com que a capitania se apresentasse como importante para a Coroa portuguesa. Por outro lado, a luta contra os neerlandeses e a preocupação dos "pernambucanos" em se destacarem como vassalos fiéis fazem do local espaço privilegiado para o estudo das identidades inventadas.[2]

Quanto a São Paulo, capitania também antiga na fundação, o que nos chama atenção é o fato de seu afastamento das relações com outras capitanias, embora isso não seja regra; mais fechada em torno de si mesma, vencendo as barreiras geográficas e fincando os pés em terras desconhecidas e eivadas de tribos indígenas hostis, os paulistas, nos parecem mais afastados dos vínculos que ligavam capitanias como Rio de Janeiro e Pernambuco aos portugueses. Em contato mais íntimo com os indígenas, comungavam os paulistas do idioma dos nativos, e "na faina sertaneja e predadora dos paulistas, desenvolveram-se hábitos próprios, tributários dos indígenas e incorporados

[1] SOUZA, Laura de Mello e. *O Sol e a Sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII.* São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 139.

[2] C.f José Antonio Gonsalves de Mello em *Tempo dos Flamengos.* O autor, ainda que com certo exagero, nos lembra da importância do Nordeste para a formação da civilização brasileira. No entanto, não podemos deixar de perceber que quando da chegada dos holandeses em terras pernambucanas, a sociedade já se encontrava sedimentada e aos moldes do que ocorria no Reino. Em *Segredos Internos*, Stuart B. Schwartz destaca que a sociedade formada no Nordeste se adaptou perfeitamente ao pressuposto da lavoura de cana-de-açúcar e "o ideal de nobreza assenhoreou-se da sociedade brasileira desde seus primórdios e perdurou por todo o período colonial. Ele encerrava atitudes, atributos e tradições que atestavam e mediam o *status* nobiliárquico. Fundamentava-se em um conceito de organização social que, como a própria sociedade, era hierárquico, desigual por definição e paternalista. [...] As realidades da América transformaram ou atenuaram na colônia brasileira a organização e os ideais da sociedade portuguesa", p.211-12. Assim, entendemos que a sociedade pernambucana, desde cedo, colocou em prática um modelo de organização bem próximo ao do Centro e, portanto, se solidificou, a despeito dos seus matizes diferenciais, como sociedade que sempre buscou seguir os pressupostos do Reino e, portanto, aprendeu a cobrar em pé de igualdade como os súditos mais próximos do Rei.

mesmo por aqueles que haviam nascido na Europa [...]".[3] Portanto, a ocupação portuguesa do sertão paulista, o contato com os nativos, o desenvolvimento de uma cultura própria, assim como a luta contra as tribos hostis e, conseqüentemente, a utilização em grande escala da mão-de-obra indígena, faria com que essa sociedade fosse completamente diferente das demais que se desenvolveram no espaço colonial da América portuguesa, sendo assim, outro espaço privilegiado para observarmos o desenvolvimento dessas identidades imaginadas. No século XVIII, cronistas e genealogistas paulistas tentariam dar conta dessas particularidades que faziam dos piratininganos fiéis súditos, mas diferentes dos demais das diversas paragens do império português.

O interessante para o caso paulista, pela nossa perspectiva, trata-se dessa "pintura" que, desde cedo, revela os piratininganos como figuras completamente avessas aos modos dos demais súditos do rei português. Adriana Romeiro nos lembra que "em fins do século XVII, a legenda negra dos homens da vila de São Paulo encontrava-se fortemente enraizada no imaginário das populações da América Portuguesa, desencadeada primeiramente pelas diabretes dos jesuítas espanhóis, que bem cedo os havia associado ao mito do homem selvagem, transformando-os em calibans terríveis, pertencentes à esfera antitética da ordem e da civilização".[4] Assim, o imaginário que se tece a respeito dos paulistas era o de que em terras do Planalto se encontravam, nas palavras do padre Simão de Vasconcelos "[...] mamalucos Ramalhos, de árvore ruim piores frutos".[5] Obviamente que, os cronistas que analisaremos nas próximas páginas, no século XVIII, tentariam, de todas as formas, ressaltar um passado de glórias para os paulistas, reformular a história da capitania destacando as nobres famílias, a lealdade dos piratininganos e os feitos dos mesmos.

As crônicas e as obras de cunho genealógico tornam-se nossos aliados para entendermos a "fabricação" dessas identidades locais. Se o primeiro estilo de escrita

[3] SOUZA, Laura de Mello e. Formas Provisórias de Existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações in: NOVAIS, Fernando Antonio (Coordenador geral da Coleção) & SOUZA, Laura de Mello (Organizadora). *História da vida privada no Brasil.* São Paulo: Companhia das letras, 1997, p.46.
[4] c.f Adriana Romeiro em *Paulistas e Emboabas no Coração das Minas,* p.225.
[5] VASCONCELOS, Simão. *Crônica da Companhia de Jesus;* introdução de Serafim Leite. Petrópolis: Vozes; Brasília: INL, 1981.

tinha por dever narrar a história das capitanias desde a fundação, suas vitórias, os principais nomes que compunham aquelas sociedades, os feitos militares, eclesiásticos e civis dos habitantes, contando nos mínimos detalhes a conquista, o desenvolvimento e as obras dos homens locais[6]; o segundo estilo, ou seja, as genealogias, na acepção de Evaldo Cabral de Mello "[...] era, na realidade, um saber crucial, pois classificava ou desclassificava o indivíduo e sua parentela aos olhos dos seus iguais e dos seus desiguais, reproduzindo assim os sistemas de dominação".[7] Portanto, ao traçar os ascendentes das principais famílias de Pernambuco e São Paulo, os genealogistas pretendiam demonstrar a origem nobre dos principais troncos familiares que haviam composto aquelas capitanias. Dessa forma, tanto as crônicas como as genealogias serão as fontes instrumentalizadas para percebermos se seus autores pretendiam construir identidades vicentinas e pernambucanas.

Ainda nos detemos mais um pouco nas literaturas de cunho linhagístico para explicarmos que esse tipo de literatura fora algo de suma importância na Península Ibérica desde fins da Idade Media. Claro que, com o advento dos enclaves relacionados à questão da pureza de sangue, sobretudo no século XVI, as escritas que tentavam provar a ascendência de determinadas famílias se processaram de forma bem mais acelerada, de modo que, no século XVII e até a segunda metade do século seguinte teriam importância fundamental para os troncos familiares que buscavam perscrutar sua origem, e com isso montar um passado que os distanciassem de qualquer vínculo com o sangue maculado, sobretudo os dos judeus. Em *O Idioma de Mestiçagem,* Larissa Viana nos faz refletir que a base da divisão entre puros e impuros teve como origem as questões relativas às diferenças entre cristãos velhos e judeus e mouros. Logo, "Os

[6] Em *Esquecidos e Renascidos: Historiografia Acadêmica Luso-Americana (1724-1759),* a historiadora Íris Kantor nos lembra da importância do "croniciado" para a escrita da história de Portugal. A autora aponta para o fato de que desde muito cedo o Reino português instituiu um cronista-mor que ficava responsável pela narrativa da história e, após a Restauração, a instituição do "croniciado" ganhou maior especialização. Portanto, era natural que na América portuguesa ocorresse o aparecimento de inúmeros cronistas que ao longo do período colonial se propuseram a escrever a história dessa parte que se anexava ao império português. Obviamente, a forma de conduzir os relatos históricos se modificaram de acordo com as conjunturas. No entanto, ser cronista foi algo que se copiou do que se fazia na Metrópole desde tempos imemoriais. Claro, em solo do Novo Mundo as crônicas teriam que considerar os aspectos concernentes ao novo espaço, com todos os seus matizes, que se formava.

[7] MELLO, Evaldo Cabral de. *O Nome e o Sangue: uma parábola genealógica no Pernambuco colonial.* São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p.11.

teólogos ibéricos lançaram a idéia de que a falsa crença dos judeus e mouros teria maculado outrora seu sangue, sendo tal mácula transmitida hereditariamente a seus descendentes"[8] e, portanto, a literatura linhagística assume papel fundamental nessa volta ao passado e, conseqüentemente, na (re)construção de um passado de pureza que provasse a origem cristão velha dos diferentes componentes das famílias.

Portanto, a preocupação dos linhagistas em resgatar ou "fabricar" provas inequívocas que essa ou aquela família eram de origem pura e nobre, torna-se o principal objetivo a seguir. Compartilhamos da idéia de João de Figueiroa-Rego de que "num contexto amplo no qual sobressaia, entre outras, a preocupação de evidenciar pureza de sangue, criando aspectos de ordem prática que vieram emprestar um cunho muito próprio [...] a literatura genealógica assumiu papel de relevo na idealização de trajetórias sociais, tornando-se "ferramenta" de uso quotidiano."[9] Portanto, para assumir determinado cargo na governação ou no setor eclesiástico, ou para pleitear mercês, a partir do século XVI, o candidato, cada vez mais, devia comprovar sua origem e também a de seus familiares. O valor das genealogias atravessaria o Atlântico e, do lado de cá, assumiria contornos particulares uma vez que, nas palavras de Evaldo Cabral de Mello "numa sociedade como a do Brasil colonial, para onde, como se não bastasse o pecado original da escravidão, se haviam transplantado os valores vigentes na versão ibérica das sociedades européias do Antigo Regime, caracterizada pela fenda étnica, social e religiosa entre cristãos velhos e cristãos novos, a genealogia não podia construir o passatempo inofensivo que é hoje".[10]

Como veremos, os genealogistas luso-americanos que teceram suas obras na segunda metade do Setecentos, tanto em São Paulo quanto em Pernambuco, buscavam esquadrinhar a estirpe das principais famílias de suas capitanias, procurando um passado de nobreza e pureza e, portanto, destacando a procedência honrada desses troncos familiares locais. Quando porventura não conseguiam mapear a origem dos "homens bons", trabalhavam "maquiando" da melhor forma possível para que não fosse

[8] c.f Larissa Viana com *O Idioma da Mestiçagem,* p. 52.
[9] C.f João de Figueiroa-Rego em FIGUEIROA-REGO, João. *Memória Genealógica Familiar: construção, branqueamento e recepção social (Portugal – sécs. XVI a XVIII).* Elaborado no âmbito do projeto PTDC/HAH/64160/2006.
[10] Evaldo Cabral de Mello em *O Nome e o Sangue*, p.11.

arranhado o principal pressuposto para se considerar a honra de uma pessoa, ou seja, a pureza de sangue. Aqui recorremos mais uma vez à obra de Larissa Viana, na qual a autora nos chama atenção para o fato de que "a honra atuava, então, como critério de integração ou exclusão em um grupo ou regime de privilégio; atuava, ainda, como um critério para manter a ordem hierárquica da sociedade. Como tal, a noção de honra apelava ao sangue com um sentido ritual na ordenação do mundo, uma vez que o sangue era visto como o veículo transmissor de uma pretensa superioridade de virtudes e dignidades [...]".[11] Portanto, as obras de cunho linhagístico se tornaram essenciais para os escritores luso-americanos no sentido de buscarem origens nobres e honradas para os principais componentes das famílias coloniais; mesmo quando a indisfarçável mestiçagem pulava aos olhos dos adventícios, ainda assim, os genealogistas paulistas e pernambucanos tentavam esconder ao máximo o passado e quando não havia como fazê-lo, veremos a frente, buscavam justificar a possível mestiçagem da sociedade.

O principal expoente da literatura de cunho linhagístico da capitania de Pernambuco foi Antonio José Victoriano Borges da Fonseca (1718-1786), filho ilustre de conhecida família pernambucana, seu pai Antonio Borges da Fonseca foi governador da Paraíba de 1745 a 1753. Borges da Fonseca, o linhagista, teve educação humanista e se especializou em latim, retórica e filosofia obtendo o grau de mestre em artes pelos estudos gerais no Colégio da Cia de Jesus de Olinda. A carreira militar de Borges da Fonseca lhe rendeu postos como de ajudante de tenente de Mestre-de-Campo-General em 1746, depois promovido a Sargento-Mor em 1753 e a Tenente-Coronel em 1756. Esteve em Portugal em 1744, sua estadia no Reino o ajudou no contato com o estudo das genealogias e, em 1745, foi admitido como familiar do santo oficio e recebeu a comenda de cavaleiro da Ordem de Cristo. José Honório Rodrigues destaca que "a carreira militar serviu muito como fonte de recrutamento de posições civis de mando, como capitães e governadores. Seu pai Antonio, militar, fora governador da Paraíba e Antonio José nomeado pelo governador de Pernambuco, dom Antonio de Sousa Manoel de Menezes,

[11] C.f Larissa Viana, p. 53. As análises de Viana se baseiam nos estudos de José Antonio Maravall sobre Honra.

Conde de Vila-Flor, governador do Ceará, dependente de Pernambuco, tal como seu pai".[12]

Borges da Fonseca pertencia à Academia Brasílica dos Renascidos. Sua principal obra foi a *Nobiliarchia Pernambucana.* Esse livro, que será analisado nas próximas páginas, nos traz informações sobre as principais famílias pernambucanas, destacando a formação daquela sociedade e, também, dados importantes sobre a guerra contra os holandeses. "É um livro generoso em informações biográficas, sociais, psicológicas, econômicas e raciais. Borges da Fonseca dá muitos elementos sobre a guerra holandesa, sobre os que lutaram e se tornaram heróis. Matérias sobre engenhos e senhores de engenho de grossos cabedais, morgados e apelidos são as mais tratadas".[13] O genealogista traça um perfil da sociedade pernambucana e busca mostrar as especificidades da região, destacando nomes de importantes pessoas que lutaram contra os invasores e de outros que se destacaram na governação, no serviço militar, no âmbito eclesiástico, na literatura, medicina e outros. No entanto, o senhor de engenho se torna seu ponto focal na hora de abordar nobreza familiar e grossos cabedais.

Ainda nas páginas iniciais do primeiro volume, o autor destaca que sua obra fora escrita a pedido de Dom Marcos de Noronha, filho primogênito dos quintos Condes dos Arcos, Dom Thomaz de Noronha e Madalena Bruna d´Almeida, do Conselho de Sua Majestade, Governador e Capitão General desta capitania, que em uma ocasião lhe disse, estimaria muito ter por escrito notícias de algumas das famílias nobres de Pernambuco. Assim, Borges da Fonseca que, na sua passagem pelo Reino, travara contato com o famoso genealogista Antonio Caetano de Sousa, resolveu usar da metodologia do último para confeccionar sua vasta obra. Ao fim, o autor também ressalta que seu livro pretende tirar dúvidas sobre maledicências que tendem a manchar o nome e a honra de muitos pernambucanos os relacionando com os holandeses e, portanto, falando de uma miscigenação entre os "da terra" e os invasores que por lá estiveram.[14]

E se Borges da Fonseca se torna o precursor das obras genealógicas em Pernambuco, na capitania de São Paulo semelhante tarefa caberia ao cronista e

[12] RODRIGUES, Jose Honório. *História da história do Brasil – 1ª Parte: historiografia colonial.* Brasília: Ministério da Educação e Cultura: Companhia Editora Nacional/MEC, 1979, p.470.
[13] Idem, p.471.
[14] Ver Borges da Fonseca, p.7-8 do V.I.

genealogista Pedro Taques de Almeida Paes Leme (1714-1777). Taques foi "o segundo filho de Bartolomeu Paes de Abreu e Leonor de Siqueira Paes. Educado pelos jesuítas no colégio de São Paulo. Aos 24 anos incompletos, antes de falecido o pai, em 1737, obtinha a patente de sargento-mor do Regimento de auxiliares das Minas de Parapanema e Apiaí, tomando posse em Santos. Passando por Goiás na busca de melhoria econômica, já que o pai deixara a família cheia de dívidas, foi encarregado pelo governador Dom Marcos de Noronha de criar a intendência para a cobrança da real capitação [...]. Serviu também como provedor de defuntos e ausentes".[15]

Pedro Taques foi uma das grandes figuras da capitania de São Paulo que, desde jovem, se destacou no serviço à administração portuguesa, ocupando cargos como o de sargento-mor, Provedor de defuntos e Ausentes e o de Tesoureiro da Bula da Cruzada, esse último posto trouxe muitos problemas para o genealogista, que foi acusado de desvio de verbas para seu benefício pessoal. Ainda na juventude também, iniciou seus trabalhos como genealogista e sua passagem pelo Reino, nomeadamente em tempos de crises sociais e econômicas por conta do terremoto de Lisboa, em contato com Antonio Caetano de Sousa e Diogo Barbosa Machado, ambos letrados que se dedicavam ao estudo das genealogias na sociedade portuguesa, ele soube tirar proveito e intensificou seus conhecimentos sobre a escrita da história e a confecção de discursos genealógicos. Quando regressou ao Brasil, veio decidido a se debruçar nos estudos das genealogias.[16]

Os problemas enfrentados por Pedro Taques em termos de desvio de verbas, fizeram com que seu patrimônio se reduzisse e sua família encarasse dificuldades financeiras, daí sua peregrinação no sentido de buscar novas fontes de rendas e a publicação de suas obras foi a forma encontrada para auferir proventos e também, de alguma maneira, recuperar a honra arranhada de seus familiares. Em 1770, retornou ao Reino e buscou junto ao Marquês de Pombal o reconhecimento de seus livros, nomeadamente a *Nobiliarquia Paulistana,* e também uma renda da qual pudesse se sustentar junto com os seus. Não foi grande o sucesso do genealogista que deixou a terra

[15] RODRIGUES, Jose Honório. *História da história do Brasil – 1ª Parte: historiografia colonial.* Brasília: Ministério da Educação e Cultura: Companhia Editora Nacional/MEC, 1979, pp.129-142.

[16] RODRIGUES, José Honório. *História da história do Brasil – Primeira Parte: historiografia colonial.* Brasília: Ministério da Educação e Cultura: Companhia Editora Nacional/MEC, 1979, p.129-142.

dos vivos em 1777. As principais obras de Pedro Taques são *História da Capitania de São Vicente* e *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica.* A última, de cunho linhagístico, apresenta um detalhamento das principais famílias vicentinas, suas origens, cabedais e principais nomes. A *História da Capitania de São Vicente* foi escrita a pedido do Conde de Vimieiro que buscava legitimar sua posse da dita capitania, numa intensa disputa com a família Monsanto. Na verdade, os textos de Pedro Taques e de certa forma o de seu conterrâneo Gaspar da Madre de Deus, se inserem numa série de posicionamentos relacionados com preocupações jurídicas no que diz respeito as disputas de morgados no território vicentino.

O grande amigo e também primo de Pedro Taques foi Gaspar Teixeira de Azevedo (1715-1800). Conhecido como frei Gaspar da Madre de Deus, o cronista era filho de Domingos Teixeira de Azevedo e Ana de Siqueira e Mendonça. Herdeiro de uma família de proprietários de terras, gente rica e de pequena nobreza vinda de Portugal, fazia parte da ordem beneditina[17] desde a juventude, sendo educado no Mosteiro de São Bento na Bahia. Estudante de filosofia e teologia tornou-se doutor em 1749. José Honório Rodrigues destaca que a carreira de Madre de Deus na ordem beneditina foi reveladora de seus méritos pessoais: Abade do mosteiro de São Bento em São Paulo 1752, Definidor 1756, Abade 1763 – do mosteiro do Rio de Janeiro –, e, em 1776, Abade provincial, fazendo, como tal, todas as visitas canônicas às cinco abadias, três priorados e seis presidências, que contava a Ordem do Brasil, de Santos à Paraíba.[18] O interesse de Madre de Deus pela história fez com que o mesmo juntasse grande escopo documental na tentativa de escrever a história da capitania de São Paulo.

A principal obra escrita por Madre de Deus foi *Memórias da capitania de São Vicente: hoje chamada de São Paulo*, publicada em 1797. Membro da Academia dos Renascidos, frei Gaspar é apontado por certa parcela da atual historiografia como representante do que podemos designar como *pensamento ilustrado brasílico.* Diogo Ramada Curto, ao abordar as academias literárias fundadas na América portuguesa no século XVIII, nos lembra da carta em que Madre de Deus agradece ao convite para fazer

[17] CURTO, Diogo Ramada. *Cultura Imperial e Projetos Coloniais (séculos XV a XVIII).* Campinas – SP: Editora da Unicamp, 2009.
[18] RODRIGUES, Jose Honório. *História da história do Brasil – 1ª Parte: historiografia colonial.* Brasília: Ministério da Educação e Cultura: Companhia Editora Nacional/MEC, 1979, p.233.

parte da Academia e ao mesmo tempo sugere que seu primo e amigo Pedro Taques também faça parte do projeto. Vemos que a necessidade de inserir o familiar nos quadros da academia estava ligada ao desejo do frei de conseguir maior apoio na divulgação dos feitos dos principais paulistas. Mas, também entendemos que por ser amigo e primo do genealogista, era natural que o frei indicasse o nome do familiar para fazer parte da instituição, independentemente do desejo de usar a obra do primo para ajudar na legitimação da identidade vicentina.

Por fim, apresentamos a figura de Dom Domingos de Loreto Couto, cronista pernambucano. Loreto Couto era natural do Recife, onde deve ter nascido por volta de 1796. Seu avô, Manoel de Araújo de Carvalho, nos fins do reinado de D. Pedro II de Portugal e começos do de D. João V, prestou grandes serviços na guerra contra os índios Pajeú, Piancó.[19]

Loreto Couto era da ordem franciscana e foi ordenado em Portugal por volta de 1725. Depois da ordenação ainda esteve algum tempo na Europa, onde, nas palavras do historiador José Honório Rodrigues "fazendo várias extravagâncias em diversas partes do Reino', sendo mandado prender, por volta de 1733, pelos padres procuradores em Lisboa de sua província de Santo Antonio do Brasil" acabou embarcado com destino à Bahia. "Ao chegar ali tornou a fugir e andou mais de dois anos apóstata, até ser preso em casa do capitão Francisco Vieira de Faria, constando ter sido visto em trajes seculares e pedindo esmolas a pessoas de Salvador. Preso novamente, fizeram seus superiores auto de inquirição e exame de testemunhas e em Definitório foi, por sentença de 5 de janeiro de 1735, condenado a seis meses de cárcere formal, sujeito à disciplina e colocado em último lugar entre os sacerdotes."[20] Couto, ao longo de sua vida, transitou em diferentes ordens religiosas e acabou sendo vítima das autoridades das diversas ordens que não acatavam com facilidade suas mudanças. Por fim, acabou recebendo o cargo de visitador-geral e não se sabe ao certo a data de seu falecimento. Sua principal obra é *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco* que, como veremos, não foi publicada antes da morte do autor.

[19] RODRIGUES, Jose Honório. *História da história do Brasil – 1ª Parte: historiografia colonial.* Brasília: Ministério da Educação e Cultura: Companhia Editora Nacional/MEC, 1979, p.233.
[20] Idem.p.233.

Enfim, lembramos que esses autores – genealogistas ou cronistas – escreveram suas obras em contexto que a política imperial portuguesa referente à América portuguesa passava por transformações importantes. Íris Kantor aponta para o fato de que homens como Frei Gaspar da Madre de Deus e Loreto Couto foram contemporâneos às mudanças implementadas pelo então Marquês de Pombal, nomeadamente às referentes ao tratamento dos indígenas; portanto, ao substituir os missionários jesuítas por novos párocos, "demarcar as terras indígenas, estimular a produção agrícola e artesanal, implementar o ensino da língua portuguesa, treinar as lideranças indígenas e promover a mestiçagem entre a população pobre e os índios"[21], as elites letradas se viram as voltas com a possibilidade de incluir em suas identidades fabricadas o elemento indígena. Claro que, como veremos, justificar a miscigenação com o "negro da terra" era menos grave, aos olhos dos cronistas e genealogistas, do que com o elemento africano; afinal, poderiam construir um passado mítico e nobre para justificar a ascendência indígena. No entanto, tentaremos demonstrar que o quanto puderam, esses homens tentaram maquiar qualquer tipo de miscigenação que arranhasse a honra de seus antepassados. Claro que, quando a mestiçagem se tornava indisfarçável, os genealogistas luso-americanos buscavam demonstrar que tal fato não poderia fazer dos súditos americanos, em tese, inferiores aos reinóis.

Destarte, nosso intuito é demonstrar que, cronistas como Loreto Couto e Madre de Deus e genealogistas como Pedro Taques e Borges da Fonseca, no século XVIII, tentaram dar conta da história de suas capitanias, traçando o perfil de seus conterrâneos e elecando as especificidades de suas terras; ou seja, até que ponto, esses homens utilizaram suas escritas para a promoção de identidades locais. Buscavam forjar identidades paulistas e pernambucanas? Como consideraram a presença de negros, índios e mestiços em suas obras e até que ponto esses personagens são apontados nessas identidades fabricadas?

[21] KANTOR, Íris. A disputa da América ns historiografia brasílica: D. Domingos Loreto Couto e frei Gaspar da Madre de Deus In: VAINFAS, Ronaldo. SANTOS, Georgina & NEVES, Guilherme(organizadores). *Retratos do Império: Trajetórias individuais no mundo português nos séculos XVI a XIX*. Niterói: EdUFF, 2006.

No início do capítulo primeiro buscamos conceber um rápido balanço historiográfico que busque analisar obras que abordam a questão das identidades regionais no período colonial. Tentando esclarecer, que nosso interesse é perceber as identidades locais e não uma identidade colonial como um todo, já que acreditamos ser o sentimento identitário obra de uma parcela da sociedade, a saber, uma elite letrada em busca de afirmação da sua pátria e em constante desejo de depender da liberalidade régia.

Assim, reconhecendo a escassez da historiografia brasileira sobre identidades, partimos de textos como os de Stuart Schwartz, Jack Greene, Anthony Pagden, Evaldo Cabral de Mello, Jacques Lafaye, David Brading. Quase sempre se busca fazer o contraponto com a historiografia sobre a América espanhola e sobre a América inglesa. Com essa comparação entre os diversos pontos da América, acreditamos ficar o trabalho mais rico em informações. Não obstante, percebemos que, quase sempre, as obras que buscam estudar as identidades coloniais, necessariamente, desembocam na contestação do poder estabelecido e, portanto, nas independências das regiões que abordam. Nosso interesse, ao contrário, é demonstrar que os cronistas estudados nesse trabalho não contestaram a ordem estabelecida e o fato de "criarem" identidades locais e circunscritas, não fazia com que questionassem o poder real e a fé católica; ao contrário, seu interesse era se aproximar cada vez mais da órbita do poder central, muito embora sempre destacando as suas pátrias.

Portanto, nesse primeiro momento, o que buscamos foi comparar, ainda que não profundamente, como a historiografia abordou o tema identidades nas três Américas. Enfim, as obras observadas, sempre tendem a destacar a formação de identidades regionais que ao fim questionariam o poder real e com isso, ocorreriam as independências. Mas, nosso maior interesse nessa parte do texto foi observar como as crônicas e os trabalhos de cunho genealógico tiveram papel fundamental para expressar, em momentos distintos, essa manifestação identitária. Frutos de uma elite letrada, essas crônicas encerraram papel fundamental para explicar a conquista, demonstrar o árduo trabalho do europeu para dar feições de "civilidade" ao Novo Mundo e, sobretudo, tiveram a função de construir a idéia de que a população do Novo Mundo era composta

de “homens de origem muito nobre”, fiéis vassalos e, portanto, dignos da benevolência real.

Na segunda parte, começamos a análise das fontes primárias. Nosso interesse nesse ponto é observarmos se os cronistas luso-americanos do século XVIII usaram de suas obras para a difusão de identidades locais, ou seja, analisar se realmente pretendiam criar uma identidade local. Portanto, focamos na interpretação da escrita dos cronistas Loreto Couto, Madre de Deus e dos genealogistas Pedro Taques e Borges da Fonseca. Quase sempre, ainda falamos de Rocha Pita que nos oferece o contraponto a partir da Bahia, e Jaboatão que aborda tanto a Bahia quanto Pernambuco, muito embora nosso foco seja Pernambuco e São Paulo. Portanto, nesse momento é que observarmos como essa elite letrada setecentista, usou de sua obra para “fabricar” identidades locais.

Para além da questão da “fabricação” das identidades, procuramos perceber até que ponto os cronistas e os genealogistas consideraram a presença de negros, índios e mestiços na produção de seus textos, ou seja, como esses cronistas recorreram à mescla de portugueses, índios e negros para a construção dessa possível identidade local. Com isso, observamos como esses atores sociais são apresentados nas escritas dos cronistas que ora os caracterizam como heróis, fiéis vassalos; ora como bárbaros, infiéis, traidores e inconstantes; ora como trabalhadores, escravos, guerreiros, quilombolas, rebeldes; ora como agentes, vítimas ou simplesmente invisíveis.

Assim, começamos apresentando a importância da literatura para se conhecer determinadas sociedades; também abordamos, com base na historiografia sobre a América inglesa, as mudanças pelas quais passaram a forma de produção e apresentação da literatura discursiva ao longo do período colonial; apresentamos os luso-americanos abordados nessa dissertação, suas obras e, quando necessário, alguns aspectos de suas vidas públicas e privadas e também o que a historiografia já apontou sobre cada um deles.

Na seqüência, apresentamos elementos das obras desses cronistas que nos fornece subsídios para pensarmos na “fabricação” de identidades regionais. Aqui, vemos que é bem mais fácil perceber a formação de identidades locais do que uma colonial; também percebemos que os cronistas não contestam o poder central e nem a religião católica e que, quase sempre, exaltam as famílias de suas terras, buscando num passado

nobre a origem para as mesmas, e ressaltando serem merecedores das benesses reais. No entanto, ao considerar índios, negros e mestiços na fabricação dessas identidades, na maioria das vezes, dão um lugar especial ao indígena, procurando num passado imemorial e bíblico, de preferência, a origem do indígena; para na subseqüência justificarem a miscigenação com o nativo como algo que não poderia ser visto como desqualificador dos homens locais. Quanto aos negros, sempre entram nessa identidade, pelo que tentamos observar, menos pela origem e mais pelas suas obras "virtuosas" em prol da religião ou do serviço militar em favor da pátria. Quanto aos mulatos, quase sempre são desqualificados pelos cronistas nessa construção identitária.

Enfim, o que buscamos nessa parte do primeiro capítulo é observar como os cronistas apresentam suas pátrias, seu povo, sua fauna e flora. Como demonstram ser suas "terras" e "gentes" dignas da liberalidade real. Como se sentiam pernambucanos e paulistas e não somente portugueses. Ou seja, qual era o interesse desses homens, luso-americanos, escrevendo nos rincões da colônia, mas em consonância com os homens de sua época, fosse no Reino ou em outras partes da Europa, ao confeccionarem suas crônicas e genealogias. Por fim, visualizamos até que ponto os cronistas consideraram a participação de negros, índios e mestiços na construção de suas identidades locais. Lembrando que se os cronistas tendiam a contemplar esses segmentos da sociedade, os genealogistas quase sempre os ignoravam, tentando esconder ao máximo o processo de miscigenação ocorrido nas suas capitanias.

No segundo capítulo, buscamos observar até que ponto as identidades regionais se fortaleceram com as experiências militares de pernambucanos e bandeirantes, verificar como que as guerras em Pernambuco, sobretudo a de Restauração, bem como as experiências dos bandeirantes a caminho do sertão serviram de lema para os cronistas, no século XVIII, na construção de suas obras. Ou seja, até que ponto essas experiências bélicas dos paulistas e pernambucanos serviram como pano de fundo para a "fabricação" de identidades locais? Com essa pergunta, analisaremos as fontes, buscando perceber como os cronistas e genealogistas se referiram aos eventos que deram contorno à ocupação e colonização de espaços como São Vicente e Pernambuco. E também observaremos como as experiências militares foram contadas por esses cronistas setecentistas; buscamos perceber até que ponto esses homens copiam os relatos de

guerras do século XVII, e como esses homens conferem diferentes nuanças para as experiências militares ocorridas em suas capitanias.

No terceiro e último capítulo, buscamos analisar a historiografia, sobretudo internacional, que aborda os conceitos raça e nação e as vicissitudes pelas quais os usos desses conceitos passavam em meados do século XVIII. Com isso, tentamos perceber até que ponto o conceito raça já estava sendo instrumentalizado com os mesmos significados que só teria oficialmente no século XIX. Ou seja, através da leitura de obras, sobretudo da historiografia inglesa e americana, buscamos observar que o conceito de raça relacionado com cor da pele e caracteres físicos já estava sendo utilizado desde, pelo menos, a segunda metade do século XVIII e, portanto, circunscrever seu uso ao Oitocentos é no mínimo empobrecer o uso do mesmo. Não obstante, vemos até que ponto as novas formas de classificação da diversidade humana, frutos dos trabalhos de homens como Buffon e Lineu, foram responsáveis pelas modificações nos significados de conceitos como raça e nação e como as sociedades coloniais foram o palco privilegiado para a observação das diversas espécies animais e vegetais, bem como a diversidade humana que existia na terra.

Além disso, intentamos perceber como, ao mesmo tempo em que eram usados com novos sentidos, os termos raça e nação ainda aparecem com forte sentido religioso, sendo utilizados, muitas das vezes, para classificar os povos de acordo com seus credos. Portanto, observamos que, de acordo com a historiografia internacional, tanto na Europa quanto nas colônias das metrópoles européias, a forma de se vestir, de falar, o trato comercial e os costumes, também eram formas de se classificar os povos como inferiores ou superiores. Mas, nesse momento, nosso interesse foi mapear obras que nos pudessem ajudar a perceber que conceitos como raça e nação estavam passando por modificações em seus significados e, portanto, já podíamos encontrar, no século XVIII, o termo raça sendo utilizado para expressar o mesmo significado que teria no século XIX, ou seja, considerando os atributos físicos dos indivíduos como forma de classificação dos diversos tipos humanos; além disso, ainda consideramos as mudanças no significado do termo nação que de responsável por expressar o que raça posteriormente expressaria, vai deslizando cada vez mais para um sentido mais político.

Na última parte desse capítulo, enfim, buscamos observar como era encarada pelos cronistas luso-americanos a idéia de raça e nação. Assim, com a análise das fontes, tentamos verificar até que ponto os cronistas já utilizavam o conceito raça com o sentido mais próximo do que seria no século posterior. Portanto, verificamos como esses homens abordavam questões como a coloração da pele e os caracteres físicos dos indivíduos. Assim, temos uma idéia sobre a possibilidade desses cronistas e genealogistas considerarem a classificação dos diferentes povos envolvidos no processo de colonização, não somente pela religião, mas pelos atributos físicos. Observar como esses homens caracterizavam negros, índios e mestiços é o ponto focal dessa seção.

Portanto, intentamos averiguar como os luso-americanos instrumentalizavam conceitos como raça e nação. Se já consideravam a cor da pele dos indivíduos como parte de um processo classificador, se abordavam o conceito nação com sentido religioso, mas também o abordavam com um sentido mais próximo do que raça expressaria no século XIX. Ou seja, vemos o ambiente colonial como espaço privilegiado para implementar as novas formas de classificação da humanidade e, portanto, consideramos até que ponto os cronistas analisados nessa dissertação, estavam em consonância com as teses sobre a origem e as diversidades humanas, teses essas que se desenvolviam na Europa. Assim, buscamos verificar que o conceito nação poderia apresentar significados concernentes aos aspectos religiosos, mas também expressar costumes em comum e origem de um povo no sentido de semelhanças físicas, o que no século XIX, ficaria a cargo do que expressaria a utilização do conceito raça. E que o conceito raça, não só apresentava um sentido de divisão dos povos pela religião, mas já demonstrava denotar forte relação com consideração da cor da pele e dos costumes dos indivíduos.

Algumas explicações tornam-se necessárias antes que encerremos esse preâmbulo. Ao tomarmos como base, para discutir conceitos como raça e nação, a historiografia que aborda mundos como o da América inglesa, portanto, realidade tão distinta da América portuguesa, foi levando em consideração que a despeito do espaço marcadamente escravista como o do Brasil colonial, e isso por si só é um grande diferencial, não podemos deixar de ligar as três "diferentes" Américas por um elemento em comum, a saber, o tráfico negreiro. Portanto, a experiência inglesa ou norte-

americana pode iluminar nosso contexto quando se considera a presença de índios e, sobretudo a presença do trato negreiro. Assim, ao considerarmos questões como raça e nação e as mudanças pelas quais atravessavam o sentido desses conceitos na segunda metade do século XVIII, entendemos que o cativeiro foi uma das formas de caracterizar o indivíduo como pertencente a raças diferentes e, na seqüência, os caracteres físicos também pautaram as diferenciações impostas pelas formas de classificação da humanidade que de desenvolviam no Velho Mundo.

Outra questão a se relacionar refere-se a utilização do conceito luso-brasileiro ou luso-brasileiros para caracterizar homens nascidos na América portuguesa. Nosso intento no presente trabalho é destacar o florescimento de identidades locais, frutos do trabalho de homens letrados que, na segunda metade do século XVIII, destacavam as particularidades de suas "pátrias". Portanto, entendemos que recorrer ao uso dessa expressão de forma sistemática acaba por naturalizar a idéia de coesão identitária e, portanto, contrariaria nosso principal objetivo que é o de descaracterizar a possibilidade de existência de identidades coloniais. Portanto, muito embora não entendamos que seja o termo mais adequado para se utilizar, quase sempre optamos pelo uso de luso-americano ou luso-americanos quando nos referimos aos homens nascidos na colônia. Com esse posicionamento não apontamos para a utilização do conceito ou termo luso-brasileiro como errônea, e nem nos cabe fazer discussões conceituais dessa natureza nem nessa e nem em qualquer outra sessão da dissertação. Apenas opta-se pelo conceito luso- americano por acreditarmos que representa menos preocupação em caracterizar uma realidade coesa, ou pelo menos tentativa de coesão, que seria marcadamente posterior ao período em que os homens das letras desse trabalho confeccionaram suas obras.

Capítulo I – “Fabricando” Identidades

1 – Identidades: debates historiográficos

A chegada dos europeus à América pode ser considerada como um dos grandes feitos da humanidade. Como explicavam os cronistas da época, agregava-se às partes já conhecidas, uma quarta parte que conferia uma idéia de totalidade. No entanto, frente a esses homens do Velho Mundo, se descortinava o novo e o maravilhoso e, portanto, buscavam explicar a terra e os seus habitantes que, diferentes culturalmente, se espalhavam pelo solo americano. Assim, ao desembarcarem em terras nunca antes vistas, os europeus, livres da Igreja e distantes da Coroa, pretendiam criar naquela região, sociedades que, ao mesmo tempo em que se aproximassem dos padrões europeus, também possuíssem características ímpares que conferisse certa legitimidade às mesmas.

Vindo de longe e trazendo na bagagem o peso da cultura desenvolvida na Europa ao longo de séculos, os europeus precisaram se adaptar ao Novo Mundo e, assim, o caráter que traziam como marca indelével passou por transformações no solo americano. Destarte, portugueses, espanhóis e ingleses, ao atravessarem o Atlântico, foram percebendo que se tratava de uma nova realidade que iriam enfrentar e, portanto, o peso da identidade que traziam na bagagem deveria senão abandonado, pelo menos passar por transformações para se adaptar à nova realidade.

Na América portuguesa, por exemplo, se a princípio a intenção era criar uma nova Lusitânia, com suas bases culturais e a forte presença da religião católica, tempo e acontecimentos deram nova coloração à nova sociedade que se formava nos trópicos. Ou seja, alguns aspectos da arraigada tradição portuguesa foram modificados por conta do contato com novas terras e novos povos e assim, a identidade lusa que deveria ser recriada no Novo Mundo, ao fim, acabou sendo reformulada de modo que no final das contas, a sociedade colonial percebeu que possuía características que a diferenciava de várias formas da pátria-mãe. Assim, a identidade original, se é que podemos afirmar a existência de uma identidade portuguesa, no solo americano, recebe tons que faz com

que a sociedade colonial não negue a sua origem, mas também apresente matizes que a transforma em algo distante da realidade européia.

O estudo da formação de identidades ou caráter coloniais é algo deixado de lado pela historiografia. De uma forma geral, ao estudar a América portuguesa, verificamos que os historiadores não se debruçam muito sobre o tema e, quando o fazem, sempre caminham no sentido de explicar uma identidade que teria sido forjada durante o período colonial, mas que teria seu apogeu de manifestação quando da contestação do poder real e, por conseguinte, da separação entre metrópole e colônia. Assim, o desenvolvimento de identidades locais e a percepção dos nascidos na América de que eram diferentes teriam sido dois pontos de importância fundamental para as independências.

Obviamente, nem toda a historiografia existente sobre o tema aborda o assunto por esse viés. Muitos estudiosos consideram somente a manifestação de identidades locais, também denominadas por muitos como regionais, muito embora não consideremos salutar utilizar a expressão identidade regional, e negam que em algum momento, qualquer posição tenha sido tomada no sentido de conferir coesão e formar uma identidade colonial. No entanto, mesmo abordando somente a formação de identidades locais, os historiadores tendem a perceber a manifestação dessas em momentos de crises, de forma que, ao fim e ao cabo, de modos diferentes e em momentos diversos, teriam sua revelação máxima no momento de contestação do poder metropolitano.

Seja como for, o historiador Jack Greene nos lembra que, embora após a Segunda Guerra Mundial, muitos historiadores tenham se dedicado ao estudo das identidades ou estudo do caráter das populações, pelo menos nas universidades norte-americanas, de uma forma geral, não se deu prosseguimento a esse tipo de pesquisa e tais questões eram consideradas como "perfumarias", "subordinadas aos temas políticos, econômicos, letrados, e sociais que então ocupavam o centro do empreendimento historiográfico".[22] Hoje, temos visto, nos casos da América inglesa e espanhola, um avanço na abordagem das identidades coloniais, e os estudos tendem a mostrar menos relação entre

[22] GREENE, Jack. P. Reformulating Englishness: Cultural Adaptation and Provinciality in the Construction of Corporate Identity in Colonial British America In: *Almanack Braziliense.* São Paulo: IEB/USP, FORUM, n.04, novembro de 2006, p.11.

florescimento de identidades locais e contestação do poder metropolitano e mais a questão da formação de um caráter impar que, apesar de diferenciado, estava de certa forma atrelado aos padrões trazidos pelos conquistadores que por aqui desembarcaram quando da descoberta da América.

De certa forma, entendemos ser difícil apreender uma identidade colonial coesa. No entanto, acreditamos no florescimento de identidades locais e, além disso, percebemos que a construção desse caráter local diferenciado pode ser encarada como fruto da obra de uma elite letrada que defendia as particularidades regionais, o que era de ímpar em suas pátrias, mas que em momento algum questionava a autoridade régia e a religião católica, dois pilares de sustentação daquela sociedade. Dessa forma, não nos cabe relacionar identidade local com colonial e, portanto, desembocar numa contestação do poder central e por fim numa independência. Afinal, acreditamos que observar o caminhar da construção e desenvolvimento de identidades por esse prisma é cair em anacronismo, uma vez que sabendo o fim da linha em que trafega o trem da história, acabamos por relacionar identidade local com identidade colonial e, por conseguinte, contestação da ordem estabelecida.

Capistrano de Abreu destaca, em capítulo intitulado "Três Séculos Depois", que em se tratando do florescimento de identidades na colônia, "é mesmo duvidoso se sentiam, não uma consciência nacional, mais ao menos capitanial, embora usassem tratar-se de patrício e paisano". Assim, ainda nas primeiras duas décadas do século XIX, de acordo com Capistrano, que se apóia nos relatos de viajantes como Martius e Saint-Hilare que percorrem grande parte da América portuguesa, o que encontrávamos eram "cinco grupos etnográficos, ligados pela comunidade ativa da língua e passiva da religião, moldados pelas condições ambientes de cinco regiões diversas, tendo pelas riquezas naturais da terra um entusiasmo estrepitoso, sentindo pelo português aversão ou desprezo, não se prezando porém, uns aos outros de modo particular".[23]

Ao abordar a formação de identidades na América portuguesa, o historiador Stuart Schwartz destaca que para estudar a questão da identidade na América Colonial, devemos considerar a classe social ou hierarquia social dos atores implicados nessa

[23] ABREU, J. Capistrano. *Capítulos de história colonial.* Rio de Janeiro: F. Briguiet, 1934, p.221.

formação identitária. Para o autor, que faz um balanço histórico rápido, os primeiros trinta anos após a conquista foram vistos com certa negligência pela Coroa, depois veio o Governo Geral e, de certa forma, o despontar da Colônia, em início dos seiscentos, como grande produtora de açúcar. A União Ibérica bem como os problemas da Espanha com seus adversários na Europa, fizeram com que o Brasil fosse invadido pelos holandeses dando início à seqüência de escaramuças, segundo o autor, responsáveis pelo desabrochar dos primeiros contornos de uma "identidade" local.

O século XVII seria acompanhado pelo declínio da produção açucareira, mas teria assistido a produção de metais preciosos florescer. Isso não duraria muito tempo e, logo, o poder estabelecido precisou tomar providências para resolver os problemas internos e melhorar o relacionamento entre metrópole e colônias. As reformas pombalinas, da segunda metade do setecentos, seriam um bom exemplo dessas mudanças. Isso ajudou a conferir certa estabilidade na economia colonial. Seguindo as linhas do Marquês, os ministros que vieram depois, com o ideal de unir todas as partes do império e conferir a todos uma identidade somente portuguesa, também estabeleceram metas para melhorar a relação entre os diversos pontos coloniais e a metrópole.

Mas, os problemas advindos da ocupação do território europeu por Napoleão Bonaparte fizeram com que a família real aportasse em terras brasílicas em 1808. De colônia à Reino Unido, o Brasil se despontava como grande território com um príncipe à frente e toda a Corte em seu espaço. A tomada de posição para retorno do monarca a Portugal e a decisão de que o Brasil voltaria ao patamar de colônia na sua relação com a metrópole, como era anteriormente, eis aqui, segundo Schwartz, a causa final da manifestação de uma identidade colonial, ou seja, faz-se a independência. Curiosamente, coloca-se no trono o filho do rei de Portugal.[24]

A hipótese de Stuart Schwartz é que, no caso do Brasil colonial, o florescimento de identidades locais se desenvolveu por conta de vários fatores. Assim, entre os anos de 1660 e 1700, com certa estabilidade econômica e com a formação de uma incipiente

[24] SCHWARTZ, Stuart B. The Formation Of a Colonial Identity In Brazil In: CANNY, Nicholas & PAGDEN, Anthony. *Colonial Identity in the Atlantic World, 1500-1800.* Princeton, N.J: Princeton University Press, 1987.

intelectualidade na colônia, ocorreu o florescimento da idéia de uma auto-suficiência frente à pátria-mãe e, por conseguinte, foram se forjando essas identidades. Fatos como a criação do arcebispado na Bahia, que conferiu à colônia maior independência religiosa, além de, em 1677, ter sido criado um convento para mulheres e, portanto, a elite já não precisava enviar suas filhas para Portugal, foram importantes para a formação identitária. E se a tentativa de criar universidades falhou. No entanto, os colonos alcançaram vitória considerável, ao verem as portas de altos cargos jurídicos abertas para si. Mas, pela perspectiva de Schwartz, a falta de atenção da Coroa com seu domínio americano no momento crítico em que lutava contra a Espanha, fez com que ocorresse certa perda do controle real da colônia, e isso foi de suma importância para o desenvolvimento dessas possíveis identidades locais.

E, apesar dessas lacunas deixadas pelo poder metropolitano, Schwartz insiste que as identidades na colônia foram formadas com ambigüidades. Ou seja, ao mesmo tempo em que nos colonos ia se desenvolvendo um sentimento de pertença ao local, de amor à pátria, à terra de nascimento; por outro lado, se sentiam cada vez mais dependentes da liberalidade régia e das relações com a metrópole. E, é exatamente a persistência dessas duas tendências simultaneamente que prejudica a possibilidade de se falar em uma cronologia da formação identitária. Além disso, a composição multi-étnica e multirracial da sociedade colonial faziam com que houvesse restrições para os habitantes ressaltarem essa identidade, ou seja, como incluir negros, índios e mestiços nessa formulação das identidades? Mas, o processo de formação identitária vai ficando visível quando os colonos brancos (nascidos na colônia) começam a criar distinções entre eles e os imigrantes portugueses. Isso é evidente nos conflitos entre mazombos e mascates (os últimos, mercadores de nascimento europeu que se estabeleciam no Brasil), por exemplo. E o conflito mais comentado pelo autor entre colonos e portugueses se relaciona com as ordens religiosas e sua não aceitação de brasileiros em seus quadros.[25]

[25] Numa das obras de grande importância para a historiografia, Charles Boxer nos chama a atenção para os conflitos entre as ordens religiosas em torno da não aceitação de índios, negros e mestiços em seus quadros. Para o autor, que tenta provar a existência de preconceito racial entre os portugueses, "assim como na Índia portuguesa, desenvolveu-se no Brasil forte rivalidade entre os frades crioulos e seus colegas de origem européia do clero regular. A incidência dessa rivalidade entre os 'filhos da terra' e os 'filhos do reino' variou nas diferentes ordens e em diferentes épocas". Assim, qualquer que fosse a posição tomada pelos religiosos, sempre foi no sentido de desqualificar, segundo o autor, a diferentes raças que

Assim, os Beneditinos proibiam mestiços e, portanto, consideravam os colonos com traços de mestiçagem. E esse tipo de comportamento contribuiu para que os colonos se vissem diferentes. Seja como for, para Schwartz, em fins do século XVII, os habitantes possuíam, em âmbitos locais, identidades diferenciadas da pátria-mãe. E isso, segundo o historiador, pode ser percebido tanto no aspecto religioso quanto no secular.[26]

Ao abordar a América espanhola, Anthony Pagden destaca que a formação de identidades no mundo americano se desenvolveu de diferentes formas, em diferentes períodos e em respostas a diferentes contingentes através das várias colônias. A despeito dessa afirmação, nos lembra que "até o fim do século XVIII, seja como for, a maioria dos habitantes da América espanhola tinha consciência que, apesar de pertencerem à mesma comunidade, que compartilhava língua, religião e outras coisas em comum com a Espanha, já não eram espanhóis".[27]

Pagden enfatiza a forma diferenciada em que os espanhóis teriam conquistado a América. No caso mexicano, que o autor contempla com mais detalhes, Cortés e seu séqüito se sentiram tributários da conquista e, tendo esse homem pensamento muito aferrado às concepções medievais, pretendia criar no Novo Mundo, um Reino que estivesse subordinado ao Império espanhol. A Conjuração liderada pelo filho de Cortés, anos mais tarde, denunciaria essa intenção dos conquistadores. Assim, a participação na conquista, com uso das posses e perdas de sangue, deveria conferir certa legitimidade para a independência política local que, necessitava estar sob o comando dos descendentes dos conquistadores. Logo, com o domínio em mãos, poderiam dispor como quisessem da mão-de-obra indígena e, portanto, as encomiendas poderiam se perpetuar.

Revendo os cronistas – espanhóis e criollos – e suas obras, Pagden nos traz subsídios para pensarmos que os conquistadores e seus descendentes queriam formar

---

compunham o império. C.f BOXER, Charles R. *O Império Marítimo Português – 1415/1825.* São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p.274.

[26] SCHWARTZ, Stuart B. The Formation Of a Colonial Identity In Brazil In: CANNY, Nicholas & PAGDEN, Anthony. *Colonial Identity in the Atlantic World, 1500-1800.* Princeton, N.J: Princeton University Press, 1987,p.43/4.

[27] PAGDEN, Anthony. Identity Formation in Spanish America. In: CANNY, Nicholas & PAGDEN, Anthony. *Colonial Identity in the Atlantic World, 1500-1800.* Princeton, N.J: Princeton University Press, 1987, p.51.

uma sociedade no estilo medieval na América. Sua intenção era que se fechassem as portas para novos estrangeiros e que as terras ficassem em mãos dos que por aqui aportaram e lutaram na conquista. E isso, passaria de pai para filho. Entretanto, para a Coroa, as coisas não pareceram simples assim. E novos imigrantes chegaram. E para esses recém chegados, ficava claro que os criollos corriam atrás do controle político e militar das colônias. Assim, os conflitos entre reinóis e criollos por conta da ocupação de cargos na governação do Novo Mundo dava o tom a essa identidade que se formava. O autor cita, por exemplo, um cronista/advogado chamado Antonio de Ahumada que, em 1725, destacava que "compreende a razão dos peninsulares serem contra a colocação de criollos em cargos da governação, temendo que esses, que estão em postos reais, não queiram entregá-los, por se sentirem descendentes dos conquistadores e, portanto, afetos ao desejo de voltar à velha autoridade e costumes dos conquistadores".[28]

Dessa forma, ao explicar o século XVIII, Pagden, com base na documentação, aponta para a pequena, porém significativa ocupação de cargos reinóis por parte dos criollos; na verdade, segundo o autor, isso já estava ocorrendo desde a segunda metade do XVII. E também nos chama a atenção para o fato de que foi construindo genealogias que os autores reconstruíram o passado das famílias, enumerando os serviços prestados à Coroa pelos antepassados de cada tronco familiar. Mas lembra que, com a subida dos Bourbon ao poder, teve novamente certa restrição quanto à chegada de criollos a cargos administrativos. Mais uma vez, os colonos se sentiram prejudicados e ressaltaram que a Coroa havia quebrado um pacto. Assim, a elite criolla se viu aprisionada e começou a destacar uma possível aliança que havia sido selada entre Coroa e colonos, no sentido de manter os direitos dos descendentes de conquistadores. Semelhante solicitação apareceu na América Inglesa. Ou seja, uma violação dos direitos naturais dos colonos. Direitos de súditos que, desde a fundação até a independência, vão defender que através de um pacto com a Coroa, se sentiam componentes de um Reino e não colônias; eram partes integrantes de um reino assim como eram Aragão e Nápoles, por exemplo.

[28] PAGDEN, Anthony. Identity Formation in Spanish America. In: CANNY, Nicholas & PAGDEN, Anthony. *Colonial Identity in the Atlantic World, 1500-1800.* Princeton, N.J: Princeton University Press, 1987, p.61.

Assim como outros historiadores, e apesar de destacar que as manifestações das identidades coloniais (aqui se manteve o termo Identidades Coloniais por ser o usado pelo autor na língua inglesa) devam ser estudadas considerando os diferentes contextos em que se tornaram evidentes, Anthony Pagden vai do século XVI ao XVIII como se houvesse uma evolução dos conflitos e uma solidificação dessa identidade criolla, de forma que o rumo era a independência.. A identidade criolla, segundo ele, toma contorno por conta das detrações alimentadas pelos governantes espanhóis que estavam à frente da governação no Novo Mundo contra os criollos, e com mais alguns fatos, se torna concluída com a contestação do poder metropolitano. Um ponto muito interessante destacado pelo autor é o de que essa identidade que vai se construindo e diferenciando criollos e espanhóis, aparece bem claramente nas camadas mais altas da sociedade, por exemplo, nos Cabildos. Portanto, trata-se de uma identidade construída por uma determinada parcela da sociedade.

Seja como for, de acordo com Anthony Pagden, uma maior autonomia na administração local desde o início, os conquistadores se sentiam vassalos de um novo reino do império; uma independência econômica, de certa forma atrelada a uma independência cultural; e a forma como os colonos se posicionavam contra as decisões de uma Coroa debilitada, fizeram com que os conquistadores, mais tarde criollos, tivessem maior manobra de comando e, portanto, articulassem essas identidades locais dentro da colônia. A princípio todos se sentiam espanhóis, tempo e fatos deram novo tom a essa identidade. Ou seja, a tese do historiador está em consonância com a de Stuart Schwartz que, no caso do Brasil, destaca que dois fatos devam se considerados na formação dessas identidades: primeiro, o crescimento de uma identidade diferenciada em relação à da metrópole, isto é, a definição dos colonos como de alguma forma díspares de seus compatriotas – transição da idéia de imigrante para nativo. O segundo, o reconhecimento dessas diferenças de forma que transcendendo o localismo até o ponto de separação da pátria-mãe, se tornou uma posição intelectual e política possível. [29]

[29] SCHWARTZ, Stuart B. The Formation Of a Colonial Identity In Brazil In: CANNY, Nicholas & PAGDEN, Anthony. *Colonial Identity in the Atlantic World, 1500-1800.* Princeton, N.J: Princeton University Press, 1987. 290, p.43/4.

A idéia de conscientização do colono de que não era igual aos seus irmãos portugueses é muito cara ao historiador Evaldo Cabral de Mello que, em sua obra *Rubro Veio*, tenta dar conta do sentimento nativista que teria se desenvolvido nos pernambucanos que, mais ou menos, manifestado em diferentes ocasiões, teria se mantido vivo, desde a restauração pernambucana até o século XIX. Ou seja, Stuart Schwartz também caminha por essa senda da conscientização do colono de que não era português, ou seja, o desenvolvimento de um nativismo que culminaria com a contestação da ordem.

Destarte, para Evaldo Cabral de Mello "foi na segunda metade do século XVII, na esteira da restauração, que se articulou o discurso político do primeiro nativismo pernambucano, isto é, a representação ideológica elaborada pela açucarocracia para descrever suas relações com a Coroa portuguesa".[30] Assim, a nobreza local pernambucana teria confiscado para si a grande obra de libertação de Pernambuco das mãos dos holandeses e, fazendo isso por conta própria, usando suas fazendas e perdendo suas vidas, restituindo a capitania à Coroa, se sentia tributária dessa grande obra e, portanto, "a justificação do direito que ela se arrogava de dominar politicamente a capitania"[31], deveria ser visto como justa e legal.

Assim, de acordo com Mello, esse nativismo, obra de uma parcela da sociedade pernambucana, a nobreza da terra entrincheirada na Câmara de Olinda, com mais ou menos manifestações, alcançou seu ponto máximo nas agitações de 1817. Não obstante, "os conflitos entre mazombos e mascates dar-lhe-ão novo vigor e até produzirão, [...], corolários contestatórios da ordem colonial". Ou seja, o autor também segue os passos de um nativismo pernambucano que, manifestado em diferentes fases e por conta de diversas situações, ao fim, desemboca na contestação da ordem estabelecida. Dessa forma, mesmo considerando que a manifestação desse nativismo é de ordem local, o autor tende a compreender que acabou sendo de suma importância para a contestação do poder estabelecido.

---

[30] MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro veio: O Imaginário da Restauração Pernambucana*. Rio de Janeiro: Top Books, 1997, p.106-109.
[31] MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro veio: O Imaginário da Restauração Pernambucana*. Rio de Janeiro: Top Books, 1997, p.106.

Ao abordar a formação de identidades na América espanhola, o historiador Jacques Lafaye nos lembra que,

> *"[...] O antagonismo espanhol-crioulo apareceu desde os primeiros anos da conquista, confundido primeiro com as hostilidades dos conquistadores a respeito dos 'licenciados' enviados da Espanha para impor um sentido desde esses primeiros momentos como estrangeiros. O espírito crioulo precedeu ao nascimento do primeiro crioulo stricto sensu; depois disto veremos a espanhóis acriolados vindos da península, aliados a princípio com famílias crioulas, identificar-se espiritualmente com a sociedade crioula mexicana, adotando suas devoções locais, inclusive seu ódio aos gachupines. Era, pois, o conhecimento do país e, sobretudo, a adesão à ética colonial da sociedade crioula que definia ao crioulo, menos do que o lugar de nascimento*. [32]

Ao fim, também nos chama a atenção para o fato de que o antagonismo entre colonos e espanhóis que desembarcavam na América foi aumentando com o tempo, e as questões relacionadas aos cargos que somente os gachupines ocupavam foi uma das razões. Mas, o que nos deixa mais próximos das colocações do autor é que os criollos não formavam uma frente única e existiam aqueles que, pela riqueza, eram privilegiados e giravam na órbita dos espanhóis que estavam no poder. Dessa forma "a corte dos vice-reis dividia os crioulos em dois campos, os privilegiados que eram admitidos no meio dela e os outros". Aqui, mais uma vez, lembramos essa divisão na sociedade que nos faz pensar que a formação dessa identidade não atinge, naquele momento, todas as camadas presentes. Mas, a despeito dessas observações, Lafaye também destaca que, todas as manifestações de um caráter americano, necessariamente, redundavam em contestação da ordem estabelecida.

Em *Orbe Indiano*, David Brading destaca que no final do século XVI, a Coroa espanhola foi tomada de uma enxurrada de petições vindas do Novo México que clamavam por uma quarta vida para as encomiendas; queriam os colonos que a herança se estendesse por mais uma geração. Para esses que pediam, muitos colonos viviam em grande miséria, os novos que chegavam só pensavam em se enriquecer e com isso o

[32] LAFAYE, Jacques.. *Quetzalcoatl y Guadalupe: la formación de la conciencia nacional en México*. 2. ed., 2. reimpr. México: D.F.: Fondo de Cultura Económica,1992, p.43/4.

Cabildo do México advertia ao monarca que a privação passada pelos homens de bem, homens de honra, poderia fazer com que eles se agregassem aos negros, mulatos e outros perdidos numa insurreição geral. Assim, Brading lembra que "o notável destas petições e memórias do decênio de 1590 é o grau em que revelam o surgimento de uma identidade crioula, de uma consciência coletiva que separava os espanhóis nascidos no Novo Mundo dos seus antepassados e primos europeus. Sem dúvida, foi uma identidade que encontrou expressão na angústia, na nostalgia e no ressentimento".[33]

As queixas dos colonos, segundo David Brading, vinham de homens que se sentiam usurpados pela Coroa no seu direito de ter uma vida rica e honrada, uma vez que como descendentes dos primeiros conquistadores, se sentiam no direito de serem recompensados, mas o rei não soubera fazer isso de forma que contemplasse os heróicos serviços prestados por aquela gente quando da conquista. Assim, nasce esse ressentimento que também carrega um pouco de culpa dos colonos que não souberam aproveitar "as oportunidades que lhes oferecia a expansão de uma economia de exportação baseada na prata, o comércio transatlântico e a abertura de novas fronteiras". Seja como for, esse ressentimento dos colonos "também expressou as queixas de uma elite colonial a que se negava direito de governo: o governo de sua pátria e o gozo dos privilégios e dos benefícios derivados do domínio político. As memórias deste período, dirigidas à Coroa, reiteram as queixas, e por vez, introduzem temas que haviam de despertar o espírito crioulo até a chegada da independência".[34] A hipótese de David Brading vai ao encontro das idéias de Evaldo Cabral de Mello que percebe na elite pernambucana, o ressentimento pela não valorização da nobreza da terra; assim, busca essa nobreza, incessantemente, destacar os serviços feitos pela população da capitania no sentido de livrar Pernambuco do jugo inimigo. Curiosamente, até o século XIX, segundo Mello, os pernambucanos ainda ressaltavam a obra da restauração como sua, sem a ajuda da Coroa, "às custa de seu sangue, vidas e fazendas".[35]

---

[33] BRADING, David A. Orbe *indiano: de la monarquia católica a la república criolla: 1492-1867*. México: D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1991, p323.
[34] BRADING, David A. Orbe *indiano: de la monarquia católica a la república criolla: 1492-1867*. México: D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1991, p323.
[35] MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro veio: O Imaginário da Restauração Pernambucana*. Rio de Janeiro: Top Books, 1997, p.105.

Escrita há aproximadamente vinte anos, a obra de Brading pode ser considerada como ponto de referência para se estudar o Império espanhol e os desdobramentos da conquista da América. O autor, desde o início, fala das diferenças entre espanhóis nascidos na América e os peninsulares. Diferenças essas que, desde cedo, começam a serem apresentadas pelos descendentes dos conquistadores que, nem sempre livres da miscigenação, se sentiam herdeiros dos que haviam lutado pelo monarca espanhol e conquistado o Novo Mundo e, portanto suscetíveis a receber da Coroa o reconhecimento pelos seus serviços e pelos serviços de seus pais e avós. As crônicas teriam tido papel fundamental na amostra do quanto os criollos se sentiam menosprezados pela Coroa; essa sempre valorizava, na pessoa dos governadores, os espanhóis peninsulares.

A obra é interessante, mas entendemos que caminha também na direção de uma contestação do poder real. Em primeiro lugar, o autor vai considerando a construção de uma identidade local como se ocorresse através dos séculos, com adição de outros elementos, pouco a pouco, de forma que culminaria nas independências no século XIX. Achamos complicado, e questionamos se essa identidade criolla realmente teria começado sua gestação no século XVI com os filhos dos conquistadores e suas buscas por cargos no governo e melhores condições de vida. Não entendemos que, os cronistas do século XVI, XVII e XVIII, muito embora tenham tido contato um com a obra do outro, tivessem em mente os mesmos intuitos e fossem, pouco a pouco, agregando elementos que culminariam com a defesa de uma identidade diferenciada dos irmãos espanhóis. Aqui, mais do que nunca, pensamos ser necessário observar o que cada geração de colonos reivindicava e quais fatos os levaram a contestar, se é que o fizeram, a ordem estabelecida.

Enfim, as obras observadas, umas mais, outras menos, tendem a destacar a formação de identidades regionais que ao fim questionariam o poder real e com isso, ocorreriam as independências. Mas, o que retemos dessas obras é que as crônicas e os trabalhos de cunho genealógico tiveram papel fundamental para expressar, em momentos distintos, essa manifestação identitária. Frutos de uma elite letrada, essas crônicas encerraram papel fundamental para explicar a conquista, demonstrar o árduo trabalho do europeu para dar feições de “civilidade” ao Novo Mundo e, sobretudo,

tiveram o papel de construir a idéia de que a população das Américas era composta de "homens de origem muito nobre", fiéis vassalos e, portanto, dignos da benevolência real.

2 - Origens pernambucanas e paulistas

As crônicas foram de suma importância para expressar os sentimentos de um determinado grupo que compunha as sociedades coloniais. Na América portuguesa, desde o século XVI que os cronistas procuravam dar conta das terras descobertas, das mudanças implementadas pelos portugueses e de tudo o mais relativo à ocupação, a disseminação da fé católica, ao domínio do indígena e a imposição de uma cultura trazida do Velho Mundo como matriz a ser seguida. O historiador Jack P. Greene ressalta que se pode estudar a formação de identidades de duas maneiras: "através das leis que essas sociedades estabeleciam para si mesmas ou através da literatura discursiva contemporânea escrita por e a seu respeito".[36] As crônicas, necessariamente, contemplam o tipo de literatura comum à época e que, portanto, se tornam nossas fontes principais para o entendimento de uma possível formação de identidades regionais no Brasil colônia, no século XVIII.

Em *Reformulando a Identidade Inglesa na América Britânica Colonial*, Jack Greene, ao abordar a questão do estudo das identidades, nos lembra a importância de pesquisar tais manifestações e chama a atenção para o fato de que a percepção da formação de identidades se torna mais clara, quando observamos o local e não a colônia como um todo. Para Greene, identidade deve ser entendida "By wich we mean how individuals or collectivities identify themselves to themselves and others and how others identify them, can be studied on a variaty of levels and through a number of different strategies. It can be studied on a individual level and on any of the many other levels on wich people organize themselves into collective or corporate entities.[37]A proposta de Jack Greene é muito interessante, pois nos faz pensar na identidade como manifestação que pode ser apreendida a partir do estudo de determinado grupo de pessoas e suas relações. Dessa forma, o esboço das identidades pode ser aplicado a

[36] GREENE, Jack. P. Reformulating Englishness: Cultural Adaptation and Provinciality in the Construction of Corporate Identity in Colonial British America In: *Almanack Braziliense.* São Paulo: IEB/USP, FORUM, n.04, novembro de 2006, p.27.

[37] GREENE, Jack. P. Reformulating Englishness: Cultural Adaptation and Provinciality in the Construction of Corporate Identity in Colonial British America In: *Almanack Braziliense.* São Paulo: IEB/USP, FORUM, n.04, novembro de 2006, p. 27.

grupos de parentescos, congregação religiosa, clube, comunidade, governo civil, grupo lingüístico, grupo religioso e, como temos feito, a grupos de determinadas regiões, províncias ou mais especificamente, capitanias.

Em *Comunidades Imaginadas*, o historiador destaca que a construção do que ele designa como "identidades imaginadas", se originou no século XVIII. Embora Benedict Anderson esteja preocupado em entender a origem e a difusão do nacionalismo, algo que como temos visto, muitas vezes, aparece como desfecho do florescimento de possíveis "identidades coloniais", nós consideramos ser a obra importante, por nos chamar a atenção para o fato de que a construção dessas "comunidades imaginadas", essa idéia de pertencimento com características próprias dessas comunidades é algo que se relaciona com o que o autor caracteriza como "artefatos culturais de uma classe particular". Assim, para Anderson, todas as comunidades são imaginadas e se "distinguem não por sua falsidade ou legitimidade, mas pelo estilo com que são imaginadas".[38]

Destarte, tanto Jack Greene quanto Benedict Anderson nos levam a considerar que é possível o estudo das identidades locais considerando um determinado grupo de atores sociais inseridos em determinadas sociedades. O estudo da literatura produzida por uma determinada sociedade é uma das formas de se observar essa identidade. No caso da América britânica, Greene destaca que através da literatura, pode verificar as reformulações feitas na identidade britânica que chegara ao Novo Mundo quando da conquista. Assim, para o autor, foi possível identificar mudanças na natureza da literatura discursiva que teriam possibilitado com que ele verificasse três fases na construção do que designa como "identidades corporativas coloniais".

Sendo assim, em um primeiro momento a literatura se concentrava na questão da descrição da natureza, do ambiente encontrado, dos espaços físicos e oferecia propostas para um uso eficiente do espaço, ou seja, "relatórios de viagem, às vezes mascarados como obras históricas, e folhetos de propaganda tentavam descrever e avaliar para os leitores metropolitanos a natureza da terra, vegetação, as populações indígenas, os rios e riachos, as enseadas, a fauna, as chuvas e o clima".Era uma tentativa de adaptar o espaço aos desígnios metropolitanos. Num segundo momento, a literatura discursiva se deteve

[38] ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo.* México: Fondo de Cultura Económica, 1993, p. 21.

nas mudanças sociais, econômicas e políticas implementadas pelos povoadores. No caso britânico, Greene destaca que "seus autores, crioulos e imigrantes assimilados, orgulhavam-se e examinavam com detalhe em que medida os povoadores tinham sido capazes de adaptar práticas sociais e culturais inglesas" em terras americanas. Numa terceira fase, os autores destacavam que a despeito de cada lugar desse ser ostensivamente britânico, havia alcançado uma identidade própria, uma identidade distinta que "tanto identificava o lugar como o distinguia de todas as outras entidades similares". [39]

Ou seja, com essa terceira fase da literatura discursiva, fica evidente de acordo com os apontamentos de Jack Greene que, muito embora os colonos se considerassem ainda como ingleses, com as mudanças ocorridas e o contato com outros povos, se sentiam como variantes inglesas, ou seja, ingleses da Carolina do Sul, ingleses da Virgínia ou de Barbados. A idéia do autor é muito interessante e nos leva a pensar as obras de Loreto Couto, Borges da Fonseca, Jaboatão (Pernambuco) e Madre de Deus e Pedro Taques (São Paulo). Pelo que temos visto, esses autores se encontram entre a segunda e terceira fases dessa literatura discursiva que, apresentam o que os colonos portugueses teriam feito no sentido de conferir feições lusas às terras brasílicas, mas também já destacam uma identidade local que não negando a identidade portuguesa e a fé católica, oferece especificidades que fazem desses homens paulistas e pernambucanos e não somente portugueses.

Mas essas identidades foram construídas tendo como base a cultura da pátria-mãe. Dessa forma, Jack Greene nos fornece a idéia de que "dois tipos distintos de modelos culturais, tanto analítica quanto funcionalmente, atuavam nos modos como os povoadores livres das colônias compreendiam a si mesmos: *normativo e comparativo".* Ou seja, o autor tenta demonstrar que no processo de conquista, assimilação dos nativos e imposição da cultura, o colonizador seguia as normas ditadas pela metrópole. Ao passo que, ao se compararem com os grupos de índios e negros advindos da África e suas culturas, os colonizadores se sentiam superiores e civilizados. Portanto, no caso da

[39] GREENE, Jack. P. Reformulating Englishness: Cultural Adaptation and Provinciality in the Construction of Corporate Identity in Colonial British America In: *Almanack Braziliense.* São Paulo: IEB/USP, FORUM, n.04, novembro de 2006, p. 12/3.

América portuguesa, podemos adaptar destacando, que o modelo que servia como normas para os colonos vinha de Portugal, ou seja, a cultura, a política e a economia. Mas, a cópia não era fiel e em novos terrenos se tornou cada vez mais seletiva de forma que atendesse aos desejos dos colonos. Em contrapartida, se a norma vinha do centro, os modelos comparativos "poderiam ser usados, em contraposição, para se referir àquelas populações, principalmente indígenas e africanas, cujos costumes eram percebidos como exóticos e comportamento tido como grosseiro e pouco civilizado".[40]

Assim, das observações tomadas de Jack Greene, entendemos que a literatura linhagística e as crônicas do século XVIII, escritas por luso-americanos, nas capitanias de Pernambuco e São Paulo, podem ser analisadas no sentido de tentar entender o que conceituaremos como Identidades Fabricadas.[*] Se por um lado temos cronistas como Loreto Couto e Madre de Deus, ainda contamos com a presença de linhagistas como Borges da Fonseca e Pedro Taques. Até que ponto, esses homens, com suas obras, pretendiam confeccionar uma identidade paulista e pernambucana e como utilizaram os principais atores sociais que compunham suas capitanias na fabricação dessas identidades? Entendendo identidade, nesse caso, como obra de uma elite letrada que, em momento algum contesta a ordem estabelecida e, portanto, nos afastando da idéia de *nativismo* e nos aproximando mais da idéia de uma *identidade corporativa*[41], ou seja, identidade construída ou disseminada por determinado grupo de pessoas em determinado espaço e tempo. Assim, compreendemos esses cronistas como integrantes desse grupo de letrados que, no século XVIII, nas suas respectivas capitanias, tentavam

[40] GREENE, Jack. P. Reformulating Englishness: Cultural Adaptation and Provinciality in the Construction of Corporate Identity in Colonial British America In: *Almanack Braziliense.* São Paulo: IEB/USP, FORUM, n.04, novembro de 2006, p. 14.

[*] Entendemos que as identidades nos casos analisados foram construídas, desenhadas, fabricadas pelos autores das crônicas. Na sua grande maioria, buscaram exaltar a flora, a fauna, as riquezas e as gentes de suas capitanias. Tentaram forjar um caráter para seus moradores que, os aproximassem da identidade portuguesa, mas ao mesmo tempo os distanciassem, exaltando assim, que as diferenças frente aos reinóis, não faziam desses súditos das terras do Brasil inferiores. Daí nossa idéia de que buscavam fabricar essas identidades. Portanto, usamos esse conceito que consideramos útil para entendermos que se tratava de uma elite letrada, local que, ao mesmo tempo em que buscava girar na órbita do poder central, também destacava as especificidades de suas pátrias e as particularidades de seus povos.

[41] Nomeadamente, refiro-me aos conceitos utilizados por Evaldo Cabral de Mello e Jack Greene. Optamos por esta vertente teórica, por acharmos mais apropriada para a investigação não de uma identidade coletiva, mas a identidade imaginada, ou seja, uma construção erudita de um grupo.

"fabricar" uma identidade que ressaltasse as especificidades das populações locais frente às demais e ao próprio reino.

Em relação à literatura linhagística, comum à época, o historiador Stuart Schwartz, ao abordar a América portuguesa, destaca que a classe dominante, cada vez mais próxima da necessidade de mostrar ser oriunda de uma nobreza limpa, precisava esconder os traços e os vestígios da mestiçagem. E, insegura sobre suas origens, claramente faltas de tradição e com máculas de sangue, a nobreza da terra criou no século XVIII uma forma de desenhar um passado nobre e justificar sua origem frente à sociedade. Através das genealogias, essa nobreza da terra, com seus artífices letrados, buscava cargos e mercês e lutava por títulos e honrarias, num momento em que esse comportamento já estava sendo questionado. Para o autor, "autores como Borges da Fonseca em Pernambuco traçaram a origem das melhores famílias pernambucanas, exaltando suas virtudes e qualidades". Grandes plantadores de cana se tornaram nobres por antiguidade, sendo seu nome e sua família associados a casas nobres do Reino, desde a chegada de seus antepassados até aquele momento, nessas famílias, só corria o sangue nobre e puro.[42]

Quanto às crônicas, apresentam características semelhantes que buscam ressaltar a chegada dos portugueses, a ocupação da terra e o que se fez no sentido de conferir feições lusas ao local. Abordam as modificações implementadas pelos portugueses e apontam para o contato com os indígenas, a origem dos mesmos e o que se fez para "civilizá-los". De uma forma geral, as crônicas funcionam como uma espécie de história

[42] SCHWARTZ, Stuart B. The Formation Of a Colonial Identity In Brazil In: CANNY, Nicholas & PAGDEN, Anthony. *Colonial Identity in the Atlantic World, 1500-1800.* Princeton, N.J: Princeton University Press, 1987,p.30. Em relação à literatura de cunho linhagístico, o historiador João Figueiroa-Rego nos lembra que "Num sociedade de forte cunho estamental – como foi a Península Ibérica no seu conjunto ao longo dos séculos - em que se dissimulava uma mobilidade constante, a questão das origens familiares assumiu importância incontornável." Assim, a prova através das genealogias familiares se tornou uma espécie de passaporte para a ascensão social. Como nos lembra Ignácio Hernández, a genealogia tornava-se a história da família e, portanto, a responsável pela construção de um passado familiar.
c.f FIGUEIROA-REGO, João. *Memória Genealógica Familiar: construção, branqueamento e recepção social (Portugal – sécs. XVI a XVIII).* Elaborado no âmbito do projeto PTDC/HAH/64160/2006 & HERNÁNDEZ, Ignácio Atienza. La Construcción de Lo Real. Genealogía, Casa, Linaje y Ciudad: Una Determinada Relación de Parentesco in: *Familia, Parentesco y Linaje.* Universidade de Murcia, 1997, Editora Campo Bell.

da região, muito embora se perceba claramente as razões pelas quais seus autores se destinaram a compô-las. Assim, abordamos três cronistas, não obstante, hora ou outra, alguns deles também se aventurem no mundo das genealogias. Nomeadamente, temos Loreto Couto e Jaboatão para Pernambuco e Madre de Deus para São Paulo.

Em *David contra Golias na Goa Seiscentista e Setecentista*, Ângela Barreto Xavier nos leva a pensar sobre a importância das crônicas e das obras de cunho linhagístico para a formação das identidades locais. Assim, a autora analisa as escritas de defensores dos brâmanes e de defensores dos charodos, na tentativa de ambos os grupos de monopolizarem os postos de governança da intrincada burocracia imperial portuguesa. Assim, brâmanes e charodos tentavam demonstrar qual dos dois grupos era o mais apto para ser beneficiado pelas liberalidades régias. Ou seja, de acordo com Xavier, esses homens buscavam num passado bem distante, uma maneira de ligar a formação de seus grupos com o catolicismo e, dessa forma, defendiam a antiguidade de seus pares nos cânones da religião católica e, portanto, destacando serem mais preparados para navegarem na órbita do poder imperial.[43]

Assim, se por um lado os brâmanes, detratando os charodos, buscavam demonstrar que eram fiéis súditos e verdadeiros católicos; por outro lado, eram os charodos que, buscando a sua origem católica num passado imemorial, tentavam ressaltar o quanto estavam mais preparados para se tornarem verdadeiros portugueses. Logo, a religião católica e a cultura lusa eram encaradas por esses grupos de homens como a base de formação da identidade portuguesa e, portanto, por desejarem ocupar postos e receber mercês, defendiam serem possuidores dessas qualidades que os equiparavam aos reinóis.

O texto de Ângela Barreto Xavier é expressivo, pois coaduna com nossa tese de que uma determinada elite letrada foi a responsável pela fabricação de identidades locais e, ao mesmo tempo em que essa elite buscava destacar as especificidades locais e suas gentes, também procuravam se aproximar das redes que poderia levá-la ao centro do poder. E as crônicas, tanto no caso de Goa, e isso segundo Xavier já no século XVII, quanto no Brasil setecentista, foram de relevância para a fabricação de identidades.

[43]XAVIER, Ângela Barreto. "David Contra Golias na Goa Seiscentista e Setecentista. Escrita Identitária e Colonização Interna*"* In: *Ler História.* N.49, 2005, pp.107-143.

Assim, a autora destaca que "[...] as elites locais convertidas se esforçaram por sublinhar o caráter endogâmico do seu grupo, a cor alva dos seus rostos, a pureza e a limpeza de suas linhagens – agora ainda mais dignas, puras e limpas porque cristãs, o que acrescentava à sua nobreza natural a tão ambicionada nobreza espiritual".[44]

Destarte, Xavier nos mostra que as escritas de cunho identitário foram de grande importância para a construção das identidades locais no império português. No caso de Goa, ao mesmo tempo em que colocavam em lados opostos brâmanes e charodos, buscando cada grupo provar ser mais autêntico que o outro na absorção da cultura portuguesa; também colocava frente a frente indianos e reinóis, sendo que aqueles sempre buscavam demonstrar que estavam preparados para receberem cargos da burocracia imperial, uma vez que eram tão portugueses quanto os nascidos no reino. E a genealogia seria um meio seguro de demonstrar a antiguidade e a nobreza de cada grupo. Assim, a autora conclui que "no mundo indiano dessa época, a genealogia tinha um papel central na construção identitária das elites [...]" e, portanto, se imbricava claramente com a cultura que cada vez mais se arraigava em Portugal e nos seus domínios que era a confecção de obras genealógicas das principais famílias consideradas nobres e limpas de sangue.

No Brasil colonial, em 1757, Dom Domingos Loreto Couto concluía sua obra *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco*, dedicada ao rei Dom José I, pelas mãos do então Marquês de Pombal, pretendia o autor contar a história da capitania de Pernambuco desde a sua fundação até o momento em que ele escrevia. Luso-americano, tendo Recife como sua pátria, o cronista não teve o privilégio de ver seu livro publicado, mesmo assim, em 1759, ainda destacava o quanto a sua empreitada era importante, pois se tratava da primeira e mais completa obra sobre a dita capitania. Em seu texto, logo no prefácio, o cronista enfatiza não ter a intenção de ser premiado pela sua vasta e extensa obra. Mas, o dedica ao expoente do governo de Dom José I e não deixa de destacar que cabe ao monarca premiar seus súditos de acordo com os serviços prestados pelos mesmos.

[44] XAVIER, Ângela Barreto. "David Contra Golias na Goa Seiscentista e Setecentista. Escrita Identitária e Colonização Interna*"* In: *Ler História.* N.49, 2005, p.119.

A obra de Loreto Couto é clara ao abordar a questão da fabricação de identidades. O autor destaca sua tristeza por conta do momento de misérias pelas quais passavam os filhos de Pernambuco que, esquecidos de seu glorioso passado, deixavam que a capitania esquecesse dos ilustres homens que a habitaram e lutaram para defendê-la quando da ocupação dos holandeses. Assim como os demais cronistas, Couto começa a obra destacando as principais famílias que concorreram para a conquista, ocupação e desenvolvimento da capitania. Note que todos os autores dão o passo inicial, destacando os troncos nobres que desembarcaram em suas regiões. E Loreto Couto lembra que "O rei d. João III fez mercê da capitania de Pernambuco à Duarte Coelho. Veio com parentes e muitos fidalgos parentes; amigos e a senhora Brites Albuquerque."[45] Assim, começava a ocupação de Pernambuco, o que viria depois, seria a descendência desses nobres homens que haviam chegado.

E se Couto aborda, como cronista, rapidamente, a chegada dessa nobreza, o genealogista Borges da Fonseca se deteria muito mais na explicação do pontapé inicial da colonização das terras pernambucanas. Ao se apresentar ao leitor, Antonio José Victoriano Borges da Fonseca destaca ser

> *natural da Vila de Santo Antonio do Recife, fidalgo cavaleiro da Casa Real, professo na militar Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo, Familiar do Santo Ofício e ajudante de tenente do Mestre de Campo General da Capitania de Pernambuco e Mestre em Artes pelos estudos gerais do Colégio da Companhia de Jesus da Cidade de Olinda.*[46]

E ressalta que a confecção da *Nobiliarchia Pernambucana* foi a pedido do Conde dos Arcos que desejava saber sobre as origens das principais famílias de Pernambuco. Borges da Fonseca, em dois volumes de obra, apresenta os principais troncos familiares do local e destaca sua preocupação em deixar claro que não houve mistura entre os principais da terra e as raças impuras presentes na região e, assim, ressalta que pretende tirar dúvidas sobre maledicências que tendem a manchar o nome e a honra de muitos

[45] COUTO, Domingos Loreto de. *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco.* Recife: Fundação Cultural de Recife, 1981, p.19.
[46] FONSECA, Antonio José Victoriano Borges da. *Nobiliarchia Pernambucana.* Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1935, v.1, p.7/8.

pernambucanos. A principal preocupação de Borges da Fonseca é a questão judaica[47], ou seja, a miscigenação com holandeses poderia, de alguma forma, redundar em seres impuros de sangue por conta da origem cristã nova de muitos invasores.

Borges da Fonseca, talvez, nessa fabricação de uma identidade pernambucana, seja o autor que mais se preocupa em não ceder visibilidade a mestiços na construção de sua obra. Sua intenção era traçar um perfil genealógico para as famílias pernambucanas, de forma que, escondesse qualquer mácula que as mesmas possuísse. Tanto que, o autor se ressente da falta de preocupação das nobres famílias em não guardar documentos que comprovem sua linhagem, e desabafa:

> *Leitor, se és erudito como suponho e tens lição dos livros genealógicos que correm impressos, não deixarás de reparar em que contando a Povoação de Pernambuco só 240 anos, pouco mais, porque principiou no ano de 1535, sejam tão escassas as Memórias e tão pobres de notícias os Arquivos e Cartórios que deixem duvidosas algumas das que nos eram precisas dos primeiros homens nobres que vieram a esta capitania.*[48]

Ao fim, Borges da Fonseca se concentra na missão de relatar as famílias pernambucanas brancas e puras e sua ascendência nobre que teriam chegado na capitania quando da conquista. E note que o genealogista pernambucano se preocupa em destacar que sua obra era destinada a leitores eruditos que conheciam a respeito de trabalhos genealógicos. Portanto, Borges da Fonseca escrevia para um público seleto e que saberia apreciar sua obra, visando ao fim, indubitavelmente, a sala do trono. E se o faz muito bem para Pernambuco, Pedro Taques faria o mesmo para a capitania de São Paulo. Em sua obra destaca a nobreza que concorreu para a formação da capitania e ressalta que, vindo de Lisboa o governador Martim Afonso de Souza, trazendo grande

[47] C.f *O Idioma da Mestiçagem: as irmandades de pardos na América portuguesa*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2007. Nesse livro a autora apresenta uma discussão sobre a relação entre pureza de sangue e as raças consideradas impuras como mouros e judeus e nos lembra que a pureza de sangue estava relacionada com honra familiar. Portanto, a preocupação dos cronistas e genealogistas luso-americanos, conforme temos ressaltado, era coerente com o que se estabelecera na sociedade portuguesa desde fins da Idade Média.

[48] FONSECA, Antonio José Victoriano Borges da. *Nobiliarchia Pernambucana.* Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1935, v.1, p.7/8.

armada com navios de guerra, e muitos apetrechos e pessoas de origem nobre, tudo por sua conta e assumindo todas as despesas, também

> Trouxe o dito Martim *Afonso de Sousa além da muita nobreza, alguns fidalgos da cas*a real, *como foram Luís de Góis e sua mulher D.* Catarina de Andrade e Aguilar, *seus irmãos Pedro de Góis, que d*epois foi capitão-mor de armada *pelos anos de 1558, e Gabriel de Gó*is; Domingos Leitão, casado com *D. Cecília de Góis, filha do dito Luís de Góis;* Jorge Pires, cavaleiro fidalgo; *Rui Pinto, cavaleiro fidalgo casado co*m D. Ana Pires Micel, Francisco *Pinto, cavaleiro fidalgo, e todos* eram irmãos de D. Isabel Pinto, *mulher de Nicolau de Azevedo, cavaleir*o fidalgo e senhor da quinta do *Rameçal em Penaguião, e filhos de Franci*sco Pinto, cavaleiro fidalgo, e *de sua mulher Marta Teixeira [...]*[49]

Pedro Taques foi uma das grandes figuras da capitania de São Paulo que, desde jovem, se destacou no serviço à administração portuguesa, ocupando diversos cargos de relevante importância. Em viagem a Portugal, o genealogista recolheu documentações que pudessem ajudá-lo na construção de sua monumental obra sobre as famílias paulistas e, em contato com letrados portugueses, acabou se interessando cada vez mais pela área da genealogia.

Pedro Taques se comunicava muito com Gaspar Madre de Deus, seu parente e também amigo. Na verdade, a obra de Taques se torna conhecida por conta das escritas do frei que o cita continuadamente e o indica aos leitores. Para além da clara intencionalidade de Pedro Taques, ou seja, receber mercês por conta de sua obra e com isso recuperar um lugar de prestígio na sociedade paulista, nos chama a atenção como esses cronistas se comunicavam num contínuo diálogo sobre a história de suas capitanias e a história do Brasil. Fosse em Pernambuco ou em São Paulo, é evidente que de alguma forma esses homens que escreviam basicamente sobre os mesmos assuntos dialogavam. Mesmo que fosse somente a termo de citação um do outro, havia a troca de informações, quando não a troca de correspondências entre si, Loreto Couto cita Rocha Pita em sua

[49] LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. *História da Capitania de São Vicente*. São Paulo: Cia. Melhoramentos, 1928. Prefácio escrito por Afonso Taunay, p.

obra, Jaboatão recorre à obra de Borges da Fonseca para traçar a genealogias de algumas famílias que o mesmo aborda em seu livro e Rocha Pita apresenta a importância da obra de Borges da Fonseca para se conhecer os troncos nobres oriundos de Pernambuco.

Quanto a Madre de Deus, ao abordar a capitania de São Paulo, também destaca que, muito embora, não se aventure pelos caminhos da genealogia, não pode deixar de apontar as nobres famílias que compuseram o cenário paulista e destaca que "A nobreza com que Martim Afonso povoou São Vicente foi mais numerosa e mais distinta do que se supõem até os mesmos que dela descendem".[50] O cronista destaca que é impossível enumerar todos os nobres que estiveram ou chegaram na Capitania por conta de diversos fatores: nem todos se registravam nos cartórios, alguns livros se perderam, folhas foram arrancadas, enfim. Mas destaca que

> *Dos companheiros nobres do primeiro donatário que aqui ficaram, de alguns deles que ele mandou no princípio e de outros muitos que vieram concorrendo pelo tempo adiante, não só de Portugal e ilhas mas também de Espanha quando estavam unidas as duas Coroas, atraídos pela fertilidade do país, e pelas minas de ouro que se foram descobrindo, compõem-se a nobreza destas capitanias, a qual se conservou pura, conhecida, e muito respeitada até pouco depois do descobrimento das Minas Gerais, principalmente em São Paulo e vilas de Serra Acima.*[51]

Assim, todas as famílias que chegaram às capitanias, de acordo com os cronistas, teriam sua origem em nobres casas européias e, portanto, permaneceriam nobres e puras durante todo o período em que eles observam. Curiosamente, sobretudo nas obras genealógicas, vemos que as famílias que dão início aos troncos regionais, aparecem em terras brasílicas quase cem anos após a conquista. Ou seja, se inicialmente, abordam os conquistadores, ocorre um hiato entre esse momento e o período em que voltam a falar dessas nobres famílias. Assim, ou os autores não conseguem documentos para explicar a

[50] DEUS, Gaspar da Madre de. *Memórias para a história da Capitania de São Vicente hoje chamada São Paulo.* São Paulo e Rio de Janeiro: Weiszflog Irmão Editora, 1920, p.143/4.
[51] DEUS, Gaspar da Madre de. *Memórias para a história da Capitania de São Vicente hoje chamada São Paulo.* São Paulo e Rio de Janeiro: Weiszflog Irmão Editora, 1920, p.163.

origem de muitos ou acabam ignorando uma miscigenação que ocorrera nos anos subseqüentes à conquista.

Em Borges da Fonseca isso fica evidente. O autor fala dos nobres albuquerques que teriam conquistado Pernambuco. Despende bastante tempo abordando essa família e sua nobre missão na conquista e estabilização da empreitada portuguesa no local e, curiosamente, as famílias nobres que continuariam compondo a sociedade pernambucana só voltam a aparecer, na sua grande maioria, depois de 1610. Assim, ocorre um intervalo muito grande entre o aparecimento do tronco inicial da formação pernambucana e o período em que o autor volta a falar de famílias nobres que chegara na capitania. Dessa forma, observamos, por exemplo, "a família dos carvalhos, da capitania de Pernambuco, tem a sua origem na nobilíssima Casa de seu apelido, que é uma das mais antigas e ilustres do nosso Reino, porque dela descendiam os dois irmãos Bernardino de Carvalho e Sebastião de Carvalho, que vindo à dita capitania, antes dos holandeses, que a tomaram em 1630, nela casaram e deixaram a descendência de que vamos dar notícia" e "Barbalhos Silveiras, principia esta família em Antônio Barbalho Pinto, natural do Reino e primeiro senhor do engenho de Nossa Senhora do Rosário de Camaratuba, que levantou no ano de 1610."Além dos "Thenorios: esta família principiou em Pernambuco, no ano de 1613, no qual passou a Pernambuco as suas heranças Dom Luiz Lopes Thenório, nobre espanhol, natural de Sevilha. Trouxe em sua companhia dois irmãos e um sobrinho [...]".[52]

Assim, Borges da Fonseca que pretende fazer uma obra que exponha com clareza a formação da sociedade pernambucana, destacando todas as nobres famílias que haviam composto aquela paragem, acaba deixando uma lacuna entre a chegada dos primeiros habitantes e a primeira década do século XVII; talvez por falta de documentação, mas não podemos deixar de entrever que possa ter sido para esconder uma possível miscigenação que ocorrera na capitania nos anos subseqüentes à conquista. Quanto à segunda hipótese, não há como se comprovar, mas observamos que quando o genealogista não conseguia marcar no tempo a origem de determinada família nas terras pernambucanas, acabava por apresentar a invasão holandesa no Nordeste como barra

[52] FONSECA, Antonio José Victoriano Borges da. *Nobiliarchia Pernambucana.* Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1935, v.1, pp. 21, 45 e 61.

cronológica para a ocupação local pelas famílias de nobreza, e sempre ressaltava: "Mouras: Esta família é antiga em Pernambuco e tem nela sua origem em dom Felipe de Moura que dizem, viera a governar esta Capitania muito antes dos holandeses" e "Vieiras de Mello – de Antonio Vieira: Esta família é antiga nesta capitania e tem nela sua origem em Antonio Vieira de Mello cavaleiro fidalgo e natural de Catanhede, que passou a Pernambuco muito antes dos holandeses."

Dessa forma, o que o genealogista pernambucano tenta demonstrar é que a capitania que defende fora ocupada e construída somente por oriundos de casas nobres e, portanto, acaba ignorando quase cem anos de desenvolvimento da capitania bem como sua povoação e, conseqüentemente, seu aumento demográfico. A atenção de Borges da Fonseca se concentra somente nas famílias que o mesmo entende serem de esfera nobre e sempre procura destacar troncos considerados puros. Mas, o contato com os nativos não deixaria que essa bandeira da limpeza de sangue e pureza fosse levantada por muito tempo. E dessa forma, quando a mistura era evidente, os cronistas e, embora em menor escala os genealogistas, buscavam uma explicação no passado para justificar a miscigenação. Ao abordar, por exemplo, a presença indígena na sociedade pernambucana, Loreto Couto ressalta a importância dos índios para a empreitada portuguesa e começa a "limpar" a imagem tão ruim tecida sobre os indígenas brasileiros que eram considerados "mais brutos em pé, que racionais humanados, sem arte, nem política, sem prudência, e sem humanidade, preguiçosos, covardes, comilões, medrosos, mentirosos, cobiçosos, e dados ao vinho. Finalmente uns faunos, uns semicapros, uns satiros [...]", destacando que

> *Todas as virtudes que enobrecem um homem se dividem em letrados e morais. Aquelas ilustram o entendimento, estas retificam a vontade. Em ordem as segundas comprovaremos com dito, e feitos, não tudo que se poderia dizer, mas o que baste para considerar a esta nação dotada de valor nas armas, de amor a pátria, de humanidade, lealdade, nobreza de ânimo, e de outras partes de que constam os homens ilustres [...].*[53]

[53] COUTO, Domingos Loreto de. *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco.* Recife: Fundação Cultural de Recife, 1981, p.37/8.

Tratando-se de sociedades em que a miscigenação com indígenas era visível, se tornava necessário que o nativo fosse representado de forma positiva e, por isso, os cronistas começam a conceder um tom adocicado na relação entre o branco e o "negro da terra". E, para os cronistas, as alianças com os indígenas foram necessárias para a implementação da conquista portuguesa. No entanto, esse contato com os da terra se deu através de casamentos onde o homem branco sempre tomava como esposa a filha de um dos principais dentro das tribos, muitas das vezes, reconhecidas como legitimas princesas. Ora, se o branco que no Brasil aportara era tomado como nobre, ao receber como esposa uma princesa indígena, isso só aumentava seu prestígio e honra.

Voltar ao passado para explicar a razão de muitos portugueses que aqui chegaram terem tomado nativas por esposas foi uma forma de justificar a miscigenação que ocorrera inicialmente. Assim, se justificava a própria família e com isso tentava colocá-la em patamar de igualdade com as demais do Império português. Madre de Deus, ao abordar a chegada dos portugueses, destaca a importância que teve o líder indígena Tibiriçá na vitória dos lusos e destaca que isso não seria possível sem a intermediação de "João Ramalho, aquele português, que aqui chegara muitos anos antes: [e] ele fazia vida marital com uma filha do regulo".[54] Assim, na fabricação da identidade paulista, o cronista Madre de Deus aponta o casamento de Ramalho com uma índia como primordial para a conquista da região. Curiosamente, e paradoxalmente, o mesmo cronista que defende essa aliança, também destaca que o cativeiro dos indígenas era necessário para que os piratininganos pudessem viver em abastança.

A idéia da presença indígena sendo tida como nobre foi muito comum no século XVIII. Quando a mestiçagem era inquestionável, buscava-se num passado mítico a origem do índio e também se justificava a mistura partindo do pressuposto de que ocorrera com verdadeiras princesas indígenas. Abordando a mesma temática, embora sobre a Bahia, o cronista Rocha Pita apresenta a história de Catarina e Diogo Álvares. O último, português que chegou ao Brasil, por conta de sua habilidade com armas e pólvora fora poupado pelos índios, tornou-se o Caramuru, casou-se com a filha do principal índio da nação, esteve nas terras brasílicas, mas resolveu fugir para a Europa.

[54] DEUS, Gaspar da Madre de. *Memórias para a história da Capitania de São Vicente hoje chamada São Paulo.* São Paulo e Rio de Janeiro: Weiszflog Irmão Editora, 1920, p.132.

Embarcou, escondido, numa nau francesa, no que foi acompanhado pela concubina que não o quis deixar. Ambos foram parar na Corte de Catarina de Médici. Ovacionados e reconhecidos, se casaram sob o patronato dos Cristianíssimos Reis. Sendo negados no seu desejo de irem para Portugal, acabaram enviados de volta à Bahia. E note que interessante:

> *Tiveram muitos filhos; e casando as suas filhas e netas com fidalgos vindos de Portugal para os maiores cargos da Bahia, fizeram nobilíssimas famílias, das quais existem poderosas casas, de grandes cabedais e conhecida nobreza que em todos os tempos ocuparam os primeiros lugares da República e fora da pátria tiveram relevantes empregos.*[55]

Ou seja, o casamento de Caramuru com a filha de um principal o levou a um patamar de nobreza a ponto de seus descendentes terem se casado em grandes e nobres casas portuguesas. Muito embora o cronista Jaboatão negue veementemente a história de que o batismo e o casamento do português com a índia tivessem sido abençoados pelos reis franceses, destacando que no momento em que casaram, já não governavam mais os ditos reis e, portanto, não havia como tal acontecimento ter ocorrido.[56] Em Pernambuco, Loreto Couto aborda a vida de um português que se tornou primordial para a vitória lusa e destaca sua importância na aliança com os nativos destacando que "era Vasco Fernandes estimado entre os gentios. O principal se honrava de o ter por genro, e os mais o temiam, porque o supunham feiticeiro [...]".[57] Assim, os cronistas vão incluindo o indígena na construção das identidades locais, buscando num passado um ancestral nobre para os mesmos e, assim, justificando a miscigenação com os nativos.

Mas, além de explicar os casamentos ocorridos entre os primeiros portugueses que aqui chegaram e os da terra, os cronistas precisavam explicar a origem desses

---

[55] PITA, Sebastião da Rocha. *História da América Portuguesa: desde o anno de mil quinhentos do seu descobrimento, até o de mil setecentos e vinte e quatro.* 2.ed. Lisboa: Editos Francisco Arthur da Silva, 1880, p.50.

[56] JABOATÃO, Frei Antonio de Santa Maria. *Novo Orbe Seráfico Brasílico.* 3.ed. , 3.vols. Recife: 1979, v.1, p.22. c.f também Janaina Amado em Diogo Álvares, o caramuru, e a fundação mítica do Brasil In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, FGV, n.25, pp.3-37, 2000. Nesse texto a autora nos lembra que a história desse casal tornou-se um mito fundador da nacionalidade.

[57] COUTO, Domingos Loreto de. *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco.* Recife: Fundação Cultural de Recife, 1981, p.21.

indígenas, daí a volta ao passado distante para justificar a razão da filha de um chefe poder ser reconhecida como princesa. Loreto Couto é o cronista que mais se preocupa em buscar uma origem nobre para o indígena, muito embora Rocha Pita, considerado o primeiro historiador de uma América portuguesa, destaque que

> *Sobre a origem que tiveram. Deixo a controvérsia sobre a origem dos primeiros habitadores, que a esta região passaram, e de onde vieram, se de Tróia, de Fenícia, de Cartago, de Judéia, dos fabricadores da Torre de Babel, ou se de Ofir Indo, porque sobre este ponto não tem mais forças, que algumas débeis conjecturas, os argumentos dos autores; [...].*[58]

A obra de Loreto Couto é permeada por uma intencionalidade de restaurar um passado de glórias de Pernambuco e, com isso, destacar o quanto o rei tinha naquela região reais e valorosos vassalos, dignos de serem reconhecidos como tais. E os índios seriam arrolados pelo autor nesse *pantheon* de bons e fiéis vassalos. O autor passa seis longos capítulos escrevendo sobre o indígena pernambucano e começa destacando que "Mostram-se menos verdadeiras as notas, com que são informados os nossos Índios". Em seguida fala das virtudes letrados dos indígenas, da originalidade de suas línguas, da cor da pele dos mesmos e qual seria a origem desses índios.

Para uma vertente historiográfica mais recente, ao falar que "Mostram-se menos verdadeiras as notas (...)", Loreto Couto estaria num contínuo diálogo com as idéias Ilustradas que assopravam a Europa. Assim, dialogando com pensadores europeus que detratavam o homem e a natureza americanos, o autor buscava a defesa do indígena que fora uma das matrizes de formação da sociedade em que ele vivia. A idéia de defesa desses índios, bem como a exaltação de suas qualidades frente ao que se propagava no Velho Mundo, faz com que nosso cronista seja considerado por muitos como um representante do "pensamento ilustrado brasílico". Durante o século XVIII, o reconhecimento e as explorações no Novo Mundo se intensificaram de forma incrível e reveladora, as viagens realizadas pelos naturalistas aos rincões mais distantes da Europa

[58] PITA, Sebastião da Rocha. *História da América Portuguesa: desde o anno de mil quinhentos do seu descobrimento, até o de mil setecentos e vinte e quatro.* 2.ed. Lisboa: Editos Francisco Arthur da Silva, 1880, p.43.

foram de vital importância para a expansão do conhecimento e para o fortalecimento dos poderes estatais. Ao passo que ia aumentando o número das sociedades responsáveis por agrupar homens das letras imbuídos no desenvolver das ciências, sobretudo às referentes à humanidade e sua diversidade, também crescia a curiosidade e a necessidade por classificar os diferentes seres viventes existentes na terra. As viagens à continentes distantes como Ásia e América, para esses homens à serviço do conhecimento e, também, muitas da vezes, à serviço de um monarca europeu, passou a ter uma intencionalidade científica.

E essa intencionalidade científica, como bem destaca Angel Guirao Vierna, estava anexada com instituições científicas como os jardins botânicos, gabinetes de história natural, escolas e academias militares que, utilizando cada vez mais os métodos científicos, bem como mão-de-obra especializada e instrumentos potentes e importantes, buscava promover estudos e progressos científicos nos territórios onde esses naturalistas desenvolviam suas atividades.[59] Por fim, o resultado dessas pesquisas deveria ser publicado e difundido por todo o meio científico que cada vez mais se especializava nessa segunda metade do Setecentos. As viagens filosóficas serviram de grande aporte em termos de informações para que se desenvolvessem as ciências e, sobretudo, as teorias de classificação do diversos tipos humanos existentes na terra. A flora, a fauna, o ser humano enfim, se tornam objetos de investigação mais aprofundada dos viajantes que, seguindo os cânones das instituições que os promoviam, tentam mapear e classificar a diversidade do mundo natural.

As viagens às diferentes partes do mundo, por fim, caminhavam junto com o desenvolvimento das ciências que "deixavam de ser paulatinamente uma atividade de gabinete, mais ou menos conventual, acadêmica ou nobiliária, para interessar-se pelos problemas concretos que se colocavam com o desenvolvimento econômico e social".[60] E as obras desses viajantes ao Novo Mundo, não só forneciam o material necessário para o implementar das teorias classificatórias que se desenvolviam nos grandes centros

[59] VIERNA, Angel Guirao. Expediciones cientificas o ciência em lãs expediciones? Tres ejemplos classificadores. In: *Revista de Índia*, número 6, p. 474.
[60] LAFUENTE, Antonio. Las expediciones cientificas del Setecentos y a nueva relación del cientifico com El Estado. In: *Revista de Índias*, número 180, p.373.

europeus, como também eram decisivas para colocar em prática as "leis" científicas que se desenvolviam no Velho Mundo.

> Por outro lado, as teorias que vão surgindo e sendo implementadas cada vez mais no ultramar, serviam como respaldo para a justificação da expansão colonial, uma vez que se coadunavam com a idéia de progresso. Sendo assim, a diversidade humana servia para explicar as várias fases vividas pelos povos. O controle sobre os processos naturais elucidava o primitivismo dos indígenas e a riqueza dos europeus. Aos últimos cabia o fardo de levar as luzes aos povos submersos na ignorância. Portanto, a idéia de progresso respaldava o controle europeu sobre o mundo colonial. E as teorias que buscavam explicar a diversidade humana se encaixavam perfeitamente com o ideal europeu de subjugar os povos tidos como "atrasados".

Assim, as teorias desenvolvidas na Europa, muitas das vezes, apresentavam a natureza e o homem americanos como seres inferiores. Ora, em território como a América portuguesa, onde a miscigenação do europeu com o indígena era perceptível, era natural que os letrados luso-americanos refutassem algumas das idéias defendidas no Velho Mundo. Para muitos historiadores, o diálogo entre pensadores americanos e europeus a respeito de diferentes temas faz com que esses homens possam ser considerados como representantes de *pensamento ilustrado brasílico.* Íris Kantor apresenta esse conceito e destaca que Loreto Couto assim como Gaspar da Madre de Deus reelaboraram

> *os conceitos chaves da filosofia das Luzes, articulando um ponto de vista que contemplava os interesses locais com o universalismo do mundo erudito. Dessa maneira, a razão de Estado conciliava-se com o pacto colonial, a ancestralidade indígena era associada aos ideais de nobre selvagem.* [61]

Entendemos que, mesmo sendo considerados como brasílicos ilustrados, Loreto Couto e Madre de Deus, ao fim e ao cabo, se encontravam muito mais preocupados com as questões de cunho loca do que em dialogar com os corifeus da Ilustração. A

[61] KANTOR, Íris. A disputa da América ns historiografia brasílica: D. Domingos Loreto Couto e frei Gaspar da Madre de Deus In: VAINFAS, Ronaldo. SANTOS, Georgina & NEVES, Guilherme(organizadores). *Retratos do Império: Trajetórias individuais no mundo português nos séculos XVI a XIX*. Niterói: EdUFF, 2006, p.78.

apreensão com a origem dos índios, a busca por essa ancestralidade, nos parece muito mais uma preocupação genealógica que buscava num passado histórico e imemorial, honra e nobreza para justificar frente à sociedade em que viviam as suas origens. Não esqueçamos que Couto e Deus estavam inseridos, muito embora as vezes critiquem essa posição, na lógica de que um passado nobre era uma das heranças para as famílias daquele período. Não obstante, entendemos que, sobretudo Loreto Couto, dialoga com a idéia de que a mancha de sangue pode ser retirada, mas faz isso de forma tímida não ferindo os pressupostos da sociedade do qual o mesmo fazia parte.

Couto nos lembra que

> *A alguns Autores pareceu que com impropriedade eram chamados Índios os povos da América, por lhes parecer que este nome competia somente aos da Índia Oriental, que do rio Indo tomarão o nome; mas he porque ignoram o motivo de serem chamados Índios todos os Americanos.*[62]

A partir dessa constatação, Couto começa sua digressão para justificar a origem dos nativos pernambucanos. As Sagradas Escrituras seriam, obviamente, o passo mais seguro para começar a explicação; assim, o autor destaca que:

> *Por tradição continuada de muitos séculos afirmam ser os naturais da América, que seu primeiro povoador foi Ophir Indico, filho de Iectam, neto de Heber aquele de quem fala a sagrada Escritura no capitulo décimo do Gênesis, e a quem coube para senhoriar o ultimo da costa da Índia Oriental. Deste pois dizem, que passou daqui a povoar, e senhoriar a região da América, entrando pela parte do Peru, e México, dilatando por ali seu Império.* [63]

Traçar uma genealogia dos índios americanos era muito difícil para o cronista que fazendo leituras de diversas obras que versavam sobre o assunto, segue seu caminho apresentando hipóteses para tal origem. A preocupação em decifrar a procedência

[62] COUTO, Domingos Loreto de. *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco.* Recife: Fundação Cultural de Recife, 1981, p.57.
[63] COUTO, Domingos Loreto de. *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco.* Recife: Fundação Cultural de Recife, 1981, p.57.

indígena era algo que preocupava os cronistas desde o século XVI. Para Loreto Couto, várias foram as explicações para o aparecimento desses homens na América. Assim, ele fala da possibilidade de terem descendido daqueles que pretenderam edificar a Torre de Babel e que, portanto, por falarem línguas distintas acabaram se espalhando por diversas partes do mundo. Poderiam ser também povoadores que foram enviados por Salomão em naus para a região chamada Ophir. Para o autor, "Teve Salomão conhecimento da disposição de todas as terras do mundo, e conseguintemente desses tesouros, e riquezas do Brazil, parecendo ao cronista que entre todas as histórias apresentadas, a hipótese de ser o Brasil Ophir e de ter sido habitado por hebreus egressos das terras de Salomão era a mais verdadeira.

Sendo os primeiros povoadores dessas terras troianos, africanos que fugiram depois da destruição de Cartago ou simplesmente judeus que formavam as tribos de Israel, importava aos cronistas que se explicasse a origem dos primeiros homens que por aqui aportaram. E Loreto Couto vai a Europa para traçar um paralelo com nossa história e destaca que

> *Depois da destruição de Troya arribou ao Tejo Ulysses, e seus companheiros, e fundou Lisboa. Assolada a cidade de Tyro por varias partes, uma veio cair na Lusitânia, e povoaram. Hércules Tebano e os Argonautas impelidos de tormentas surgiram na Espanha.* [64]

Ou seja, assim como na Europa outros povos concorreram para a formação daquelas sociedades, o mesmo teria ocorrido do lado de cá do Atlântico.

A idéia de se explicar a origem dos habitantes da América não foi algo original nas obras dos cronistas do século XVIII, ao contrário, como temos dito, desde o século XVI, com a descoberta do Novo Mundo, surgiram muitas escritas destinadas a dar conhecimento sobre essa "quarta parte do mundo", que até então ficara encoberta e desconhecida. Explicar o mundo novo que se descortinava frente aos olhos surpresos e perplexos dos europeus significava explicar a origem daqueles homens que o habitava.

[64] COUTO, Domingos Loreto de. *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco.* Recife: Fundação Cultural de Recife, 1981, p.61.

Loreto Couto, ao tecer suas explicações para a origem dos índios americanos, em nada difere das proposições apresentadas, por exemplo, pelo jesuíta Simão de Vasconcelos que, nascido em Portugal, veio para o Brasil ainda criança e escreveu diversas obras sobre a América portuguesa, dentre elas Crônica da Companhia de Jesus, escrita no século XVII. Na verdade, podemos dizer que o capítulo de Loreto Couto que versa sobre o passado indígena é praticamente uma cópia do jesuíta. No entanto, mais tarde, veremos que aquele, ao abordar essa temática, possuía objetivos bem diferentes dos de Simão de Vasconcelos.

O jesuíta Seiscentista diz que as principais perguntas feitas pelos portugueses aos índios consistiam em tentar entender "Em que tempo entraram a povoar aquelas suas terras os primeiros progenitores de suas gentes? De que parte do mundo vieram? De que nação eram? [...] como não conservaram suas cores? Como não conservaram suas línguas? [65] Simão de Vasconcelos apresenta as mesmas proposições que os cronistas do Setecentos. Mas, o jesuíta ainda trabalhava com a hipótese de ter sido essa "quarta parte desconhecida do mundo" ocupada pela a Ilha de Atlante. Assim, descreve que:

> *[...]os primeiros progenitores dos índios da América entraram a povoa-la sucessivamente com os que entraram a povoar a ilha de Atlante; pois tudo era a mesma terra, mais, ou menos distantes das Colunas de Hércules [...].Se hei de dizer o que sinto nesta opinião tão discutida da ilha de Atlante, confesso que faz alguma força a meu entendimento, não só o segui-la Platão, homem de tanta autoridade [...] e tão sério em todo seu dizer* [66]

Curioso foi perceber que ao fim das proposições, o jesuíta não se posiciona a respeito de qual seria realmente a origem dos indígenas. No entanto, assim como os cronistas fariam no século seguinte, exceto Rocha Pita, Simão de Vasconcelos se detêm bastante nas passagens bíblicas para explicar a origem do índio americano. Ou seja, discorre sobre as tribos de Israel, as naus de Salomão e os remanescentes da Torre de Babel. Não obstante, devemos ter em mente que o jesuíta escreveu muito preocupado em

[65] VASCONCELOS, Simão. *Crônica da Companhia de Jesus;* introdução de Serafim Leite. Petrópolis: Vozes; Brasília: INL, 3ªed., 1977, p.80-82.
[66] VASCONCELOS, Simão. *Crônica da Companhia de Jesus;* introdução de Serafim Leite. Petrópolis: Vozes; Brasília: INL, 3ªed., 1977, p.90/1..

conhecer a história desses homens que habitavam a América quando da chegada dos europeus; ele não tinha em mente nada mais que conhecer o passado desses índios que, muitas das vezes, aparecem na escrita do religioso como possuidores de "modo tosco e gentílico".

Os cronistas analisados nesse texto, ao escreverem na segunda metade do Setecentos, também não se desassossegavam em saber as origens dos indígenas. No entanto, não se preocuparam em fazer uma pesquisa mais aprofundada, afinal, seus objetivos eram outros. Não viam os índios conforme o jesuíta do XVII. Estavam muito mais preocupados em buscar num passado imemorial uma origem nobre para os índios e, com isso, justificar que os habitantes de suas capitanias, muitos deles descendentes de índios, não deixavam de ser valorosos por terem mácula indígena em seu sangue; pelo contrário, deveriam se orgulhar, uma vez que a matriz nativa teve origem em povos de muito valor como os que compunham as tribos de Israel. Ao fim, Vasconcellos buscava legitimar a catequese, enquanto os cronistas do XVIII buscavam legitimar as elites de suas pátria e com isso fabricar identidades regionais que os diferissem dos reinóis e das demais paragens do império português.

Colin Kidd, na obra *British Identities Before Nationalism Ethnicity and Nationhood in the Atlantic World 1600 – 1800*, nos lembra o importante papel que teve as escrituras sagradas para a formação das identidades antes do nacionalismo tão marcante do Oitocentos. Para o autor, que tenta entender como funcionava o sentimento identitário do mundo britânico na modernidade, os letrados da ilha sempre buscaram num passado bíblico a origem para os homens que compunham a sociedade britânica. Assim, Kidd destaca que "Matters of race, ethnicity and the genaealogies and relatioships of people and nations were, in the first instance, part of the province of theology". Assim, para a maior parte do período moderno, a ciência experimental não era naturalista. A bíblia era a resposta para todas as coisas. Os primeiros capítulos do livro de Gênesis eram o ponto de partida para as ciências humanas e naturais. Cosmologia, geologia e literatura, todos possuíam como base a história sagrada.

Similarmente, a história do mosaico das populações do mundo se estabeleceu através dos parâmetros da ortodoxia cristã sobre a especulação etnológica.[67]

Em "Quetzalcóatl y Guadalupe: La formación de la conciencia nacional en México", o historiador Jacques Lafaye destaca que os cronistas da América espanhola estiveram como figuras de proa na tentativa de entender a origem dos índios do Novo Mundo. O autor cita vários cronistas dos séculos XVI e XVII como Gregório Garcia, e destaca que, a despeito das várias hipóteses levantadas para explicar de onde teriam surgido os nativos americanos, não se pode deixar de perceber que "[...] todas as respostas dadas à pergunta em torno da dita origem se remontavam a duas fontes: a ciência pagã da antiguidade romana e helênica, por um lado, e, por outro, a tradição judaico-cristã [...]".[68]

Loreto Couto e Madre de Deus, sem dúvidas, caminharam pela senda da tradição judaico-cristã e, como se pode observar, trabalharam com a hipótese de terem os índios se originado de algum dos povos que aparecem, sobretudo nos primeiros livros do Velho Testamento. A própria defesa que Loreto Couto, por exemplo, faz das ditas pegadas de São Tomé na América, demonstra sua inclinação para um passado bíblico na origem desses indígenas. Ao fim, destaca que se detratam os nativos brasileiros, cabia a ele colocar o monarca por dentro da qualidade dos vassalos que este possuía nas terras pernambucanas e arremata que "assim como é inclinação das almas mais vis deteriorar a opinião do próximo, é ocupação digníssima de um rei pio, e de um gênio real, defender a honra de seus vassalos, e desvanecer a calúnia com que os maltratam [...]".[69]

Jacques Lafaye nos lembra que a preocupação desses cronistas era integrar ao mundo já conhecido a parte que estava sendo descoberta, ou seja, a América. Assim, para o historiador "na realidade estamos ante uma concepção coerente da história da humanidade, a qual se intenta integrar os habitantes do Novo Mundo, reabsorbiendo sua novidade em uma verdade, senão elucidada, ao menos revelada desde há muito pela escritura". Em relação à afirmação de Lafaye, tendemos a concordar com o autor.

[67] KIDD, Colin. *British Identities Before Nationalism Ethnicity and Nationhood in the Atlantic World 1600 – 1800.* New York: Cambridge University Press, 1999, pp.10-14.
[68] LAFAYE, Jacques.. *Quetzalcoatl y Guadalupe: la formación de la conciencia nacional en México*. 2. ed., 2. reimpr. México: D.F.: Fondo de Cultura Económica,1992, p.91/2.
[69] COUTO, Domingos Loreto de. *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco.* Recife: Fundação Cultural de Recife, 1981, p.56.

Entretanto, pensamos ser necessário fazer uma divisão sobre os momentos históricos em que cada cronista escrevia e tentar entender as razões de terem abordado determinadas temáticas em determinados tempos. Obviamente, os cronistas do setecentos estavam menos preocupados em integrar os habitantes do Novo Mundo em qualquer ordem; buscavam a origem dos habitantes da América em passado nobre e bíblico para na seqüência justificar que tanto os índios quanto seus descendentes e, no limite, os frutos da união branco-índio, tinham um passado nobre e, portanto, não deveriam ser considerados como vassalos inferiores frente aos reinóis.

Semelhante preocupação, e isso em meados do século XVII, ocorria entre a elite letrada de Goa que, dividida entre cronistas que defendiam os *charodos* e cronistas/clérigos que defendiam os *brâmanes*, buscava num passado imemorial a origem desses grupos para justificar frente a Coroa portuguesa, qual era o mais bem preparado para assumir posições de governança nos quadros do império português. Em *A invenção de Goa: Poder Imperial e Conversões Culturais nos séculos XVI e XVII*, a historiadora Ângela Barreto Xavier analisa duas obras escritas por dois cronistas diferentes, um que defendia a supremacia dos brâmanes frente aos charodos, e outro que na defesa dos charodos buscavam afirmá-los como superiores aos brâmanes. O interessante nas análises da autora é quando percebe que ambos os autores buscaram num passado bem distante a origem dos grupos que defendiam e, obviamente, a procedência bíblica era o passo mais seguro para tal empreitada.

Dessa forma, Ângela Barreto Xavier destaca que o cronista e clérigo Antonio João Frias – defensor dos brâmanes –, "explica [...] que esse rei fundador da nação bramânica não era outro senão Gaspar, um dos reis magos que tinham prestado homenagem a Cristo recém-nascido [...]", e respondendo ao defensor dos brâmanes, o cronista Leonardo Paes "[...] filiaria a paternidade dos charodos num momento ainda mais distante. Era em Indo, neto de Saba, filho de Sem, um dos filhos de Noé, que tinham origem, como se viu, os Rajas [...] Charodos". [...]". E a autora conclui: "É que se em Portugal se dizia (ainda no século XIX), que a nobreza antiga era 'a que vem

desde o senhor rei Dom Afonso V, ou mais de trás', tanto Frias como Paes faziam remontar as suas origens aos tempos bíblicos".[70]

A obra de Xavier é muito interessante, pois demonstra o papel das elites letradas na formação de uma escrita identitária. Assim, buscando num passado bíblico e bem distante a origem dos grupos sociais goeses, os cronistas procuravam inserir as parcelas da sociedade que defendiam nos quadros de uma identidade portuguesa. Obviamente, a religião cristã fora a base de inserção, afinal, como bem nos lembra Ângela Barreto "no caso goês, foi o recrudescer da idéia (e da dimensão) de *respublica christiana*, de *civitas dei*, a estimular uma primeira tematização do conceito de 'nação portuguesa' e, sobretudo, do conceito de 'pátria'. A par da nação portuguesa foram tematizadas, também, a nação bramânica e a nação charodo e, por fim, a nação goesa, todas elas apresentando-se, contudo, como partes privilegiadas dessa pátria maior que era a portuguesa".[71]

Portanto, a conversão era o primeiro passo para se aproximar da identidade portuguesa. Mas, ao mesmo tempo em que a conversão teve o poder de equalizar todos os súditos e passou a servir como principal critério de inclusão e exclusão na ordem imperial portuguesa, Ângela Barreto Xavier também destaca que outros fatores de distinção foram aparecendo como "a competência lingüística, a antiguidade na religião, o lugar de nascimento, a cor, a capacidade intelectual. Era essa combinação que justificaria que fossem os portugueses a continuar a exercer os ofícios da governança imperial e local, e a manutenção da relação entre colonizador e colonizado nos seus moldes iniciais".[72] Daí toda preocupação dos cronistas em buscar em um passado imemorial a origem dos grupos locais. Ora, relacionar brâmanes e charodos com antigos povos bíblicos era de certa forma, justificar a religião, a língua, a cor da pele e, portanto, colocá-los em patamar de igualdade com os reinóis. Como alguém poderia deslegitimar uma 'nação' que teve sua origem no Velho Testamento das Sagradas Escrituras? Essa também era a preocupação dos cronistas luso-americanos do século XVIII, encontrar

[70] XAVIER, Ângela Barreto. *A invenção de Goa: Poder Imperial e Conversões Culturais nos séculos XVI e XVII*. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2008, pp.429-432.
[71] XAVIER, Ângela Barreto. *A invenção de Goa: Poder Imperial e Conversões Culturais nos séculos XVI e XVII*. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2008, p.440.
[72] XAVIER, Ângela Barreto. *A invenção de Goa: Poder Imperial e Conversões Culturais nos séculos XVI e XVII*. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2008, p.397/8.

uma origem nobre para os índios, justificar a miscigenação e com isso se colocarem equivalentes aos portugueses do reino em termos de lealdade ao monarca e à religião estabelecida.

Diferentemente dos cronistas, os genealogistas foram mais cautelosos em defender a união entre brancos e índios e, em suas obras, sempre buscam ressaltar um passado de pureza e ilustre para os habitantes de suas capitanias. Borges da Fonseca sempre aponta seu orgulho pelos troncos nobres que floresceram em Pernambuco. No entanto, em algum momento tende a abordar a miscigenação e o faz de forma muito tímida. Ora, se Loreto Couto destaca a união de Jerônimo de Albuquerque, ou seja, um dos principais homens da conquista, com índias locais, Borges da Fonseca não teria como esconder essa união. Entretanto, apresenta a mesma de forma muito interessante. Em páginas finais de sua obra, escreve um capítulo em que destaca toda prole de Jerônimo de Albuquerque e, na seqüência, ressalta que "Além dos filhos foram tidos como tais:

> *Dona Joana de Albuquerque e Dona Felipa de Albuquerque, que não tomaram estado; porém Jerônimo de Albuquerque diz em seu testamento : "declaro que uma mamaluca ou índia por nome Felipa, filha de uma minha escrava por nome Maria, a qual mamaluca, eu mal informado alguma hora cuidei por ser minha filha e como tal lhe fiz cousas de filha e lhe houve legitimação Del rei Nosso Senhor, contudo depois fui informado da verdade soube certo não era e assim o declaro em minha consciência. E dado que fora o que é eu deserdo totalmente por desordens suas notórias.* [73]

Mas, se Borges da Fonseca tenta ao máximo esconder a miscigenação na Pernambuco do período da conquista, não pode deixar de entrever que a mesma aconteceu. Assim, se Jerônimo de Albuquerque teve filhos mestiços e fora do casamento, no final das contas, acabou por deserdá-los por não se ter certeza se eram seus filhos ou não. Tanto que Fonseca cita outro exemplo em que Jerônimo de Albuquerque em testamento declara "quanto a uma Jenônima mamaluca que se criou em minha casa e foi tida por minha

[73] FONSECA, Antônio Victoriano Borges da. *Nobiliarchia Pernambucana.* Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1935, v.2, p.399/400.

filha, da qual Deus sabe a verdade, em caso que o seja, eu a deserdo totalmente por desordens notórias[74]. Mas, ao mesmo tempo em que fala desses filhos mestiços e ilegítimos, destaca que os legítimos foram aceitos. No entanto, os legítimos também haviam nascido do consórcio entre Jerônimo de Albuquerque e uma índia. Assim, Fonseca, que ressalta o passado nobre, puro e ilustre para seus antepassados, conclui que

> *Tendo em meu poder a prova da legitimação que no ano de 1561 concedeu o rei Dom Sebastião aos filhos naturais de Jerônimo de Albuquerque; está ela de tal sorte que se não pode ler os seus nomes e muitos apenas se percebe alguma coisa. É certo que os perfilados foram só 13 e que destes só 8 foram havidos em Dona Maria do Espírito Arcoverde [...].Onde veremos que com razão distinguiu sempre Jerônimo de Albuquerque a estes filhos, entre os mais que teve, porque o lustre do sangue de uma princesa de sua terra não era para deixar de lembrar nos que tiveram a virtude de o conseguir [...]*[75]

Ou seja, na fabricação de uma identidade pernambucana, a despeito de tentar esconder a miscigenação, o genealogista acaba por aceitá-la, explicando que ocorrera com sangue nobre proveniente de princesas indígenas. Semelhantemente a Borges da Fonseca, Pedro Taques, em São Paulo, também abordaria a questão do intercurso entre brancos e índios pela mesma perspectiva. E ao destacar a união entre os primeiros portugueses e os nativos, nos lembra que

> *Fundadas as vilas de S. Vicente e do porto de Santos, João Ramalho, homem nobre de espírito guerreiro e valor intrépido, que já muitos anos antes de vir Martim Afonso de Sousa a fundar a vila de S.Vicente em 1531, como fica referido, tinha vindo ao Brasil, e ficando nas praias de Santos, e tendo sido achado pelos Piratininganos, o trouxeram ao seu rei Teviriçá, que por providência de Deus se agradou dele e lhe deu sua filha, que depois se chamou no batismo Isabel [...].*[76]

---

[74] FONSECA, Antônio Victoriano Borges da. *Nobiliarchia Pernambucana.* Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1935, v.2, p.399/400.
[75] FONSECA, Antônio Victoriano Borges da. *Nobiliarchia Pernambucana.* Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1935, v.2, p.381.
[76] LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. *História da Capitania de São Vicente*. São Paulo: Cia. Melhoramentos, 1928.

Mas, o interessante na perspectiva de Taques é que quando as famílias nobres chegaram em São Vicente, por lá já se encontrava um homem "nobre de espírito guerreiro e valor intrépido" que havia se casado e tido filhos com a filha do principal de uma das tribos. Mas, o cronista faz questão de ressaltar que Ramalho chegara antes dos nobres que vieram com Martim Afonso de Sousa, portanto, não estava no rol da nobreza que desembarcara quando da chegada do grande conquistador e que, por coincidência, seria o tronco das principais famílias que descenderia daquele momento para frente. Mas, mesmo por essa lógica, era difícil para o genealogista esconder o encontro sexual entre brancos e índios e, assim, busca ressaltar esse passado nobre dos nativos existentes quando da chegada dos portugueses. Laura de Mello e Souza destaca que Pedro Taques

> *[...] Escravista e adepto da pureza de sangue, viu-se engolfado, como todos os de sua época, nas contradições inelutáveis de uma sociedade que ia se construindo sobre a iniqüidade, a exploração, a mestiçagem e a exclusão: condenando os consórcios de paulistas insignes com negras, fechou os olhos ante a mestiçagem com índio e seguiu em frente com seu apreço, absurdamente em tal contexto, pelo sangue limpo. Foi o antepassado intelectual de toda uma elite paulista habituada a invocar antecedentes indígenas quando os traços fisionômicos da família acusam mestiçagem indisfarçável [...].*[77]

E embora tendamos a matizar parte da idéia da autora, afinal, entendemos que o apreço pela limpeza de sangue, muito embora já estivesse sendo questionado por parcela da sociedade, ainda possuía grande peso na forma de hierarquização, sobretudo no espaço colonial, concordamos com a idéia de que Taques quando não pode disfarçar a mestiçagem, viu-se obrigado a buscar um passado mítico e nobre para os nativos e, com isso, justificar a mistura ocorrida em terras paulistas.

Ao abordar Madre de Deus, que escreve em resposta às acusações que escritores estrangeiros empunhavam de que em São Paulo só havia mestiços, o historiador José Honório Rodrigues destaca que "foi, um cronista que se preocupava muito com a

[77] SOUZA, Laura de Mello. *O Sol e a Sombra: Política e Administração na América Portuguesa do Século XVIII.* São Paulo: Companhia das Letras, 2006,p144.

limpeza de sangue dos cristãos-velhos, livres de mestiçagem com qualquer raça infecta, como eram considerados os judeus, índios e negros". Assim, "como membro das mais antigas famílias paulistas era cheio de preconceitos de classe, e não é raro vê-lo chamar ao povo de gentalha".[78]

No tocante ao preconceito de classe como destaca Rodrigues, entendemos que o autor cai em anacronismo por conta de levar para aquela sociedade conceitos que não eram utilizados e atribuir à mesma, sentimentos que são mais próximos de nossos dias. Na sociedade do Antigo Regime a diferença era comum entre os homens, que se distinguiam ou pela linhagem ou pelos serviços prestados, e a lógica do "ethos nobiliárquico" atravessava toda a sociedade e, portanto, não se tratava de preconceitos de classe. Daí surge a preocupação de Madre de Deus ao defender a honra dos habitantes de São Paulo, ressaltando assim, a pureza dos mesmos e os colocando em patamar de igualdade com os súditos reinóis da Coroa.

Madre de Deus se preocupa em defender que São Paulo não era composta somente de mestiços. Ressentidos com as querelas entre paulistas e jesuítas, os cronistas da Companhia de Jesus sempre se empenharam em detratar os piratininganos, o próprio Madre de Deus, em sua obra, transcreve parte do livro do jesuíta Charlevoix que dizia:

> *Os portugueses tem outras colônias nesta capitania, uma das principais é São Paulo, cidade situada imediatamente debaixo do trópico de Capricórnio [...]. Ela deve sua origem a uma tropa de espanhóis, portugueses, índios, mestiços, mulatos e outros fugitivos que, por esconderem, e fugirem dos governadores gerais do Brasil se ajuntaram neste lugar e ali se estabeleceram. A cidade continha 4 ou 5 mil habitantes no princípio deste século, sem contar os escravos e índios que se lhe davam [...]. Professavam a religião Católica ainda que exercitassem o ofício de piratas [...].*[79]

[78] RODRIGUES, José Honório. *História da história do Brasil – Primeira Parte: historiografia colonial.* Brasília: Ministério da Educação e Cultura: Companhia Editora Nacional/MEC, 1979, p.129-142.
[79] DEUS, Gaspar da Madre de. *Memórias para a história da Capitania de São Vicente hoje chamada São Paulo.* São Paulo e Rio de Janeiro: Weiszflog Irmão Editora, 1920, pp.225-228.

O cronista paulista responde ao jesuíta e também às detrações do beneditino Vaissette, outro religioso empenhado em apontar defeitos nos paulistas, da seguinte forma:

> *Eu tenho mostrado que os únicos habitantes da cidade de S. Paulo na sua infância foram guaianazes, piratininganos e religiosos da Cia de Jesus: com essa notícia irrefragável se convence da falsa do beneditino francês, quando afirma terem sido seus primeiros povoadores uma tropa de espanhóis, portugueses, índios, mestiços, mulatos e outros foragidos que por se esconderem dos governadores gerais do Brasil , cujas tiranias os obrigavam a retirar-se de povoado, se ajuntaram num lugar, então deserto, e ali de estabeleceram [...].* [80]

Assim, Madre de Deus fabrica uma identidade local em que nega a participação de negros, mulatos e outros como espanhóis e portugueses fugidos. Como entender a teoria do cronista? Bom, São Paulo teve sua origem com os guaianazes, ou seja, não era qualquer tipo de índio de qualquer parte, foram os guaianazes, aliados, com os quais os primeiros intercursos sexuais teriam ocorrido. Logo, foi esse tipo de nativo que estava no local quando da ocupação e, portanto, foram arrolados na identidade fabricada pelo cronista. Não era São Paulo um local composto de portugueses e espanhóis, sobretudo os refugiados das autoridades estabelecidas; era a capitania composta de piratininganos, ou seja, já não eram portugueses e sim portugueses paulistas, ou melhor, piratininganos no linguajar de Madre de Deus. E em relação à presença de mulatos na construção dessa identidade, o cronista é enfático ao afirmar que

> *Como há de provar Vaissette [o beneditino] que mulatos foragidos concorreram para a fundação de São Paulo, se na era, em que ela teve seu princípio, havia poucos pretos da África no Brasil, onde sendo tão modernas as colônias, haviam de ser raríssimos os filhos de pretas com brancos, e pela*

[80] DEUS, Gaspar da Madre de. *Memórias para a história da Capitania de São Vicente hoje chamada São Paulo.* São Paulo e Rio de Janeiro: Weiszflog Irmão Editora, 1920, pp.233-234.

> *sua tenra idade incapazes de cometerem crimes e de se refugiarem na nova povoação de São Paulo?*[81]

Dessa forma, Madre de Deus afastava a presença negra e mulata na origem de São Paulo e, portanto, poderia afirmar que na descendência paulista não havia sangue negro. Destarte em meados do século XVIII, o autor, vai fabricando uma identidade paulista que descarta a presença negra e, justifica essa posição, até por conta da ausência daquela "raça" na capitania desde a conquista. Claro que, embora saibamos que ocorreu também em terras piratininganas a miscigenação com negros, é interessante o argumento de Madre de Deus uma vez que, se das famílias nobres que chegaram ao local descenderam os seus contemporâneos, e que se no passado não houvera mistura com negros, logo, naquela capitania a mácula negra não afetara as principais famílias.

E se os cronistas religiosos Vaissette e Charlevoix são enfáticos em afirmar que o contato entre o sangue branco e o indígena redundou numa geração de mamelucos maus e perversos que contestavam o poder divino e terreal, Madre de Deus se dedica em provar que em São Paulo não existia somente uma tropa de mamelucos e responde a Charlevoix, ressaltando que "o autor supõe que todos os paulistas são mamelucos e este é um erro intolerável".[82] Curiosamente, o mesmo Madre de Deus que destaca a identidade piratininganа que compreendia a presença indígena, voltava atrás destacando que a descendência paulista não era composta de mamelucos. Ora, numa sociedade perpassada pelas contradições de um momento em que se começava a questionar a limpeza de sangue, era natural que o cronista agisse dessa forma. Mas, ao fundo, mesmo aceitando a presença nativa na confecção dessa identidade paulista, o que Madre de Deus tentou, assim como Pedro Taques, foi esconder o máximo a miscigenação quando

> *o continuo in breading, em terras paulistas havido, nas primeiras famílias dos primeiros povoadores, já em princípios do século XVIII , manifesta-se intensíssimo no cruzamento das gerações de onde procede o beneditino. Pelos Pires recebeu o afluxo do sangue tupi de Antonia Rodrigues, catechumena do*

[81] DEUS, Gaspar da Madre de. *Memórias para a história da Capitania de São Vicente hoje chamada São Paulo.* São Paulo e Rio de Janeiro: Weiszflog Irmão Editora, 1920, pp.234/5.
[82] DEUS, Gaspar da Madre de. *Memórias para a história da Capitania de São Vicente hoje chamada São Paulo.* São Paulo e Rio de Janeiro: Weiszflog Irmão Editora, 1920, p.233.

> *beato José de Anchieta e filha de Pequeroby maioral de Ururahy, pelos Carvoeiros o da índia Isabel Dias, a filha de Tibiriçá e mulher de João Ramalho, as duas princesas indígenas, contra cujos títulos tanto investe a crítica, procurando ridicularizá-las no afã de, em fútil empenho, provar que não passaram de duas bugras vulgares, filhas de vulgarissimos tuxauas.*[83]

E o mesmo sangue indígena que corria nas veias dos cronistas paulistas, muitas das vezes, ressaltado como sangue nobre por conta da origem dos nativos, corria em famílias nobres de Pernambuco. Jaboatão, ao destacar as nobres e ilustres pessoas que tiveram a honra de serem sepultadas em igrejas e mosteiros baianos, nos lembra uma dona Joana Cavalcante de Albuquerque que, descendente dos nobres albuquerques de Pernambuco, era honrada e, por suas piedosas obras e nobreza, digna de ser sepultada junto aos maiorais da pátria. E, para explicar a descendência nobre de dona Joana, Jaboatão traça, sem problemas, a genealogia da digna senhora, ressaltando que "[...] foi uma das que nesta escrita merece particular memória. Era filha do Coronel Cristóvão Cavalcante de Albuquerque, ramo ilustre dos cavalcantes e albuquerques de Pernambuco". E, mais à frente, depois de enumerar toda a interferência de sangue nobre e reinol que teve tais famílias, também destaca que dona Joana era descendente direta de dona Catarina de Albuquerque

> *mulher do já nomeado Cristóvão de Olanda, filha de Felipe Cavalcante, fidalgo florentino, e de sua mulher dona Catarina de Albuquerque, a qual era filha bastarda de Jerônimo de Albuquerque, cunhado de Duarte Coelho Pereira, primeiro senhor, donatário e povoador de Pernambuco, e de dona Maria do Espírito Santo Arco Verde, filha do principal, ou com dizem outros, princesa dos índios Tobayaraz de Pernambuco, e estes dois dona Maria de Arco Verde e Jerônimo de Albuquerque vinham a ser os quartos avós*

[83] *Memórias para a história da capitania de São Vicente hoje chamada de São Paulo*
Por Frei Gaspar da Madre de Deus (monge beneditino, doutor em teologia, abade provincial do Brasil, cronista mor da ordem de São Bento, correspondente da Academia Real de Ciências de Lisboa. Terceira edição. Com estudo biográfico do autor e notas de Affonso d´Escragnolle Taunay.
Primeira edição em Lisboa 1797. Weiszflog Irmão Editora, São Paulo e Rio de Janeiro, 1920,p.11. A citação foi retirada do escopo biográfico feito por Taunay.

> *paternos de dona Joana Cavalcante de Albuquerque, por via de Pernambuco.*[84]

Destarte, os cronistas do século XVIII foram fabricando identidades regionais que, de alguma forma contemplava a presença indígena. Alguns como Borges da Fonseca, mesmo contrariando sua vontade, destacava a presença indígena, ainda que minimizando ao máximo, a presença destes nas principais famílias pernambucanas. Mas se o genealogista tenta maquiar, o cronista Jaboatão vai direto à miscigenação e destaca as famílias baianas que descenderam de ilustres troncos pernambucanos com ligações com nativos. E se o faz sem reservas, também não admite ser dona Maria do Espírito Santo Arco verde, uma princesa indígena; repete a história por que segundo ele assim o dizem.

Quanto aos negros, entrariam nas crônicas mais pelas suas obras que pelas origens. E vemos que existiram duas formas de os negros serem arrolados na fabricação dessas identidades: pelas suas virtudes militares ou religiosas. Loreto Couto destaca inúmeros negros e mestiços que souberam ilustrar seu sangue no amor à pátria pernambucana através das armas ou das virtudes na religião. O cronista pernambucano lembra alguns nomes como:

> *Jozé Pereyra, homem pardo, conhecido pelo nome de Jozé Santinho, nasceu na cidade de Olinda, onde teve por pais um homem branco, e uma mulher preta escrava do doutor David de Albuquerque, e de sua mulher dona Anna Joanna Pereira. [...]). Era muito humilde, modesto, recolhido, devoto, obediente aos seus amos. [...]. foi insigne na virtude da castidade, conservando-se por toda a vida em inteireza virginal puríssimo [...] foi sepultado com coroa, e palma na paroquial igreja de São Pedro mártir da cidade de Olinda [...]" & "[...] "João Henriques, preto crioulo escravo do insigne cônego João Maximo, arcediago da Sé de Olinda; ilustrou a escuridade de seu sangue com o esplendor da suas virtudes [...]*[85]

---

[84] JABOATÃO, Frei Antonio de Santa Maria. *Novo Orbe Seráfico Brasílico.* 3.ed. , 3.vols. Recife: 1979, v.1, pp.76/77.

[85] COUTO, Domingos Loreto de. *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco*. Recife: Fundação Cultural de Recife, 1981, pp.330/331.

Assim, a religião foi uma das formas dos negros serem incorporados nessa identidade fabricada e, com isso, se redimirem por conta de seus defeitos de nascimento. Obviamente que os cronistas também apresentam exemplos de negros que não se entregaram aos caminhos do evangelho. No entanto, o fato de se dedicar às causas da Igreja, fazia com que aos de cor, fosse franqueada a participação como ilustres representantes da pátria. Frei Jaboatão destaca um caso desses em que o a escuridade da cor foi apagada pela virtude da religião e ressalta que

> *Aqui se nos oferece transplantar entre tantas flores cândidas de santidade, uma de cor preta, mas mui clara nas virtudes, com que intrometendo-se no jardim sefárico do Brasil, assim como serviu de esmalte às demais, soube ilustrar-se a si, ou para dizermos sem fugir da metáfora de estrelas apropriada, aos filhos de Francisco neste seu Novo Orbe, foi ele um, a quem com mais analogia lhe coube o nome de estrelinha nebulosa, já pela pouca claridade, que vemos das suas virtudes, e muito mais pela da sua cor preta, que de alguma sorte serviu de nuvem às suas boas obras, não em si, mas vistas pelos olhos do mundo, que sempre quer que a esta gente para o bem lhe sirva de sombras à sua cor. Foi este o irmão Francisco de Santo Antonio, chamado vulgarmente o Pretinho, por ser negro por natureza,e humilde por virtude [...].*[86]

A passagem acima é reveladora em muitos os sentidos. Primeiro, Jaboatão destaca claramente que a religião é capaz de apagar as máculas e conferir aos negros uma claridade por conta de suas obras. Na seqüência, destaca que por mais que as obras ilustrem a escuridade do sangue, a sociedade de uma forma geral esquece as boas obras e sempre olha para o indivíduo considerando a cor da pele, ou seja, uma modificação na percepção dessa sociedade que não olha para os negros somente como nação de não cristãos, mas os desconsiderando por conta da cor de pele e das características físicas. Ou seja, apesar das virtudes do religioso, sua cor de pele, note que era chamado "O Pretinho", tende a eclipsar as suas boas obras. Ou seja, por mais que virtuosamente o

[86] JABOATÃO, Frei Antonio de Santa Maria. *Novo Orbe Seráfico Brasílico.* 3.ed. , 3.vols. Recife: 1979, v.1, pp.690/691.

negro se expresse, segundo Jaboatão, a cor da pele serve de sombras para encobrir o que o ser apresenta de melhor.

Se a religião soou como importante para incluir os negros na fabricação das identidades coloniais, a luta ao lado dos portugueses foi também de grande importância. Em Pernambuco, sobretudo na guerra contra os holandeses, vários índios, negros e mestiços tiveram papel relevante na vitória contra o herege e, representando os negros, segundo Loreto Couto, o mais importante foi

> *Henrique Dias, fidalgo da Casa de sua majestade, cavaleiro da Ordem de Cristo, mestre de campo do Terço dos homens pretos, chamado de Henriques, nasceu na cidade de Olinda, filho legítimo de pais humildes, porém com o resplendor de suas virtude, em que foi eminente, ilustrou a escuridade de seu sangue, e subiu a nobreza mais estimável adquirida a esforços da sua bondade, e não devida as causalidades da fortuna. [...] se ofereceu ao general Mathias de Albuquerque com a que pudesse ajuntar da sua cor [...] Na formosa vitória dos Garapes deu a conhecer ao mundo que o valor não é herança, senão excelência [..] senão foram estes pretos para a restauração da pátria fundamento, foram razão para estragos dos inimigos.*[87]

Assim, se os cronistas paulistas dão ênfase na presença indígena para a confecção de suas obras, buscando ressaltar sua presença nas guerras, nas conquistas e na ajuda aos portugueses na ocupação do local, os cronistas que abordam Pernambuco, destacam não só as virtuosas obras dos indígenas, mas também de negros e mestiços. Loreto Couto e Jaboatão são os que mais apresentam casos de pretos na cor que souberam ilustrar a escuridade do sangue. Sempre relacionando a cor da pele com a cor do sangue. Couto ainda destaca homens como

> *Antonio de Brito, crioulo forro, viveu alguns anos esquecido da sua salvação, convertido ao caminho da penitência as fazia muito grandes em satisfação das suas culpas & o humilde sevo de Deus, irmão Ignácio, homem pardo, nasceu no Recife, e foram seus progenitores Domingos de Sá e Silva, e*

[87] COUTO, Domingos Loreto de. *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco.* Recife: Fundação Cultural de Recife, 1981, p.456.

> *Catharina Gonçalves de Azevedo, que sendo pardo os seus merecimentos lhe agenciaram o posto de capitão de artilharia, e de capitão mor da província do Rio Grande,[...] o intenso ardor, com que adorava a Cristo sacramentado, se fazia patente pelos olhos derramando muitas lágrimas, quando o recebia em seu peito[...]*[88]

E assim vai tecendo um colar de nomes de negros e mestiços virtuosos por conta de suas obras nas guerras e na religião. E ao se referir a esses pretos, Loreto Couto concede aos mesmos um verniz de heróis e fieis vassalos consagrados à causa portuguesa. E lamenta que

> *Deixamos de escrever as ações famosas de outros muitos pretos beneméritos de honrados elogios, por que o descuido, ou seu nascimento obscuro lhes riscou os nomes, que sem culpa deixamos sepultados nos mesmos jazigos, onde sem epitáfio descansam suas cinzas, acabando na memória dos seus com os horrores de cadáveres, em nossos escritos e com a fortuna dos humildes, como se o procedimento não fizesse mais ilustre, o que pela conservação da Monarquia oferece a vida pela liberdade da pátria.*[89]

Mas, a imagem do bom negro podia se tornar vez ou outra na imagem do escravo mau. Ou seja, vemos que quando os negros e mestiços fazem obras virtuosas, são considerados como homens bons. No entanto, a encarnação do mau nessa sociedade também se faz na figura do negro e, portanto, a identidade local construída de bons e fiéis homens, de vez em quando, se mostra arranhada por conta das atitudes de alguns homens, nomeadamente negros e mestiços. Loreto Couto destaca que na sociedade pernambucana é muito difícil determinar quem é nobre ou quem é da plebe, uma vez que o branco na cor entende ser nobre, o pardo esquece suas origens e se acha merecedor de honra e

> *o de cor preta tanto que se vê com a liberdade, cuida que nada mais lhe falta para ser como os brancos. Pela experiência, que tem da condição deste vulgo*

[88] COUTO, Domingos Loreto de. *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco.* Recife: Fundação Cultural de Recife, 1981, p.331/2.
[89] COUTO, Domingos Loreto de. *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco.* Recife: Fundação Cultural de Recife, 1981, p.460/1.

> *afirmam os Governadores, e Ministros, que só as pessoas desta esfera dão ao que fazer ao seu governo, porem também é certo, que entre pardos, e pretos se acham muitos que cuidam em obrar bem, e com ações virtuosas se fazem merecedores da estimação a que aspiram.* [90]

Ou seja, ao mesmo tempo em que o cronista apresenta os negros e mestiços como aqueles que desejam alcançar glórias imputadas aos mesmos por conta de seu vil nascimento, também destaca que nem todos os de cor dão trabalho aos governadores e ministros. Couto sabia bem que na construção dessa identidade, ao abordar uma sociedade com uma parcela grande de mestiços e negros, se concordasse que somente as pessoas dessa esfera davam trabalho ao governo, de certa forma, estaria afirmando que a sociedade pernambucana, com grande número de mestiços em seu quadro, era uma pedra no sapato dos governantes. Mas isso não impediu o cronista de relacionar a cor preta com o mau, e nesse caso, o homem deixa de ser somente negro para ser o escravo maligno que se entrega aos caminhos da falta de virtude. O autor fala de inúmeras mulheres de Pernambuco que sofreram por conta da perfídia de negros, negras e mulatos. Sobretudo por conta das mentiras inventadas e do concubinato. E destaca a história de uma senhora que fora acusada pelo seu escravo de ter traído o marido. O senhor, que acredita no escravo, acaba por matar sua esposa e, depois, "[...]Vivendo mostrou não cometera a culpa, que falsamente lhe erguera o maligno escravo, e que aquele embuste teve toda sua origem na sua negra malícia [...]". [91]

A negra malícia aparece destacada em todos os cronistas. E se os genealogistas simplesmente ignoram os negros e mulatos na construção dessa identidade regional, os cronistas tendem a aborda-los, ora como heróis, fieis vassalos, traidores, inconstantes ou simplesmente como a encarnação do demônio. Frei Jaboatão nos narra um episódio muito interessante que ocorrera em Pernambuco, em 1748, no qual após uma missa em Olinda, os padres resolveram fazer uma procissão pelas ruas da cidade e, para não haver confusões, optaram por dividir o grupo em dois cortejos, um de homens e outro de

[90] COUTO, Domingos Loreto de. *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco.* Recife: Fundação Cultural de Recife, 1981, p.227.
[91] COUTO, Domingos Loreto de. *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco.* Recife: Fundação Cultural de Recife, 1981, p.447.

mulheres. Bom, as senhoras saíram na frente e, quando chegaram à rua, ouviram estrondos e gritarias, com barulhos que lembravam cavalaria e, todos apavorados fugiram e se esconderam. Segundo Jaboatão, o padre "temeu fosse alguma multidão de negros levantados e foragidos que, vendo ali a gente toda junta, e desarmada, viessem a matá-los, como algumas vezes haviam intentado [...]". [92]

Mas, o tom de maravilhoso que tomaria o episódio ainda estava por vir. Assim, de acordo com o cronista, após o fim aparente da confusão, um padre e seu sacristão saíram à rua em busca das mulheres perdidas para que as conduzindo com segurança à igreja, todos permanecessem juntos até o perigo passar, mas

> *Andando nesta diligência o dito padre reparou, que um negro lhe servia de guia, e vendo que em repetidas voltas, que fez naquela diligência sempre o negro andava diante dele, temendo fosse para algum mau efeito, chamou o padre por ele, e por muito que fez para que o tal negro se chegasse a ele, e lhe falasse, o não quis fazer, até que lhe disse: eu te mando, em nome de Deus, que te vás, e enquanto não o fizeres deste lugar não passarei. Ao mesmo tempo deu o negro alguns passos, e à vista do padre, e do homem, que o acompanhara, desapareceu sem poderem averiguar para que parte tomou, o que podiam ver muito bem pelas luzes que traziam.*[93]

Além disso, o cronista conclui que ao voltarem para a igreja, padre e companheiro ainda viram dois moleques que pulavam, riam e brincavam pela rua. Ao religioso pareceu que os meninos tentavam roubar os pertences das senhoras que haviam caído pela rua durante o tumulto; o padre os repreendeu, mas de nada adiantou. No dia seguinte, todos deram conta de que o acontecido na noite anterior era algo sobrenatural e diabólico. Nem o negro e nem os meninos foram considerados figuras humanas. Até por que, segundo o cronista, de onde viera o estrondo durante o tumulto, uma casa amanheceu com as paredes rachadas e com um grande buraco no chão. Ou seja, ao fim, a figura do negro, nesse episódio, se relaciona diretamente com a do diabo. Isso se torna

[92] JABOATÃO, Frei Antonio de Santa Maria. *Novo Orbe Seráfico Brasílico.* 3.ed. , 3.vols. Recife: 1979, v.3, p.797.
[93] JABOATÃO, Frei Antonio de Santa Maria. *Novo Orbe Seráfico Brasílico.* 3.ed. , 3.vols. Recife: 1979, v.3, p.798.

compreensível quando em páginas seguintes, Jaboatão explica a dificuldade de se fazer missas em Olinda, uma vez que quando todos iam para a cerimônia, as casas eram assaltadas, e arremata destacando que

> *Nesta missão sucedeu mais, que sendo forçoso pregar fora da igreja pelo grande concurso, como a terra estava dos Negros fugidos, mui infestada com roubos, sempre deixavam em casa, os que saiam aos sermões, alguém para as guardar, o que não seria bastante, se Deus não fora o que a defendera, porque se estando toda família em casa antes dessa missão, as levavam os ladrões à escala, e a roubavam, muito melhor o fariam agora com uma só ou duas pessoas que a ficavam a guardar.*[94]

Destarte, o pavor e o medo dos assaltos bem como o temor tido por conta dos aquilombados fazia com que essa sociedade esperasse sempre o pior desses negros e, portanto, numa situação de desespero em que não se encontrou uma explicação racional para o acontecimento, era natural que o negro fosse associado a tudo de ruim que estava acontecendo no local, sobretudo quando esse fato ruim se relacionava com o impedimento da demonstração da fé cristã. Rocha Pita, ao abordar a questão dos quilombolas, destaca que "de católicos não conservavam outros sinais que o da santíssima cruz e algumas orações mal repetidas, e mescladas com outras palavras e cerimônias por eles inventadas ou introduzidas das superstições de sua nação [...]". E o autor também critica as relações entre brancos e negros que foram mantidas entre muitas famílias brancas e os aquilombados, lembrando que aqueles sustentavam consórcio com estes, evitando assim que suas propriedades fossem atacadas.[95]

Seja como for, se os cronistas tendem a ver virtudes em muitos negros, em outros momentos acabam por relacioná-los com a figura do mau, sobretudo quando esses negros são fugidos e aquilombados. E contra pretos com tendências demoníacas, somente um milagre de algum santo para trazê-los de volta à realidade e ao convívio

[94] JABOATÃO, Frei Antonio de Santa Maria. *Novo Orbe Seráfico Brasílico.* 3.ed. , 3.vols. Recife: 1979, v.3, p.800.
[95] PITA, Sebastião da Rocha. *História da América Portuguesa: desde o anno de mil quinhentos do seu descobrimento, até o de mil setecentos e vinte e quatro.* 2.ed. Lisboa: Editos Francisco Arthur da Silva, 1880, p.237.

social, ou seja, o próprio Jaboatão nos chama a atenção para o fato de que um servo de Deus seria capaz de mostrar a esses negros o caminho da verdade e da salvação, e narra um acontecimento em que somente um prodígio de Santo Antonio foi capaz de resolver. Assim, o cronista nos conta a história do Coronel Domingos Dias Coelho, morador nos distritos da cidade de Sergipe Del Rei que, senhor de muitos escravos, teve um dos seus pretos que fugiu levando em sua companhia duas pretas, escravas também de outros senhores e

> *Com estas se foi arranchar no centro dos sertões da Jacoca, aonde viveu alguns anos fora do comércio de outra gente, [...]. Valeu-se o Senhor, depois de outras diligências sem efeito, de S. Antonio. Eis que aparece ao Negro um frade lá nesse recôndito em que se achava, e com voz repreensiva lhe pergunta: Negro, que fazes aqui? Respondeu ele que estava ali por não se atrever com o serviço do senhor, que não o deixava descansar. Seja assim ou não, disse o frade, vai-te embora daqui, e enquanto o negro não se pôs a caminho, o frade não o largou, pondo-lhe sempre adiante, e repetindo: negro, vai-te daqui [...].*[96]

Ou seja, com o poder divino, ao invocar Santo Antonio, o frade foi capaz de conduzir, colocando a vida em risco, um negro fugido ao seu senhor. Não somente o negro, mas as pretas que com ele viviam como concubinas foram entregues aos seus donos. Logo, podemos concluir que, nesses casos citados, o negro aparece como a encarnação do mau e a representação do que acontece de ruim nessa sociedade. O perigo está relacionado com a figura do negro que, segundo Loreto Couto, somente a virtude da religião ou das armas podem apagar a escuridade do sangue. Escuridade essa que, de acordo com Jaboatão, se manifesta até em episódios de cunho demoníaco.

Mas, se a figura do negro ainda oscila entre o homem de virtude e o malvado possuído pelo mau, os cronistas são unânimes em relação aos mulatos. Evaldo Cabral de Mello, em *Rubro Veio,* destaca que no imaginário restaurador pernambucano não havia espaço para mestiços. Segundo o autor "Camarão foi índio puro, Henrique Dias, negro

[96] JABOATÃO, Frei Antonio de Santa Maria. *Novo Orbe Seráfico Brasílico.* 3.ed. , 3.vols. Recife: 1979, v.3, p.589.

retinto e se Fernandes Vieira foi mulato, oficialmente sempre passou por branco, graças a sua qualidade de reinol [...]".Para Mello, o panteão nativista excluiu o mestiço e inclusive os cronistas teriam encarnado em um deles a figura da vilania; assim, o personagem Calabar teria se enegrecido por conta de sua deslealdade, ao ponto que homens como Henrique Dias teriam se embranquecido por conta de suas ações.[97]

Gaspar da Madre de Deus é enfático ao defender que a capitania de São Paulo não teve em sua origem a presença de mulatos e discute com os autores que assim afirmam dizendo que "como há de provar [...] que mulatos foragidos concorreram para a fundação de São Paulo, se na era, em que ela teve seu princípio, havia poucos pretos da África no Brasil [...]?"[98] Ou seja, o autor tende a aceitar a presença de índios e parcialmente a de negros. No entanto, descarta totalmente a presença de mulatos e destaca que tal grupo não esteve presente na fundação de sua capitania. E se Madre de Deus os rejeitam, Pedro Taques nem sequer os inclui em uma das possíveis arvores genealógicas de sua pátria. E em Pernambuco, tanto Jaboatão quanto Loreto Couto encarnam a figura da traição e da falsidade no mulato Calabar.

Assim, Loreto Couto nos lembra que

> *Entre tantos milhares de naturais de Pernambuco, que fiéis, leais, constantes e valerosos concluíram a grande empresa da gloriosa restauração da sua Pátria; ouve um / não o negamos/ que com deliberação violenta, e atrevida rebeldia, seguiu o partido inimigo, e foi vil instrumento da ruína de muitas praças. Chamava-se Domingos Fernandes Calabar, mulato manhoso, atrevido e prático dos lugares da terra,e portos do mar. Com boa opinião e algumas feridas, havia dois anos servido nesta guerra, e pouco satisfeito de sua fortuna, buscou ambicioso, e soberbo entre os holandeses no prêmio da traição, o aumento que lhe impedia entre os nossos a vileza do nascimento, para com os danos públicos abrir caminho a seus interesses particulares [...]*[99]

[97] MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro veio: O Imaginário da Restauração Pernambucana*. Rio de Janeiro: Top Books, 1997, p.216.
[98] DEUS, Gaspar da Madre de. *Memórias para a história da Capitania de São Vicente hoje chamada São Paulo.* São Paulo e Rio de Janeiro: Weiszflog Irmão Editora, 1920, p.234.
[99] COUTO, Domingos Loreto de. *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco.* Recife: Fundação Cultural de Recife, 1981, p.134.

E Couto passa inúmeras páginas descrevendo o mulato manhoso e traidor como a única mancha que se divisava no céu cristalino de Pernambuco. E qualifica Calabar como mentiroso, atrevido, mais que infiel por querer buscar entre o inimigo, a glória que lhe era amputada entre os seus por conta de seu baixo e vil nascimento. O cronista o compara com Henrique Dias e destaca

> *[...]Se entre nós servira como mulato, pelejava como branco, e esperava como prudente, correspondendo os prêmios aos seus méritos, como corresponderam ao famoso Henrique Dias, que sendo preto soube com o esforço do ânimo, e maravilhosa constância emendar o defeito da natureza; e se bem o não estimaram os portugueses, quantos o temeram os inimigos, o despachou El Rei com foro de Fidalgo, larga Tença, posto de Mestre de Campo, e Hábito de Cristo suprindo as suas provanças os seus grandes merecimentos.*[100]

E afirma que "É necessária nesta casta muita virtude para se reconcentrar no seu nada, isto não souberam fazer os anjos no céu, e nem os homens no paraíso, com o fará um mulato no Brasil, tendo comumente um temor de espírito, que em muitos nem com a miséria do cativeiro se abate?" Ou seja, o mulato é colocado num patamar em que nem mesmo o cativeiro poderia lhe fazer ter virtude uma vez que aos anjos perfeitos faltou virtude algumas vezes, ao homem no paraíso também, como poderia ter virtude um mulato em terras brasílicas, numa casta que ficava a parte dessa sociedade tão bem dividida entre homens brancos livres e negros escravos.

O historiador Raimundo Agnelo Pessoa destaca que "certas parcelas da sociedade [...] viam a promoção rápida dos mulatos como uma ameaça à ordem estabelecida [...]. Para o autor, a hesitação em seguir o princípio de que o ventre herdaria a condição da mãe, fez com que os mulatos se tornassem uma outra categoria dentro dessa sociedade que "a despeito, no entanto, de todas as hesitações e nuanças, é inegável que o discurso sobre os mulatos teve uma constante: o intento de desacreditar ou

[100] COUTO, Domingos Loreto de. *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco.* Recife: Fundação Cultural de Recife, 1981, p.137.

desqualificar o tipo"[101] E, os cronistas, demonstram claramente essa posição em relação ao que chamam de casta de mulatos.

Assim, vão se desenhando as posições desses autores luso-americanos que, escrevendo no século XVIII, buscavam construir identidades regionais que, ao mesmo tempo em que não negava a identidade portuguesa, por outro lado, demonstravam especificidades locais que faziam com que suas pátrias fossem diferenciadas umas das outras e também do Reino. Nunca questionaram a fidelidade ao rei e à religião Católica, em tudo que escreveram possuíam claras intenções, a liberalidade régia e a aproximação da órbita do poder estabelecido, bem como a exaltação da pátria e das suas gentes, fabricando assim, uma identidade regional que demonstra que já não eram mais portugueses e sim portugueses de Pernambuco, ou pernambucanos; portugueses de São Paulo, ou simplesmente piratininganos.

Destarte, observamos que a questão da ascensão social se encontra claramente esboçada nessa identidade fabricada pelos cronistas na América portuguesa, mas a exaltação da "pátria" também era o alvo desses cronistas. No entanto, não podemos deixar de destacar que "essa sociedade herdou concepções clássicas e medievais de organização e hierarquia, mas acrescentou-lhe sistemas de graduação que se originaram da diferenciação de ocupações, raça, cor e condição social, diferenciação esta resultante da realidade vivida na América". E essa passagem da obra de Stuart Schwartz é reveladora do tipo de sociedade que se formou no Atlântico Sul, e o historiador ainda arremata nos lembrando que

> *Foi uma sociedade de múltiplas hierarquias de honra e apreço, de várias categorias de mão-de-obra, de complexas divisões de cor e de diversas formas de mobilidade e mudança: contudo, foi também uma sociedade com forte tendência a reduzir complexidades a dualismos de contraste – senhor/escravo, fidalgo/plebeu, católico/pagão – e a conciliar as múltiplas hierarquias entre si, de modo que a graduação, a classe, a cor e a condição social de cada indivíduo tendessem a convergir.*[102]

[101] PESSOA, Raimundo Agnelo Soares. *Gente sem Sorte: os mulatos no Brasil Colonial.* Franca: UNESP, 2007, tese de doutorando, p.45 e 55.

[102] SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835.* São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 209-10. Ver também a obra de Larissa Viana *O Idioma da Mestiçagem,* onde a historiadora destaca que "no ordenamento ideal do Antigo Regime ibérico, a dinâmica

A longa reprodução da obra do professor Schwartz é necessária a partir do momento que consideramos ser a mais perfeita síntese sobre a sociedade colonial, mas também por entendermos que os cronistas analisados nesse texto se encaixam em uma dessas diferentes categorias de mão-de-obra, afinal, apesar de muitos deles ocuparem cargos administrativos ou eclesiásticos naquela sociedade, dedicaram seu tempo à escrita e a uma profissão então em voga que era a de genealogista. Horas a fio de pesquisas em cartórios, entrevistando moradores, muitos buscando dos dois lados do Atlântico, informações que pudessem respaldar e enriquecer suas obras.

Mas, toda essa preocupação com reescrever a história de suas capitanias ou resgatar o tronco familiar de cada região se esbarra em outro ponto destacado por Schwartz que seria a possibilidade de mudança e mobilidade dentro dessa sociedade. Assim, entendemos o trabalho desse grupo de cronistas em duas vias: resgate da história de sua "pátria" desde a fundação, e o posicionamento da origem de suas famílias dentro dessas obras e, por conseguinte, a busca por ascensão social por conta de seu trabalho em busca de se fazer conhecer a fundação e o desenvolvimento de determinada parte do império português.

Obviamente que as obras apresentam temas muito semelhantes. Ou seja, partem de uma explicação mais geral sobre a chegada dos portugueses ao Brasil, abordam o advento de nobres famílias em determinadas regiões e se prendem de forma pormenorizada na explicação das especificidades de cada capitania, que vão desde a apresentação da natureza com sua diversidade de flora e fauna, passando pela enumeração das nações nativas locais, seus atributos e "defeitos", destacando o trabalho feito pelos fundadores e seus descendentes no sentido de "civilizar" a região e, por fim, ressaltando a origem de suas famílias e destacando seus atributos nobres.

---

da vida cotidiana orientava-se por uma visão de mundo permeada por noções religiosas, instituindo comunidades onde fiéis e vassalos integravam um corpo social no qual o catolicismo estava quase sempre presente. Nessa sociedade, a natural igualdade entre os indivíduos era praticamente ausente e fazia-se substituir por outra noção, imperativa, ligada à idéia de diferença e de pretensa desigualdade natural entre os homens.", p.223. Assim, em território colonial, era natural que esse ordenamento citado pela autora passasse por transformações de forma que se adequasse às novas realidades como, por exemplo, a estigmatização do sangue negro e no fim, do sangue mulato.

Em Pedro Taques, a intencionalidade de ascensão social fica mais clara por ser uma obra encomendada por um fidalgo da Casa Real. Note que foi um livro escrito por conta das querelas entre nobres a respeito da origem da capitania de São Vicente e, portanto, a quem a mesma pertenceria em questão de donataria. O cronista se posiciona ao lado do Conde de Vimieiro e, na verdade, a obra fora confeccionada a pedido dos Vimieiro para dirimir qualquer tipo de dúvida sobre a possessão da capitania. Óbvio, Taques escreve algo esperando esbarrar na liberalidade régia através de seu "mecenas", ou seja, o Conde de Vimieiro, que estava junto "às barbas" do monarca.

A condessa de Vimieiro, descendente direta de Martim Afonso de Sousa, teria sido expulsa da capitania pelo Conde de Monsanto. Observe que a dita condessa era neta do primeiro donatário Martim Afonso de Sousa. Assim, o autor se preocupa em explicar a origem daquele homem que recebera a Capitania de São Vicente como prêmio pelos serviços prestados ao monarca português. Há uma intencionalidade clara a partir do momento que devemos considerar que daí pra frente, todos os habitantes de São Paulo, de um jeito ou de outro, estariam relacionados com o tronco nobre plantado naquelas paragens, a saber, Martim Afonso de Sousa.

As querelas entre as duas casas nobres em torno da posse de São Paulo são elucidativas das intricadas redes que se juntavam na arquitetura do poder. Pedro Taques tentou, de todas as formas, tirar proveito do cisma se posicionando ao lado de uma forte casa nobre que poderia lhe render mercês, sobretudo por conta da proximidade da mesma em relação ao rei. Mas, o cronista paulista se viu acusado de desviar verbas públicas, perdeu posses e acompanhou esposa e filhos que passaram por dificuldades financeiras. Dependeu de amigos e outros familiares na tentativa não só de restabelecer sua condição econômica, mas também na árdua tarefa de resgatar a honra de seu nome e de sua família. A honra era o ponto central dessa sociedade. Ou seja, a compensação que a sociedade concedia àqueles que eram responsáveis pela manutenção de sua ordem.[103] E era esse o grande problema do cronista, ser reconhecido com a concessão da honra real. Afinal, sendo a honra algo atribuído ao ser, qualquer que fosse o reconhecimento

[103] MARAVALL, José Antonio. *Poder, Honor y Elites em El Siglo XVII.* Madrid: Siglo XXI, 1989, p. 13-79.

prestado pelo monarca, todas as suspeitas que recaiam sobre Pedro Taques seriam esquecidas.

Pedro Taques não conseguiu, em vida, se reabilitar em frente da sociedade na qual vivia. No entanto, nos deixa um belíssimo conjunto de crônicas e genealogias que demonstram toda sua preocupação em defender uma São Paulo composta de nobres e longe, ainda que pela perspectiva do cronista, da miscigenação. Se o cronista não tenta aplicar isso para todos os habitantes da capitania, ao menos o faz para seus pares. E, segundo José Honório Rodrigues, desde sua primeira estadia em Portugal, Taques

> *passa a ser um defensor da aristocratização das minorias dirigentes paulistas e brasileiras, a exigir e buscar a clareza de ascendência. Seus preconceitos aristocráticos acentuam-se e ele recrimina a miscigenação, defende a limpeza de sangue de toda a mácula judia, moura, negra ou índia. Desde então é com orgulho que exalta as justificações de nobreza, e condena inflexível, cheio de preconceitos, as misturas raciais julgadas inferiores.*[104]

Descontado o exagero do historiador ao acusar o cronista de preconceituoso, não podemos deixar de perceber que Rodrigues nos fornece subsídios para observarmos que o contato com a sociedade reinol fez com que Taques se imbuísse de maior defesa do "ethos nobiliárquico". E o mesmo acontece com Gaspar da Madre de Deus que, primo e amigo de Taques, rebate a tese de que em São Paulo só tem mamelucos.[105] Este último cronista, de acordo com a biografia de Afonso Taunay sofria por "tão aferrado à sua região natal, constatar 'este estado miserável a que se achava reduzida toda a costa da Capitania', tudo porque os governos só cuidavam do planalto sem ligar importância a parte militarmente vulnerável da circunscrição [...]". [106]

Laura de Mello e Souza, em *O Sol e a Sombra,* ressalta que devemos perceber os diferentes contextos em que Taques e Madre de Deus (São Paulo) e Loreto Couto e

---

[104] RODRIGUES, José Honório. *História da história do Brasil – Primeira Parte: historiografia colonial.* Brasília: Ministério da Educação e Cultura: Companhia Editora Nacional/MEC, 1979, p.129-142.
[105] DEUS, Gaspar da Madre de. *Memórias para a história da Capitania de São Vicente hoje chamada São Paulo.* São Paulo e Rio de Janeiro: Weiszflog Irmão Editora, 1920,p.233.
[106] A biografia de Taunay se encontra no prefácio de: DEUS, Gaspar da Madre de. *Memórias para a história da Capitania de São Vicente hoje chamada São Paulo.* São Paulo e Rio de Janeiro: Weiszflog Irmão Editora, 1920,p.69.

Borges da Fonseca (Pernambuco) abordaram suas capitanias e destacaram seus heróis, sua elite nobre e suas riquezas. Assim, "Se Pernambuco era região desde cedo nevrálgica na economia e na política do império português da América, aberta para as grandes rotas mercantis do Atlântico, dotada de aristocracia consolidada, aportuguesada e, quando não totalmente branca, empenhada no embranquecimento, São Paulo se mantinha, senão excêntrica, mais fechada sobre si mesma e sobre sua mestiçagem [...]".[107] E a autora ainda conclui que "Se os pernambucanos eram vassalos reconhecidos como especiais – já no século XVIII tiveram diocese, bispo, cidade, e, ao expulsar os holandeses, deram provas inequívocas de fidelidade ao rei –, os paulistas eram, quase sempre, uma pedra no sapato, e a arte de bem governar consistia muitas vezes em fazer com que o Estado metropolitano conseguisse tirar proveito desses homens difíceis".

Bom, concordamos com a historiadora que os cronistas de São Paulo escreveram em contexto diferente dos de Pernambuco, mas entendemos que, no caso paulista não se tratava de obras que só clamavam por dioceses, bispado ou por autonomia da capitania. Não vemos diferença entre o mesmo tipo de escrita que ocorreu nas duas regiões. Ou seja, buscavam um passado imemorial, falavam de seus antepassados nobres e com isso justificavam a descendência nobre que se reproduziu nesses lugares, por conseqüência, tentavam justificar a importância de suas capitanias e de suas gentes. Dialogavam com outros homens que de algum modo detratavam as pátrias paulista e pernambucana e seus habitantes e isso, também aconteceu em Pernambuco, mesmo sendo uma região de "vassalos reconhecidos como especiais". Além disso, as provas inequívocas de fidelidade do povo pernambucano quando da expulsão dos holandeses, não retira das costas dos mesmos as falhas que tiveram depois. Portanto, assim como os paulistas, em algum momento, eram reconhecidos como "pedras" no sapato dos governantes, os pernambucanos também tiveram seus momentos de serem considerados como pedras de tropeço para os governantes portugueses.[108]

[107] Souza, Laura de Mello. *O Sol e a Sombra: Política e Administração na América Portuguesa do Século XVIII.* São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 139-40.

[108] Aqui, refiro-me à negativa dos pernambucanos de cumprirem as ordens de pagamentos de novos tributos e, sobretudo, as escaramuças que levaram ao conflito entre Olinda e Recife no início do século XVIII.

Assim, vemos essas obras, fossem em Pernambuco ou São Paulo, como frutos da defesa da pátria e a suas gentes e também como algo de cunho muito pessoal que visava a ascensão social. Loreto Couto quando aborda Pernambuco, diz que o faz para "limpar" a imagem tão ruim que havia sido tecida sobre a capitania e seus habitantes, também tenta recuperar uma imagem de um bom índio e destaca as lutas que todos os pernambucanos tiveram para defender a pátria do inimigo batavo. Madre de Deus, em São Paulo, caminha pela mesma senda ao dialogar com escritores que afirmavam que daquela capitania só saía coisa ruim por conta da miscigenação entre brancos e índios. Ou seja, a defesa da pátria era, ao fim e ao cabo, a defesa da origem da própria família e com isso, a defesa da nobreza e da limpeza pessoais. Dessa forma, entendemos essas obras desses cronistas como responsáveis pela construção erudita de uma identidade local e menos como propagadora de um "nativismo" ou um "regionalismo ufanista".[109]

E essa construção erudita de uma identidade regional tinha caminho certo, a liberalidade régia. Assim, percebemos que esses cronistas trabalhavam para o rei e em favor de seu próprio crescimento pessoal. Obviamente que, ao ressaltar as maravilhas de suas pátrias, acabavam se beneficiando e também beneficiando o local. Daí toda essa preocupação em destacar os troncos nobres dos quais cada uma descendia. Ao abordar Pernambuco, Borges da Fonseca nos lembra que "não há capitania do Brasil que possa contar tantos homens fidalgos dos livros dos reis, quantos contam Pernambuco.[110] E Loreto Couto, ao falar da mesma Pernambuco, com seu povo nobre e com hábitos de nobreza, ou seja, vivendo ao modo da nobreza, arremata:

> *[...] O luxo, aceio, e grandeza com que se tratam seus moradores não tem que invejar o tratamento das Cortes mais ricas e polidas. Não usam de carruagens, mas sim usam as senhoras de cadeirinhas a maneira de liteiras, que carregam escravos; e homens, e mulheres de palanquin, carruagem grave, modesta, e mais cômoda que estrondosa. Enriquece a fábrica*

[109] Aqui, refiro-me a dois conceitos empregados por diferentes historiadores. Trata-se de Nativismo para MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro veio: O Imaginário da Restauração Pernambucana*. Rio de Janeiro: Top Books, 1997. E de Regionalismo Ufanista para Laura de Mello e Souza. *O Sol e a Sombra: Política e Administração na América Portuguesa do Século XVIII.* São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
[110] FONSECA, Antônio Victoriano Borges da. *Nobiliarchia Pernambucana.* Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1935, v.2,p.6.

> *espiritual desta nobilíssima Vila [...] perfeição de costumes, exercício de virtudes, e letras dão o maior lustre a sua pátria [...].*[111]

Semelhantes preocupações aparecem em Madre de Deus, a partir de São Paulo, que, com certo ressentimento, fala dos danos causados pela lei que proibia o cativeiro dos índios, e recorda nostálgico da época em que as famílias viviam em maior opulência, destacando que os pais paulistas

> *podiam dar em dote às suas filhas muitas terras, índios e pretos com que vivessem abastadas; por isso, na escolha de maridos para elas, mais atendiam aos seus genros: ordinariamente as desposavam com seus patrícios e parentes ou com estanhos de nobreza conhecida em chegando da Europa ou outras capitanias brasílicas algum sujeito desta qualidade, certo tinha um bom casamento, ainda que fosse muito pobre. Os paulistas antigos eram desinteressados e generosos, porém altivos com demasia. Por conta desta elevação de espíritos, que a causa de suplicarem algumas vezes a Sua Majestade que não lhes mandassem generais e governadores senão da primeira grandeza do Reino.*[112]

E se Madre de Deus aborda a opulência com que viviam os primeiros habitantes de São Paulo, Pedro Taques destaca ser por conta de toda a nobreza que desembarcara em época de fundação da capitania. Com isso, tenta descartar a possibilidade de mistura entre as raças, uma vez que os descendentes dos fundadores partiram da nobreza que chegara com Martim Afonso de Sousa.[113] E essa nobreza que chegara, bem como seus descendentes, teriam construído uma capitania rica e opulenta com grandes cabedais e vastas posses.[114]

---

[111] COUTO, Domingos Loreto de. *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco.* Recife: Fundação Cultural de Recife, 1981, p.156.
[112] DEUS, Gaspar da Madre de. *Memórias para a história da Capitania de São Vicente hoje chamada São Paulo.* São Paulo e Rio de Janeiro: Weiszflog Irmão Editora, 1920,p. 197.
[113] LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. *História da Capitania de São Vicente*. São Paulo: Cia. Melhoramentos, 1928. Prefácio escrito por Afonso Taunay.
[114] Em capítulo bem instigante, Alcântara Machado destaca que é questionável a abastança e as riquezas destacadas pelos cronistas. Para o autor, que escreve sua obra na década de vinte do século XX, as fontes de época encontradas em cartórios, por exemplo, são decisivas para desmistificar a idéia dos cronistas do século XVIII de que São Paulo, desde a sua fundação, teria sido uma capitania rica e luxuosa e destaca que "Daí se conclui quanto se distanciam da realidade os que fiam cegamente na palavra dos linhagistas.

Ou seja, todos os cronistas, fossem de Pernambuco ou São Paulo, escreveram suas obras para resgatar um passado de glórias, isso é evidente em Loreto Couto e Borges da Fonseca, ou para construir um passado de glórias, isso se assemelha mais às obras de Pedro Taques e Madre de Deus. Uns seguindo o caminho da genealogia, isso fica mais claro em Pedro Taques e Borges da Fonseca, outros caminhando com a construção de crônicas e memórias, como em Madre de Deus e Loreto Couto e Jaboatão. Mas todos com os mesmos objetivos em mente, a saber, lustrar a história da pátria e com isso lustrar suas histórias particulares. Destacar os serviços prestados pelos seus antepassados à monarquia e assim, pleitear mercês por conta dos mesmos. Esconder ao máximo os traços de miscigenação com índios e negros, isso é óbvio em Borges da Fonseca e Pedro Taques, mas quando se torna impossível essa missão, pelo menos tentam matizar a mestiçagem e tendem a direcioná-la somente para casos de união entre brancos e índios, nunca entre brancos e negros, daí essa busca por um ancestral nobre para o indígena, isso aparece claramente nas páginas de Loreto Couto e Madre de Deus.

O desfecho de seus trabalhos em busca de maiores benefícios reais não teve o mesmo resultado para todos. Loreto Couto não viu sua obra publicada antes de sua morte, apesar do bom relacionamento que o autor possuía com o bispo local, muito embora tenha se envolvido numa intricada rede de intrigas que fizeram com que os franciscanos conseguissem junto ao governador de Pernambuco a prisão do frei por alguns anos, isso por ele ter trocado a Ordem Franciscana pela de São Bento. A despeito da prisão, Domingos Loreto Couto se restabeleceu e a vida seguiu. Mas, seu intento de gritar ao mundo sobre *Os Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco* se viu barrado na mesa do ministro de Dom José I, o então Marquês de Pombal. Curiosamente, em busca da publicação de sua obra, o cronista a dedicou ao rei por intermédio do Marquês, lembrando a esse que ele descendia de troncos pernambucanos, uma vez que seus avós maternos eram daquela capitania. Achamos que relacionar Pombal com troncos pernambucanos foi um pouco arriscado, muito embora a sociedade já passasse por

---

Dos quatrocentos inventários seiscentistas, há apenas vinte que delatam alguma abastança,cinco por cento". C.f MACHADO, Alcântara. *Vida e Morte do Bandeirante.* Introdução de Sérgio Milliet. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1980 A 1ª edição é da década de 1929.

transformações no sentido de uma maior abertura no que tange à miscigenação, sobretudo com o indígena.[115]

Borges da Fonseca, quando escreveu sua *Nobiliarchia Pernambucana*, já era um nobre consolidado e estabelecido na sociedade local. Ao longo de sua vida colecionou postos como o de tenente, sargento-mor e tenente-coronel. Também foi Cavaleiro da Ordem de Cristo e Familiar do Santo Ofício. José Honório Rodrigues nos lembra que "A carreira militar serviu muito como fonte de recrutamento de posições civis de mando, como capitães e governadores [...]"[116] na vida do genealogista. Curiosamente, assim como os demais cronistas, a passagem pelo Reino fez com que voltasse ao Brasil tomado pelas idéias que assopravam na Corte. Dentre elas, a preocupação com a origem das famílias e sua interligação com a nobiliarquia. Antonio Caetano de Sousa e Diogo Barbosa Machado, letrados portugueses, foram fonte de inspiração para a obra de Borges da Fonseca. Galgou postos e mercês, mas era evidente que o cronista queria mais, essa era a lógica. Contudo, entendemos que um súdito das paragens americanas, por mais fiel que fosse, não chegava ao topo da pirâmide social. Os melhores postos eram sempre para os grandes do Reino.[117]

Em Gaspar da Madre de Deus o tom de petição é mais discreto, nem por isso imperceptível. Sua obra fora publicada e ele pôde acompanhar isso de perto. A relação com o primo e amigo Pedro Taques aparece claramente em suas *Memórias para a Capitania de São Vicente*; e a indicação da obra do primo, como excelente e necessária para se conhecer São Paulo e seus habitantes, também. Curiosamente, Madre de Deus defende uma nobreza paulista limpa de sangue e apta para governar sua pátria, e destaca os homens das letras e suas habilidades para o bom governo. Com isso, ressalta a exigência dos paulistas em serem governados por grandes fidalgos. E assim, coloca em

[115] Aqui, refiro-me ao Diretório dos Índios, lei de 1755, que destacava o apoio que deveria ser dado às uniões entre brancos e indígenas, legitimando assim, a própria miscigenação.

[116] RODRIGUES, José Honório. *História da história do Brasil – Primeira Parte: historiografia colonial.* Brasília: Ministério da Educação e Cultura: Companhia Editora Nacional/MEC, 1979, p.470.

[117] Aqui, me refiro à obra de MONTEIRO, Nuno Gonçalo. O 'Ethos' Nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social in: *Almanack Braziliense.* São Paulo: fórum, n.2, novembro de 2005 em que o autor nos chama a atenção para o fato de que a monarquia deve ser encarada como reguladora e centro de poder e que portanto "A clivagem entre a principal nobreza da Corte, encimada pelos grandes, e as restantes nobrezas, revela-se decisiva para a análise de todos os processos sociais. A hierarquia social da monarquia percorria todo o seus espaço institucional e não se confundia linearmente com as das distâncias geográficas [...]" p. 17.

xeque a subordinação da capitania a outras do Brasil. A nuança que o cronista dá aos seus escritos é visível, ou seja, a defesa de um governo paulista liderado por paulistas que, na grande maioria, seriam nobres e sem máculas. No limite, podia ser o próprio ou alguém de seu relacionamento. Mas, lembremos que os postos de governança sempre eram destinados aos fidalgos da Casa Real[118], pelo menos depois da legitimação do poder da Casa de Bragança; afinal, o momento de crise interna já passara e não era necessário fazer tantos aliados.[119]

Por fim, temos Pedro Taques. Na formulação ufanista de Afonso Taunay, o homem que ajudou, incansavelmente, a rememorar àqueles que, com o bandeirantismo, auxiliaram a empurrar o meridiano e a imprimir feições de continente ao Brasil.[120] Para nós, o homem que, sem medir esforços, passou toda a vida em busca da construção de um passado nobre para sua família, relatando os serviços prestados pelos seus familiares à monarquia, construindo genealogias que remontavam à fidalguia que por São Vicente

[118] Nesse caso, nos salta aos olhos a obra de Renán Silva, *Los Ilustrados de Nueva Granada, 1760 – 1808: Genealogía de uma comunidad de interpretación.* Bogotá: Banco de La República, Eafit, 2002, na qual o autor destaca a preocupação que os Ilustrados de Nova Granada tinham com o fato de se sentirem, como homens das letras, mais aptos para assumirem postos de relevo da governação local. Claro que, a disputa era diretamente com os governadores indicados pelo Rei que, sendo fidalgos da Casa Real, teriam recebido aqueles postos por conta de sua atuação ou de seus familiares em questões de origem militar. Nesse caso, também podemos destacar a obra de Ronald Raminelli em *Viagens Ultramarinas: monarcas, vassalos e governo a distância.* São Paulo: Alameda, 2008, que nos lembra da utilização da escrita em busca de mercês. Em se tratando dos cronistas luso-americanos, muito embora as súplicas e os descontentamentos dos mesmos por conta de postos governamentais ocupados por reinóis fossem mais discretos, nas entrelinhas se pode perceber o desejo desses homens de alcançar postos muitas das vezes destinados somente aos grandes fidalgos da monarquia.

[119] As obras de Fernanda Olival são de grande importância para entendermos a questão das concessões de mercês. A historiadora nos lembra que em momentos de debilidade política ocorriam mais liberalidades no que diz respeito à doação de títulos. Referimos-nos ao caso da Casa de Bragança, uma vez que entendemos que até a consolidação do poder dessa Casa em Portugal, o rei foi mais generoso em termos de concessão de mercês, uma vez que necessitava de aliados que legitimassem o governo dos Bragança e, portanto, podemos encontrar, inclusive no Brasil, homens locais e de menor teor nobre na governação, mesmo que muitas das vezes não fossem as capitanias principais. C.f OLIVAL, Fernanda. *Honra, Mercê e Venalidade: as Ordens Militares e o Estado Moderno.* Lisboa: Estar, 2001.

[120] Laura de Mello e Souza em *O Sol e a Sombra: Política e Administração na América Portuguesa do Século XVIII.* São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p.109/10 destaca que "uma certa historiografia paulista dos anos 20, 30 e 40 do século XX empenhou-se na construção de imagens positivas do passado da capitania de São Paulo, invocando a 'epopéia bandeirante' e os efeitos que levaram ao recuo do Meridiano". Num escorço biográfico da obra de Taques, *História da Capitania de São Vicente*. São Paulo: Cia. Melhoramentos, 1928, Taunay destaca o "[...] *historiador (Taques no caso – grifo meu) que, no meio dos transes da atribulada vida, cheia dos lances mais dolorosos, não cessou, um só dia, de trabalhar, com a inflexibilidade dos homens de ideais, no monumento por ele consagrado à rememoração das primeiras gerações vicentinas, e dos bandeirantes, dilatadores de São Paulo e do Brasil.*

havia aportado na época das conquistas e navegando na órbita da nobreza reinol, prestando serviços e cobrando favores. Pedro Taques, dentre os nossos cronistas, foi o que mais reivindicou, curiosamente, o que menos recebeu. Envolvido numa rede de intrigas, foi levado a ter que provar sua fidelidade à Coroa e a restaurar a honra de sua família frente àquela sociedade. Preocupado com limpeza de sangue e com os antepassados nobres de São Paulo, defendeu a capitania ferozmente. E o fez por que por toda a vida arrolou seus familiares como fundadores e mantenedores daquela paragem; logo, como descendente de tão valorosos e fiéis vassalos, esperava ser remunerado adequadamente.

Assim, tendemos a acreditar que os cronistas do século XVIII usaram de suas obras para a difusão de identidades locais. Fabricaram essas identidades sem questionar a identidade portuguesa e a religião Católica. Mas, ao mesmo tempo, apresentaram as especificidades de suas pátrias e buscaram destacar que, as diferenças existentes, não faziam com que os súditos pernambucanos e paulistas fossem menores diante dos reinóis. Fabricaram identidades que, essencialmente, precisavam contemplar os diversos personagens que compunham a sociedade. Assim, negros, índios e mestiços foram arrolados nessa identidade fabricada. Para os genealogistas, o lugar reservado para essas personagens foi mínimo, escondendo ao máximo a mescla de portugueses e negros, ignoraram esses atores sociais que aparecem em suas obras como invisíveis. Quanto aos cronistas, índios e negros ora aparecem como heróis, fiéis vassalos, trabalhadores; ora como infiéis, inconstantes e rebeldes, encarnando o vulto do mau. Mas a figura do mulato, em todos os cronistas, aparece desqualificada e fora de contexto. Ao fim, instrumentalizaram a presença de negros, índios e mestiços em suas obras, de forma que justificassem a presença desses personagens de um modo que não arranhasse os pressupostos de honra e limpeza de sangue das famílias das quais descendiam e, portanto, pudessem contar com a liberalidade régia e com a exaltação de suas pátrias.

Capítulo II – Pernambucanos guerreiros e Paulistas desbravadores: as experiências militares dos homens locais e o fortalecimento das identidades regionais

Como temos visto, a volta ao passado e a exaltação dos feitos dos primeiros povoadores das capitanias, homens quase sempre destacados como de origem nobre e pertencentes à famílias de grande vulto na metrópole, foi o grande mote utilizado pelos cronistas e genealogistas do século XVIII, no momento em que entendiam construir identidades locais que diferenciavam suas "pátrias" das demais que compunham o vasto império português. "Paulistas" e "pernambucanos" foram ao princípio da colonização, no intuito de mapear suas origens, destacar os feitos heróicos de seus antepassados, resgatar a procedência nobre dos que aportaram em terras brasílicas quando da conquista e, com isso, sublinhar a importância e a fidelidade de suas capitanias. Destarte, eles declaravam sua fidelidade ao rei e aos cânones católicos, bem como a importância do trabalho de seus antepassados para a estabilização e desenvolvimento dessas paragens do império.

Obviamente, o retorno ao passado, no momento em que os letrados do século XVIII tentam construir as identidades locais, teria como porto seguro, os diversos relatos a respeito dos combates travados pelos primeiros conquistadores e, como não poderia deixar de ser, a luta dos moradores, ao longo dos séculos, no intento de proteger as capitanias das incursões inimigas, sobretudo as estrangeiras. Assim, as experiências militares de pernambucanos e bandeirantes ao longo dos tempos seriam o ponto de referência para esses cronistas que, na segunda metade do setecentos, tentam resgatar o passado glorioso de suas capitanias, as obras valorosas de "seus filhos" e, portanto, a importância de seus locais e, conseqüentemente, a necessidade do reconhecimento do centro por conta das obras implementadas pelos habitantes daquelas paragens quando da conquista e ao longo dos anos.

Assim, as guerras em Pernambuco, sobretudo a de restauração no século XVII e as experiências bandeirantes a caminho do sertão paulista, serviram como pano de fundo para os cronistas setecentistas na construção intelectual de suas identidades vicentinas e

pernambucanas. Loreto Couto e Borges da Fonseca no Nordeste, Pedro Taques e Madre de Deus em São Paulo, fosse o "da terra" cronista ou genealogista, o ponto de partida para a confecção de suas obras sempre foram as experiências militares de seus antepassados. Mesmo os genealogistas, ao elencar os componentes das principais famílias de suas capitanias, nunca deixavam de apontar a participação que tiveram aqueles troncos familiares nas principais querelas que nortearam a conquista e a estabilização dos povos em diferentes pontos da América portuguesa.

Entendemos que ao mesmo tempo em que os serviços militares dos súditos serviam como moeda de troca com a Coroa, lutando para angariar mercês e o reconhecimento real, também, ao longo dos tempos, foi estimulando um sentimento de pertença que fazia com que pernambucanos se sentissem diferentes de paulistas, de cariocas, mineiros e outros; assim, como paulistas também se sentiam diferentes dos demais. Loreto Couto despende muitas páginas destacando a beleza, a flora, a fauna e as gentes de Pernambuco, reconhecendo o espírito guerreiro daquele povo, sublinhando sua força e importância decisiva no combate contra os holandeses e, por fim, clamando para que o monarca português não se esquecesse dos valorosos súditos que compunham a terra pernambucana. Portanto, Couto se preocupa em destacar a natureza local, como demonstra o seguinte trecho: "a bondade dos arvoredos de Pernambuco é singular pela sua formosura, préstimo, e preço, de que há matas imensas, glória e coroa de todos os bosques do mundo. Produz todas as árvores que produz o Brasil, e muitas outras que se não acham em outras partes [...]", mas, também nos apresenta trecho em que destaca o poder de guerrear dos homens de sua capitania, ressaltando que é "esta nação dotada de valor nas armas, de amor a pátria, de humanidade, lealdade, nobreza de ânimo, e de outras partes de que constam os homens ilustres [...]".[121]

Madre de Deus apresenta inúmeros argumentos para expurgar a imagem ruim tecida sobre os paulistas, lembra a importância de seu povo na defesa do império católico contra os infiéis e destaca a valorosa participação dos piratininganos na luta contra tribos inimigas, na ajuda contra invasores estrangeiros e na conquista de novas

[121] COUTO, Domingos Loreto de. *Desagravos de Brasil e Glórias de Pernambuco.* Recife: Fundação Cultura de Recife, 1981, pp.35-38.

terras e riquezas. Portanto, se à época das conquistas, dos confrontos com ameaças internas e externas, os protagonistas souberam tirar proveito da liberalidade régia, dois séculos depois, os cronistas ainda ressaltavam a obra desses homens, as recompensas que haviam recebido e o "amor" desenvolvido pelas suas pátrias. A historiadora Adriana Romeiro nos lembra que "[...] para os homens do Planalto de Piratininga a empresa do descobrimento era acima de tudo uma empresa familiar, em torno da qual reuniam parentes, amigos e agregados".[122] Portanto, no século XVIII, os cronistas não só destacavam o descobrimento como empresa dos paulistas, mas a manutenção do território e, no limite, o alargamento do mesmo. Madre de Deus destaca a todo instante a obra colonizadora dos paulistas e reitera que "para que o leitor possa formar alguma idéia da qualidade dos primeiros colonos, bastará que eu refira as pessoas que tenho encontrado com foro, seus filhos, e seus irmãos; e, unicamente farei menção dos que residiam em São Vicente, quando a povoação estava na sua infância".[123] Ou seja, a obra da conquista e manutenção da capitania fora feita com muito trabalho por homens com origem nobre.

Em *O 'Ethos' Nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social*, Nuno Monteiro nos revela a importância dos serviços militares para receber mercês e destaca que, sobretudo após a restauração portuguesa em 1640, esse tipo de serviço tornou-se de suma importância para a manutenção do império. Assim, "os serviços militares eram ainda mais relevantes no que se refere aos membros da primeira nobreza do reino"[124], afinal, era através da aliança com essa nobreza em luta a favor da dinastia bragantina, que a Casa reinante podia se manter no poder e construir uma ampla rede de aliados. Os serviços prestados por essa nobreza no Norte da África também garantiam títulos e emolumentos consideráveis. Na América portuguesa, a participação de "grandes" do Reino na luta contra os bárbaros e invasores também foi perceptível, muito embora Nuno Monteiro nos lembre que "parece certo que as 'guerras

[122] ROMEIRO, Adriana. *Paulistas e Emboabas no Coração das Minas: idéias, práticas e imaginário político.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p. 113.
[123] DEUS, Gaspar da Madre de. *Memórias para a História da Capitania de São Vicente.* Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora USP, 1975, p. 145.
[124] MONTEIRO, Nuno Gonçalo. O 'Ethos' Nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social in: *Almanack Braziliense,* n.2, novembro 2005, p.10.

dos bárbaros' na América não podia ter o mesmo estatuto remuneratório que os feitos bélicos que se travavam em outras paragens".[125]

Fernando Dores Costa destaca que a guerra, no período Moderno, continuou tendo papel relevante na justificativa que a nobreza dava a si mesma, sendo parte integrante da herança social da nobreza, muito embora, muitas das vezes os nobres à frente de batalhas não tivessem "competência" técnica para tal posto, mas somente a habilidade de condução das tropas. Ou seja, nem sempre essa nobreza dita guerreira se envolvia diretamente nos combates como faziam os guerreiros do medievo, colocando-se mais no posto de comando e se preocupando em agir de forma mais cautelosa e menos perigosa. Mas, Dores Costa enfatiza que "através dos relatos dos combates travados nos espaços 'coloniais' extra-europeus, nos séculos XV e XVI, ou durante a Guerra da Aclamação", a nobreza continuava se auto-justificando frente ao poder estabelecido, e "as narrativas sobre os feitos militares – que tanto possível deveriam incluir episódios de bravura, em situações de risco, os indivíduos ostentando nesses momentos o seu desprezo pela morte – continuaram a ter papel crucial nas crônicas das casas."[126] Assim, era natural que um nobre sacrificasse sua vida em favor e para o bem de todos.

O "ethos" da nobreza acabou atravessando o Atlântico e se reproduzindo em solo americano, a guerra foi uma das formas que os colonos utilizaram para reivindicar mercês e reinventar o status nobre. No caso pernambucano, Evaldo Cabral de Mello nos mostra claramente como que o discurso construído pela nobreza da terra, ainda na esteira do desfecho da guerra de restauração, levou em consideração a participação dos pernambucanos na defesa de sua "pátria" contra o "tirano" holandês. Na concepção de Mello, o discurso nativista que se desenvolveu em terras pernambucanas ao longo do século XVII, baseado na máxima de que "à custa de nosso sangue, vidas e fazendas" os "da terra" teriam lutado, sem a ajuda da Coroa, restaurando Pernambuco por conta

[125] MONTEIRO, Nuno Gonçalo. O 'Ethos' Nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social in: *Almanack Braziliense,* n.2, novembro 2005, p.10.
[126] COSTA, Fernando Dores. A nobreza é uma elite militar? O caso Cantanhede-Marialva em 1658-1665 in: MONTEIRO, Nuno & CUNHA, Mafalda Soares (Organizadores) *Optima Pars Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime.* Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005,p.172 – 3.

própria e a devolvendo nas mãos do rei de Portugal, teria atravessado o século XVIII e atingido seu máximo ponto quando das insurreições do século XIX.[127]

Loreto Couto foi buscar insumos nessas experiências militares para forjar a identidade pernambucana. Voltou ao século XVII, se debruçou na luta dos pernambucanos contra os holandeses e, embora Evaldo Cabral de Mello destaque que "os autores setecentistas descreveram a restauração como uma empresa local, mas despojaram a afirmação do tom estridente que lhe dera a geração anterior"[128], ou seja, evitaram ressaltar que a obra restauradora fora feita sem o apoio real, entendemos que o fato de Couto destacar a luta e a vitória da capitania como obra de pernambucanos, por si só, já é um tom estridente frente a perspectiva do Centro. Ora, se os cronistas de guerra do século XVII falavam em obra dos portugueses, o cronista de *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco* aponta para obra dos pernambucanos, exatamente num momento histórico em que o poder real se encontrava implementando a idéia de maior centralização das partes que compunham o império português e, portanto, destacando a máxima de que todos os súditos das diversas partes do mundo luso deveriam sentir-se portugueses.

Uma rápida vista dos cronistas de guerra em Pernambuco, no século XVII, já nos surpreende pela diferença com que abordam os acontecimentos da restauração. Os autores, em nenhum momento, tomam as vitórias perpetradas contra os holandeses como obra exclusivamente pernambucana. Na verdade, as experiências militares que ainda são abordadas na esteira das escaramuças, apresentam as batalhas e as vitórias como feitas pelas mãos de portugueses e soldados de outras "nações". Quando os cronistas do seiscentos se referem à ajuda da terra, demonstram a participação de negros e índios, mas nunca os colocando com um único rótulo, ou seja, o de pernambucanos. Duarte de Albuquerque Coelho, ao destacar os feitos do General Matias de Albuquerque, enumera os participantes naquele conflito e destaca que

> *Não é menos qualificada a prudência com que governou por seis anos tão longe da Espanha, em uma terra tão licenciosa e sempre com tanta falta do*

[127] MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro veio: O Imaginário da Restauração Pernambucana*. Rio de Janeiro: Top Books, 1997.
[128] Idem. pp.111-112.

> *necessário para animar os soldados, mantendo a maior união entre nações tão belicosas e opiniosas, como castelhanos, portugueses, italianos, mamelucos, índios e negros, sem que nunca aparecesse menor descontentamento.*[129]

Como veremos abaixo, diferentemente dos cronistas da guerra que escreveram no século XVII, Loreto Couto, por exemplo, apresenta a vitória contra os holandeses como obra pernambucana, usando as experiências militares dos pernambucanos como o grande trunfo para forjar essa identidade local. Assim, se em *O Valoroso Lucideno*, Frei Manoel Calado, ainda no prólogo, faz questão de ressaltar que

> *Persuadido (pio e benigno leitor) de muitas importunações de amigos e obrigado do amor da pátria, e levado do temor e timbre do nome português; e sobretudo por acudir pela honra e infalível palavra e nome de S. Majestade e dar alento aos moradores de Pernambuco, para levarem com suavidade a carga dos trabalhos e o peso da guerra, na qual andam em roda-viva de dia e de noite, por libertarem a terra das mãos dos holandeses, tomei a pena na mão para fazer esse tratado, como testemunha de vista [...].*[130]

Ou seja, a luta se fez por portugueses, isso mudaria nas crônicas do século XVIII. Na verdade, no livro de frei Manoel Calado, o termo "pernambucano" não aparece uma só vez, e o termo "pernambucanos" só pode se encontrado em um único momento, mais precisamente no verso de uma poesia que serve como introdução da obra. Nessa estrofe citada, o cronista destaca: "[...] com que os pernambucanos por mil modos/ Queriam defender a pátria todos".[131] Em outro momento o mesmo frei se refere a "leais e brasílicos soldados", mas não demonstra que os soldados eram pernambucanos. Ou seja, se no século XVII a honra e a glória pela vitória pertenciam aos portugueses, os cronistas setecentistas transformariam essas glórias em feitos locais.

---

[129] COELHO, Duarte de Albuquerque. *Memórias Diárias da Guerra do Brasil.* Recife: Secretaria do Interior, 1944.
[130] CALADO, Frei Manoel. *O Valeroso Lucideno.* Recife: Editora de Cultura Intelectual de Pernambuco, 1942, prólogo.
[131] Idem. p.8.

Francisco Manoel de Melo, ao escrever, no século XVII, sobre a guerra, também destaca a importância da resistência e da luta dos portugueses, lembrando que

> *A vitória que os portugueses ultimamente alcançaram dos da Companhia da Holanda em Pernambuco, é das que merecem eternizar-se; pois, por tão grande, julgaram-na milagrosa. E o parece, com efeito, se considerarmos que um número inferior de gente, desnuda, sem provisões e desamparada, venceu e desbaratou, tão poderoso exército governado por muitos e competentes cabos, cujas esperanças não eram menores que a conquista total de todas aquelas terras* [132].

Portanto, pelo que temos visto, as crônicas de guerra que mais tarde seriam lidas pelos cronistas setecentistas, apresentavam as vitórias contra os holandeses como feitos exclusivamente portugueses, com a ajuda de soldados de outras nações, de índios e negros. Personagens principais desses combates, como Felipe Camarão e Henrique Dias, são apresentados pelos relatos de guerra como índios e negros que ajudaram na vitória portuguesa, sendo leais ao seu monarca. Duarte de Albuquerque, ao tecer comentários sobre o preto Henrique Dias, figura de grande relevo para as batalhas contra os holandeses, destaca que

> *Bem se prova o apuro em que nos tinha posto a continuação do que contrastávamos, pela ação que um preto chamado Henrique Dias praticou nesta ocasião, e foi parecer-lhe que necessitávamos de sua pessoa; pois veio oferecê-la ao general e este aceitou-a para servir com alguns de sua cor em tudo o que lhe determinasse. Na verdade, segundo o valor e a constância de que sempre deu provas, como se verá, podia qualquer satisfazer-se de ter por companheiro este preto, o qual em todas as ocasiões em que se achou, procedeu de maneira, e com tal denodo, que por ele e pelo zelo com que o empregava foi El-Rei depois servido fazer-lê mercê do foro de fidalgo e um hábito, sem que fosse necessário mais que o seu procedimento; e foi sem dúvida com justiça, porque o sangue que verteu pelas muitas feridas que depois recebeu pode apurar o pouco que lhe ficou, de maneira que recebeu*

[132] MELO, Francisco Manoel de. *Restauração de Pernambuco: epanáfora triunfante e outros escritos.* Recife: Secretaria do Interior, pp.1-7.

> *muito bem as honras que se lhes fizeram. O general logo o nomeou capitão da gente que tinha conduzido, e da mais que pudesse reunir, contanto que fosse livre.*[133]

As vitórias portuguesas contra os holandeses, no século XVII, obviamente seriam retomadas nas crônicas do século XVIII. No entanto, a visão a respeito de quem teria alcançado essas conquistas passariam por modificações substanciais. Mas, frei Manoel Calado, ao narrar um fato em que ficou claro o descontentamento dos soldados locais, destaca que ao chegar em Pernambuco socorro composto por combatentes estrangeiros, os soldados de Pernambuco se sentiram preteridos e começaram a demonstrar que não se sentiam a vontade por verem o tratamento diferenciado dispensado aos militares vindos do Reino. Manoel Calado insiste que

> *[...] Tanto pois que o Conde de Banholo assentou casa no arraial com título de mestre-de-campo e governador de um terço italiano que consigo trouxe; começou-se a fazer mais caso dos capitães e soldados vindo do Reino; e os soldados de Pernambuco, que até então haviam defendido a terra e reprimido o inimigo com tanto esforço e valor, metidos pelos matos, passando rios descalços, e por lamas e atoleiros com grandes descômodos, vendo que não eram tratados com amor e benevolência com que o General Matias de Albuquerque os havia até então tratado, uns se foram indo para suas casas, outros afrouxaram do contínuo trabalho, assim diurno como noturno com que andavam oprimidos, dizendo que trabalhassem os soldados que haviam vindo do Reino, pois eram pagos e que soubessem e experimentassem ao que sabia o andar por matos e atoleiros, o que eles até então tinham feito sem outro interesse mais que o zelo da defesa da pátria; e mostrassem que eram vassalos leais de sua majestade em companhia de seu governador Matias de Albuquerque.*[134]

[133] COELHO, Duarte de Albuquerque. *Memórias Diárias da Guerra do Brasil.* Recife: Secretaria do Interior, 1944, p.167.
[134] CALADO, Frei Manoel. *O Valeroso Lucideno.* Recife: Editora de Cultura Intelectual de Pernambuco, 1942, p. 50.

Como percebemos, ainda que não os denominando pernambucanos, o frei acaba por conceder destaque aos soldados que ele designa como "de Pernambuco", mas, em momento algum os caracterizam como pernambucanos. Manoel Calado, na verdade, em diversas passagens da sua obra *O Valeroso Lucideno*, chama a atenção para o fato de que os naturais da terra teriam lutado usando "paus tostados" contra o poderio bélico dos holandeses. A idéia desse autor é de que a culpa pelo ataque bem sucedido dos holandeses foi por conta dos pecados cometidos pelos homens da terra. O que seria, no século XVIII, claramente contestado pelos cronistas que apresentamos nesse texto. Ao destacar os feitos do índio Felipe Camarão, frei Manoel Calado o aponta como ajudante dos portugueses e não como um pernambucano, destacando que

> *Este índio foi o mais leal soldado que El-Rei teve nesta guerra, porque sempre acompanhou os portugueses com sua gente em todos os trabalhos e fadigas; e com os holandeses teve bizarros encontros e os desbaratou de tal sorte que chegou a dizer nos Apipucos o mestre-de-campo dos holandeses chamado Cristóvão Arquichofle, soldado velho e mui experimentado na guerra, polaco de nação, que só um índio brasiliano tivera poder para o fazer retirar, desonrando-o e fazendo-lhe a reputação e nome que tinha ganhado e conservado por tantos anos. E tantas bravezas e obras heróicas fez no decurso desta guerra este Antonio Poti (ou o que tanto monta Camarão) que S. Majestade lhe deu Dom e o fez cavalheiro do hábito de Cristo e lhe deu título de governador e capitão-geral de todos os índios do Brasil: e os fidalgos portugueses e governadores do Estado se prezam muito de o admitir entre si e lhe fazem muita honra e cortesia, não só por seu grande valor e esforço, senão por seu bom natural, honrado procedimento e cristandade; e mui zeloso do serviço de Deus e dos santos.*[135]

Em *Memórias Diárias da Guerra do Brasil*, o autor já destacava o quanto a luta fora difícil e árdua, passando os portugueses por diversas penúrias. Diferentemente de Couto e Borges da Fonseca, o cronista da guerra sempre lembra as vitórias como façanhas dos portugueses com a ajuda de alguns negros e algumas tribos indígenas, ou no limite, vitórias de Pernambuco. Mas também destaca a dificuldade de se lutar sem

[135] Idem. p.47.

provisões. Duarte de Albuquerque Coelho apontava que "não se tratava o general somente de fazer guerra, mas também de sustentar a quem a fazia, não sendo esta a menor e que mais se ia sentindo. Muitas vezes se deu de ração uma espiga de milho, por não haver outra coisa. Mandou plantar muitos abastecimentos, como mandioca, milho, e vários legumes para a colheita futura. A míngua de pólvora e munições era mui grande; [...] Chegou-se a tamanha falta de balas de arcabuz e mosquete, que obrigou o general a mandar percorrer as redes dos pescadores para valer-se do chumbo delas".[136]

Portanto, personagens e combates que, no século XVII, eram elencados como representantes das vitórias portuguesas contra os holandeses, um século depois, se tornariam principais expoentes, nas obras dos cronistas, das conquistas pernambucanas. Em Loreto Couto, que também destaca que a luta fora feita em defesa da pátria, encontramos a apresentação de uma guerra feita por pernambucanos, sem ajuda portuguesa, contra os holandeses. Portanto, o cronista ressalta o combate pernambucano em defesa da terra e nos lembra que "nenhuma nação pode gloriar-se de haver conseguido tantos triunfos em toda larga carreira dos séculos, como os pernambucanos lograram em vinte e quatro anos, que se gastaram na total expulsão dos holandeses. Não se recobrou palmo de terra, que não custasse uma façanha; não se havia movimento sem perigo, não havia perigo sem combate, e pelo número dos combates se contavam as vitórias".[137]

Destarte, Loreto Couto, cem anos mais tarde, escrevendo para outra geração, substitui o que se considerava vitória de portugueses da "pátria" pernambucana, por vitória dos pernambucanos. Ou seja, tentando resgatar um passado de glórias, de nobreza e de honra de sua capitania, transfere o feito dos portugueses de Pernambuco para as mãos de pernambucanos. No limite, eram os mesmos homens. No entanto, o que no período das escaramuças com os holandeses fora considerado, quando se tratava de vitórias, feitos portugueses, para Couto, que forja a identidade local e diferenciada, com reverência ao monarca e à Igreja, eram feitos dos homens da terra, dos de Pernambuco.

[136] ALBUQUERQUE COELHO, Duarte de. [Marquês de Basto, 1591-1658]. *Memórias diárias da guerra do Brasil pelo decurso de nove anos, começando em 1630*. São Paulo: Beca, 2003,1638 p, Acompanha CD Tradução de: Memorias diarias de la guerra del Brasil por discurso de nueve años, empeçanco desde el año MDCXXX.

[137] COUTO, Domingos Loreto de. *Desagravos de Brasil e Glórias de Pernambuco.* Recife: Fundação Cultura de Recife, 1981, pp.96-97.

Se, em meados do século XVIII, momento de relativa paz interna, e também de maior centralização das decisões no Reino, era mais complicado que os pernambucanos se envolvessem em querelas militares, a última vez fora o conflito interno que colocara Olinda e Recife frente-a-frente numa disputa em que o último se saíra melhor, sobrava a volta ao século XVII, para reconstruir as memórias sobre a guerra de restauração, construir um *pantheon* de heróis locais e atribuir a vitória aos pernambucanos, tentando assim gerir um passado de glórias para a capitania, lembrar ao Centro sobre esse passado, exaltar o homens que fizeram parte desse "glorioso" passado e, no limite, clamar pelas benesses reais e pelo reconhecimento das especificidades de suas "pátrias".

Na obra de Jaboatão, encontramos claras referências às passagens que relatam os combates contra os holandeses, obras escritas pelo frei Manoel Calado, no Seiscentos. Jaboatão partilhava da idéia de Calado de que a invasão holandesa ocorrera por conta dos pecados cometidos pelos homens da terra. Para Loreto Couto era inadmissível culpar as mazelas sofridas pelos pernambucanos por conta dos pecados cometidos pelos mesmos. Mas, ao fim, em seu *Sermão da Restauração de Pernambuco*, Jaboatão acaba por destacar que "jacte-se o mundo todo que pode vencer ferro com ferro; que Pernambuco só deve gloriar que com pau soube triunfar do ferro e bronze"[138], deixando claro que a vitória foi de Pernambuco, mas diferente de Couto, não se serve da expressão "pernambucanos".

O genealogista Borges da Fonseca também fez uso das crônicas de guerra do século XVII, não obstante, se preocupou mais com o trabalho de cunho arquivístico, detalhando a árvore genealógica das famílias pernambucanas e procurando mapear a origem de cada uma, dotando-as de atributos e passado nobre. De certo, o genealogista – e nisso recorremos mais uma vez à obra de Evaldo Cabral de Mello -, foi mais cauteloso em apontar a ausência real como causa da "desgraça" de sua capitania; por conta do cargo que ocupava e também pelos diversos postos pelos quais passara ao longo de sua carreira, foi mais comedido na crítica. Entretanto, não poupou "tinta" ao relacionar as famílias da capitania com a guerra de restauração e, com isso, apontou para uma identidade pernambucana que se forjara na luta pela defesa da "pátria".

[138] Jaboatão. *Sermão de Restauração*. p. 382.

Em São Paulo, os cronistas do século XVIII, na tentativa clara de restaurar o passado de glórias da sua capitania, ressaltavam a importância da guerra contra os indígenas hostis, e mesmo cientes da ordem régia que proibia o cativeiro dos nativos, ordem claramente burlada, homens como Madre de Deus, em meados do setecentos, destacavam a insatisfação por não poderem fazer largo uso da mão-de-obra indígena. John Monteiro nos lembra que "na capitania de São Vicente, os portugueses buscaram aumentar a oferta de mão-de-obra indígena por meio de aliança com os Tupiniquim, transformando-a de uma relação de relativa igualdade para uma de subordinação. Não se conhecem em maiores detalhes os elementos precisos desta transformação, mas parece claro que, já na década de 1540, os portugueses controlavam – direta e indiretamente – algumas aldeias tupiniquim."[139] Portanto, o controle desses indígenas servia como multiplicação dos braços que sertão à dentro, buscavam novos cativos e riquezas, alargando assim, o território paulista. E essa guerra por novos cativos e em busca de novos territórios, mesmo que as vezes às avessas das ordens reais, seria o mote para a fabricação da identidade paulista defendida pelos cronistas do setecentos.

Madre de Deus, no início de suas memórias, destaca a importância que teve para o desenvolvimento do império português a ocupação feita pelos lusos em terras do planalto paulista; buscando o tempo todo justificar a utilização do trabalho indígena, o cronista tenta descrever uma imagem mais saudável da relação entre os índios e os primeiros conquistadores, destacando a benevolência dos brancos em relação aos "da terra" e relatando que "a espada, sempre vencedora, de Martim Afonso de Sousa foi um raio que nunca causou estragos onde não encontrou resistência. O respeito de João Ramalho, e bons ofícios de Antonio Rodrigues lhe conciliaram a amizade dos Guaianazes, a qual ele firmou com a pontual observância das condições estipuladas. Cativou a vontade dos naturais da terra, defendendo a sua liberdade, e perpetuou, com atenções, a fidelidade dos bárbaros, que não havia de assegurar com injustiças."[140]

[139] MONTEIRO, John Manoel. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo.* São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

[140] DEUS, Gaspar da Madre de. *Memórias para a história da Capitania de São Vicente hoje chamada São Paulo.* São Paulo e Rio de Janeiro: Weiszflog Irmão Editora, 1920, p.53.

Assim, o que Madre de Deus tenta nos passar é que a relação com os indígenas, desde o início, foi pautada pela conciliação.

No entanto, frei Gaspar não tem como esconder a escravidão indígena que, responsável pela articulação da economia do planalto e, por conseguinte, de sua ligação com outras partes da colônia, se tornava a peça fundamental na produção das riquezas locais; assim, em suas memórias sobre São Paulo, lembra o quanto a utilização dos cativos fora de suma importância para o desenvolvimento paulista e, nostálgico, fala da capitania "quando como a Sicília a respeito de Roma, lhe chamavam o celeiro do Brasil por daqui saírem trigo, carnes e outros víveres para todas as povoações do Estado, quando muito se freqüentava a navegação do Porto de Santos para os Reinos de Portugal e Angola"[141]. Com essa assertiva, Madre de Deus justificava a escravidão indígena, "limpava" a imagem ruim que se havia tecido sobre os paulistas e, por fim, justificava a guerra contra os bárbaros e sua apreensão, fabricando uma identidade paulista que, no limite, fora construída na guerra contras as nações indígenas infiéis e na utilização da mão-de-obra proveniente dessa guerra para a produção de riquezas.

Rodrigo Bentes Monteiro enfatiza que

> *Esta tendência de valorização dos antepassados vicentinos segundo a lógica européia, e das aventuras bandeirantes seiscentistas no século XVIII, está de acordo com o processo de sujeição dos paulistas à colonização portuguesa, notadamente depois do início da exploração do ouro em Minas e a criação da capitania de São Paulo em 1720. Frei Gaspar era um eclesiástico de expressão no Brasil em meados dos setecentos, e como tal recuperava esse passado paulista não somente destacando sua 'nobreza' de sangue e de valores, mas também a obediência daqueles habitantes às ordens vindas de Portugal.* [142]

Assim, Madre de Deus enfatiza a guerra contra os indígenas e seu apresamento como de suma importância para o desenvolvimento econômico da capitania, e para

[141] DEUS, Gaspar da Madre de. *Memórias para a história da Capitania de São Vicente hoje chamada São Paulo.* São Paulo e Rio de Janeiro: Weiszflog Irmão Editora, 1920, p.53.
[142] MONTEIRO, Rodrigo Bentes. *O Rei no Espelh. A monarquia portuguesa e a colonização da América (1640-1720).* São Paulo: Hucitec, 2002.

provar, volta ao passado glorioso de várias famílias nobres e ricas do local, mas também destaca a obediência dos homens locais às ordens vindas da Coroa. Ora, se as ordens que emanavam de Portugal tendiam a coibir a guerra sem justificativa para o apresamento dos indígenas, muito embora saibamos que o Centro fingia não perceber o que efetivamente acontecia, tentando ser o árbitro entre o poder eclesiástico e os moradores ávidos pela exploração da mão-de-obra do nativo, o cronista tenta demonstrar que os paulistas precisavam dessa mão-de-obra, mas por conta da determinação régia não faziam mais, e isso era a causa da grande pobreza pela qual passavam os habitantes daquela capitania. Capitania que, outrora, fora ornada de riquezas e grande nobreza por conta dos braços advindos da guerra contra os bárbaros.

Alcântara Machado nos lembra que, em relação a esse destaque que os memorialistas concedem a um passado de glórias e riquezas dos antepassados paulistas, devemos relativizar, uma vez que as análises dos inventários seiscentistas demonstram que poucas famílias efetivamente viviam com delatada abastança, portanto, exagerando os cronistas em destacar que a dificuldade de implementar a guerra e aprisionar os indígenas seria a grande culpa pela miséria com que viviam ilustres habitantes da capitania no século XVIII.[143] Seja como for, o que nos interessa é perceber como cronistas e genealogistas foram ao passado para resgatar a nobreza e a riqueza dos principais habitantes da capitania, justificando que a guerra contra os indígenas, a luta contra tribos hostis e a apreensão daquela mão-de-obra eram os responsáveis pela vida de abundância dos paulistas. O que não estava ocorrendo na época em que escreviam suas obras.

Mas, entendemos que o século XVIII foi marcado por momentos críticos para os paulistas. Não obstante as sucessivas solapadas no que diz respeito a utilização da mão-de-obra indígena, a centúria já começava marcada pela perda, talvez mais moral do que efetivamente bélica, da guerra que os paulistas empunharam contra os adventícios portugueses. O conflito denominado pela historiografia como Guerra dos Emboabas, certamente, abriu as veias do ressentimento de uma sociedade paulista que se viu não só às voltas com a perda de importantes conquistas de regiões auríferas nas Minas Gerais,

[143] MACHADO, Alcântara. *Vida e Morte do Bandeirante.* Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1980.

mas também com a problemática relativa ao controle do abastecimento de gêneros alimentícios para as regiões de exploração mineral. A análise de Adriana Romeiro a respeito dos motivos que levaram a esse conflito é reveladora, ao destacar que "tratava-se de uma estratégia tradicional de defesa dos interesses ameaçados por um contrato tido por abusivo. Visto sob esta perspectiva, o levante é mais um capítulo da luta dos paulistas contra aquilo que supunham injusto e ilícito, fossem preços ou monopólios. Num cenário de escassez e penúria crônicas, afetado constantemente pela instabilidade do abastecimento de gêneros de primeira necessidade, a tradição insurgente dos paulistas encontraria um terreno fértil, voltando-se contra contratadores e comerciantes – fossem eles paulistas, cariocas, baianos, pernambucanos ou portugueses [...]".[144] Assim, observamos que essa identidade vicentina também se pautou na sua construção pelo sentimento repelente aos migrantes portugueses que estavam chegando. Ou seja, a não aceitação do estrangeiro também conferiu tons a essa identidade, e a despeito dessa afirmativa, ressaltemos que não se questionava o poder central.

Mas, se os "mamelucos paulistas" haviam se destacado por sua valentia e poder de guerra contra tribos hostis e na ajuda da defesa de outras paragens da colônia contra invasores estrangeiros, no momento da defesa de seus empreendimentos contra os "emboabas" (Os de Fora), acabaram não conseguindo se impor. E cronistas como Madre de Deus, anos depois, ainda lamentavam essa perda paulista e também a impossibilidade de se manter as riquezas das famílias. Sobretudo no momento em que o cronista escreve, período em que o Centro ampliava o controle sobre a utilização da mão-de-obra indígena, invariavelmente, o mesmo destaca que "aos paulistas antigos não faltavam serventes pela razão que permitindo as nossas leis e as de Espanha, enquanto a ela estivessem sujeitos, o cativeiro dos índios aprisionados em justa guerra, e administração dos mesmos, conforme as circunstâncias prescritas nas mesmas leis tinham grande número de índios, além de escravos pretos da Costa da África, com os quais todos faziam lavrar muitas terras e viviam na opulência."[145]

[144] ROMEIRO, Adriana. *Paulistas e Emboabas no Coração das Minas...*, p.151.
[145] DEUS, Gaspar da Madre de. *Memórias para a História da Capitania de São Vicente.* Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora USP, 1975, p.197.

Pedro Taques, genealogista, nos faz pensar sobre a importância das guerras que os paulistas travaram contra indígenas hostis, destacando que a conquista daquelas terras para a Coroa só foi possível por conta da exaustiva obra dos paulistas, ele diz: "nesta colônia suportaram os seus fundadores repetidos encontros da fúria dos bárbaros índios Tamoios, que habitavam as margens do rio Paraíba, e foram os desta nação os mais valorosos que teve o sertão da serra de Paranampiaçaba e os da costa do mar até Cabo Frio". E Taques destaca a obra dos conquistadores ressaltando que "por estes insultos fortificaram os portugueses a sua povoação de Santo André com uma trincheira, dentro da qual construíram quatro baluartes sem que cavalgaram artilharia, cuja obra toda foi à custa do dito João Ramalho, que desta povoação foi alcaide-mor e guarda-mor do campo."[146] Portanto, a conquista das terras, o afastamento dos índios hostis e a produção de riquezas locais, segundo o genealogista, só foi possível por conta do poder de guerreiros que possuíam os seus antepassados.

E para os cronistas do século XVIII, na tentativa de "fabricar" uma identidade local, o espírito guerreiro dos paulistas era o ponto forte no momento de defender a lealdade dos súditos, ressaltar a importância dos bandeirantes para a manutenção e alargamento dos territórios da Coroa e para a produção econômica. O historiador Pedro Puntoni aponta para o fato de que "os sertanistas da vila de São Paulo de Piratininga particularizavam-se, desde o final do século XVI, por possuir um estilo militar perfeitamente adaptado às condições ecológicas do sertão. [...]. Essas 'bandeiras' paulistas tinham uma dinâmica e um modo de operação ajustados para seus intentos de penetração nos sertões em busca de provável mineral precioso ou do infalível cativo indígena."[147]

Portanto, esse alargamento geográfico produzido pelos sertanistas paulistas através de experiências militares próprias e desenvolvidas no seu contato com o indígena, sem dúvida, representa o que de mais importante seria ressaltado pelos cronistas e genealogistas na defesa de uma identidade paulista, no século XVIII. Em

[146] LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. *História da Capitania de São Vicente*. São Paulo: Cia. Melhoramentos, 1928.
[147] PUNTONI, Pedro. A arte da guerra no Brasil: tecnologia e estratégia militares na expansão da fronteira da América portuguesa (1550-1700) in: CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor & KRAAY, Hendrik (Organizadores). *Nova História Militar Brasileira.* São Paulo: FGV, 2004, p.58.

Caminhos e Fronteiras, Sérgio Buarque de Holanda nos lembra que mais livre do que em outras capitanias, a colonização em São Paulo se processou de forma a se adaptar às condições físicas do ambiente americano e, portanto, as formas de guerrear indígena e suas técnicas tiveram que ser apreendidas pelos colonos.[148] Muito embora, Adriana Romeiro aponte para o fato de que a poderosa máquina de guerrear paulista, em seu território, conhecedora de todas as táticas indígenas, de emboscadas e de formas locais de encarar os combates, acabou por sucumbir aos ataques dos estrangeiros. Para a autora, "ao estudioso do levante emboaba, causa perplexidade o fracasso da atuação paulista contra o contingente militar dos forasteiros. Afinal, como explicar que a poderosa máquina de guerra paulista, vitoriosa nas Guerras do Açu e na luta contra Palmares, adestrada na arte da guerrilha, tivesse sucumbido, num cenário que lhe era em tudo favorável?"[149]

Mas, a despeito dessa perda, foi a guerra contra os indígenas, guerra que tanto adestrou os paulistas, os moldando às formas diferentes de combate, que também foi a responsável por atribuir àquele povo características que os faziam as vezes elogiados, outras detratados pelos demais espaços coloniais e até mesmo pelas autoridades governamentais. Mas, a arte de guerrear paulista, tão exaltada por Madre de Deus em sua obra, também aparece na "tinta" do genealogista Pedro Taques que, como já dissemos, em meados do século XVIII, buscava mapear as principais famílias da capitania as associando a troncos nobres que colaboraram para a conquista e ocupação da terra. E também buscava demonstrar a importância da guerra para os paulistas, não só internamente, mas na ajuda a outros espaços da colônia. Assim, ao abordar o socorro concedido pelos paulistas para expulsar os franceses do Rio de Janeiro, Taques destaca que

> *Segunda vez tornou o mesmo Governador-Geral Mem de Sá sobre o Rio de Janeiro, tendo mandado a armada a cargo de seu sobrinho o capitão-mor Estácio de Sá, que veio com ela a São Vicente para se engrossar com o socorro das canoas e soldados das vilas de Santos e São Paulo de*

[148] HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 3Ed, 1994, p. 21.
[149] ROMEIRO, Adriana, Op. Cit, p.196.

> *Piratininga, onde se achou em pessoa o dito capitão-mor Estácio de Sá e fez recrutas de famosos soldados, e provimento abundante de mantimentos e víveres, que recolheu para a armada surta do porto de Santos, de onde saiu para a conquista do Rio de Janeiro, e chegou em princípios de março de 1565, em que se deu o primeiro assalto ao inimigo: pelejou-se por uma e outra parte com força e valor, e parou o estrondo da multidão dos bárbaros com perda nossa de um só soldado natural de Piratininga, ao qual ataram a um tronco, onde perdeu a vida feito alvo de setas.*[150]

Assim, a importância dos soldados paulistas para a retomada do Rio de Janeiro das mãos dos franceses fica claramente demonstrada em Taques quando o mesmo afirma que naquela batalha, apenas um soldado piratiningano perdera a vida. Dessa forma, o genealogista vai mapeando a importância da guerra para defender uma identidade paulista que se desenvolveu através da luta contra os índios hostis e contra invasores. Ou seja, sem a ajuda piratiningana não seria possível a vitória portuguesa. Em *A Arte da Guerra No Brasil*, o historiador nos lembra que "no contexto da guerra dos bárbaros, com a intensificação dos 'ataques' dos 'índios bravos' às fazendas e vilas no Nordeste e o completo fracasso das investidas das tropas regulares ou das jornadas organizadas com as ordenanças locais, a utilização dos sertanejos paulistas parecia solução necessária".[151]

A experiência militar dos sertanistas na busca pelo índio e na implementação do seu cativeiro tornou-se uma das principais fontes de riquezas da população piratiningana. "Eram os mamelucos os melhores soldados dos exércitos assoladores das missões: eles muitas vezes foram os chefes das tropas conquistadoras, e por eles mandavam seus pais atacar os índios bravos, por conhecerem a suficiência desses filhos bastardos, criados na guerra, e acostumados ao trabalho, e por isso mais robustos e mais aptos do que os brancos para suportarem os incômodos do sertão [...]"[152] Destarte, no século XVIII, Madre de Deus lamentava o fato de que as determinações régias

---

[150] LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. *História da Capitania de São Vicente*. São Paulo: Cia. Melhoramentos, 1928, p.125.
[151] PUNTONI, Pedro. A arte da guerra no Brasil: tecnologia e estratégia militares na expansão da fronteira da América portuguesa (1550-1700) in: CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor & KRAAY, Hendrik (Organizadores). *Nova História Militar Brasileira.* São Paulo: FGV, 2004, p. 62.
[152] DEUS, Gaspar da Madre de. *Memórias para a história da Capitania de São Vicente hoje chamada São Paulo.* São Paulo e Rio de Janeiro: Weiszflog Irmão Editora, 1920, p.131.

caminhavam de encontro aos desejos dos paulistas, dificultando cada vez mais a guerra e o cativeiro indígena, fontes primordiais para o lustre e honra da vasta nobreza que habitava a capitania. Portanto, o cronista ressaltava que a sociedade piratiningana perdera grande parte de seu status por conta da dificuldade de se fazer a guerra contra as tribos indígenas e, conseqüentemente, utilizar a mão-de-obra desses nativos. O frei arremata que

> *Eu agora disse que no Brasil é pobre quem deixa de negociar, ou não tem escravos que cultivem as suas terras, e ninguém ignora que a riqueza em todo o mundo costumou ser o esteio da nobreza. Aos paulistas antigos não faltavam serventes pela razão que permitindo as nossas leis e as de Espanha, enquanto a ela estivessem sujeitos, o cativeiro dos índios aprisionados em justa guerra, e administração dos mesmos, conforme as circunstâncias prescritas nas mesmas leis tinham grande número de índios, além de escravos pretos da Costa da África, com os quais todos faziam lavrar muitas terras e viviam na opulência.*[153]

Portanto, o lamento de Madre de Deus está em consonância com outros cronistas que, em meados do século XVIII, tentam resgatar um passado de glórias e riquezas para suas capitanias. No caso paulista, a dificuldade em utilizar os índios cativos como escravos, segundo o cronista, seria a causa do empobrecimento da população. Num momento em que a legislação cada vez mais encontrava formas de absorver e administrar os índios da colônia como um todo, prova desse fato é o Diretório dos Índios, cabia aos cronistas de São Paulo lamentar pelas dificuldades que a capitania atravessava e, no limite, ressaltar um passado de riquezas, honras e glórias pelo qual havia atravessado suas "pátrias". Madre de Deus, nostálgico, destaca o período em que os pais poderiam manter as riquezas das famílias, casando suas filhas com nobres e ricos homens e, portanto, não precisando recorrer a outros estratos sociais para conseguir manter o nível social. Assim, o cronista lamenta e ressalta que "desprezavam eles noutro tempo a mercancia, mas depois de se dar execução às leis que proíbem o cativeiro e

[153] DEUS, Gaspar da Madre de. *Memórias para a história da Capitania de São Vicente hoje chamada São Paulo.* São Paulo e Rio de Janeiro: Weiszflog Irmão Editora, 1920, p. 220.

administração dos índios, a muitos dos principais obrigou a necessidade a casarem suas filhas com homens ricos que as sustentassem."[154]

A guerra contra o "bárbaro", a busca de novas terras e a procura por novas fontes de riqueza foram, então, o alicerce daquela sociedade, sertanistas piratininganos que, nas palavras de Laura de Mello e Souza, "num primeiro momento, distanciam-se dos trazidos da mãe-pátria européia, e adotam os próprios às populações indígenas da região; em seguida, começam a desenvolver hábitos compósitos, nos quais a mescla repousa sobretudo no processo analógico, que seleciona, na cultura adventícia, os elementos que se harmonizam melhor com a cultura original".[155] Entrando em matos, ficando meses longe de casa, vencendo obstáculos, passando por privações, mas aprendendo a sobreviver com os hábitos e costumes indígenas, os predadores paulistas foram subjugando as tribos hostis, aumentando seu número de escravos e engordando as fileiras de seus "exércitos" que partia cada vez mais para outras batalhas. Essa foi a imagem que chegou a cronistas como Madre de Deus ou genealogistas como Pedro Taques. Logo, na fabricação das identidades locais, esses homens, conscientemente, retomam esse passado dos paulistas, destacando a importância da guerra para a construção daquela sociedade.

E Pedro Taques, por toda sua obra, não cansa de repetir os feitos dos primeiros conquistadores na luta contra os indígenas, a dura realidade do dia-a-dia dos que por ali aportaram, mas a vitória que enfim chegou, deixando os paulistas em condições de opulência e cercados de pura nobreza. Para o genealogista, desde o início, o paulista

> *sustentou por espaço de três anos contínuas guerras com os bárbaros índios da nação Carijós, Guaianases e Tamoios, que os conquistou apesar da oposição que neles achou, sendo-lhe necessário valer de todo o seu esforço contra a contumácia com que lhe resistiu; porque na posse da liberdade natural reputavam em menos as vidas que a sujeição do poder estranho; mas*

[154] DEUS, Gaspar da Madre de. *Memórias para a História da Capitania de São Vicente.* Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora USP, 1975, p.195

[155] SOUZA, Laura de Mello e. Formas Provisórias de Existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações in: NOVAIS, Fernando Antonio (Coordenador geral da Coleção) & SOUZA, Laura de Mello (Organizadora). *História da vida privada no Brasil.* São Paulo: Companhia das letras, 1997, p.46.

> *vencidos em vários encontros, cedeu a rebeldia para que com maior merecimento e glória fundasse Martim Afonso a vila de S. Vicente.*[156]

E tanto Gaspar da Madre de Deus quanto Pedro Taques, hora ou outra se debruçam na obra de cronistas do século XVII para embasarem suas informações sobre as histórias de suas capitanias. Pedro Taques cita Simão de Vasconcellos ao descrever as guerras perpetradas pelos paulistas contra os bárbaros. Obviamente, o que Vasconcellos cita como obra dos portugueses, o genealogista encara como façanha dos paulistas. Madre de Deus apreende muito da história da América portuguesa com Rocha Pita que, seu contemporâneo, também lamentava a miséria pela qual passava a capitania de São Paulo, destacando o passado de vitórias e glorioso dos de Piratininga. Na verdade, nas entrelinhas da obra de Rocha Pita, podemos perceber pouca simpatia pelos paulistas e seus hábitos. Em relação às querelas que deram origem à Guerra dos Emboabas, Pita se posiciona claramente ao lado de Manoel Nunes Viana e seu séqüito, destacando que o estabelecimento de um governo à revelia do poder estabelecido foi necessário para frear as atrocidades dos paulistas. A posição do cronista é compreensível, afinal, era amigo de Nunes Viana.[157]

E se ao abordar claramente sua posição em relação à Guerra dos Emboabas, Rocha Pita acaba destacando a "pobreza" na qual vivia a capitania de São Paulo; ao falar de Pernambuco, o "historiador" tece inúmeros elogios a Olinda e se posiciona de forma comedida em relação à Guerra dos Mascates, não deixando claro a quem apoiava. No entanto, o desfecho da guerra é visto por ele como prejudicial para os nobres da terra. E o autor também destaca a inabilidade de Sebastião de Castro e Caldas na resolução das escaramuças, sempre apoiando a causa do Recife. Ao fim, sabemos que, depois desse episódio, a tão ilustre Câmara de Olinda com sua tradicional nobreza, cairia em esquecimento. O poder se concentraria em Recife. Isso seria o dissabor dos cronistas do XVIII. Algo muito interessante nos chama a atenção: Pita se refere aos de Olinda como

[156] LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. *História da Capitania de São Vicente*. São Paulo: Cia. Melhoramentos, 1928. p.71.
[157] PITA, Sebastião da Rocha. *História da América Portuguesa: desde o anno de mil quinhentos do seu descobrimento, até o de mil setecentos e vinte e quatro.* 2.ed. Lisboa: Editos Francisco Arthur da Silva, 1880, p.175.

Pernambucanos, ao passo que os de Recife são os mascates. A identidade pernambucana, para ele, se circunscreve a Olinda e à nobreza da terra. A obra de restauração pernambucana, para Pita, teria passado pelas mãos de homens como Felipe Camarão que, pernambucano,

> *Foi tão religiosamente observante da nossa fé católica romana, que não empreendeu ação sem recorrer primeiro a Deus e à Virgem Santíssima, cujas sagradas imagens trouxe sempre consigo. Seguiu as nossas armas desde que os holandeses entraram em Pernambuco, não afrouxando a sua lealdade na maior evidência dos nossos perigos. [...] os reis o honraram com mercês generosas, e ele as abonou com procedimentos qualificados [...].*[158]

Loreto Couto, o principal expoente pernambucano dessa literatura de exaltação da "pátria", também não se deteve muito na sua análise sobre a Guerra dos Mascates; compartilho da observação de Evaldo Cabral de Mello de que "a Loreto Couto, cumpria esvaziar politicamente a querela".[159] O assunto era tabu, delicado, e qualquer clareza no seu posicionamento poderia fazer com que sua obra fosse legada ao esquecimento, embora não esqueçamos que Couto não sobreviveu o suficiente para ver seu livro publicado, apesar de suas constantes reclamações por conta da demora na publicação.

Em relação à Guerra de Restauração, Loreto Couto minimiza a ajuda que veio da Coroa para auxiliar na luta contra os invasores. Muito embora seja perceptível o cuidado com que o cronista escreve para não parecer que a crítica se direciona à Casa dos Braganças, uma vez que a Guerra de Liberdade Divina se inicia, em 1645, portanto, já sob a égide da nova dinastia. No entanto, o cronista dirige clara crítica ao rei espanhol que estava no poder na época das invasões no Nordeste e destaca que "um Rei que se não lembra destas Províncias, para as meter no tratado de tréguas, como cuidaria das suas fortificações? Caiu o Império de Espanha dizem os historiadores nacionais,

---

[158] PITA, Sebastião da Rocha. *História da América Portuguesa: desde o anno de mil quinhentos do seu descobrimento, até o de mil setecentos e vinte e quatro.* 2.ed. Lisboa: Editos Francisco Arthur da Silva, 1880, p.164.
[159] MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro veio: O Imaginário da Restauração Pernambucana*. Rio de Janeiro: Top Books, 1997, p.118.

oprimido do peso da sua mesma grandeza, por decreto da fortuna, que não consente cousa permanente; e porque não cairia Pernambuco fraco e desarmado?".[160]

As experiências militares dos homens da terra foram, então, a base para a construção da obra de Couto, muito embora o cronista não se limite ao tema bélico e apresente, ao longo da obra, personagens pernambucanas que se destacaram na arte, na música, na escrita, na religião e outros campos. Loreto Couto destaca claramente que não se deve procurar em causas naturais e/ou sobrenaturais a razão para as sucessivas perdas dos pernambucanos durante o conflito com os holandeses, e questiona:

> *"[...] Para tão fácil empresa foram supérfluas as suas máquinas. Para que é logo excogitar causas afrontosas da nossa desgraça, se a temos no descuido do Príncipe, natural e manifesta? Mas como há escritores, que cobrindo suas particulares ambições com adulações aos príncipes, para não culparem os descuidos destes, deitam a culpa das adversidades, que padecem os vassalos ou ao tempo, aos costumes dos desgraçados".*[161]

Dessa forma, e aos poucos, Couto vai construindo sua tese de que tanto a invasão quanto a dificuldade de resistir aos "hereges" foi por conta do descuido do príncipe espanhol que não se preocupava com a capitania. Amarrando claramente a razão da ocupação batava ter se dado de forma tão fácil e rápida, na seqüência, o autor desenrola às tomadas de posições pernambucanas que levaram à vitória da sua pátria. Portanto, para Couto, os pernambucanos, sem a ajuda real, guerrearam e venceram o inimigo, devolvendo a capitania nas mãos do monarca. Mas, sempre lembra que essa luta contra os holandeses foi feita somente pelos de sua "pátria" e que, portanto, assim como o descuido da Coroa foi importante para o ocorrido, e por isso o cronista sempre destaca que "fecham estes historiadores os olhos para não verem causas naturais, e patentes a vista de todo mundo, e só os abrem para enxergarem nos nossos pecados a causa das nossas desgraças, para com maliciosa curiosidade nos fazerem um Epitáfio de

[160] COUTO, Loreto. *Desagravos do Brasil e..., p.*89.
[161]COUTO, Domingos Loreto de. *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco.* Recife: Fundação Cultural de Recife, 1981, p.92.

opróbrios, e um padrão de ignomínias"[162], a força e o espírito guerreiro pernambucano foram imprescindíveis para a vitória. Ao fim, ainda que não diretamente, ao decretar a vitória pernambucana como feito exclusivo dos pernambucanos, o cronista acaba por dirigir críticas aos representantes da Casa de Bragança.

E se Loreto Couto apresenta a guerra contra os holandeses e a obra de restauração como façanhas dos pernambucanos, o genealogista Borges da Fonseca também utiliza a experiência militar dos membros das principais famílias da capitania como algo primordial para o resgate da "pátria". Ora, se Couto cita nomes mas fala de uma forma geral, o genealogista, mais preocupado em explicitar as composições familiares da região e, conseqüentemente, sua importância e sua participação na luta, tende a elencar os principais expoentes desse conflito que culminou com a perda do forte e poderoso "invasor". Assim, Borges da Fonseca nos lembra alguns homens como "Francisco Monteiro Bezerra, [que] foi um dos valorosos capitães que teve Pernambuco na invasão dos holandeses, na qual em repetidas ocasiões deu mostras de seu brio e do seu préstimo, porque em defesa da pátria não só despendeu a fazenda, mas empenhou a pessoa com tanta eficácia que prisionando-o os holandeses, o não deram por seguro em Pernambuco e o mandaram com toda a família para a Holanda, onde ele faleceu miseravelmente [...]".[163]

Em Borges da Fonseca vemos uma dupla missão com sua obra, ao mesmo tempo em que o genealogista deixa claro que pretende mostrar que não houve ligação alguma entre as famílias locais e os holandeses, tentando deixar claro a impossibilidade de contato dos "da terra" com os de "impuro sangue", e aqui me refiro, sobretudo, ao medo de que os de Pernambuco fossem relacionados como descendentes de judeus, o autor também gasta tempo o suficiente para apontar representantes das principais famílias, que participaram diretamente da luta de defesa da capitania. Assim, o genealogista destaca dentre outros,

[162] COUTO, Domingos Loreto de. *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco.* Recife: Fundação Cultural de Recife, 1981, p.93.
[163]FONSECA, Antonio José Victoriano Borges da. *Nobiliarchia Pernambucana.* Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1935.v.1, p.35.

> *Amador de Araújo Pereira* [que] *é em Pernambuco o tronco da família de seu apelido. Dele fazem honorifica memória os autores que escreveram a guerra dos holandeses, na qual foi eleito Capitão-Mor de Ipojuca, quando João Fernandes Vieira, em 1645, aclamou a liberdade e procedeu com tanta honra que Sua Majestade em atenção aos seus serviços o nomeou governador de São Tomé, posto que não logrou por falecer quando estava para embarcar.*[164]

E Loreto Couto, na sua missão de "fabricar" uma identidade pernambucana, não poupou esforços para ressaltar a obra quase "solitária" dos pernambucanos na defença da pátria. E Couto conclui

> *[...] Os holandeses senhores de todas as forças, assistidos de socorro, muitos em número, experimentados na guerra, bem armados, e valorosos. Os pernambucanos, poucos, sem mais armas, que os bordões lhe permitia o inimigo, e poucas espadas, e clavinas, que alguns conservaram ocultas, e escondidas; pobres, e sem esperança de socorro, nem favor do Príncipe, que os via, como vassalos de outro senhorio; circunstâncias, que estavam pronosticando infelice sucesso de nossa parte; mas desprezados com valor, e confiança em Deus (cuja causa também defendiam) os pareceres dos homens, se resolvem a esta empresa com insigne constância [...].*[165]

Assim, o chavão constante na obra desses cronistas do século XVIII era que por conta própria, gastando suas fazendas, entregando suas vidas, os pernambucanos fizeram a restauração. Como apontamos no início do capítulo, a guerra para essa sociedade apresentava-se como papel, ainda que em menor escala se comparando com o século XVII – momento de legitimação de uma nova dinastia no poder –, fundamental para requerer honra e benefícios.

Loreto Couto admite a importância dos feitos bélicos para aquela sociedade do qual escrevia e ressalta a forma como os indígenas lutavam também que, apesar de diferente, era importante. Portanto, na conjunção das forças de índios, alguns negros e

---

[164] FONSECA, Antonio José Victoriano Borges da. *Nobiliarchia Pernambucana.* Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1935.v.1, p.28..

[165] COUTO, Domingos Loreto de. *Desagravos de Brasil e Glórias de Pernambuco.* Recife: Fundação Cultura de Recife, 1981, p.96.

brancos – os pernambucanos -, foi que se chegou à vitória. O cronista destaca "que sabemos que suposto que os portugueses quando entraram nestas capitanias os achassem ignorantes na arte de guerrear ao modo da Europa, nem por isso deixava de sugerir lhes seu discurso tão agudos estratagemas, que foram admirados dos mesmos portugueses"[166], ou seja, a forma de guerrear dos indígenas era estranha aos olhos dos portugueses quando chegaram ao continente. Entretanto, Couto admite que essa forma única dos índios contribuiu muito para o desfecho da guerra contra os holandeses. Logo, a forma diferenciada com que lutaram contra os holandeses também se destaca no momento em que os cronistas escrevem suas memórias. Uma guerra com especificidades próprias, a luta dos pernambucanos contra o invasor. Ao fim, observamos que Loreto Couto apresentava os indígenas como legítimos pernambucanos, e a comprovação vem, sobretudo pelos subtítulos dos capítulos de sua obra, onde o autor emprega frases como "de Algumas Índias naturais de Pernambuco que nestes últimos anos floresceram em virtude", destacando na seqüência o caso exemplar de que "na guerra de restauração de Pernambuco ostentou D.Glória, mulher do Governador dos Índios D. Antonio Felipe Camarão o seu insigne valor com os mais ilustres realces [...]".[167]

A despeito de Borges da Fonseca e Jaboatão abordarem a guerra contra os holandeses, Loreto Couto é o que mais apresenta detalhes, tecendo comentários claros que o fazem o cronista mais preocupado, e isso de forma literária, em tecer essa identidade pernambucana. Couto não cansa de repetir que a obra de restauração fora feita sem a ajuda do Reino e que "[...] Aquela milícia exercitada em Flandres como em uma universidade de ciência militar, soberba com o despojo de varões esforçados, e almas grandes, se viu em Pernambuco abatida, e desprezada; escurecida a sua glória militar, e vencidos os seus mais valorosos capitães, pelos pernambucanos, desarmados, famintos, e poucos".[168] Pernambucanos famintos e desarmados, muitas das vezes usando pedras e pedaços de paus teriam vencido, sozinhos, os holandeses.

---

[166] COUTO, Domingos Loreto de. *Desagravos de Brasil e Glórias de Pernambuco.* Recife: Fundação Cultura de Recife, 1981. pp.43-44.
[167] Couto, p.518.
[168] COUTO, Domingos Loreto de. *Desagravos de Brasil e Glórias de Pernambuco.* Recife: Fundação Cultura de Recife, 1981, p.96.

E para o cronista, a gestação da "alma" pernambucana teria sido exatamente a guerra; as experiências militares e a vitória contra os invasores é que teria mostrado o valor de cada indivíduo daquela sociedade e, portanto, Couto se embasa nesses acontecimentos para destacar a identidade de sua pátria. Para ele, "a perda de Pernambuco, deu a Pernambuco um supremo lustre, sem tão fatal ruína, não se lograra restauração tão gloriosa. Quanto sangue derramou a espada holandesa nas nossas terras, serviu para fecundar-lhes de palmas e lauréis. Nenhuma nação pode gloriar-se de haver conseguido tantos triunfos em toda larga carreira dos séculos, como os pernambucanos lograram em vinte e quatro anos, que se gastaram na total expulsão dos holandeses. Não se recobrou palmo de terra, que não custasse uma façanha; não se havia movimento sem perigo, não havia perigo sem combate, e pelo número dos combates se contavam as vitórias".[169]

E se os cronistas seiscentistas destacam a obra como se fosse dos portugueses, Loreto Couto também disserta sobre o mesmo tema, recorre aos relatos deixados por esses cronistas da guerra, mas sempre conclui que

> *cansados os pernambucanos das muitas crueldades, roubos e tiranas vexações com que os oprimia a herética maldade dos holandeses, que como feres se deleitavam em martirizar, atormentar, destruir, e roubar, procuraram sacudir de seus ombros jugo tão pesado, e tirano. No tempo em que os inimigos se achavam mais poderosos, e insolentes, e os pernambucanos pobres, e desarmados, apelidaram liberdade, e se põem em campo para libertar sua pátria do poder, daqueles pérfidos, e cruelíssimos hereges.*[170]

A última citação é sintomática do posicionamento do cronista do setecentos. Ele, na sua obra, vai fabricando uma identidade local, vai acumulando informações, desenhando fatos, elaborando as informações de forma que redunde numa escrita bem cuidada, direcionada, que demonstra a intencionalidade de Couto em inventar essa

[169] COUTO, Domingos Loreto de. *Desagravos de Brasil e Glórias de Pernambuco.* Recife: Fundação Cultura de Recife, 1981,p.96.
[170] COUTO, Domingos Loreto de. *Desagravos de Brasil e Glórias de Pernambuco.* Recife: Fundação Cultura de Recife, 1981.

identidade. Sentia-se como participante desse "caráter" pernambucano. E foram os pernambucanos, valorosos, destemidos, que venceram, restauraram e restabeleceram o domínio português em sua "pátria", mas fizeram isso por conta própria, "pobres e desarmados", derramando sangue, perdendo vidas e fazendas. A conclusão de Loreto Couto é que a guerra foi o instrumento de maior valia para os pernambucanos demonstrarem o seu valor e conclui que "[...] Para assombro dos Estrangeiros, afronta de suas armas, portanto do valor, honra de Portugal, desagravo do Brasil, e Glória de Pernambuco"[171], restaurou-se a pátria. Essa é uma das únicas vezes que o autor inclui Portugal na vitória, note que o mesmo fala que a honra do Reino foi restabelecida, mas a glória da vitória, sem dúvida, ficou com Pernambuco.

Em Loreto Couto fica claro que a culpa pelas incursões batavas na sua capitania se dera por conta da pouca atenção do príncipe com a região. O cronista enfatiza que "[...] Não haveria quem se capacitasse a que uns homens desfavorecidos do seu Príncipe, deixados como vassalos de outra potência, perseguidos com ordens contrárias aos seus desígnios, pobres, desarmados, e sem socorros pudessem tirar de seus fracos ombros o violento e pesado jugo de herética tirania [...]".[172] Borges da Fonseca também reconhece a participação dos pernambucanos na luta contra os holandeses. No entanto, como já dissemos, utiliza um tom menos acusador para com a ausência da Coroa quando das lutas. Ao fim, Couto, de forma mais enfática, arremata que "investiram-se os Esquadrões iguais no valor, e muito desiguais no número, e nas armas, as dos holandeses todas de ferro, e fogo, as dos nossos quase todos de paus tostados [...]".[173] E nesse aspecto, pela nossa perspectiva, ao criticar a "pouca" atenção concedida pela Coroa ao conflito no Nordeste, Couto acaba, ainda que talvez não perceba, negando a fidelidade que o mesmo ressalta que os pernambucanos sempre tiveram para com o rei. Denunciar a falta de atenção do rei nos parece, em parte, denunciar a falta de lealdade do monarca para com os pernambucanos. Mas, o cronista não se posiciona de forma clara a esse respeito, deslizando ora ou outra da crítica para a afirmação da fidelidade ao rei, muito embora

[171] COUTO, Domingos Loreto de. *Desagravos de Brasil e Glórias de Pernambuco.* Recife: Fundação Cultura de Recife, 1981,p.144.
[172] COUTO, Domingos Loreto de. *Desagravos de Brasil e Glórias de Pernambuco.* Recife: Fundação Cultura de Recife, 1981,p.144.
[173] COUTO, Domingos Loreto de. *Desagravos de Brasil e Glórias de Pernambuco.* Recife: Fundação Cultura de Recife, 1981, p.99.

lembre-nos que "o amor da pátria é um mal contagioso que do coração do primeiro homem, se comunicou a toda sua infeliz descendência. Criou Deus a Adão no campo Damasceno, esta foi propriamente a pátria de Adão, por que foi o berço do seu nascimento[...]"[174] Portanto, a luta dos pernambucanos contra os holandeses, sozinhos, sem auxilio expressivo da Coroa, teria sido o gênese dessa identidade pernambucana.

A simbologia dos pés descalços, da espiga de milho como única ração para as tropas, dos paus tostados contra o ferro e o bronze dos holandeses, da mão que Henrique Dias, após ser ferido, manda cortar fora e volta à batalha, isso tudo, nas escritas dos cronistas setecentistas possui significado distinto dos cronistas do seiscentos. Para homens como Loreto Couto, esses episódios foram resultado da obra fantástica de resistência e de vitória dos naturais de Pernambuco. Mesmo que o autor não aponte homens como Henrique Dias e Felipe Camarão como pernambucanos, os qualificam como "naturais de Pernambuco", o que faz com que os caracterizem como componentes da pátria pernambucana. Por esse aspecto, o autor acaba concedendo maior visibilidade a negros e índios na formação da identidade de sua capitania. A despeito dessa visibilidade se forjar somente por conta da participação em batalhas pela defesa de Pernambuco. Para o autor, era impossível destacar em sua obra os feitos de tantos pernambucanos na luta contra o invasor, muitos haviam perdido suas vidas, isso incluindo índios e negros, e ele arremata que

> *Não damos aqui a ler as ações ilustres, com que inumeráveis pernambucanos animados de belicosos impulsos declararam perpétua guerra aos hereges holandeses, que ocuparam estas províncias, coroando-se diversos louros em diversos combates, perdendo vidas, e fazendas com morte, e perda gloriosa, que lhes imortalizou os nomes na posteridade da fama, e que levados de generoso impulso acabaram as vidas, pelejando valorosamente nesta guerra [...].* [175]

[174] COUTO, Domingos Loreto de. *Desagravos de Brasil e Glórias de Pernambuco.* Recife: Fundação Cultura de Recife, 1981, p.413.
[175] COUTO, Domingos Loreto de. *Desagravos de Brasil e Glórias de Pernambuco.* Recife: Fundação Cultura de Recife, 1981,p.437.

Por outro lado, Loreto Couto, na fabricação dessa identidade pernambucana não deixa faltar nomes importantes, fossem índios ou negros, que foram de grande valor na luta contra os holandeses. Até mesmo a esposa de Felipe Camarão é destacada pelo autor como uma valorosa guerreira na luta contra os invasores, destacando que "na guerra de restauração de Pernambuco ostentou D.Glória, mulher do Governador dos Índios D. Antonio Felipe Camarão, o seu insigne valor com os mais ilustres realces; porque armada de espada, e broquel, e montada em um Cavalo, foi vista nos conflitos mais arriscados a lado de seu marido [...]. A sua memória será eterna no Templo da Fama, para que em todo tempo seja celebrado seu nome, com elogios, que soube merecer seu varonil esforço".[176]

Ao destacar a luta de Henrique Dias contra o invasor, Couto lembra que "na formosa vitória dos Guararapes deu a conhecer ao mundo que o valor não é herança, senão excelência [...] se não foram estes pretos para a restauração da pátria fundamento, foram razão para estragos dos inimigos".E de Felipe Camarão destaca que "em serviço da pátria, peregrinou depois por várias terras com imensos trabalhos, atropelando perigos, e pisando com planta firme espinhos de contradição, até acabar a vida em benefício da monarquia".[177] Assim, vai elecando nomes de indígenas, negros e mestiços que lutaram a favor de Pernambuco. E ainda destaca nomes como o de

> *Antonio Persa Arcoverde, governador dos índios Xocos, [...] vestiu a lealdade primeiro que as armas. [...] Foi incansável em servir a El Rei, e a pátria [...]. Conservou por toda a vida aquele reverente temor de Deus, com que Cristão se mostrava Católico, e aquele valor, que é alma das batalhas, e fundamento dos triunfos".*[178]

O interessante na última passagem de Loreto Couto é o fato do mesmo destacar que Arcoverde conservou intactos os preceitos católicos e foi valoroso nas batalhas contra o invasor. Nessa citação fica demonstrada, ainda que implicitamente, a

[176] COUTO, Domingos Loreto de. *Desagravos de Brasil e Glórias de Pernambuco.* Recife: Fundação Cultura de Recife, 1981,p.534.
[177] COUTO, Domingos Loreto de. *Desagravos de Brasil e Glórias de Pernambuco.* Recife: Fundação Cultura de Recife, 1981, pp.542-456.
[178] Idem. p.452.

preocupação do cronista em destacar que os pernambucanos se mantiveram fiéis à religião católica, ao império e à sua pátria. Apesar de Jaboatão destacar que muitos pernambucanos, quando da chegada dos holandeses, assumiram-se cristãos-novos praticantes da fé maometana e acabaram passando para o lado do "inimigo", e esse também é um dos motivos da obra de Borges da Fonseca, ou seja, desmentir esses agravos, Loreto Couto não aponta em sua vasta obra, nomes de pernambucanos que teriam passado para o lado dos holandeses no que diz respeito à apostasia. Ao contrário, as experiências militares só teriam fortificado o sentimento de amor à "pátria", ao monarca e à religião oficial.

A guerra enfim teve papel relevante para a confecção da obra de Loreto Couto, aos poucos, com mínimos detalhes, o cronista vai descrevendo as tropas que lutavam a favor de Pernambuco e nos lembrando que "o Terço dos Henriques de Pretos forros, é composto de doze companhias, com mais de mil homens, O Terço dos homens pardos tem as mesmas companhias governadas pelos seus capitães, e subordinadas a um Sargento-mor."[...] A milícia composta dos índios naturais é imensa, forte, destemida, horrível, leal e constante. Os oficiais militares se tratam com bizaria, os soldados com aceio, e todos bem exercitados na ciência, e Arte Militar [...] ".[179] A impressão que temos é de um exército bem organizado e pronto para encarar qualquer combate, muito embora saibamos as dificuldades dessas tropas para combater o inimigo, e isso o próprio Couto destaca. Ao fim, as obras militares de muitos índios e negros fizeram com que esses homens fossem incluídos na fabricação das identidades regionais.

Seja como for, o que procuramos observar nas últimas páginas, foi o fato das experiências militares de paulistas e pernambucanos terem ajudado a fortalecer as identidades regionais. Os cronistas do século XVIII, ao se debruçarem em suas obras exaltadoras dos feitos de seus antepassados em suas capitanias, foram naquilo que havia de mais particular em suas "pátrias" e, nos parece que, a guerra foi o elemento de aglutinação para essa identidade regional que diferia partes da mesma colônia. No setecentos, a lógica de remuneração e reconhecimento do centro era outra. A guerra ainda possuía papel crucial, mas outros serviços prestados à monarquia vão disputando

[179] COUTO, Domingos Loreto de. *Desagravos de Brasil e Glórias de Pernambuco.* Recife: Fundação Cultura de Recife, 1981, p.202.

lugares com os bélicos.[180] Os cronistas, ao tecerem suas memórias e os genealogistas, ao escreverem seus tratados, inevitavelmente já estavam comungando dessa nova lógica que premiava os súditos que faziam com que as diferentes partes do império, seus povos e suas riquezas fossem conhecidos através da escrita; mas, o ponto de partida, sem sombra de dúvidas, seria o passado, a volta aos conquistadores, às guerras contra os índios hostis, a defesa da "pátria" contra invasores. Fazer os do presente conhecer a obra dos homens do passado, ao fim, para os cronistas setecentistas, era fazer com que o império conhecesse a obra de seus antepassados e reconhecesse. Eles acreditavam que suas capitanias eram únicas, diferentes, expressivas, leais e fiéis ao rei e à causa católica. E demonstraram isso em suas páginas.

Quando Loreto Couto despende laudas e laudas sobre a guerra de restauração pernambucana, seus heróis, seus mortos e sobreviventes, as perdas e as vitórias, nada mais faz do que destacar o que gerou o embrião do sentimento de amor à "pátria". O ponto de partida fora a guerra. Claro que o período de conquista é ressaltado por todos os cronistas, mas, as gerações subseqüentes aos conquistadores, aqueles que aprenderam a "amar" a terra, esses sim, na luta contra o inimigo, foram os grandes vitoriosos. Madre de Deus nos apresenta a força e o destemor dos paulistas para produzir riquezas, angariar novas terras e lutar contra as tribos hostis, as subordinando aos seus domínios. Mas, lamenta que no período em que vive, já não se possa contar tanto com a guerra contra os bárbaros para a multiplicação das riquezas. A guerra fez o Pernambucano de Loreto Couto, deu honra e valor às famílias de Borges da Fonseca; a luta bandeirante a caminho do Oeste foi a substância com a qual Madre de Deus construiu o paulista; a captura, venda e escravização do indígena "hostil", foi a raiz da árvore genealógica aonde Pedro Taques abrigou tantos paulistas de origem nobre. Ao fim, entendemos que apontar para as experiências militares dos seus antepassados fazia com que os cronistas restaurassem um passado de glórias para suas capitanias, glórias e vitórias conquistadas através da guerra. A luta dos pernambucanos contra os "hereges" e a odisséia dos paulistas com o bandeirantismo mato adentro serviram de cenário para que homens como Madre de

[180] RAMINELLI, Ronald. *Viagens Ultramarinas: monarcas, vassalos e governo a distância.* São Paulo: Alameda, 2008.

Deus e Loreto Couto fabricassem suas identidades regionais e defendessem as particularidades de suas “pátrias”.

Imagens Paulistas e Pernambucanas através dos tempos:

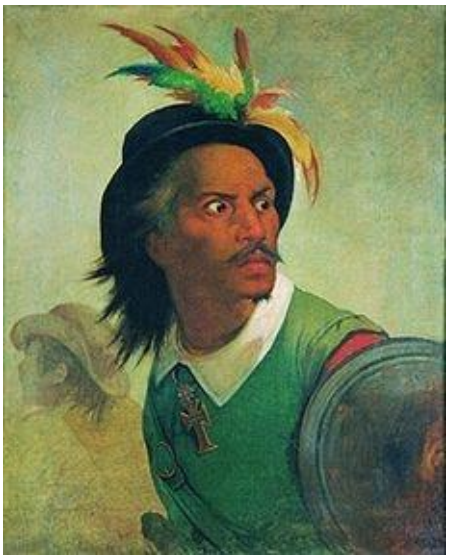


Figura 1 – Felipe Camarão. Nessa obra do século XIX, os traços do índio fogem aos traços físicos indígenas que são apresentados pelos cronistas do século XVIII.

Figura 2 – Henrique Dias

Assim como a figura de Camarão, essa gravura de Victor Meirelles, do século XIX, também aponta para traços diferentes dos descendentes de africanos.

Figura 3 – Batalha dos Guararapes. Tinta de Victor Meirelles, 1875-1879.

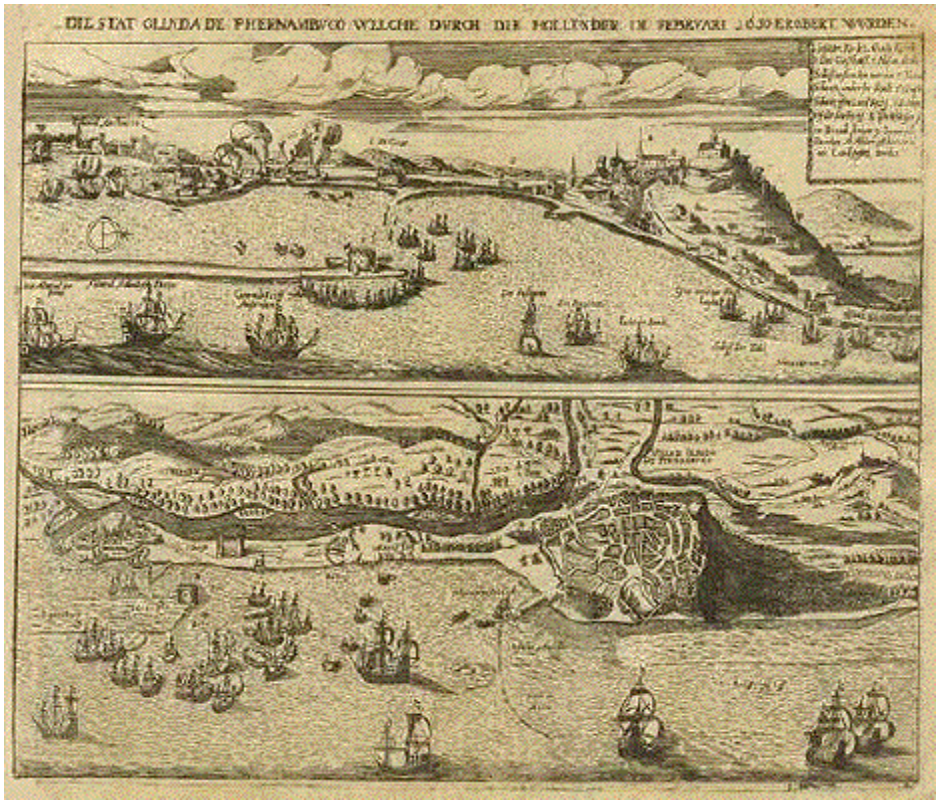


Figura 4 – Mapa de Olinda na década de 1650

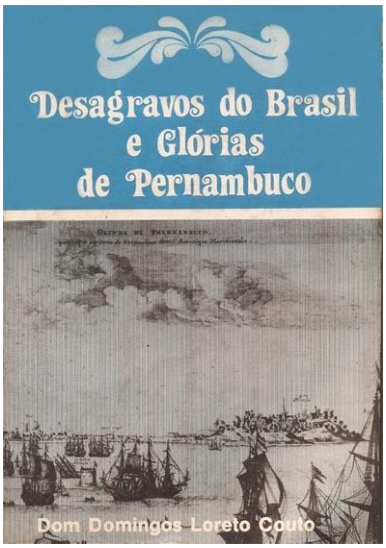
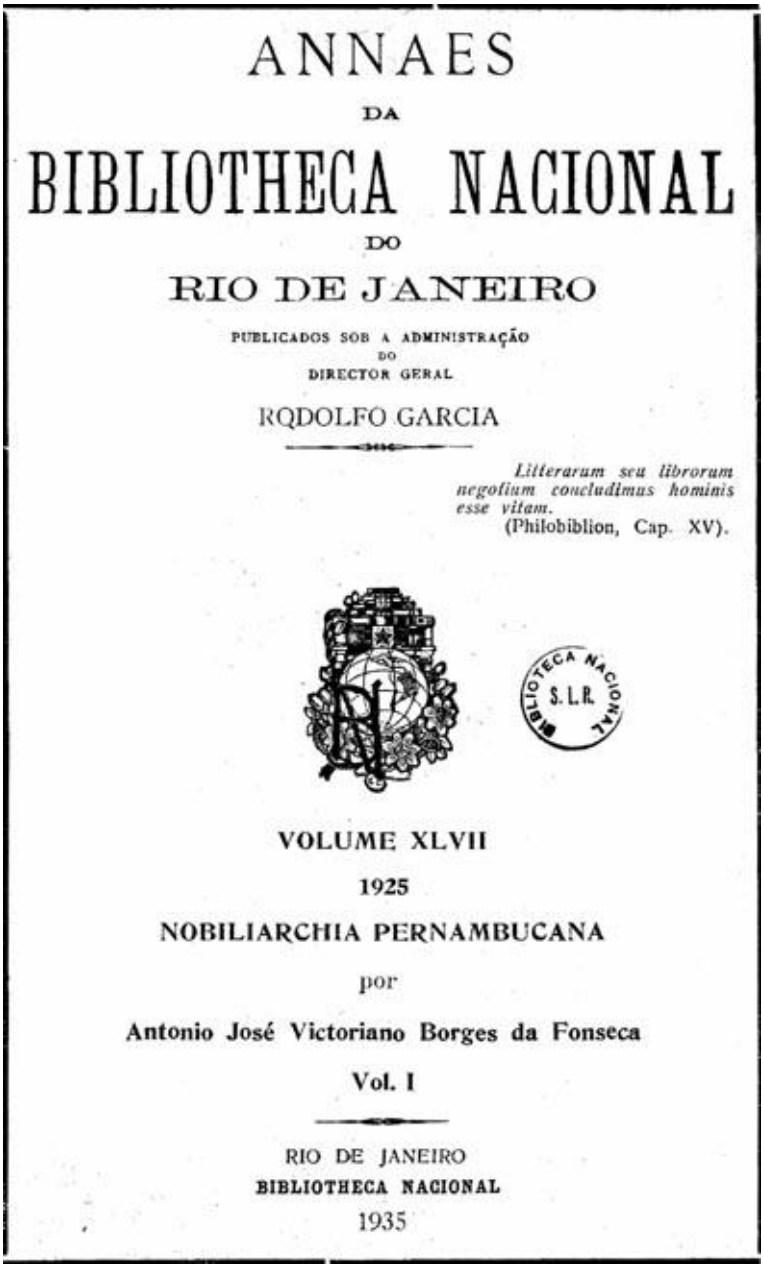


Figura 5 – Frontispício de uma das publicações da obra de Loreto Couto: *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco,* de 1981.



ANNAES

DA

BIBLIOTHECA NACIONAL

DO

RIO DE JANEIRO

PUBLICADOS SOB A ADMINISTRAÇÃO
DO
DIRECTOR GERAL

RODOLFO GARCIA

Litterarum seu librorum negotium concludimus hominis esse vitam.
(Philobiblion, Cap. XV).

BIBLIOTECA NACIONAL S.L.R.

VOLUME XLVII

1925

NOBILIARCHIA PERNAMBUCANA

por

Antonio José Victoriano Borges da Fonseca

Vol. I

RIO DE JANEIRO
BIBLIOTHECA NACIONAL
1935

Figura 6 – Um dos volumes de *Nobiliarchia Pernambucana* de Borges da Fonseca. A obra completa se encontra na BN-RJ.

Figura 7 – Letra do Hino do Estado de Pernambuco
Letra de Oscar Brandão, composição de 1908.
A letra retrata o passado glorioso de Pernambuco.
Assim como os cronistas do século XVIII, o autor recorre ao passado glorioso do período da restauração.

Coração do Brasil, em teu seio

Corre o sangue de heróis - rubro veio

Que há de sempre o valor traduzir.

És a fonte da vida e da história

Desse povo coberto de glória,

O primeiro, talvez, no porvir.

Salve ó terra dos altos coqueiros,

De belezas soberbo estendal,

Nova Roma de bravos guerreiros,

Pernambuco imortal! Imortal!

Esses montes e vales e rios,

Proclamando o valor de teus brios,

Reproduzem batalhas cruéis.

No presente és a guarda avançada,

Sentinela indormida e sagrada

Que defende da pátria os lauréis.

Do futuro és a crença, a esperança,

Desse povo que altivo descansa

Como o atleta depois de lutar...

No passado o teu nome era um mito,

Era o sol a brilhar no infinito,

Era a glória na terra a bilhar.

A república é filha de Olinda,

Alva estrela que fulge e não finda

De esplender com os seus raios de luz.

Liberdade um teu filho proclama,

Dos escravos o peito se inflama

Ante o sol dessa terra da cruz!

Figura 8 – Fundação da Vila de Santos que fazia parte da Capitania de São Vicente. Tela de Benedito Calixto.

Figura 9 – João Ramalho. Pintura imaginária de J.W. Rodrigues.

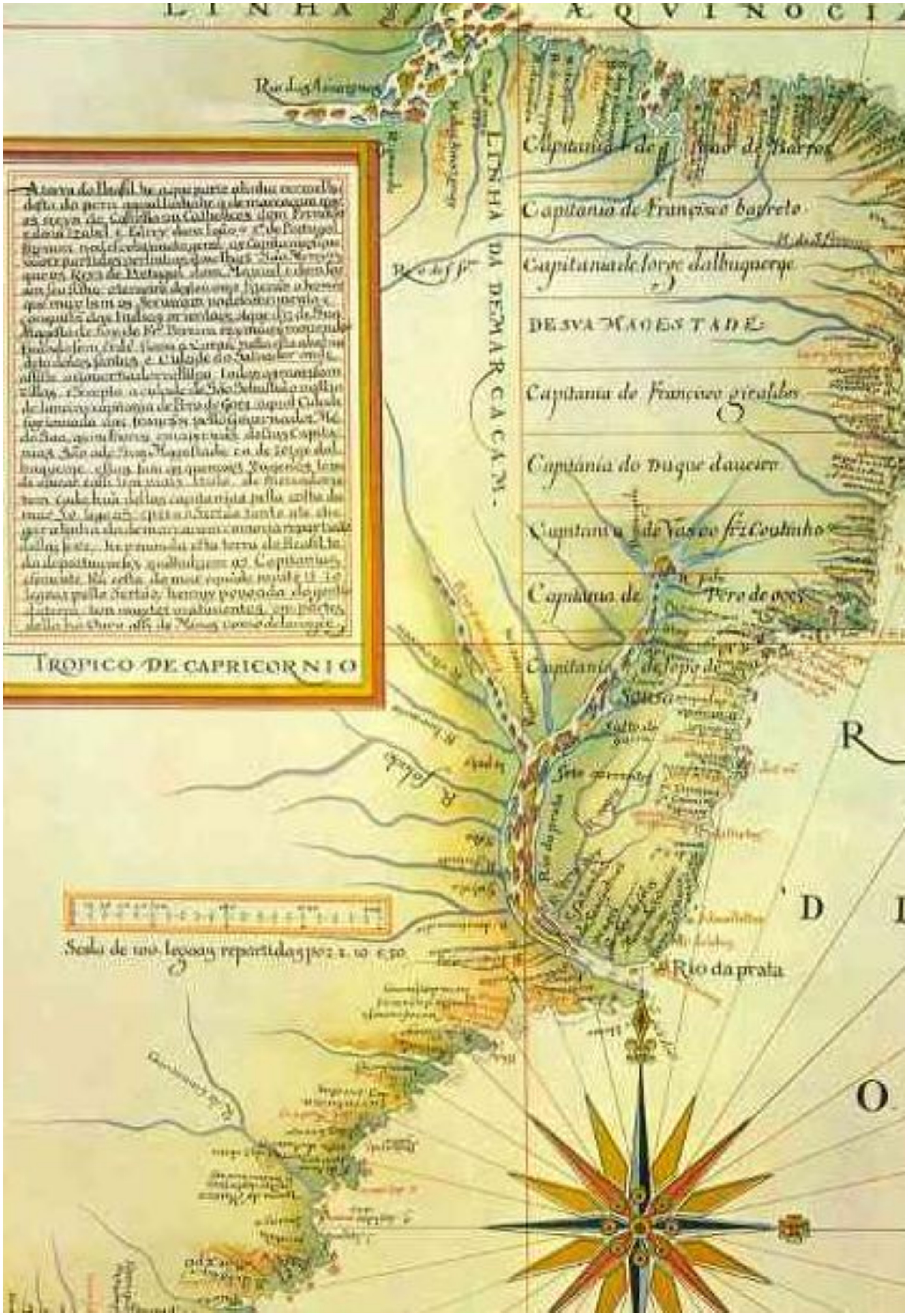


Figura 10 – Mapa com Capitania de São Vicente.

Figura 11 – Frontispício de uma das edições da obra de Gaspar da Madre de Deus.

Capítulo III – Raças Infectas X Identidades Regionais: perspectivas em torno do uso dos conceitos raça e nação nas crônicas do século XVIII

1 – Raça e Nação no Século da Luzes

Desde a chegada dos portugueses ao Novo Mundo que houve a preocupação dos cronistas no sentido de dar conta das notícias e histórias a respeito da nova terra e de seus habitantes. Ao passo que se incorporava um original território aos domínios europeus, também existia a missão de expandir a fé católica aos moradores desse mundo descortinado. Laura de Mello e Souza nos lembra que "no tocante à natureza, a idéia de prolongamento da Europa – e portanto lugar de concretização dos mitos de um Paraíso Terrestre – tendeu a triunfar: quase sempre, edenizou-se a natureza", mas a autora também destaca que em "respeito à humanidade diversa, pintada de negro pelo escravo e de amarelo pelo indígena, venceu a diferença: infernalizou-se o mundo dos homens em proporções jamais sonhadas por toda teratologia européia – lugar imaginário das visões ocidentais de uma humanidade inviável."[181]

Embora apontando para direção diferente da nossa, a obra de Laura de Mello e Souza nos ajuda a pensar sobre o encontro que ocorreu entre as três raças que formariam as sociedades coloniais. Tentando dar conta dessa terra e suas vicissitudes, os europeus se viram às voltas com o diferente e, nas escritas dos cronistas, observamos a "percepção precoce do ser-e-não-ser", algo que segundo Mello e Souza ficaria mais crítico no século XVIII – acreditamos que, ao se referir ao Setecentos, a autora esteja ressaltando as identidades que vão se formando no Brasil colônia que apontam para as diferenças que existiam entre os reinóis e os "portugueses" nascidos em diversas partes do império. Assim, o que era visto como prolongamento de Portugal, ainda bem cedo, demonstra especificidades que apontam para um lugar que, a despeito de guardar características da

[181] SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial.* São Paulo: Companhia das Letras, 1986,pp.31-32.
Laura de Mello e Souza nos lembra que "Houve perplexidade ante as nuvens de inseto, as cobras enormes, o calor intenso; mas ante o canibalismo e a lassidão do indígena, a feitiçaria e a música ruidosa dos negros, a mestiçagem e, por fim, o desejo de autonomia dos colonos, houve repúdio".
A citação é elucidativa por abordar a forma como os portugueses viram as raças que convergiriam na formação da sociedade colonial.

matriz original, já não era Portugal. E a reunião de três raças diferentes na composição desse elenco social, sem dúvidas, seria o ponto de partida para qualquer intelectual, e isso por todo o período colonial, no sentido de entender a construção desse prolongamento que ao mesmo tempo em que sublimava a mãe-pátria, também a negava.

A historiografia, de um modo geral, dedicou inúmeras páginas ao abordar a participação do branco, índio e negro na formação da sociedade brasileira. O historiador Ronaldo Vainfas lembra que "o encontro entres as três 'raças' foi conflitivo. No entanto, pôs em contato culturas radicalmente distintas, oriundas de três continentes, refazendo valores, recriando códigos de comportamento e sistema de crenças, sem falar na miscigenação étnica [...]".[182] Para o autor, que faz um balanço sobre as principais obras que abordaram o assunto, desde o século XIX, diversos letrados, ora priorizaram a contribuição portuguesa na formação dessa sociedade; ora uma história branca, elitista e imperial. Por vezes, tocando superficialmente na questão da miscigenação e afinando com a teoria da "raciologia cientificista" tão marcante no século XIX e início do XX, os autores viram na mestiçagem um perigo para a sobrevivência das civilizações.

Destarte, Ronaldo Vainfas conclui que até a década de 1930, o que se poderia chamar de historiografia brasileira tratava, pois, a miscigenação, não como problema de investigação, mas como problema social ou patológico que cabia resolver para o bem da nação. Gilberto Freyre, com *Casa Grande & Senzala*, daria ao africano papel fundamental na formação da sociedade brasileira. Com Freyre, sublinhou-se a idéia de que o negro era superior ao indígena e ao próprio branco em vários aspectos de cultura material e moral e que "o fenômeno das diferenças mentais entre grupos humanos se coloca mais do ponto de vista da história cultural e do ambiente de cada um do que da hereditariedade ou do meio geográfico puro".[183] Assim, Freyre afirma que a contribuição dos negros para a cultura brasileira pode ser vista em diferentes aspectos como: produção agrícola, mineração, culinária, religião, linguagem e na forma dos sentimentos.

---

[182] VAINFAS, Ronaldo. Colonização, miscigenação e questão racial: notas sobre equívocos e tabus da historiografia brasileira In: *Revista Tempo.* Niterói: agosto de 1999, número 08. Nesse texto, Vainfas destaca que a chamada 'miscigenação étnica' nos dias de hoje, no passado, já foi conhecida como 'miscigenação racial' e, portanto, consideramos ambas expressões como sinônimas. Entretanto, com sentidos diferentes nas épocas em que foram invocadas.

[183] FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia*. Rio de Janeiro, RJ: Record, 1995.

E, ainda, destaca que "os escravos vindos das áreas de cultura negra mais adiantadas foram elementos ativos, criadores, e quase que se pode acrescentar nobres na colonização do Brasil; degradados apenas pela condição de escravos". Logo, "longe de terem sido apenas animais de tração e operários de enxada a serviço da agricultura, desempenharam uma função civilizadora. Foram a mão direita da formação agrária brasileira, os índios, e sob certo ponto de vista, os portugueses, a mão esquerda".[184]

Sendo assim, Gilberto Freyre reitera a idéia de que pecamos ao considerar a ação do escravo e não do negro na cultura brasileira e destaca que o "negro nos aparece no Brasil, através de toda nossa vida colonial e da nossa primeira fase de vida independente, deformado pela escravidão".[185] Logo, foi o sistema econômico que nos dividiu entre escravos e senhores. Claro que concordamos com Ronaldo Vainfas quanto ao perigo da relação que Freyre estabelece entre "atração sexual e tolerância racial"[186], mas não podemos deixar de concordar com o autor de *Casa-Grande & Senzala* em grande parte dos argumentos por ele levantados. Pontos que o difere profundamente de Caio Prado Júnior para quem a "contribuição do escravo preto ou índio para a formação brasileira, é além daquela energia motriz quase nula".[187]

Aliás, Caio Prado destaca que os índios foram vistos pelos portugueses com o importante papel de colonizar, ou seja, ajudar na empreitada lusitana. Assim, além de preparar o indígena para a vida civilizada, "completavam-se estas medidas com outras que tinham por fim multiplicar os casamentos mistos"[188], resolvendo o problema da falta de braços com o cruzamento das raças. Mas, apesar dessas uniões, o autor afirma que a "raça" indígena com nível cultural inferior, só não foi extinta por que ficou no sangue das uniões entre brancos e índios. Quanto aos negros, Caio Prado é mais enfático em ressaltar que em nada essa "raça" contribuiu, uma vez que o branco impôs sua cultura e conservou as características essenciais de sua civilização. Mas, a despeito do

[184] FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia*. Rio de Janeiro, RJ: Record, 1995,p.525/26.
[185] FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia*. Rio de Janeiro, RJ: Record, 1995,p.536.
[186]VAINFAS, Ronaldo. Colonização, miscigenação e questão racial: notas sobre equívocos e tabus da historiografia brasileira In: *Revista Tempo.* Niterói: agosto de 1999, número 08..
[187] PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo.* São Paulo: Brasiliense, 2006, p.272.
[188]PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo.* São Paulo: Brasiliense, 2006, p.94.

posicionamento do autor no que diz respeito ao baixo nível intelectual de índios e negros, ele destaca o interessante ponto de que no Brasil "a classificação étnica do indivíduo se faz [...] muito mais pela sua posição social; e a raça, pelo menos nas classes superiores, é mais função daquela posição que dos caracteres somáticos."[189]

E se Caio Pardo Junior destaca que as uniões entre portugueses, indígenas e negros só possuíam a finalidade da multiplicação de braços para a manutenção da obra colonizadora, Freyre também entende que a falta de homens e mulheres para implementar a missão portuguesa na América foi uma das razões do intercurso sexual entre brancos e outros povos. No entanto, não destaca que esse encontro teria ocorrido com "raças" de nível intelectual inferior. Na verdade, Freyre reitera que "a miscibilidade, mais do que a mobilidade, foi o processo pelo qual os portugueses compensaram-se da deficiência em massa ou volume humano para a colonização em larga escala e sobre áreas extensíssimas [...]".[190] e lembra que "[...] para tal processo preparara-os a íntima convivência, o intercurso social e sexual com raças de cor, invasoras ou vizinhas da península, uma delas, a de fé maometana, em condições superiores, técnicas e de cultura intelectual e artística, à dos cristãos louros."[191]

E assim como na península ocorrera essa miscigenação, na América o mesmo se daria e de forma mais acentuada. Dessa forma, Gilberto Freyre destaca que os portugueses, por conta das suas predisposições em relação à miscigenação, não só conseguiram vencer as condições de clima e de solo, tão desfavoráveis ao estabelecimento dos europeus nos trópicos, como conseguiram suprir a falta de gente para a tarefa árdua de colonizar, "unindo-se com a mulher de cor". Assim, o autor decreta que das uniões entre brancos e índios e brancos e negros, nasceu o elemento

[189] PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo.* São Paulo: Brasiliense, 2006, p.109. Caio Prado ainda destaca que "a mestiçagem, signo sob o qual se formou a etnia brasileira, resulta da excepcional capacidade do português em se cruzar com outras raças. É a uma tal aptidão que o Brasil deveu a sua unidade, a sua própria existência com os característicos que são os seus. Graças a ela, o número relativamente pequeno de colonos brancos que veio povoar o território pôde absorver as massas consideráveis de negros e índios que para ele afluíram ou nele já se encontravam; pôde impor seus padrões e cultura à colônia, que mais tarde, embora separada da mãe-pátria, conservará os caracteres essenciais da sua civilização".

[190] FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia*. Rio de Janeiro, RJ: Record, 1995,p.103.

[191] FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia*. Rio de Janeiro, RJ: Record, 1995,p.103.

mestiço que se tornou ainda mais adaptável ao clima tropical. Portanto, a miscibilidade servia ao peninsular, por conta da "falta de gente, que o afligia, mais do que a qualquer outro colonizador, forçando-o à imediata miscigenação – contra o que não indispunham, aliás, escrúpulos de raça, apenas preconceitos religiosos – essa foi para o português, vantagem na sua obra de conquista e colonização dos trópicos. Vantagem para sua melhor adaptação, senão biológica, social".[192]

Atualmente, os estudos tendem a considerar a experiência do contato, muito embora entendamos, assim como Vainfas, que não se tratava de propensão à miscigenação, mas, antes de tudo, de um projeto que não se podia efetivar com base na imigração reinol, pois faltavam braços; daí esse caráter ímpar dessa sociedade da qual devemos ressaltar a importância da experiência do contato.[193]

Assim, de uma forma geral, as obras que abordaram, desde o século XIX, a mistura de raças que resultou no quadro constitutivo da sociedade brasileira, de alguma maneira dialogavam com as teorias raciais tão características do século XIX, século considerado racial por excelência. Dessa maneira, se "a época das grandes viagens inaugura um momento específico na história ocidental, quando a percepção da diferença entre os homens torna-se tema constante de debate e reflexão", o Oitocentos seria o palco privilegiado para as discussões sobre raça, onde esse termo passa a expressar "a idéia da existência de heranças físicas permanentes entre os vários grupos humanos".[194] Ou seja, se a princípio o ponto de partida era a opinião de que nas sagradas escrituras poderia ser encontrada a origem da diversidade humana, como exemplo as tribos de Israel, no século XIX, nova corrente de pensadores defendem a tese de que existiriam

---

[192] FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia*. Rio de Janeiro, RJ: Record, 1995,p.109.

[193] Além do trabalho de Ronaldo Vainfas, nós devemos considerar dois artigos que abordam a questão do contato, da formação de uma sociedade escravista com hierarquias e classificações sociais específicas, bem como da participação de índios e negros no projeto de colonização, fossem agindo como inimigos ou aliados. Trata-se de Maria Regina Celestino em De Araribóia a Martim Afonso: lideranças indígenas, mestiçagens étnico-culturais e hierarquias sociais na colônia In: VAINFAS, Ronaldo. SANTOS, Georgina & NEVES, Guilherme (organizadores). *Retratos do Império: Trajetórias individuais no mundo português nos séculos XVI a XIX*. Niterói: EdUFF, 2006 e Hebe Mattos com Henrique Dias: expansão e limites da justiça distributiva no Império Português In: VAINFAS, Ronaldo. SANTOS, Georgina & NEVES, Guilherme (organizadores). *Retratos do Império: Trajetórias individuais no mundo português nos séculos XVI a XIX*. Niterói: EdUFF, 2006.

[194] SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930.* São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p.47

várias matrizes criacionais que redundavam em diferentes tipos raciais e, portanto, as diferenças não poderiam ser explicadas somente pela bíblia..[195]

Seja como for, várias teorias e doutrinas raciais foram sendo implementadas no século XIX, buscando dar conta da problemática da raça e da miscigenação. Obviamente, não cabe nesse momento uma discussão pormenorizada das teorias raciais do Oitocentos. Nosso interesse se remonta ao século XVIII e, portanto, tratamos dessa centúria. A despeito das teses que condecoram o século XIX como o principal palco da idéia de raça relacionando cor da pele e caracteres físicos e somáticos, acreditamos que antes disso, ainda no Setecentos, já podemos encontrar na literatura luso-brasileira existente, a presença do conceito de raça associado ao de nação e, também, carregando conotações que o relacionava com cor da cútis, tipo de cabelo, cor dos olhos e caráter do indivíduo.

Temos notado que até a segunda metade do Setecentos a questão de se utilizar o conceito raça estava ligado à religião. No Mundo Ibérico, por exemplo, se relacionava com grupos que não eram compostos de cristãos. Ou seja, a classificação dos povos era feita através da religião e isso era comum desde a Idade Média; existia uma preocupação em reunir os grupos religiosos existentes tendo como premissa o Cristianismo. Tanto a idéia de raça como de nação interagiam com o sentido religioso. No primeiro dicionário publicado da Língua Portuguesa, século XVIII, o autor nos chama a atenção para o fato de que "Falando em gerações, se toma sempre em má parte. Ter Raça [sem mais nada],vai o mesmo que ter raça de mouro ou judeu [...]" e finaliza com o seguinte exemplo "Procurar-se-á que os servidores da Misericórdia não tenham Raça – Compromisso na Misericórdia, na página vinte e seis."[196]

---

[195] Ainda em *O Espetáculo das Raças*, a autora desenvolve uma rápida, porém importante, discussão em torno das correntes *monogenistas e poligenistas* que se embateram no século XIX. Para a primeira "a origem uniforme garantiria um desenvolvimento (mais ou menos) retardado, mas de toda forma semelhante. Pensava-se na humanidade como um gradiente – que iria do mais perfeito (mais próximo do Éden) ao menos perfeito (mediante a degeneração), sem pressupor, num primeiro momento, uma noção única de evolução." Ao passo que a corrente poligenista "em vista da crescente sofisticação das ciências biológicas e sobretudo diante da contestação dos dogmas da Igreja [...]" fortalecia "uma interpretação biológica na análise dos comportamentos humanos, que passam a ser crescentemente encarados como resultado imediato de leis biológicas e naturais."

[196] BLUTEAU, Rafael. *Vocabulário Portuguez e Latino.* Dicionário disponível no site do IEB/USP.

Curiosamente, Bluteau também nos oferece outro significado para raça que segundo ele "Diz-se das espécies de alguns animais como cavalos, cães e etc. Querem que raça se derive de Radix, em português Raiz, Genus, Eris, o mesmo que casta." E conclui com exemplos "Onde no tempo de agora há gentil raça de cavalos" e "é certo que a generosa raça de cavalos".[197] Logo, observamos que no Reino já se utilizava à época, um sentido mais científico para raça o relacionando com genes e, portanto, com caracteres somáticos. Falar de uma determinada raça de cavalos era o mesmo que observar as semelhanças existentes entre determinados grupos de cavalos. Semelhanças essas que os diferiam de outros grupos. Acreditamos que tais comparações se aplicavam também aos diferentes tipos humanos que compunham a humanidade já naquele momento.

Logo, entendemos que a preocupação em relação às classificações morfológicas dos homens ganhava espaço na Europa e essa classificação se aproxima por demais com o processo de colonização. E o Novo Mundo seria o palco privilegiado para se observar e classificar os diferentes grupos humanos. Assim, entendemos que concedendo ao conceito de raça, cada vez mais, o sentido de imutabilidade, uma vez que vai se imbricando com determinadas características de determinados grupos, esse conceito, com seus significados morfológicos de classificação, já estava sendo utilizado antes do século XIX e, portanto, circunscrever seu uso ao Oitocentos é no mínimo empobrecer a utilização do mesmo.

Em *From White Man to Redskin: Changing Ango-American Perceptions of the American Indian,* Alden Vaughan afirma que até meados do século XVIII, os ingleses não apontavam para diferenças na cor da pele dos índios. Na verdade, a coloração da cútis não tinha importância alguma, e havia outras características para as quais a atenção dos europeus estava mais voltada como: religião, forma de governo, cultura, modos sociais e outros. Na verdade, a cor da pele tinha certa importância, mas não era o principal ponto de observação. E, para falar sobre os índios e de como somente em fins

[197] BLUTEAU, Rafael. *Vocabulário Portuguez e Latino.* Dicionário disponível no site do IEB/USP. Os primeiros dicionários publicados em Portugal foram bilíngües – de português e latim – e, posteriormente, também de português e de línguas orientais. Foi só entre 1712 e 1728 que Dom Rafael Bluteau publicou o primeiro dicionário de português. E o autor nasceu na Inglaterra e vivia na França.

do século XVII e durante o XVIII é que a percepção sobre a cor dos mesmos começa a mudar, o autor recorre à comparação com os africanos.[198]

Assim, para Vaughan, que aborda a América inglesa, desde o início, para além das características físicas, a cor dos africanos sempre foi vista como algo diferente, e para os ingleses era incômodo lidar com homens pretos. O autor recorre às obras de muitos viajantes para demonstrar o quanto era perceptível a "discriminação" ao africano por conta da cor da sua pele. Isso é muito interessante, pois revela a idéia de que além de não serem assimiláveis como os índios, isso os desqualificavam, os africanos também tinham a pele preta e isso era algo a mais no processo de afastamento do branco. Note que não se tratava só de religião e/ou forma de governo. Aqui, temos implicações raciais com referências à cor da pele desde o início da colonização e, portanto, atribuir visões detratoras aos africanos estava relacionado também com a cor da epiderme como destaca o autor. Desde o primeiro contato com os africanos que, segundo o autor, nas literaturas da época, se torna patente a percepção de que eram pretos. E Vaughan extrapola o mundo inglês, destacando que em todas as línguas européias se encontravam palavras que se referissem ao negro; assim, para cada língua existia um vocábulo similar a *black*; lembrando que fosse o idioma que fosse, a palavra que era usada para se referir aos africanos possuía conotação pejorativa.

Mas, se desde o início havia essa percepção negativa em relação à cor da pele dos negros, e acreditamos que ao fim também se tratava de um viés religioso uma vez que a cor preta representa o pecado em contraposição ao branco que é luz e pureza, isso não aconteceria com os índios até meados do XVIII, quando a coloração da pele passou a ser importante no relacionamento do europeu com o indígena americano e, portanto, como elemento classificador. Claro que, desde a chegada dos europeus na América, havia preocupação com as características físicas dos nativos. No entanto, para Vaughan, no caso inglês, a percepção do índio como vermelho é do século XVIII. Raramente, antes desse período, os brancos associavam a cor vermelha com a pele dos indígenas, e nas escritas daquele período anterior ao Setecentos há poucas referências sobre a relação do

[198] VAUGHAN, Alden T. From White Man to Redskin: Changing Anglo-American Perceptions of the American Indian in: *The American Historical Review*. American Historical Association: V.87, n.4, Out 1982, pp. 917-953. http://www.jstor.org/stable/1857900, acessado em 04/02/2009 10h24min.

nativo com a pele avermelhada. Em grande parte, os cronistas achavam que os índios eram brancos. E as considerações que teciam a respeito da cor da pele dos nativos eram que eles teriam nascido brancos, mas a exposição contínua ao sol fez com que ocorressem mudanças no tom da pele; as pinturas feitas nos corpos também eram consideradas como possível causa da modificação na cútis. Seja como for, em meio a tantas explicações, o que se guardava é que teriam nascido brancos e, portanto, não havia muito para se questionar sobre suas peles.[199]

Nicholas Hudson, em artigo intitulado *From 'Nation' to 'Race': The Origin of Racial Classification in Eighteenth-Century Thought,* aborda a problemática da utilização dos conceitos Raça e Nação na Idade Moderna. A pergunta principal que o autor faz no início do texto é sobre a possibilidade de o moderno conceito de raça já estar sendo utilizado desde o século XVIII. Logo, a preocupação é relacionar a utilização do termo raça com o mesmo significado que ele possuiria no século XIX. Sendo assim, Nicholas Hudson faz uma digressão bem interessante, com análises de textos conhecidos, escritos no mundo americano ou no mundo europeu, desde a Antiguidade até o século XVIII. E, busca demonstrar que desde o século XVI, o conceito de raça foi implementado na Europa e nos seus prolongamentos. Claro que ele parte do pressuposto de que esse conceito estava mais relacionado com a idéia de pertencimento religioso e à determinadas dinastias. Na França, por exemplo, o conceito de raça fazia *link* com nobreza, ou seja, os nobres eram caracterizados como raça de nobres. No entanto, destaca que não se pode deixar de perceber a presença desse termo sendo utilizado com questões referentes aos caracteres somáticos.[200]

Para Nicholas Hudson, até por volta de 1835, a moderna definição de raça ainda não estava completamente definida e, portanto, somente em torno da segunda metade do século XIX, foi que o termo raça começou a configurar-se como importante nos textos

[199] VAUGHAN, Alden T. From White Man to Redskin: Changing Anglo-American Perceptions of the American Indian in: *The American Historical Review.* American Historical Association: V.87, n.4, Out 1982, p. 925.

[200] HUDSON, Nicholas. 'Nation' to 'Race': The Origin of Racial Classification in Eighteenth-Century Thought in *Eighteenth-Century Studies.* The Johns Hopkins University Press, v. 29, n.03, 1996, pp.247-264.

de cunho etnográficos. Entretanto, em algum momento do século XVIII, segundo o autor, a idéia de raça começou a emergir e, sobretudo em trabalhos como os de Lineu, além de outros autores que começaram a defender as teorias poligenistas da origem humana. Além de perceber a utilização do conceito de raça com concepções modernas no século XVIII, o autor também tenta dar conta das mudanças que ocorreram nos significados de nação em fins do Setecentos, e explicar como que raça e nação, cada vez mais, vão se associando.

O texto do autor é interessante, pois oferece uma discussão sobre as diferentes obras que no século XVIII, de alguma forma, tentaram dar conta da origem do homem, das diferentes nações e da pluralidade das raças. Assim, Lineu, Buffon, Blumenbach e Hume são invocados por Hudson para verificar as vicissitudes que atravessavam os significados de conceitos como raça e nação. O historiador lembra que a história da classificação racial começa nesse período e, portanto, obras como as de Lineu e Buffon são o ponto de partida para entendermos o que ocorreria no século XIX. O foco do texto de Hudson é perceber as mudanças ocorridas na história da classificação racial, ou seja, a transformação de significados do termo raça e sua associação com termos como nação e tribo, da Renascença até o Século das Luzes.

Assim, Hudson destaca que na Renascença, as literaturas de viajantes são unânimes em descrever com ricos detalhes as "nações" do mundo não-europeu. No entanto, no século XVIII, os autores estavam mais inclinados a rejeitar essas diferenças de "nações" e começam a descrever negros, americanos ou outros grupos continentais como "raças", isso em profunda associação com o significado de "linhagem". Além disso, como a chegada ao Século das Luzes, foi o conceito raça que se tornou o melhor termo para os estudantes da etnografia, enquanto o termo nação ficou reservado para descrever as divisões políticas e sociais da Europa. Tribo, em compensação, teria sido o conceito usado no lugar de nação para descrever o agrupamento dos que consideravam como "selvagens", as populações fora da Europa.

Na literatura medieval, o termo mais importante com relação à etnografia era *gens* - uma expressão em Latim que normalmente era traduzida como povo ou nação. Significantemente, *gens* também denotava um ancestral comum ou herança, refletindo uma forma antiga de entender uma nação não como uma unidade política e social, mas

como um grupo de pessoas interligadas pela origem. *Gens* era por essa razão próximo ao significado de raça, entendido no tradicional senso de linhagem ou extração. A idéia do século XVIII de que a humanidade estava dividida em quatro ou três raças tinha forte ligação com a idéia de *gens* utilizada no medievo.

De acordo como Nicholas Hudson, Isidoro de Sevilha já destacava que cada grupo na Europa, ou em qualquer lugar que fosse, possuía seu próprio temperamento e suas próprias características. E seguindo uma antiga tradição, Isidoro atribuía essas variações de caracteres e temperamentais às diferenças de clima e terras de cada região. Os africanos representam um caso especial no Renascimento. Encarados pela literatura de época como uma única raça no tradicional senso de linhagem, afinal o Velho Testamento indicava que todos os africanos eram descendentes de Ham, o filho desfavorecido de Noé, os europeus ainda destacavam as diferenças entre os povos africanos e os dividiam em "nações". Assim, tratava-se de uma única raça, originária da Bíblia, mas composta de várias "nações" em que, já em meados do século XVI, os escritores descreviam como nações compostas de diferentes povos com cores e caracteres físicos diversos.

No caso americano, Hudson revela que os nativos eram menos descritos como uma única raça, pois não havia concordância de que aqueles povos eram oriundos de um passado em comum. E embora a origem da população do Novo Mundo fosse um grande mistério, diversos estudiosos concordavam que a América fora povoada por um grande número de diferentes nações. E os europeus da Renascença e do século XVII viram os povos americanos como selvagens, exceto os de relativa "civilização" como os do México e Peru. Os exploradores europeus certamente se imaginavam como superiores aos povos por eles encontrados. Mas, esse senso de superioridade era calcado não numa hierarquia de raça, mas na crença de que os europeus haviam atingido um nível de civilização desconhecido em outras "nações". Africanos e americanos eram considerados como rústicos e bárbaros, por conta das suas distâncias em relação às idéias de urbanização e sofisticação européias. Sem falar do afastamento das atividades comerciais.

Seja como for, o texto de Hudson nos leva a pensar que em meados do século XVIII, as generalizadas descrições de aparência 'racial' e caracteres começam a dominar

as pautas nas literaturas de viagem ao mundo não europeu. E o conceito raça vai recebendo, aos poucos, o novo significado de nomenclatura científica. E para o autor, Buffon teria papel fundamental, com suas teses, nessa mudança de explicação para o termo raça. Ou seja, de acordo com Hudson, para Buffon 'raça' sugeria uma linhagem familiar de animais ou humanos que não era permanente ou inflexível, mas formava uma verdadeira história de traços passados para os descendentes através de diferentes formas. Mas, o termo raça continuaria sendo usado de forma ambivalente, podendo ser entendido como as linhas sanguíneas dos animais, uma expressão para designar aos que chamavam de povos degenerados por conta do clima, pobres dietas e costumes brutais, mas também poderia denotar nobreza como classe superior, e isso ocorrera muito na França e na Espanha. Não havendo desonra em chamar os europeus de "raça" superior.[201]

Não obstante, nesse mesmo período, o termo nação começava a ganhar novo sentido e importância na literatura política. Para Hudson, o aparecimento do termo nação em estreito relacionamento com o político ocorrera desde o século XVII. Mas, no Setecentos, vai advindo, cada vez mais, a separação entre raça e nação. Para os autores de época, raça era a divisão natural criada por Deus, ou por conta das manifestações do meio ambiente. A nação era agora relacionada com herança social, costumes e crenças. E se o termo nação começava a ser relacionado com herança social, organização, costumes e crenças; os povos considerados bárbaros não poderiam ser agrupados em nações, daí a utilização da expressão tribo. Seja como for, ainda por um século, a utilização do conceito de raça gradualmente passou por mutações, deslizando de sua origem de senso de um povo ou nação única, isso em relação com origem, para esse novo senso de divisão – mais tarde biológica – das espécies humanas. E nação começou a ser usado como subdivisão de raça ou, o mais comum, como um termo de denominação cultural ou política, ou para demonstrar sofisticação, ao passo que tribo

[201] HUDSON, Nicholas. 'Nation' to 'Race': The Origin of Racial Classification in Eighteenth-Century Thought in *Eighteenth-Century Studies.* The Johns Hopkins University Press, v. 29, n.03, 1996, pp. 253-259.

passa a descrever o sentido bíblico de nação, isso em grande relação com povos selvagens e nômades.[202]

Já Roxann Wheeler nos lembra que na cultura britânica do século XVIII, isso relacionando o império britânico como um todo, a religião foi uma importante categoria de diferença para os britânicos se entenderem como tais. Assim, no setecentos, pelo menos nas décadas iniciais, todos os homens eram vistos como descendentes de Adão e Eva. Para a autora, as obras de época, sobretudo os romances, ao explicarem a origem da humanidade, partiam da tese de que teria sido no paraíso e, na seqüência, os homens teriam se dispersado pelos quatro cantos do mundo, formando as diversas "raças". Logo, esse processo de dispersão teria causado a degeneração de certos grupos humanos, ocasionando desse evento a multiplicidade de características físicas e a maior ou menor "civilização" dos mesmos. Além disso, a variação de temperaturas e estilos de vida também foi importante nas mudanças ocorridas nas fisionomias. Não obstante, existia a idéia de que todos os seres humanos haviam nascido brancos e, portanto, a diversidade era tecnicamente insignificante.[203]

Então, o que vemos é que a religião, de fato, foi a mais importante categoria de diferenciação dos britânicos para entender a si mesmos e aos outros no século XVIII. Assim, a priori, o cristianismo era a principal forma de diferenciação. Mas se o cristianismo era diferenciador, a forma de se vestir também servia como ideologia, nos termos de Wheeler, proto-racial. Na tradição cristã, roupas eram um aspecto para se observar a conduta moral e social do indivíduo. Estar desnudo era negar a civilização. Daí essa ligação da religião com a forma de se vestir, de se portar e de aparecer em público. Ou seja, esses eram os principais critérios que o britânico utilizava para descrever sua raça como diferente das demais.

Curiosamente, no mundo luso-americano do século XVIII, a forma de se vestir era uma preocupação colocada pela Coroa portuguesa, no *Diretório que se deve observar nas Povoações dos índios do Pará, e Maranhão, enquanto sua majestade não mandar o contrário*, temos a nítida impressão de que o vestuário também era uma forma

[202] HUDSON, Nicholas. 'Nation' to 'Race': The Origin of Racial Classification in Eighteenth-Century Thought in *Eighteenth-Century Studies.* The Johns Hopkins University Press, v. 29, n.03, 1996, p.258.
[203] WHEELER, Roxann. *The Complexion of Race: Categories of Difference in Eighteenth –Century British Culture.* Philadelphia/Pennsylvania: University of Pennsylvania Press, 2000, pp. 15-20.

de classificar os povos como "raças" ou "nações" superiores ou inferiores, uma vez que a lei destacava que "[...] é lastimoso o desprezo, e tão escandalosa a miséria, com que os índios costumam vestir, que se faz preciso introduzir neles aquelas imaginações, que os possam conduzir a um virtuoso, e moderado desejo de usarem de vestidos decorosos, e decentes [...]".[204] E essa observação se encontra em profunda relação com a nudez dos indígenas, uma vez que a "desnudez" é efeito da falta de virtude e da rusticidade, como tão bem explica o texto do *Diretório*.

Mas, voltando ao contexto britânico; ainda no século XVIII, a ideologia da variedade humana passou por mudanças, articulando não somente a ligação com as diferenças religiosas, em que se inclui aspectos de uma governação política e vida civil, mas com categorias científicas derivadas da história natural que relacionavam raça com feições externas e características do corpo humano como: cor, feições faciais e textura do cabelo. Para o fim do Setecentos, os contornos de uma ideologia racial, de acordo com Roxann Wheeler, estavam mais solidificados que um século antes, endurecimento que foi acompanhado de uma maior importância da função de raça e racismo para o pensamento intelectual. A transferência de uma ênfase cultural para uma ênfase no físico ainda estava imperfeita é claro, mas já aparecia em diversos campos que usavam a ideologia racial como ponto de referência para explicação dos diferentes tipos humanos.

Assim, como temos visto, o século XVIII, embora relacionando raça e nação com religião e cultura, já apresentava matizes que tendiam a relacionar raça com caracteres físicos e com maior ou menor grau de civilização dos povos. Dessa forma, os autores de matriz britânica vêm tentando demonstrar que no âmbito do espaço que estudam e seus prolongamentos, no século XVIII, encontramos formas de caracterização em que se considerava raça em profunda relação com religião. Mas, apontam para a hipótese de que muito antes do século XIX, já podemos encontrar indícios da utilização do termo raça com conotações que derivam da observação dos caracteres físicos.

---

[204] *Diretório que se deve observar nas Povoações dos Índios do Pará, e Maranhão, enquanto Sua Majestade não mandar o contrário.* Artigo 15. Elaborado em 1755, teve sua publicação em 1757, sob o governo do então Marquês de Pombal, com 95 artigos, buscou introduzir uma política voltada para os índios no Brasil colônia.

Destarte, mais uma vez destacamos a obra de Roxann Wheeler na qual a autora destaca que a primeira manifestação de "racismo" no Império Britânico se relacionava com a convicção de que as pessoas em remotas partes da Europa e Ásia, algumas partes da África, todos da América e do Pacífico eram inferiores porque não desenvolveram o comércio conforme fizeram os europeus. E esse não desenvolvimento comercial teria ocorrido por conta dos efeitos debilitantes em razão do calor ou frio dos climas, a falta de sociabilidade com outras nações, a falta de controle dos diversos tipos de desejo carnais e a falta de contribuição para o desenvolvimento do conhecimento como ocorrera na Europa. De certa forma, a teoria da "inferioridade racial" também tomava como base as condições políticas e culturais. Além disso, ainda tratava-se da percepção de diferentes tipologias físicas para os vários habitantes do centro e das periferias e, essas tipologias não eram necessariamente racistas, mas relacionavam variação física com diferença mental e moral. Seja como for, a tese da autora é de que o "racismo" no século XVIII não pode ser encarado com o mesmo sentido que possuiria nos séculos XIX e XX. No entanto, deixa entrever que no Setecentos já encontramos classificações raciais que se cruzam intimamente com caracteres físicos.

E se a autora percebe, com a análise da documentação, que particularmente na segunda metade do século XVIII, os escritores ingleses estavam incrivelmente preocupados em diferenciar a nação britânica e seus componentes das demais paragens do seu vasto império e, embora os traços brancos fossem levados em consideração como ponto de distinção, certamente não era o mais importante aspecto a se considerar, até por que, através das obras de época, particularmente antes de 1770, se percebe que os não europeus possuidores de caracteres físicos diferentes dos brancos poderiam ser admitidos através da conversão cristã, do casamento com um europeu e por meio da assimilação cultural implementada pelos brancos e cristãos. Logo, assim como Nicholas Hudson, Wheeler aponta para as ambigüidades no uso do termo raça no século XVIII, e tenta demonstrar que nesse período existiram dois sistemas de "racialização", ou seja, um baseado na religião e outro na consideração dos caracteres físicos dos indivíduos. Restando ao historiador, apreender em que momento a velha ordem que dividia a humanidade em cristãos e pagãos, ganha um novo sentido passando a revelar binômios

como branco e preto, branco e vermelho e branco e amarelo, considerando assim a cor da pele como única classificação racial possível.[205]

A idéia de classificação no século XVIII foi comum aos países europeus, e Portugal também entrou na órbita dessas mudanças que buscavam a origem e o desenvolvimento das diversas espécies animais e vegetais. Logo, assim como os viajantes britânicos tentavam conhecer e mapear as riquezas e os povos que compunham seu vasto império, o mesmo aconteceria com as viagens filosóficas implementadas pelo governo português no sentido de encontrar e catalogar a fauna, a flora e os diversos tipos humanos que se encontravam em seu império na América, Ásia e África.

O historiador Ronald Raminelli nos lembra que as viagens filosóficas bem como os desenhos que classificavam as etnias do império português "[...] demonstrou que a história natural em Portugal estava "antenada" com os principais debates científicos de seu tempo".[206] Assim, homens como o luso-americano Alexandre Ferreira e outros como Carlos Julião e Leandro Joaquim, tiveram fundamental papel para a produção de "um inventário de classificação visual dos povos ultramarinos". Quanto aos dois últimos, Raminelli destaca que "pintavam, particularmente, os negros e seus ofícios, além de várias etnias oriundas dos domínios de Sua Majestade" e conclui que "essas imagens devem, enfim, ser abordadas a partir de sua disposição para demonstrar diferenças sociais e culturais, além de exaltar a enorme diversidade de povos que se encontravam sob o comando do soberano português. Ao inventariar suas vastas possessões, os artistas glorificavam o poder do monarca e sua capacidade de dirigir o extenso império colonial".[207]

Importa-nos retermos que, esses homens a serviço da Coroa na busca de classificar e catalogar os diversos tipos humanos que se espalhavam pelo vasto império luso, isso na segunda metade do século XVIII, estavam seguindo as diretrizes que se desenvolviam na Europa e que visavam estabelecer um novo sistema de classificação dos diversos tipos humanos. No caso português, por exemplo, os viajantes seguiam uma

[205] WHEELER, Roxann. *The Complexion of Race: Categories of Difference in Eighteenth –Century British Culture.* Philadelphia/Pennsylvania: University of Pennsylvania Press, 2000, pp.288-302.
[206]RAMINELLI, Ronald. *Viagens ultramarinas : monarcas, vassalos e governo à distância* São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2008. p.202.
[207] RAMINELLI, Ronald. *Viagens ultramarinas : monarcas, vassalos e governo à distância* São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2008.pp.203/204.

lista de regras necessárias para apreender todos os detalhes possíveis e assim reproduzir o que viram, de forma o mais fiel possível. E Ronald Raminelli ainda nos lembra que, no caso português, foi o botânico Domenico Vandelli que "redigiu o mais importante guia para as viagens filosóficas. Esse documento servia como norma científica para os naturalistas. Nele a fauna e a flora receberam enorme destaque, enquanto os costumes e a organização social das comunidades visitadas tornaram-se item de menor valia". No entanto "o conhecimento físico e moral dos povos estava imbricado com as atividades produtivas, demonstrando o interesse dos viajantes em verificar as potencialidades da agricultura e a capacidade produtiva da população".[208]

Ou seja, havia preocupação em descrever as atividades agrícolas, as armas, os objetos de pesca e caça, instrumentos musicais, canoas e barcos dos povos indígenas. No entanto, através do livro de Ronald Raminelli, podemos observar que esses viajantes também estavam preocupados com os diversos tipos humanos do império e, por isso, retratavam seus hábitos, fisionomia e figura. Assim, percebe-se que o trabalho desses homens possuía fortes vínculos com as doutrinas de classificação que se desenvolviam na Europa. Ou seja, como Raminelli nos lembra, "com Buffon, inaugurou-se uma nova abordagem das espécies humanas, destacando seus aspectos físicos" e, os naturalistas do século XVIII, no império português, levariam a sério as diretrizes para se classificar as diversas raças existentes no mundo.

Os diferentes tipos humanos e a necessidade de classificar os frutos dos diversos intercursos ocorridos entre essas diversas "raças", se tornaram algo importante não somente na Europa do XVIII, mas também nos espaços coloniais. Por outro lado, numa tentativa de conhecer seus domínios ultramarinos e os povos que os compunham, bem como as riquezas naturais oriundas desses espaços, os monarcas europeus se envolveram cada vez mais com os projetos que buscavam esmiuçar as diferentes "nações" que compunham seus vastos impérios.

Em *Genealogical Fictions: Limpieza de Sangre, Religion, and Gender in Colonial Mexico,* Maria Elena Martínez destaca um grupo de pintores que, desenvolvendo suas obras no século XVIII, estimulados pelo crescimento da curiosidade

[208] RAMINELLI, Ronald. *Viagens ultramarinas: monarcas, vassalos e governo à distância.* São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2008.p.216/217.

metropolitana de saber mais detalhes sobre os diferentes tipos de pessoas que compunham seu vasto Império, procuraram traduzir em suas obras a miscigenação ocorrida entre ameríndios, negros e espanhóis na América. Na verdade, o interesse de alguns setores metropolitanos era entender mais de perto esse contato sexual na América e, por conseguinte, seus desdobramentos. Em outras palavras, entender a mistura e as populações mistas. Ou os descendentes dessas misturas.

A maioria dessas pinturas foi desenvolvida por criollos. Nelas, se percebe a representação de como se deu o encontro das três principais combinações que se seguem: espanhóis e índios; espanhóis e negros; negros e índios. As obras foram desenvolvidas em inúmeros painéis. Normalmente, numa série apareciam até dezesseis painéis que iam desenvolvendo a questão da mestiçagem, e ilustrando com legendas as características físicas dos descendentes daquelas misturas. Assim, apareciam painéis com as pinturas de uma mãe, de um pai e do (s) filho (s) abaixo, e legendas explicavam a terminologia das castas a que cada um pertencia, e apresentavam detalhes sobre a coloração da pele e os caracteres físicos. Em sua grande parte, o destino desses painéis foi a Europa. Encomendados por homens do Velho Mundo, também foram direcionados para o Real Gabinete de História Natural, fundado por Carlos III, em Madri, em 1771, com o intuito de reunir objetos de diferentes partes do Império espanhol. Minerais, fósseis, pedras, flora e outros tantos materiais da América foram levados para o Real Gabinete. Assim, várias pinturas atravessaram o Atlântico. Outras, ao contrário, permaneceram no México; até porque segundo a autora, havia um mercado para elas na Nova Espanha.[209]

O trabalho de Martínez é muito interessante pois aborda essas pinturas de castas e nos faz refletir, com a análise das pinturas, sobres as diferentes linhagens coloniais apresentadas em contexto mais secular, com forte teor etnográfico e fugindo ao máximo das explicações religiosas para o surgimento das várias nações ou raças. Conhecer e observar curiosidades, não era algo recente; muito embora o século XVIII tenha sido marcado pela idéia de observar, gravar, catalogar e classificar sobretudo. Mas, para além

[209] MARTÍNEZ, Maria Elena. "Changing Contours: 'Limpieza de Sangre' in the Age of Reason and Reform" in: *Genealogical Fictions: Limpieza de Sangre, Religion, and Gender in Colonial Mexico*. California: Stanford University Press, 2008, pp.227-264.

das questões relacionadas com o desejo europeu de conhecer as populações das Américas, as pinturas de castas também podem ser consideradas, segundo Martínez, como resultado do crescimento de uma identidade crioula e sua identificação com o local. Não obstante, o contexto socioeconômico do século XVIII no México, bem como as mudanças do relacionamento entre metrópole e colônia e as mutações ocorridas no discurso de limpeza de sangue, fizeram com que as pinturas de castas emergissem durante um período de profundas transformações na ordem social, construindo uma narrativa de mestiçagem que era denunciada pelo discurso da pureza, acabando por refletir mudanças que o conceito de limpeza de sangue sofreria no México colonial, isso em grande associação com o embranquecimento dos povos.

Pela obra de Maria Elena Martínez, temos a idéia de que o processo de mestiçagem fora representado numa série de quadros que buscavam oferecer as diversas castas mexicanas. Normalmente, aparecem membros de uma família representando o pai, a mãe e uma criança. As seqüências de pinturas apresentam determinadas características dependendo do pintor e também do período em que ele desenvolve o conjunto. Cada um deles utiliza os basilares princípios no que diz respeito à narrativa da mestiçagem. Um desses é a idéia de que o sangue era o veículo de transmissão e de determinante do físico, psicológico e do moral do indivíduo. Algumas dessas pinturas elencavam uma lista das qualidades que a criança recebia do pai e de mãe. Muitas demonstravam, segundo a autora, que "as pessoas nascidas na América deveriam ser consideradas produtos de diferentes cores, costumes, temperamentos e linguagens". Logo, o nascimento de um espanhol da América, filho de um espanhol também da América e uma mulher indígena, nascia "geralmente humilde, tranqüilo e honesto". E um garoto espanhol, nascido de um homem espanhol e uma castiça nada receberia de herança de sua mãe, avós ou ancestrais indígenas. Assim, a autora vai introduzindo uma série de pintores que com suas obras e legendas das mesmas, tenta dar conta da problemática da miscigenação na América Espanhola, e destaca um pintor que ao

retratar a união entre diferentes "castas", ressaltava que a "mistura é um processo irreversível. Mas, o retorno a uma pureza de sangue é possível".[210]

Enfim, o texto de Martínez destaca que a narrativa da mestiçagem construída pelas pinturas de castas também esteve relacionada com a forte interdependência de raça e gênero e, considerando que a espécie estava arrolada com a formação "biológica", a iconografia de castas destacava que os espanhóis, por exemplo, por serem superiores em limpeza de sangue, possuíam a possibilidade de transmitir suas qualidades para seus descendentes. A implicação que o sangue espanhol podia restaurar a pureza quando a mestiçagem se dava com nativos, mas se corromper na mestiçagem com negros, sugere, pelas pinturas, a idéia de regeneração e degeneração, voltando às explicações religiosas, uma vez que as "nações" indígenas seriam mais capazes de assimilarem a cultura do branco. Dessa forma, por essa perspectiva religiosa, o sangue espanhol (cristão) teria um poder de redenção. Mas, mesmo assim, o poder completo de regeneração só se daria nas uniões de brancos e nativos e não para aquelas uniões que envolvessem negros. Assim, o foco das pinturas de castas era de que a união entre brancos e negros levava à perda de status, pureza e identidade, ou seja, à corrupção de suas sementes.[211]

Seja como for, a conclusão da autora é que também na América espanhola, a questão da miscigenação e da explicação das diferentes raças, no século XVIII, já passava por uma transformação que tendia a considerar os meios "científicos" para explicar as diversidades humanas, ponderando sobre o formato dos corpos e a cor da pele. Para Martínez, os espanhóis consideravam o fenótipo desde o início da colonização, mas isso se tornou mais evidente na Era da Razão, onde embora a religião fosse o principal critério de classificação das diferenças humanas, já podíamos verificar os caracteres físicos serem invocados para determinar inferioridade de povos. Assim, a autora nos concede um exemplo de que os mulatos, mesmo entregues aos hábitos cristãos, passam a serem vistos como impuros por conta da cor da pele ou da textura dos cabelos herdados de seus ancestrais.

---

[210] MARTÍNEZ, Maria Elena. "Changing Contours: 'Limpieza de Sangre' in the Age of Reason and Reform" in: *Genealogical Fictions: Limpieza de Sangre, Religion, and Gender in Colonial Mexico*. California: Stanford University Press, 2008, pp.227-264.

[211] MARTÍNEZ, Maria Elena. "Changing Contours: 'Limpieza de Sangre' in the Age of Reason and Reform" in: *Genealogical Fictions: Limpieza de Sangre, Religion, and Gender in Colonial Mexico*. California: Stanford University Press, 2008.

Seja como for, com base na historiografia analisada até o momento, podemos concluir que no século XVIII, os conceitos de raça e nação estavam passando por modificações no âmbito do sistema de classificações dos povos. Cada vez mais próximo do que seria seu apogeu no século XIX, raça já aparece se relacionando com caracteres físicos como a fisionomia e a cor da pele. Ao passo que o termo nação, anteriormente mais próximo à categorização das diferenças entre os povos, começa a deslizar para um sentido mais político e cultural, se relacionando com a idéia de civilização dos povos. Mas, assim como o uso desses termos ainda não estava sistematizado, "o vocabulário de Buffon, por vezes, hesitava entre raça, espécie e variedade"[212] para designar as diversidades humanas, os significados também apresentavam ambigüidades e, conforme temos visto, raça e nação ainda poderiam se relacionar com a classificação religiosa que por séculos teve como base o cristianismo.

[212] RAMINELLI, Ronald. *Viagens ultramarinas : monarcas, vassalos e governo à distância* São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2008, pp.238-239.

2 – Raça e Nação nas crônicas de São Paulo e Pernambuco Setecentistas

Em relação ao período colonial, a historiografia brasileira não avançou em direção ao século XVIII na busca de entender a utilização de termos como raça e nação naquela centúria. No entanto, nos cronistas luso-americanos considerados nesse texto, podemos encontrar subsídios que apontam para a utilização do conceito raça tanto com sentido religioso quanto se relacionando com caracteres físicos. Lembrando que o conceito nação seria ao que nos parece, o mais instrumentalizado para expressar o que posteriormente seria explicado com o conceito de raça.

Nos capítulos em que Loreto Couto aborda a cor da pele dos índios pernambucanos, ele enfatiza que sua coloração avermelhada, possivelmente, foi por conta da exposição intensa ao sol, e isso com um grau maior de intensidade, fez com que os descendentes também se tornassem mais avermelhados. No entanto, o cronista considera "que aos índios lhes basta, neles não ser defeito (que os prive de alguma honra) a sua cor vermelha".[213] Essa preocupação do cronista em justificar a cor da pele indígena é claramente compreensível da parte de um intelectual que tentava esconder a miscigenação ocorrida entre portugueses e nativos. No limite, não podendo esconder a mistura, se considerava que o indígena não poderia ser privado de nenhuma honra por conta de sua pele avermelhada. Mas, por outro lado, como homem de seu tempo, Couto também dialogava com letrados que viam nos indígenas uma raça com maior degeneração no quadro de aproximação com a matriz de formação da humanidade. E, entendemos que não se tratava de um diálogo com a Ilustração, mas sim com idéias de detração não da cor do índio, mas do indígena e do homem americano; idéias que circulavam muito antes das teses Iluministas sobre a humanidade em geral.

Ou seja, se a corrente defensora de que a humanidade se forjara no paraíso e a diversidade humana era derivada da maior ou menor degeneração do ser, e essa idéia já era vinculada antes do século XVIII, na verdade, ao defender o indígena, Loreto Couto fazia através do debate com autores que já detratavam a humanidade do silvícola muito antes do Século das Luzes. O cronista pernambucano, pelo que percebemos, não

[213] COUTO, Domingos Loreto de. *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco.* Recife: Fundação Cultural de Recife, 1981, p.72/3.

entendia a coloração da pele indígena como um elemento desqualificador do mesmo, nem parecia expressar sentimento de inferioridade em relação ao nativo, ademais, Couto reitera continuadamente que a conversão dos indígenas é um ponto de grande importância para a aproximação com os hábitos cristãos e, portanto, não havia motivos para se questionar a cor da pele. Note que a despeito das discussões sobre cútis, o cronista lembra que a conversão funcionava como uma espécie de passaporte para a "civilidade" e, portanto, destacava várias nações indígenas que souberam ilustrar o sangue com virtudes religiosas. E nos lembra que um "[...] coronel que pratico no estilo do sertão conhecia com a experiência dos anos a natureza daqueles bárbaros, a quem a falta de Religião faz não admitir mais fé, que a que entra pelos olhos [...]".[214]

Parece-nos que Loreto Couto pensava que a barbárie estava relacionada com a falta da religião; logo, não era a cor da pele ou a exposição ao sol, mas a ausência dos hábitos cristãos que acentuava a irracionalidade do indivíduo. Assim, por esse aspecto, observamos que a forma de "racializar" os homens, nesse século XVIII, ainda estava muito próxima do cultural. E se as correntes detratoras da humanidade indígena afirmavam que o clima e o espaço geográfico eram responsáveis por essa degeneração humana, mais uma vez o cronista pernambucano destaca que "sendo os Toboyarás, Tupinambas, e Potigoáras as nações mais afamadas, e principais, escolheram para suas situações as terras mais deliciosas, e aprazíveis. Sem controvérsia é Pernambuco o mais delicioso país de toda a América Portuguesa. O seu clima é por excelência o melhor entre os bons [...]".[215] E, podemos notar que o cronista utiliza o termo nação com significado bem próximo do que entendemos como raça; Couto explica as características das nações indígenas como se estivesse falando de diferentes "raças" e isso fica claro quando o cronista tenta demonstrar que as nações indígenas não poderiam ser consideradas degeneradas por conta do clima ou seus costumes e destaca que

> *Todas as virtudes que enobrecem um homem se dividem em letrados e morais. Aquelas ilustram o entendimento, estas retificam a vontade. Em ordem as*

[214] COUTO, Domingos Loreto de. *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco.* Recife: Fundação Cultural de Recife, 1981, p.32.
[215] COUTO, Domingos Loreto de. *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco.* Recife: Fundação Cultural de Recife, 1981, p.34.

> *segundas comprovaremos com dito, e feitos, não tudo que se poderia dizer, mas o que baste para considerar a esta nação dotada de valor nas armas, de amor a pátria, de humanidade, lealdade, nobreza de ânimo, e de outras partes de que constam os homens ilustres [...]* [216]

Assim, Couto não questiona as virtudes letrados dos indígenas, e defende as virtudes morais. E ao que parece, tais virtudes poderiam ser conseguidas através da prática religiosa. Assim, as diferenças de coloração da pele e de caracteres físicos não se tornam a matriz mais importante de diferenciação, uma vez que a religião e a forma de se vestir (ou não se vestir) também aparecem como parâmetros para a comparação com a cultura da pátria-mãe. E essa idéia de que raça estava relacionada com religião, assim como nação, nós consideramos ficar subentendido quando o cronista pernambucano destaca que os índios não podem ser tidos como bárbaros por conta de erros cometidos no professar religioso, até por que "se erros em matéria de religião pode ser declarado como barbaridades, então ingleses, suecos, e alemães são bárbaros".Ou seja, se a fé católica era o meio de comparação das nações, então as que professavam diferentes credos, no limite, eram bárbaras.

Mas, se a cor da pele dos índios não se torna ponto fundamental quando estes se dobram ao processo tão sonhado pelos colonizadores de assimilação cultural e religiosa, não podemos deixar de entrever que, quando não assimilados, os indígenas são apresentados como bárbaros e selvagens e que a mistura entre brancos e "vermelhos" redundaria num grupo de gente perversa e belicosa, ou seja, má por natureza, de acordo com alguns cronistas. Por esse aspecto o texto de Alden Vaughan é bem expressivo, afinal o autor demonstra que na América inglesa, os cronistas só começaram a ver problemas na cor da pele do indígena a partir do século XVIII. Antes dessa centúria, embora se considerasse a coloração da cútis como matiz de diferenciação, não era esse o aspecto principal; mas, com o desenvolvimento das teses européias de que o índio era inferior por conta da cor vermelha, e isso aliado à percepção dos colonizadores de que o processo de assimilação não saíra como haviam previsto, além do mote de que os indígenas eram culpados pelos conflitos com os brancos, eram sedentos de sangue e,

[216] COUTO, Domingos Loreto de. *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco.* Recife: Fundação Cultural de Recife, 1981, p.38.

portanto, naturalmente inferiores em humanidade, moralidade e fisicamente, o tom da pele se torna ponto de diferenciação entre o branco e o índio; para aquele, vai mudando a idéia de que o indígena teria nascido branco e as interferências do clima e culturais teriam transformado sua aparência, sobrando a idéia de que a cor vermelha da pele era um dos sinais de inferioridade.[217]

Seja como for, o caso da capitania de São Paulo é bem elucidativo para entender as percepções de que os indígenas eram considerados, em alguns casos, seres inferiores. Como temos observado, o cronista Madre de Deus e de certa forma, o genealogista Pedro Taques, foram figuras preocupadas em explicar a origem e o desenvolvimento da população paulista; por outro lado, Madre de Deus, sobretudo, buscava esclarecer que os paulistas eram nobres e puros de sangue e, portanto, a acusação de que configuravam um bando de mamelucos não possuía, segundo ele, fundamento. Existe uma parte do texto do cronista em que ele reproduz o que um jesuíta francês teria falado sobre os paulistas. Assim, de acordo com Madre de Deus, o dito jesuíta, chamado Charlevoix[218], afirmava que São Paulo teria sido fundada e habitada por um "bando de fugitivos e foras da lei, além de espanhóis, portugueses, negros e mestiços". Como vimos em páginas anteriores, Madre de Deus refutou tal tese e explicou detalhadamente quem foram os primeiros habitantes da capitania; mas, para o desespero do cronista, o jesuíta também destacava que os habitantes daquela paragem eram maus por conta da mistura donde, "o contágio deste mau exemplo chegou bem depressa [...] e desta mistura saiu uma geração perversa da qual as desordens em todo o sentido chegaram tão longe que se deu a estes mestiços o nome de mamelucos por causa da sua semelhança com os antigos escravos dos soldões do Egito".[219]

---

[217] VAUGHAN, Alden T. From White Man to Redskin: Changing Anglo-American Perceptions of the American Indian in: *The American Historical Review.* American Historical Association: V.87, n.4, Out 1982, pp. 917-953. http://www.jstor.org/stable/1857900, acessado em 04/02/2009 10h24min.

[218] Pedro Francisco Javier de Charlevoix foi um jesuíta francês que, apesar de nunca ter estado no Brasil e isso é claramente denunciado por Madre de Deus quando afirma sobre o jesuíta "que é muito fácil ficar num gabinete e escrever sobre algum lugar sem ter contato visual com o mesmo e passar por experiências que o faça escrever o que viu e sentiu", escreveu a longa *Historia del Paraguay*, com seis tomos e publicada em 1757, com grande inclinação para a defesa dos trabalhos jesuíticos na América do Sul.

[219] DEUS, Gaspar da Madre de. *Memórias para a história da Capitania de São Vicente hoje chamada São Paulo.* São Paulo e Rio de Janeiro: Weiszflog Irmão Editora, 1920, pp.229-233.

Aqui, a questão da mistura se inverte e, os descendentes de brancos e índios são vistos como ruins e perversos pelos cronistas jesuítas. A despeito de nosso conhecimento sobre as querelas que perpassavam o relacionamento de paulistas e a Companhia de Jesus desde o início da colonização naquela região, não podemos deixar de perceber que a discussão em torno da população paulista, nesse aspecto, passou pela questão do intercurso sexual, da cor da pele e dos caracteres físicos. Não obstante, Charlevoix, que escrevera em 1757, possuía vastas informações sobre a problemática dos ataques paulistas às reduções indígenas e, de certa forma, também conhecia o famoso episódio da Guerra dos Emboabas que, para muitos, demonstrava o caráter inconstante e traidor dos paulistas, muita embora o jesuíta nunca tenha estado no Brasil. Além disso, as idéias de classificação da humanidade e das diferentes "nações ou "raças" humanas já assopravam na Europa e, conseguintemente, a tese de que o indígena era inferior, fazia com que Charlevoix relacionasse a mestiçagem como um exemplo de "mau contágio" e, no limite, o religioso apresentava as características físicas dos mamelucos como algo ruim, uma vez que lembravam escravos do Egito; comparação não muito agradável para os moradores de uma capitania onde a mistura entre branco e indígena era clara na aparência física de muitos. Mas, devemos notar que, as obras que detratam os indígenas, nesse caso especifico, tendem a destacar as "nações" que não foram assimiladas, ou no caso paulista, as que ficaram ao lado dos piratininganos nas querelas que envolviam jesuítas e paulistas.

Madre de Deus, paulista, fruto do intercurso entre branco e índio, rebate informando que São Paulo não é composta de uma "tropa de mamelucos que sem lei divina faz o que bem quer". Mas, o jesuíta Vaissete, também citado pelo cronista luso-americano concede a sentença final quando afirma que a mistura ocorrida entre diferentes povos em São Paulo foi a responsável pela geração da "gente perversa" que

> *por mais que trabalhassem os governadores, os magistrados e os jesuítas ajudados pelos superiores eclesiásticos por deter o curso desta inundação, a dissolução se fez geral, e os mamelucos sacudiram enfim o jugo da autoridade divina e humana. Um grande número de banidos de diversas nações, portugueses, espanhóis, italianos e holandeses que fugiram perseguidos da justiça dos homens e não temiam a de Deus, se estabeleceram*

> *com eles: muitos índios concorreram e ocupando-os o gosto da devastação, eles se entregaram a ela sem limites e encheram de horror uma imensa extensão do país [...].*[220]

O fragmento acima é bastante revelador, pois destaca que a preocupação dos governantes era com a "inundação" de mestiços que ocorria em São Paulo. Note que o jesuíta é bem claro em destacar que por mais que se tentasse frear a miscigenação, "a dissolução se fez geral" e a sociedade paulista redundou numa terra de mestiços, além de acolher a um "número grande de banidos de diversas nações". O interessante também é o fato de encontramos nesse trecho destacado, o conceito nação se relacionando com a natureza das diferenças humanas, ainda na sua concepção antiga, uma vez que Vaissete aborda o termo, ao que nos parece, bem próximo de quem estaria considerando a herança social de costumes e crenças e não o sentido político que o termo, definitivamente, teria anos mais tarde, muito embora entendamos, assim como o historiador Nicholas Hudson, que a relação entre o termo nação e a política já pudesse ser encontrado em fontes de época, desde o século XVII.[221]

E se a cor do indígena, seus caracteres físicos e seus comportamentos são apresentados como coisas ruins, sobretudo naquelas nações que não foram "pacificadas"; logo, a miscigenação com brancos também resultaria em frutos ruins. Assim, era preciso arrumar uma forma de explicar que as nações indígenas que habitavam o Novo Mundo não foram influenciadas no seu caráter e humor pelo clima e pelo espaço geográfico. Para validar a tese de que os indígenas não eram inferiores em relação aos brancos europeus, os cronistas voltaram a um passado longínquo e perfeito para explicar a origem dos nativos. Loreto Couto, por exemplo, foi a um passado bem distante, bíblico, para explicar essa origem, ora relacionando a chegada dos primeiros homens à América com uma das tribos de Israel, ora com homens que estavam a serviço do rei Salomão ou com gregos em busca de terras, o cronista que navega nas águas de letrados que já haviam levantado essas hipóteses, tenta conceder uma origem nobre para

[220] DEUS, Gaspar da Madre de. *Memórias para a história da Capitania de São Vicente hoje chamada São Paulo.* São Paulo e Rio de Janeiro: Weiszflog Irmão Editora, 1920, pp.229-233.
[221] HUDSON, Nicholas. 'Nation' to 'Race': The Origin of Racial Classification in Eighteenth-Century Thought in *Eighteenth-Century Studies.* The Johns Hopkins University Press, v. 29, n.03, 1996, pp. 247-261.

os habitantes do Novo Mundo. Com isso, explica a cor da pele e justifica que por esse motivo, não podem ser considerados inferiores.

O historiador Alden T. Vaughan também destaca que essa idéia dos cronistas, tanto da América espanhola quanto da portuguesa, de se debruçarem sobre a procedência dos indígenas americanos e voltarem ao passado bíblico, era o meio mais seguro para explicar essa origem. Então, abordar as tribos de Israel e relacioná-las com o surgimento do homem americano era interessante, pois olhando por essa perspectiva, se a ascendência eram as tribos, logo esses homens tiveram origem branca. Eram brancos pelo menos ao nascer. E se tiveram em sua origem a pele branca, eles não poderiam ser considerados como inferiores. Rocha Pita, a partir da Bahia, no século XVIII, destacava que quanto à origem dos habitantes da América, por conta das incontáveis controvérsias, preferia não se manifestar a respeito. No entanto, ao abordar a questão da cor da pele dos indígenas ressaltava que "sendo enquanto os acidentes da cor, pela grande intensão do sol, mais verossímil à opinião dos filósofos; é comum em todas a cor bassa, menos corada, ou mais vermelha [...]".[222] Assim, o "primeiro" historiador de uma América portuguesa responsabilizava a exposição intensa ao sol pela coloração da pele do nativo, mas em momento algum desqualificava os indígenas por conta dos caracteres físicos, mas sim pelo seu paganismo.

Portanto, os "acidentes" que redundariam em mudanças na cor da pele e nos caracteres físicos eram causados pela ação do clima, e Rocha Pita afirmava que a exposição contínua ao intenso sol dos trópicos fora a responsável pelas transformações na coloração da cútis indígena, parecendo ao historiador que essa era a opinião mais acertada por ser a dos filósofos da época. Seja como for, Pita parecia andar em consonância com as teorias sobre a diversidade humana que se tornavam populares no período em que o cronista escrevia. O historiador Ronald Raminelli destaca que de acordo com a antropologia de Buffon "o Homem submetia-se a transformações provocadas pela geografia e pela história e, assim, a influência do clima e a mistura de 'sangues' esculpiam os corpos, modelavam as fisionomias", e Buffon ainda teria

[222] PITA, Sebastião da Rocha. *História da América Portuguesa: desde o anno de mil quinhentos do seu descobrimento, até o de mil setecentos e vinte e quatro.* 2.ed. Lisboa: Editos Francisco Arthur da Silva, 1880, p.43.

apontado "três motivos para o surgimento da diversidade de povos: a primeira era influência climática, a segunda era provocada pelos alimentos, e a terceira, a mais importante, resultava dos costumes".[223] Assim, percebemos que tanto Pita quanto Loreto Couto estão de acordo a respeito da influência do clima nas mudanças fisionômicas, muito embora ambos defendam a tese de que a coloração da pele não poderia desqualificar o indígena americano.

Quanto a mistura de "sangues", na América portuguesa, o cronista que mais abordou a questão foi Loreto Couto. Em sua obra, encontramos várias provas de que não só a questão religiosa, mas a cor da pele serviu para qualificar ou desqualificar os homens, sobretudo quando havia a miscigenação. O cronista faz questão de ressaltar que nas províncias do Brasil é muito difícil verificar quem são os homens nobres e os homens da plebe uma vez que os brancos na cor se sentem nobres, os de cor parda fazem tudo para esconder as diferenças e os pretos, ao se verem com a liberdade cuidam para que nada falte ao agir como brancos. O jogo das cores aparece claramente na escrita de Loreto Couto e, para esse cronista, é importante destacar o fato de que muitos, apesar de brancos, nem por isso são puros e, portanto, estão na esfera vulgar não podendo ser premiados conforme gostariam de ser. Em relação a "cor parda", note que o cronista utiliza o termo "cor", isso relacionando casta e raça, o autor verifica que o desejo enfreado de receber honras faz com que o pardo não perceba não só a diferença em relação ao branco, cristão e puro, como não perceba que a substância de que é feito, por si só, é diferente e, portanto, irreversível. Logo, por mais rico que seja, por mais cristão que demonstre ser, não pode exigir mais do que deve ganhar; a própria cor da pele denuncia isso.

Jaboatão também nos lembra dessas "substâncias" de que são feitos os pretos e pardos e, ao abordar as construções de capelas e igrejas nas capitanias de Pernambuco e Bahia, destaca que São Benedito de Palermo sempre foi um santo muito adorado pelos católicos, mas, especialmente, pela "Gente de Cor" e arremata que "[...] ou seja por afeto

[223] RAMINELLI, Ronald. *Viagens ultramarinas : monarcas, vassalos e governo à distância* São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2008.

da natureza, ou por simpatia dos acidentes [...]"[224], não há paragem na colônia aonde não se encontre templos dedicados à Senhora do Rosário, tão venerada pela "Gente de Cor", na qual não se encontre uma altar reservado para o dito São Benedito. "Simpatia dos acidentes" é a forma pela qual Jaboatão destaca o amor dos pretos pelo Santo. Assim, a cor da pele aparece personificando um acidente que estaria ligado com uma degeneração do ser humano frente ao padrão europeu e isso, de acordo com as teorias classificatórias da humanidade, teria ocorrido por conta da geografia e dos costumes sociais. Aqui, o "acidente da natureza" se relaciona com uma inferioridade humana que teria sido causada por degeneração e que, portanto, o fato de ser preto na cor da pele, fazia o homem negro estar abaixo num patamar que possuía como referência a claridade da pele e a cultura do branco. Óbvio que, a colocação de Jaboatão o aproxima também da perspectiva religiosa de que numa evolução das raças espalhadas pós Éden, os negros teriam se afastado da matriz original e, portanto, suas diferenças frente ao padrão que era o branco. Mas, ao mesmo tempo, o cronista defende a idéia de que a religião os assimila, muito embora isso nunca mude a substância (cor da pele) de que foram feitos.

A percepção de que a cor da pele funcionava como motivo desqualificador da obra de muitos homens aparece claramente no já citado episódio do negro que desejava ser admitido em uma ordem religiosa de Pernambuco, mas por conta de ser preto enfrentou todos os empecilhos possíveis. Jaboatão nos narra essa história e sempre se refere ao dito homem como "estrelinha nebulosa", "flor preta" que se intrometeu em meio a "tantas flores cândidas de santidade" e, destaca que "foi este o irmão Fr. Francisco de Santo Antonio, chamado vulgarmente, o Pretinho, por ser negro por Natureza, e humilde por virtude. Era natural de Pernambuco, e não podemos concluir se de pais já nascidos na terra, ou vindos de Angola, e Guiné, mas só que era crioulo, que assim, chamam os que nascem no país".[225] E o cronista ainda ressalta que apesar das obras virtuosas do "Pretinho", sua cor preta servia de sombra às suas virtudes.

A história do frei "Pretinho" é muito interessante, pois demonstra dois pontos importantes: apesar do cronista destacar as virtudes religiosas do frade, não deixa de se

[224] JABOATÃO, Frei Antonio de Santa Maria. *Novo Orbe Seráfico Brasílico.* 3.ed. , 3.vols. Recife: 1979, v.1, pp. 91/92.
[225] JABOATÃO, Frei Antonio de Santa Maria. *Novo Orbe Seráfico Brasílico.* 3.ed. , 3.vols. Recife: 1979, v.1, pp. 357-359.

referir ao mesmo com codinomes que, segundo o próprio Jaboatão, intentavam desqualificá-lo por conta de sua cor de pele; por outro lado, também nos leva a pensar que por mais virtuosas que fossem as obras do homem, por mais convertido e fiel que fosse aos hábitos cristãos, a cor da pele ainda funcionava como importante ponto de "sombra às suas obras". E o cronista nos lembra que "sempre quer que a esta gente para o bem lhe sirva de sombras a sua cor". Ou seja, as obras, segundo Jaboatão, perdiam valor quando comparadas com a cor da pele do indivíduo que as colocavam em prática. O frade "Pretinho"

> *Foi na sua mocidade soldado do Terço de Henrique Dias, e pelejou nas guerras de Pernambuco contra os holandeses. Restaurada a terra, e cansado da milícia do mundo, e com desengano claro do pouco que mereceram para com os reis da terra os seus trabalhos, e serviços, deixando o quartel, que lhe tocava no acampamento dos exércitos, onde tantas vezes havia posto em perigo a vida, e corpo às balas, buscou nos claustros da religião, um quarto para descanso da alma, e segurança do espírito [...].* [226]

E Jaboatão destaca que o negro, cansado de esperar os lauréis por sua atuação na área militar, resolveu se entregar aos quadros religiosos. No entanto, se no combate com as armas não recebera o prêmio justo pelos serviços prestados, no combate com a palavra de deus não teve o reconhecimento de suas ações por conta da cor da pele, ou como mesmo indica o cronista, por conta da "substância" de que era feito. O desfecho dessa narrativa é surpreendente, após falhas tentativas para ser aceito nos quadros do convento, o irmão "Pretinho" que rezava alto para todos ouvirem: "não querem que eu seja frade professo? Pois hei de ser querendo Deus", acaba indo ao Reino e, segundo Jaboatão, sendo introduzido diante de Pedro II, ao expor seus serviços militares e, sobretudo religiosos, volta ao Brasil com a ordem do monarca para que o Convento de Olinda o admitisse "à profissão, que veio a fazer no mesmo Convento de Olinda, a dois de agosto de 1689, quando já contava os oitenta anos de idade [...]".[227]

[226] JABOATÃO, Frei Antonio de Santa Maria. *Novo Orbe Seráfico Brasílico.* 3.ed. , 3.vols. Recife: 1979, v.1, pp. 357-359.
[227]JABOATÃO, Frei Antonio de Santa Maria. *Novo Orbe Seráfico Brasílico.* 3.ed. , 3.vols. Recife: 1979, v.1, p.358.

Assim, visões contraditórias permeavam as obras desses cronistas de forma que ao mesmo tempo em que defendiam que a assimilação à cultura do branco era capaz de conferir tom de civilidade aos índios, negros e mestiços; também destacavam os caracteres físicos como marcas de uma diferença substancial que por mais que se tentasse mudar ou esconder, não havia como equiparar essas nações aos padrões dos brancos. Loreto Couto, por exemplo, ao mesmo tempo em que defende a religião como um passo para se conseguir "emendar os defeitos da natureza", isso fica evidente em "João Henriques, preto crioulo escravo do insigne cônego João Maximo, arcediago da Sé de Olinda; ilustrou a escuridade de seu sangue com o esplendor da suas virtudes (...)", também destaca que Calabar, o mulato traidor, almejava "subir a grandes honrosos, sem esperar lhe fizesse nobre o sangue vil, criando aquele depois que por ilustres feridas recebidas em defença da pátria esgotasse este".[228]

Jaboatão, ao falar sobre Calabar, é menos enfático ao destacar a cor da pele e a mistura de sangue do "traidor". Na verdade, o cronista apenas destaca que "foi este sujeito um mulato, ou mameluco de grande astúcia, e valor, ajudado de uma inclinação perversa e malévola".[229] E note que essa passagem foi copiada fielmente das *Memórias Diárias da Guerra do Brasil* de Duarte de Albuquerque Coelho.[230] Curiosamente, as principais obras de época sobre a guerra contra os holandeses, em momento algum destacam Calabar por conta de sua pele e da mistura de sangue, nem o desqualifica por ser mulato.[231] Tanto nas *Memórias* como no *Valeroso Lucideno*, os autores se referem ao mulato ora como pardo, ora como mameluco, mas não dissertam sobre a origem do indivíduo e nem destacam que era inferior por conta da sua natureza de mestiço, ao contrário, o destacam como homem valoroso, astuto e bom soldado que passou para o lado dos inimigos. Ao que nos parece, Loreto Couto foi, e isso somente no século XVIII,

[228] COUTO, Domingos Loreto de. *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco.* Recife: Fundação Cultural de Recife, 1981, pp. 137 e 456.

[229] JABOATÃO, Frei Antonio de Santa Maria. *Novo Orbe Seráfico Brasílico.* 3.ed. , 3.vols. Recife: 1979, v.1, p.173.

[230] ALBUQUERQUE COELHO, Duarte de. [Marquês de Basto, 1591-1658]. *Memórias diárias da guerra do Brasil pelo decurso de nove anos, começando em 1630*. São Paulo: Beca, 2003,1638 p, Acompanha CD Tradução de: Memorias diarias de la guerra del Brasil por discurso de nueve años, empeçanco desde el año MDCXXX.

[231] c.f também CALADO, Manoel, 1584-1654. *O valeroso Lucideno e triunfo da liberdade*. 2. ed. São Paulo: Cultura, 1945.

o primeiro a considerar a procedência mestiça de Calabar como responsável pelo seu caráter traidor, destacando sempre que "buscou ambicioso, e soberbo entre os holandeses no prêmio da traição, o aumento que lhe impedia entre os nossos a vileza do nascimento, para com os danos públicos abrir caminho a seus interesses particulares [...]" e conclui que "esta é a única mancha, que se divisa no cristalino espelho da lealdade pernambucana [...]".[232]

Mas, se não conseguimos verificar nas obras dos cronistas de guerra do século XVII, a desqualificação de Calabar por conta de sua origem mestiça, a historiadora Larissa Viana aponta para o fato de que a procedência mulata já era ponto desqualificador no seiscentos. Em capítulo intitulado "O Estigma da 'Impureza'", a autora começa destacando a história de Manoel Dória que, ao pleitear o título de Cavaleiro de Santiago da Espada, em suas provanças foi acusado de "mulatice" e "defeito mecânico". Viana, nesse capítulo que abordamos, busca examinar o contexto "de introdução do estigma do 'sangue mulato' na América portuguesa" e, pelo que observamos, se detêm bastante em acontecimentos que marcam o século XVII e, portanto, no mesmo cenário em que escrevem os cronistas da "Guerra do Brasil". Portanto, "foi no século XVII, palco da trajetória de Manoel Dória, que a 'mulatice' se tornou um estigma e objeto da legislação restritiva no reino e nas conquistas".[233]. Dessa forma, a autora conclui que no século XVI a cor da pele não era incompatível com a reputação de homem de honra,

> *mas, pode-se afirmar que tal reputação seria mais improvável tanto no império espanhol quanto no mundo português na centúria seguinte, quando a utilização da mão-de-obra africana se tornou largamente disseminada nas colônias escravistas da América.[...] Nota-se no século XVII uma progressiva vinculação das noções de 'impureza' e 'desonra' com questões mediadas pela cor atribuída a um indivíduo e pela mestiçagem, em particular. Se o estigma da 'mancha de sangue' teve sua origem assentada em critérios religiosos no início da época*

[232] COUTO, Domingos Loreto de. *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco.* Recife: Fundação Cultural de Recife, 1981, p.134.
[233] VIANA, Larissa. P.50

> *moderna, pode-se afirmar que tal estigma se revestiu de novos significados a partir da experiência colonial, sobretudo em função da expansão da sociedade escravista.*[234]

Assim, pela perspectiva da autora, o estigma da mulatice já existia no século XVII.[235] Na centúria seguinte, na nossa perspectiva, o sangue vil do mulato, tão detratado por ser fruto do intercurso entre branco e negro, não poderia ser recuperado. Muito embora as obras virtuosas, tanto na prática da religião quanto na guerra em defesa da pátria e do império, constituíssem elementos "civilizadores" dos indivíduos, como repetidas vezes, apontou Loreto Couto. Assim, essa idéia de que "ações louváveis" apagavam as máculas do sangue é muito interessante. Note que se para o preto João Henriques o que havia dado tom de brancura ao sangue foi sua entrega aos caminhos da religião, ou seja, abraçado o Cristianismo; para o "herói" da Restauração, Henrique Dias (Loreto Couto diz que esse "sendo preto soube com o esforço do ânimo, e maravilhosa constância emendar o defeito da natureza"), foi a luta na guerra e o estar ao lado dos pernambucanos contra os holandeses. A guerra nesse caso, pelo que nos parece, teria sido o elemento purgador que colocara, pelo menos teoricamente, Henrique Dias em pé de igualdade com os brancos. Acreditamos que em termos de benefícios, talvez tenha sido prestigiado mais do que muitos homens brancos na pele, mas ao fim e ao cabo, Dias era preto. Isso era imutável e, por mais que suas ações tivessem conferido contornos de alvura ao sangue, sua pele era preta.

A despeito das obras virtuosas serem um passo para a ascensão naquela sociedade, os cronistas destacavam que o sujeito nunca deveria trabalhar buscando

---

[234] VIANA, Laroissa. P.54.

[235] Evaldo Cabral de Mello, em *Olinda Restaurada: Guerra e Açúcar no nordeste, 1630-1654* destaca que "Não se deve, portanto, idealizar a participação de escravos na guerra holandesa, associando-a a um sentimento de confraternização racial, a exemplo do que fará o imaginário da restauração. Afinal, de contas, a criação de milícias negras, auxiliares dos corpos de linha, esteve longe de representar originalidade luso-brasileira, uma vez que ocorreu até mesmo em áreas de colonização inglesa, onde reconhecidamente as barreiras raciais foram mais rigorosas que no Brasil", p. 196. Para o autor, não só Calabar, mas os índios, na perspectiva de alguns cronistas da guerra de restauração, como Frei Calado, por exemplo, teriam sido os responsáveis pela perda do Nordeste. E, portanto, Evaldo Cabral de Mello tende a apontar para o fato de que os cronistas do século XVII já consideravam a procedência mulata do traidor como algo subjacente aos seus atos. Na vemos, com clareza, essa possibilidade. Aos nossos olhos, parece que no século XVIII, definitivamente, a ligação da procedência mestiça de Calabar com o seu "espírito" traidor, teria papel de maior relevo nas obras dos cronistas aqui analisados.

apenas o lucro e a premiação, carecia acima de tudo ter em mente o amor à pátria e a fidelidade ao monarca. Loreto Couto nos lembra que "[...] Não se fez Sêneca rogar para aceitar as grandes riquezas, com que o Príncipe premiou os seus serviços; mas nunca será decente trabalhar com os olhos no lucro, fineza que vemos fielmente praticada por estes soldados pretos na cor, e preclaros nas obras".[236] Ou seja, a obra militar conferia premiações a esses homens que de "pretos na cor", tornar-se-iam ilustres pelo combate. Com essa afirmação, o cronista aponta para a consideração da cor da pele como elemento desqualificador. Entretanto, deixa entrever que apesar de ser preto na cor, as obras seriam capazes de enaltecer o indivíduo. E o mesmo Loreto Couto que destaca ser as obras virtuosas responsáveis pelo enaltecer do homem, mesmo os de cor preta e parda, estes não podem esperar mais do que merecem por conta do seu vil nascimento. Ou seja, há limites nessa premiação quando se trata de um homem de cor.

No entanto, em alguns momentos, ser negro, índio ou mestiço, para alguns cronistas é considerado um ponto positivo sob a perspectiva da "substância" que são feitos esses homens; afinal, ao dissertar sobre a peste que atacara Pernambuco naquela primeira metade do século XVIII, Loreto Couto destaca que "Foi matéria digna de reflexão, que deste contágio não enfermaram negros, mulatos, índios, nem mamelucos, como senão tivera o mal forças para combater com as destes humanos compostos, ou lhe faltara jurisdição para neles empregar seus golpes [...]".[237] Ou seja, quase no fim de seu livro, o cronista nos faz pensar sobre as diferenças humanas e sobre a miscigenação, destacando que negros, índios e mestiços são "humanos compostos", ou seja, miscigenados. Entendemos que o cronista utilize a expressão para mestiços e mamelucos. No entanto, não há explicação para razão dele se referir aos negros e indígenas como seres mistos. Seja como for, no século XVIII, o autor nos fornece subsídios para percebermos que a miscigenação não redundava em uma geração de homens fracos e débeis como muitas teorias raciais do século XIX e XX pregariam. Ao contrário, Couto ressalta que o "mal" da peste não teve forças para atingir os frutos de miscigenação e, portanto, entende ser negros, índios e os frutos que envolvem um desses

[236] COUTO, Domingos Loreto de. *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco.* Recife: Fundação Cultural de Recife, 1981, p. 460.
[237] COUTO, Domingos Loreto de. *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco.* Recife: Fundação Cultural de Recife, 1981, p. 535.

dois segmentos, fortes o suficiente, a ponto de seus organismos não serem tomados pela doença.

Destarte, pelo que temos visto até o presente momento, as crônicas de luso-americanos como Loreto Couto, Jaboatão, Madre de Deus e obras de cunho genealógico como as de Pedro Taques e Borges da Fonseca, a princípio, estavam muito imbuídas na tentativa de mapear a procedência dos habitantes de suas capitanias, fabricando identidades regionais que, mais do que nunca, buscavam explicitar a origem nobre das famílias brancas que teriam aportado nesses lugares; além disso, buscavam construir uma ascendência nobre para as populações indígenas da América, encontrando em passados míticos e longínquos, de preferência no universo bíblico, a origem para esses homens que habitavam o Novo Mundo e, por conseguinte, justificando a miscigenação entre brancos e ameríndios como algo digno de nobreza, uma vez que os nativos eram oriundos de povos como os das tribos de Israel que se dispersara pelo mundo. Não obstante, procuraram esconder ao máximo a miscigenação com negros e, quando abordam os homens de origem africana, quase sempre os desqualificam e, quando não fazem, apenas destacam virtudes que esses negros só poderiam alcançar através da religião católica ou através do trabalho de defesa da pátria em favor do monarca. Quanto aos mulatos, quase sempre, o discurso desses cronistas era no sentido de detratá-los frente à sociedade em que viviam, os considerando como subtipos humanos que, na maioria das vezes, desejavam receber mais do que seu status social permitia.

E na fabricação dessas identidades locais, percebemos que os cronistas consideravam a coloração da pele dos indivíduos e também os caracteres físicos. Muito embora não instrumentalizassem claramente o conceito raça, utilizam diversas vezes o conceito nação que, desde a Idade Média, carregava conotações bem próximas do que o conceito raça teria em fins do século XVIII, ou seja, a consideração dos atributos físicos e culturais de terminados povos. Portanto, se nação se aproximava da idéia de divisão da humanidade através da religião, e isso desde o medievo, também carregava um sentido de divisão dos seres humanos em diferentes comunidades com caracteres físicos distintos. Os cronistas analisados, ora apresentam nação com o sentido religioso, nação de mouros, nação de judeus; mas também vinculam o dito conceito com divisões que consideram os traços e a cor da pele dos seres, bem como os costumes. Ao fim, vemos

que o conceito raça, que mais tarde substituiria o que era explicado por nação, ainda não era utilizado por esses cronistas luso-americanos de forma clara. No entanto, o sentido político para nação, embora ainda não apareça claramente nessas escritas, já pode se encontrado algumas vezes.

Resta-nos explorarmos um pouco mais a utilização do conceito nação. Loreto Couto e Jaboatão são os cronistas que mais se detêm na explicação das diversas nações que compunham o universo americano. Ao abordar uma das principais tribos indígenas encontradas em Pernambuco, Couto destaca que "era a nação Corena sobre valorosa, tão encaprichada em sua opinião, que nem forças a abalavam, nem razões a moviam; desprezava partidos e zombava de nossas armas [...]".[238] Assim, notamos que o cronista faz uma análise do caráter desses índios e demonstra terem esses nativos, características físicas e mentais que os distinguiam das demais tribos. E destaca que "as nações que se puseram pela parte dos portugueses assim na conquista destas capitanias como nas guerras com nações estrangeiras, nunca conseguiram franceses, e holandeses se rebelassem contra nós, observando inviolavelmente aquela lealdade que a princípio nos prometeram [...]".[239] E note que o cronista não utilizava o termo nação somente para distinguir grupos religiosos, afinal, pelo que percebemos, nem todos os grupos considerados por Couto, necessariamente teriam sido assimilados à religião católica, muito embora isso não os desqualificassem como bons soldados. Ao fim, nesses dois casos acima, o sentido de nação se aproxima do que mais tarde seria designado como raça, ou seja, consideravam-se os caracteres físicos e os costumes indígenas e não somente a religião. Tanto que o cronista pernambucano deixa claro que "erros de religião não devem ser considerados com sinal de barbaridade" para o caso de algumas nações pernambucanas.

Jaboatão ao narrar a história da ocupação da costa do Brasil pelos portugueses, nos lembra que "quando aportou Diogo Álvares no continente da Bahia, foi ele o primeiro homem, não só português, mas de outra qualquer nação, que pisou esta terra, e viram aqui os seus gentios [...]" e também destaca que senão fosse o dito Diogo Álvares

[238] COUTO, Domingos Loreto de. *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco.* Recife: Fundação Cultural de Recife, 1981, p.31.
[239] COUTO, Domingos Loreto de. *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco.* Recife: Fundação Cultural de Recife, 1981, p.41.

o primeiro a ter contato com a gente da terra, como poderia se explicar tamanho espanto causado nos índios pela presença do estrangeiro? Com essa tese, o cronista tenta explicar que Cabral, Vespúcio e Duarte Coelho já haviam estado naquelas terras, mas não estabeleceram povoações e "nem ainda entraram por terras adentro, nem consta tratassem, ou tivessem comunicação com o gentio, e ainda que estes os vissem, e conhecessem ser gente de outra nação, que eles nunca viram, com isto não foi em toda costa, e só em algumas enseadas, ou portos mais acomodados para a sua diligência [...]", e conclui ressaltando que mesmo que tivessem permanecido em alguns lugares da região, não houve a dissipação da notícia de suas presenças uma vez que "[...] por falta também da pouca correlação, que esta gente tinha uns com os outros [as nações indígenas], pois não havia trato, nem comércio entre si e cada uma das nações vivia nos seus distritos, e sempre em guerras e diferentes, ou discordes, e assim não podiam saber umas do que passava entre as outras [...]", a presença dos brancos pode ter passado despercebida para muitos nativos.[240]

Com essas observações, podemos verificar que ao refazer a história da conquista da Bahia pelos portugueses, Jaboatão, no século XVIII, considerava as diferenças culturais entre as diversas tribos existentes na região quando da chegada dos brancos. E o cronista destacam-nas como distintas nações, diversas entre si, muitas das vezes inimigas entre si e separadas uma das outras em diferentes territórios. Jaboatão usa o termo nação para designar costumes em comum, características semelhantes e, portanto, é como se estivesse falando de determinados grupos humanos congregados em distintos povos. Com isso se aproxima da tese de Nicholas Hudson, que nos faz refletir que na Idade Média, a expressão *gens* era uma palavra traduzida do latim como "povo" ou "nação", isso em consonância com "common ancestry or stock (hence its etymological link with *genero*, to beget or produce), reflecting na ancient way of understanding a nation not as a social or political unit, but as group of people linked by

[240] JABOATÃO, Frei Antonio de Santa Maria. *Novo Orbe Seráfico Brasílico.* 3.ed. , 3.vols. Recife: 1979, v.1, p. 16/17.

origin".[241] Portanto, nos parece que o cronista luso-americano utiliza o termo nação num sentido mais próximo do que seria considerado como raça posteriormente.

Em relação à questão religiosa, Jaboatão se refere aos indígenas como gentios. Assim, na escrita desse cronista, nação não aparece, nesse episódio, como uma referência às divisões religiosas tendo como premissa o cristianismo, mas como designação para povos com origens diferentes. No entanto, há um elemento nas citações acima que demonstra a percepção do cronista da inferioridade dessas nações. Ele destaca que não havia "trato" e nem "comércio" entre os diversos povos existentes na terra quando da chegada dos portugueses. Como temos visto, a forma de falar, de se vestir e de se portar eram utilizados para classificar o maior ou menor grau de inferioridade dos povos na Idade Moderna, e isso em verdadeira relação com a religião. No entanto, os europeus também entendiam que outro sinal de inferioridade e falta de civilização dos povos, sobretudo alguns da África e da América, era sua incapacidade de implementar e explorar as atividades comerciais. Assim, Jaboatão não só desqualifica parte dessas nações por conta da sua não utilização do comércio, mas também os caracterizam como entregues ao "espírito" belicoso.

Roxann Wheeler, pesquisadora do império britânico, nos lembra que nos séculos XVII e XVIII, uma das formas de demonstrar a inferioridade de raças no âmbito das crônicas, era verificando o grau de envolvimento com o comércio dos diversos povos e, portanto, a falta de trato comercial poderia ser mais um dos aspectos de classificação das nações.[242] O *Diretório* pombalino era claro ao destacar que "Entre os meios, que podem conduzir qualquer República a uma completa felicidade, nenhum é mais eficaz, que a introdução do Comércio, porque ele enriquece os Povos, civiliza as Nações, e conseqüentemente constitui poderosas Monarquias".[243] Portanto, a observação de Jaboatão quanto à falta de relações comerciais entre os indígenas no período da conquista, era uma forma de classificar as nações de nativos como inferiores. Ou seja,

[241] HUDSON, Nicholas. 'Nation' to 'Race': The Origin of Racial Classification in Eighteenth-Century Thought in *Eighteenth-Century Studies.* The Johns Hopkins University Press, v. 29, n.03, 1996, p.248.
[242] WHEELER, Roxann. *The Complexion of Race: Categories of Difference in Eighteenth –Century British Culture.* Philadelphia/Pennsylvania: University of Pennsylvania Press, 2000, pp. 15-20.
[243] *Diretório que se deve observar nas Povoações dos Índios do Pará, e Maranhão, enquanto Sua Majestade não mandar o contrário.*Artigo 36.

nesse cronista, encontramos indícios de consideração da cor pele e dos caracteres físicos, mas também de aspectos culturais como o não desenvolvimento comercial, bem como a forma que se vestiam os indígenas.

Loreto Couto, de Pernambuco, guardadas as devidas proporções, fez um verdadeiro estudo "antropológico" em sua capitania. Ao ressaltar que "conquistadas estas capitanias, metidas de paz todas as nações que habitavam Pernambuco, puderam sem contradição os portugueses fazer suas habitações [...]" e "o centro era povoado de varias nações, e os chamados Tapuias viviam nas entranhas das brechas", bem como "sendo os Toboiáras, Tupinambás, e Potigóras as nações mais afamadas, e principais, escolheram para suas situações as terras mais deliciosas, e aprazíveis", [244] Couto nos fornece a dimensão de quantas nações compunham as terras pernambucanas e aborda, ainda que superficialmente, as características de cada nação indígena da região. Muitas delas nem sequer existiam mais no momento e que o cronista escrevia, ou pelo menos estavam bem reduzidas. No entanto, Couto faz uma pesquisa detalhada no sentido de catalogar e classificar as diversas tribos de sua pátria, comportamento que coadunava com o pensamento da época que, com novas teorias classificatórias do seres vivos, buscavam situar a origem da humanidade e os diferentes tipos humanos existentes na terra, bem como conhecer a vastidão da flora e da fauna terrestre.

Couto gasta longos capítulos abordando o homem e a natureza pernambucanos, e sobre a flora local aponta que "a bondade dos arvoredos de Pernambuco é singular pela sua formosura, préstimo, e preço, de que há matas imensas, glória e coroa de todos os bosques do mundo. Produz todas as arvores que produz o Brasil, e muitas outras que se não acham em outras partes [...]"[245] Plantas, animais e metais preciosos são elencados pelo cronista como oriundos e existentes em Pernambuco, ao passo que nós fornece as características de cada planta, coloração, cheiro, textura. A capitania é exaltada como superior a todas as outras províncias e chamada pelo cronista de "Pernambuco cheirosa".

Por outro lado, temos Jaboatão defendendo que a cana de açúcar utilizada nos engenhos da época da conquista não foram importadas da Ilha da Madeira; afinal, se em

[244] COUTO, Domingos Loreto de. *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco.* Recife: Fundação Cultural de Recife, 1981, p.34.
[245] COUTO, Domingos Loreto de. *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco.* Recife: Fundação Cultural de Recife, 1981, p.35-37.

Pernambuco encontravam-se muitas canas bravas, também poderia se encontrar as de melhores qualidades para o fabrico do açúcar, ou seja, ninguém teria trazido de longe as canas que não serviam; portanto, para o cronista, se existiam as ruins, também poderia se encontrar as boas. O mesmo aconteceria com a capitania de São Vicente que teria as melhores canas da região. Portanto, para o autor "assim como se acharam ai as canas, também se achou o modo de fazer o açúcar delas, sem ser necessário virem de fora para isso mestres. A dificuldade deste ponto está, na opinião dos que duvidam, em que o Gentio da terra soubesse ou tivesse discurso e habilidade para esta fábrica, e assim era necessário buscar-lhes para ela mestres". E conclui suas observações destacando que

> *mas isto só o pode supor quem não tiver inteira notícia do trato desta Gente, porque é certo, que eles sabiam fabricar dos cajus da terra, e outras várias frutas os seus vinhos e bebidas, compostas de vários ingredientes da mesma terra, espremendo-os e lançando os seus licores em vasos, e postos a ferver, uns ao fogo, e outros ao tempo; assim a mesma experiência lhes podia ensinar a espremer as canas, cozer o seu caldo e fazer de um pouco deste o seu mel para comer e logo guardar, e outro pouco deixá-lo engrossar mais, e lançado em vasos de barro maiores para coalhar, e fazer o açúcar [...]*[246]

E Jaboatão, numa clara cópia do verbete do dicionário de Bluteau, ainda destaca que "neste ponto da suas bebidas foram sem dúvida os índios do Brasil e América mui curiosos, e apurados. Uma das mais seletas, ou celebradas em todo o mundo é a do – chocolate – e suponho sabem muito bem os que lêem as histórias, que dos índios destas partes foi invenção esta bebida [...]".[247] Assim, vamos demonstrando o interesse desses cronistas em defender a natureza e as gentes de suas capitanias. Agindo dessa forma, fabricavam identidades regionais que diferenciavam as províncias umas da outras; e de alguma forma, ainda que incipiente, instrumentalizavam os processos de pesquisa e catálogo das diversidades humanas, da fauna e da flora.

[246] JABOATÃO, Frei Antonio de Santa Maria. *Novo Orbe Seráfico Brasílico.* 3.ed. , 3.vols. Recife: 1979, v.1, p. 27.
[247] JABOATÃO, Frei Antonio de Santa Maria. *Novo Orbe Seráfico Brasílico.* 3.ed. , 3.vols. Recife: 1979, v.1, p. 28.

Mas, seja como for, no mundo luso-americano, a classificação dos diferentes tipos humanos através da religião, ainda teria papel fundamental por todo o setecentos. E hora ou outra os cronistas se referem às nações indígenas não assimiladas como nações de bárbaros, assim como aos negros também. A posição de Rocha Pita sobre os aquilombados evidencia nossa tese quando o mesmo destaca que "de católicos não conservavam outros sinais que o da santíssima cruz e algumas orações mal repetidas, e mescladas com outras palavras e cerimônias por eles inventadas ou introduzidas das superstições de sua nação".[248] Assim, o cronista nos faz pensar que as "crendices" dos quilombos eram erros religiosos e, portanto, um desqualificador daquela nação comparada com as nações verdadeiramente católicas.

A idéia da remissão pela conversão cristã esteve muito presente durante grande parte desse século XVIII; daí a necessidade dos cronistas em defender principalmente os indígenas e suas virtudes, os qualificando como fiéis católicos e leais súditos do rei português. E a assimilação das nações indígenas através da religião vinha acompanhada da preocupação de justificar o possível atraso na cultura desses diferentes povos. Tanto que, um dos pontos de discussão dos cronistas setecentistas foi a questão da língua dos indígenas. Loreto Couto, ao abordar as diversas línguas faladas pelas nações nativas, lembra que "no seu alfabeto não se admitem as letras F, L nem o R dobrado, e o que é primor da língua consideram defeito da nação, e da mesma língua [...]".[249] Assim, se um dos pressupostos básicos de diferenciação entre os povos era a língua, o cronista pernambucano afirma que em nada deve os índios americanos com o seu vocabulário rico e expressivo. Ou seja, o não falar corretamente a Língua Portuguesa, não fazia, segundo Couto, com que os índios pudessem ser desqualificados e inferiorizados frentes aos brancos. Nem tampouco poderia a nação indígena ser classificada negativamente por fazer uso de um idioma diferente do utilizado pela pátria-mãe.

A preocupação do cronista pernambucano procede, uma vez que no processo de assimilação cultural das diversas nações que compunham os impérios coloniais, o

[248] PITA, Sebastião da Rocha. *História da América Portuguesa: desde o anno de mil quinhentos do seu descobrimento, até o de mil setecentos e vinte e quatro.* 2.ed. Lisboa: Editos Francisco Arthur da Silva, 1880, p.237.
[249] COUTO, Domingos Loreto de. *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco.* Recife: Fundação Cultural de Recife, 1981, p.43.

primeiro passo era a conversão à religião cristã. No entanto, existiam outros critérios de avaliação do indivíduo como a pureza de sangue, a cor da pele e a competência lingüística. Daí, a apreensão dos cronistas luso-americanos em explicar a cor da pele, a origem dos indígenas e com isso a impossibilidade da impureza de sangue – já que descendiam de povos antigos – e os idiomas dos mesmos, destacando assim, que não poderiam ser menos valorosos que os reinóis e, portanto, deveriam comungar das benesses reais. Para Loreto Couto, não existia nenhum problema em falar um idioma diferente, até por que para o cronista pernambucano "[...] para cada nação as palavras nacionais são as melhores [...]".[250] Ou seja, com essa afirmação, o cronista se aproxima da idéia de nação na sua relação com herança social, costumes e crenças.

No entanto, os cronistas setecentistas escreveram num período em que a afirmação da Língua Portuguesa como oficial e, portanto, devendo ser adotada por todos os rincões do império, estava sendo cada vez mais implementada. E nesse aspecto, a Coroa considerava que um dos pontos mais importantes para debandar a barbaridade das nações era a disseminação do idioma do príncipe. Portanto, os artífices reais entendiam que se poderia "civilizar" os diferentes povos que compunham os vastos domínios portugueses, e um dos passos principais era a introdução da Língua da pátria-mãe. *O Diretório dos Índios*, redigido no início da segunda metade do século XVIII, destaca claramente que "sempre foi máxima inalteravelmente praticada em todas as Nações, que conquistaram novos Domínios, introduzir logo nos povos conquistados o seu próprio idioma, por ser indisputável, que este é um dos meios mais eficazes para desterrar dos Povos rústicos a barbaridade dos seus antigos costumes".[251] Assim, o *Diretório* ressaltava que todas "as Nações polidas do Mundo", possuíam s consciência de que este era um sólido sistema de conquista praticado para implementar a "civilização" e também o "afeto, veneração e obediência" ao príncipe.

O documento é bem claro ao expor que os conquistadores foram responsáveis por manter as nações indígenas em estado de "rusticidade", uma vez que não introduziram o

[250] COUTO, Domingos Loreto de. *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco.* Recife: Fundação Cultural de Recife, 1981, p.56.
[251] *Diretório que se deve observar nas Povoações dos Índios do Pará, e Maranhão, enquanto Sua Majestade não mandar o contrário...* Artigo 6.

idioma do Reino. Assim, notamos que o termo nação no *Diretório* aparece em consonância com o sentido que raça teria mais tarde e, portanto, comungava das teses da época de que as nações ou raças teriam se forjado por conta de um gama de fatores geográficos e históricos. No entanto, fica claro que na mente desses homens que estavam à frente da confecção da lei, existia a idéia de que a interferência externa podia modificar os costumes das diversas nações. Isso os aproximavam da teoria defendida por Buffon de que "se as causas geográficas e históricas não persistissem, provavelmente, ocorreria o surgimento de variações ou, em última instância, de uma nova raça".[252] Pelo o acima exposto, fica claro que a perspectiva de Loreto Couto de que os indígenas não deveriam ser desqualificados por conta de sua língua ia de encontro ao que o Estado pregava na mesma época. Ora, se para o pernambucano as diversas línguas indígenas não poderiam ser consideradas como impedimento para o enobrecimento dos nativos, para a Coroa, era sinal de rusticidade e barbarismo, cabendo desmantelá-las a fim de implementar somente o uso da Língua Portuguesa.

Assim, nas terras brasílicas, os cronistas não chegaram ao que nos parece, tão profundamente nessas discussões de raça e nação. Entretanto, não podemos deixar de perceber que alguns tocaram na questão das diversidades humanas relacionando-as com a cor da pele e com os caracteres físicos. Destarte, percebemos que no século XVIII, de alguma forma, as determinações religiosas e também físicas facilitavam ou dificultavam a vida das pessoas. Mas, fica claro que a idéia de "raça", muito mais expressa no momento pelo conceito nação, surge no ambiente colonial; aplica-se nesse espaço aonde havia uma pluralidade de tipos humanos para classificar. E os cronistas analisados nesse texto, de algum modo, participaram dessas vicissitudes pelas quais passavam a utilização do conceito de raça e nação naquele período. Se a perspectiva religiosa possuía peso, isso fica claro quando Loreto Couto e Jaboatão destacam negros que conseguiram ilustrar o sangue com atitudes virtuosas; a perspectiva que considerava os caracteres físicos também apresentava seu peso; no próprio Couto, que aborda pretos que, ao se verem livres, tentam agir como se brancos fossem, mas carregando a marca do sangue inferior ao do branco, fica claro esse viés. Perspectiva, aliás, bem presente em Madre de

[252] RAMINELLI, Ronald. *Viagens ultramarinas : monarcas, vassalos e governo à distância* São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2008.

Deus e Pedro Taques que, ao defenderem uma população pura e nobre para a capitania de São Paulo, mesmo quando não se podia esconder a miscigenação, acabavam por tentar conceder matriz nobre aos antepassados nativos e a louvarem o encontro entre brancos e indígenas como se seus descendentes nobres e alvos fossem; outros como Borges da Fonseca, simplesmente fecham os olhos para as misturas e ressaltam somente os aspectos que "branqueavam" os habitantes das capitanias, ou seja, ignoram a presença dos índios e negros na formação da sociedade colonial. Mas de uma maneira geral, podemos verificar que o conceito nação poderia apresentar aspectos religiosos, mas também expressar costumes em comum e origem de um povo no sentido de semelhanças físicas, o que no século XIX, ficaria à cargo do conceito raça. De uma forma geral, ao utilizarem termos como "raça de negros, nação de índios e castas de mulatos", os cronistas luso-americanos, instrumentalizavam as perspectivas religiosas, mas também consideravam as características físicas, sobretudo a cor da pele dos indivíduos.

Considerações Finais

> *Suposta esta descrição quem não vê que nesta prodigiosa Ave temos um perfeito geroglifico de Pernambuco, um adequado símbolo da sua restauração. Era Pernambuco pomposo na gala, alta e majestosa Olinda sua cabeça, e nas Excelências única, matizavam as suas asas douradas penas. Com as suas preciosidades formou se fogueira, em que se acendeu o fogo da ambição holandesa, foi homicida de si mesma pelo remisso de sua defença. Acabou nos incêndios, e das suas cinzas novamente animado renasceu com melhor gala, nele se viram as metamorfoses dos séculos. Zombou da morte, porque a soube fazer ministra da sua vida. Mãe, e filha de si mesmo, porque abaixo de Deus deve Pernambuco tudo que hoje é a si próprio.*[253]

Acima, temos uma das mais instigantes passagens da obra de Loreto Couto. Comparando a restauração pernambucana a um renascimento, o autor invoca a imagem da ave fênix para personificar a vitória contra os holandeses e, ao mesmo tempo, decretar que os pernambucanos foram às cinzas e do pó retornaram, com maior gala, "zombando da morte", se fazendo vivos e vencendo enfim por conta própria. A citação do cronista pernambucano é contundente no que tange a proposição da existência de uma identidade pernambucana que, não se opondo à identidade da pátria-mãe, também já não escondia as discrepâncias que faziam com que as realidades entre Reino e a "pátria" pernambucana fossem completamente perceptíveis.

Se o cronista, conforme vimos ao longo desse trabalho, não renunciava completamente aos desígnios que fundamentavam a "identidade portuguesa", se inserindo perfeitamente nos moldes da sociedade que servira de matriz para os mais distantes rincões do império, comungando das mesmas perspectivas e almejando o reconhecimento do Centro, também já não se furtava de apresentar a "pátria" pernambucana da qual fazia parte, espaço que fora construído sobre os alicerces dos

[253] COUTO, Loreto. Op. Cit. p.144.

pressupostos metropolitanos, mas que, aos poucos, se auto-reconstruiu com matizes específicas dos povos que compunham aquela população. O autor, que propõe escrever sua obra para defender o Brasil dos agravos feitos contra ele e para restaurar as glórias de Pernambuco, ao fim e ao cabo, acaba dando conta somente da capitania e suas glórias passadas e presentes. O diálogo de Loreto Couto é travado com o Reino e seus componentes, numa tentativa clara de demonstrar que em absolutamente nada, os pernambucanos eram súditos inferiores se comparados aos demais. Embora não explicite, nas entrelinhas da obra de Loreto Couto, podemos perceber sua decepção com o esvaziamento do poder que outrora se havia concedido aos pernambucanos. Para o cronista, tanto a população de Pernambuco de sua época quanto o monarca e seu séqüito governamental, aos poucos, esqueciam do "sangue", das "fazendas" e das "vidas" que os leais súditos da capitania haviam despendido ao longo da ocupação e, sobretudo, da restauração de Pernambuco. Portanto, sua obra se ligava diretamente com a sala do trono.

E se Loreto Couto elenca diversos pernambucanos na construção literária dessa identidade pernambucana, o faz tentando demonstrar que a capitania era berço de músicos, médicos, escritores, artistas, representantes religiosos e militares de grande envergadura e, portanto, se constituía como celeiro de homens bons, reais e fiéis súditos do rei de Portugal. Embora, às vezes, critique certas posições reais, sobretudo no que diz respeito ao certo abandono perpetrado pela Coroa quando da invasão holandesa, tenta inserir a capitania e os seus representantes na órbita do poder real. Na fabricação dessa identidade, o autor considera índios e negros; em relação aos primeiros, busca uma origem nobre para os mesmos; quanto aos negros, os inclui na identidade pernambucana a partir da obras religiosas e militares dos mesmos, portanto, obras que os tornavam virtuosos. E, apesar de Couto escrever sobre sua capitania em momento que os pressupostos referentes à limpeza de sangue e honra passavam por modificações, e aqui me refiro às reformas pombalinas que liquidavam, dentre tantas mudanças, com as diferenças entre cristãos-novos e cristãos-velhos, no ambiente colonial ainda era necessário que se defendessem os pressupostos de limpeza de sangue, cabendo assim, ao cronista, resgatar a imagem das principais famílias pernambucanas.

Em relação à necessidade de ressaltar a pureza das famílias pernambucanas, na obra de Borges da Fonseca encontramos a expressão maior. O genealogista pernambucano, com sua obra, apresenta as principais famílias da capitania, destacando sua origem, seu estabelecimento na região e sua geração de homens fortes e destemidos que defenderam o local contra a "tirania herética" dos holandeses. Nobre consolidado, dono de uma folha de serviços que incluía postos militares e até o cargo de Familiar do Santo Ofício, lamentava por serem "[...] tão escassas as Memórias e tão pobres de notícias os Arquivos e Cartórios que deixem duvidosas algumas das que nos eram precisas dos primeiros homens nobres que vieram a esta capitania [...]".[254] Portanto, a preocupação do genealogista com a necessidade de angariar provas que demonstrassem a linhagem das principais famílias pernambucanas se torna algo importante, uma vez que em sua estadia em Lisboa, o autor acaba se relacionando com expoentes importantes da área dos estudos genealógicos e, assim, retorna a Pernambuco disposto a escrever a história dos principais troncos familiares de sua capitania.

Tanto Borges da Fonseca em Pernambuco quanto Pedro Taques em São Paulo acabam utilizando suas obras genealógicas para desenhar identidades regionais que são compostas por inúmeras famílias de origem nobre que se desenvolveram na Colônia. Diogo Ramada Curto nos lembra que "ao longo do século XVIII, de todas as construções do passado, a genealogia praticada no Brasil revela uma extrema e, talvez, crescente vitalidade. Será necessário recordar que se trata, antes de mais, de um gênero discursivo com fronteiras bem delimitadas, diretamente ligado à definição de grupos e famílias que disputam um lugar no interior de uma sociedade na qual é preponderante o ideal de uma elite alargada".[255]

Pedro Taques, ao traçar a genealogia das principais famílias paulistas, também se preocupava em angariar documentos, sobretudo os cartoriais, que comprovassem a nobreza dos "principais" da capitania. Entretanto, sua extensa obra acaba por entremear o discurso genealógico com outras informações, talvez não comprováveis, que o autor enxerta em seu esquadrinhar dos troncos familiares paulistas. Portanto, mistura-se o gênero genealógico com outras informações que dão conta da história da capitania e de

[254] Borges da Fonseca, Op. Cit, p.5, v.II.
[255] CURTO, Diogo Ramada. *Cultura Imperial e Projetos Coloniais...*p.458.

seu povo, histórias que nem sempre são baseadas em provas documentais confiáveis. Mas, no que diz respeito à genealogia, notamos que Pedro Taques é mais enfático em esconder possíveis ramificações de miscigenação nas famílias paulistas. Ao abordar a história de João Ramalho, por exemplo, relata suas peripécias militares, mas nunca o fato de sua vida ao lado de mulheres indígenas. Desse encontro entre Ramalho e indígenas, sairiam várias famílias da capitania. No entanto, o genealogista ignora esse evento e segue tentando demonstrar a pureza de sangue dos paulistas. Borges da Fonseca, embora timidamente, acaba por assumir que um dos "pais fundadores" de Pernambuco, Jerônimo de Albuquerque, teve filhos e filhas com uma índia, mas lembre-se que para o genealogista tratava-se de uma princesa indígena. Portanto, em nada se arranhava o pressuposto de nobreza das famílias pernambucanas.

Fosse em Pernambuco ou São Paulo, as obras genealógicas acabaram por conceder um matiz de identidade às capitanias. Procurando descartar a presença negra e mulata no arrolar das famílias locais, Borges da Fonseca no Nordeste e Pedro Taques no Sul, trilharam o caminho da genealogia e, sempre que possível, mesmo que estivessem utilizando documentação de fundos arquivísticos, procuraram maquiar a presença da mestiçagem em suas terras. Quando admitiam a presença indígena, buscavam ressaltar a origem nobre dos índios, indo ao passado longínquo para justificar que o indígena descendera de troncos nobres, muitas das vezes, de troncos bíblicos. Ao fim, em momento histórico em que a Coroa revia seus posicionamentos em relação ao trato com o indígena, era mais fácil arrolar esse grupo na fabricação de identidades locais. Muito embora, pela obra do autor, possamos perceber que Pedro Taques seguiu na busca por destacar famílias de origem branca e sem máculas de sangue para a construção de sua identidade paulista.

E se Pedro Taques era inflexível até mesmo em admitir a união de Ramalho com índias, seu primo e amigo Madre de Deus, ao escrever a história da capitania de São Vicente, deixa claro que "perto de Tibiriça morava João Ramalho, aquele português, que aqui chegara muitos anos antes: ele fazia vida marital com uma filha do régulo [...]".[256] Ou seja, desse encontro entre Ramalho e as supostas princesas indígenas sairia o

[256] Madre de Deus, p.132.

embrião para o povoamento da capitania paulista. Mas, Madre de Deus também seguiu com seu apreço pela pureza de sangue e, se admitiu a miscigenação com o indígena, assim como Loreto Couto, tentou minimizar a mistura com negros, muito embora entendamos que ainda que não deixe isso de forma clara, Couto avalia a possibilidade de se retirar a macha de sangue através de obras virtuosas. E quanto a isso o mesmo cita exemplos de negros que souberam ilustrar a escuridade do sangue com obras religiosas e militares em defesa da pátria.

E se era necessário a construção dessa identidade que, por hora ou outra, esbarrava na necessidade de contemplar índios, negros e mestiços, a principal forma de arrolá-los nessa identidade fabricada era considerando os atributos militares dos mesmos. As identidades regionais se fortaleceram com as guerras. E índios, negros e mestiços tiveram papéis fundamentais nesses episódios de defesa da "pátria" e alargamento das fronteiras. Madre de Deus elogia as tropas compostas de mamelucos como bem mais ágeis que as compostas por brancos. Loreto Couto tece elogios sem fim a homens como Henrique Dias e Felipe Camarão, destacando sua agilidade, destemor e fidelidade ao rei de Portugal. Os cronistas do século XVIII, invariavelmente, foram ao período da conquista, da implementação da colonização, buscaram informações sobre as famílias, as batalhas, as contendas com o indígena hostil, as vitórias contra invasores estrangeiros e, por fim, escreveram a história de suas capitanias. Se usaram de fontes históricas, também souberam "dourar a pílula" de forma que exaltassem suas "pátrias", suas gentes, seus feitos e, conseqüentemente, se colocassem no lugar de leais súditos do monarca português, e isso era colocado mesmo os cronistas sabendo que, em distintos momentos, tanto a população de Pernambuco quanto a de São Paulo, deram provas inequívocas de desobediência às ordens emanadas da Coroa.

Por fim, entendemos que o diálogo dos genealogistas e cronistas aqui abordados se tratava com as demais paragens da Colônia, mas, sobretudo com o Reino e, de certa forma, com a Europa. Homens como Madre de Deus e Loreto Couto, na ânsia de construção literária das identidades de suas capitanias, buscaram no conhecimento histórico as bases para ressaltar o que diferenciava suas "pátrias" das demais. Não questionando a autoridade real e a identidade portuguesa, buscando, ao contrário, se inserirem na órbita do poder central, se viram como representantes de um novo campo

letrado que se desenvolvia na Europa e, nas palavras de Íris Kantor delimitava regras "específicas para a constituição do discurso historiográfico, validadas, por sua vez, por uma 'comunidade' ou 'república' de eruditos regida por estatutos próprios".[257] Representantes de academias literárias brasílicas, esses homens buscaram no "passado" os pressupostos para a fabricação das identidades locais e, quase sempre, observaram esse "passado" de forma criteriosa, analisando documentos, entrevistando pessoas e, portanto, procurando fazer uma história que contemplasse a realidade das sociedades em que estavam inseridos. Nem sempre conseguiram construir uma história erudita que demonstrassem a realidade, mas apontaram para o diálogo com as mudanças que ocorriam nas ciências e no conhecimento na Europa.

Em relação às ciências, apesar de considerarmos que esses cronistas e genealogistas estavam menos preocupados em debater com as teorias de classificação da diversidade humana que se desenvolviam na Europa e mais próximos da necessidade de serem reconhecidos pelo Centro enquanto súditos leais e fiéis ao rei de Portugal, não deixamos de entrever que os diferentes tipos humanos e a necessidade de classificar os frutos dos diversos intercursos ocorridos entre essas diversas "raças", se tornou algo importante não somente na Europa do século XVIII, mas também nos espaços coloniais. Por outro lado, numa clara tentativa de conhecer seus domínios ultramarinos e os povos que os compunham, bem como as riquezas naturais oriundas desses espaços, os monarcas europeus se envolveram cada vez mais com os projetos que buscavam esmiuçar as diferentes "nações" que compunham seus vastos impérios. Cronistas como Loreto Couto e Madre de Deus e genealogistas como Borges da Fonseca e Pedro Taques, com suas obras, de certa forma, tentaram apresentar a história e as famílias de suas capitanias, mas também buscaram provar que os habitantes de suas "pátrias" eram valorosos, constantes, fiéis e dignos de serem reconhecidos como tais. Portanto, apresentavam o caráter desses habitantes e defendiam que em nada, os pernambucanos e paulistas, deveriam se sentir inferiores aos demais povos.

Em relação a utilização de conceitos como raça e nação, verificamos que os cronistas abordados nesse trabalho não se aprofundaram nessas discussões. Entretanto,

[257] KANTOR, Íris. *Esquecidos e Renascidos: historiografia Acadêmica Luso-Americana: 1724-1759.* São Paulo: Editora Hucitec, 2004, p.24.

se torna claro que homens como Loreto Couto abordaram a questão da diversidade humana considerando a problemática inerente à cor da pele e dos caracteres físicos. Couto nos lembra que o índio pernambucano não podia ser considerado inferior por conta da cor avermelhada de sua pele. O autor aponta para diversos negros que com atos virtuosos, conseguiram "branquear" sua condição social, embora apresentasse a coloração negra na pele. Ao fim, fica claro que a idéia de raça, muito mais expressa naquele momento pelo conceito nação, surge no ambiente colonial. Esse era o espaço privilegiado para a aplicação das novas teorias de classificação da humanidade. Conceitos como raça e nação se intercambiavam em seus significados nesse momento de mudanças e os cronistas aqui analisados, ora usavam raça para expressar idéia de separação religiosa, ora para expressar diferenças físicas. Os significados dos conceitos aqui debatidos passavam por vicissitudes em relação às suas atribuições originais e, deste modo, não só a Europa, mas os domínios ultramarinos, comungavam dessas mudanças e, portanto, os cronistas aqui analisados, ainda que timidamente, já dialogavam com as modificações pelas quais passavam os significados de conceitos como raça e nação.

Fontes e Bibliografia Citadas

Fontes Primárias

CALADO, Frei Manoel. *O Valeroso Lucideno.* Recife: Editora de Cultura Intelectual de Pernambuco, 1942.

COELHO, Duarte de Albuquerque. *Memórias Diárias da Guerra do Brasil.* Recife: Secretaria do Interior, 1944.

COUTO, Domingos Loreto de. *Desagravos de Brasil e Glórias de Pernambuco.* Recife: Fundação Cultura de Recife, 1981.

DEUS, Gaspar da Madre de. *Memórias para a História da Capitania de São Vicente.* Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora USP, 1975.

FONSECA, Antonio José Victoriano Borges da. *Nobiliarchia Pernambucana.* Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1935.

JABOATÃO, Frei Antônio de Santa Maria. *Novo Orbe Sefárico Brasílico.* 3.ed., 3.vols. Recife: 1979.

LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. *História da Capitania de São Vicente.* São Paulo: Cia. Melhoramentos, 1928.

LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica*.

MELO, Francisco Manoel de. *Restauração de Pernambuco: epanáfora triunfante e outros escritos.* Recife: Secretaria do Interior, 1944.

PITA, Sebastião da Rocha. *História da América Portuguesa: desde o anno de mil quinhentos do seu descobrimento, até o de mil setecentos e vinte e quatro.* 2.ed. Lisboa: Editor Francisco Arthur da Silva, 1880.

VASCONCELOS, Simão. *Crônica da Companhia de Jesus;* introdução de Serafim Leite. Petrópolis: Vozes; Brasília: INL, 3ªed., 1977.

Bibliografia

ABREU, J. Capistrano. *Capítulos de história colonial.* Rio de Janeiro: F. Briguiet, 1934.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino. De Araribóia a Martim Afonso: lideranças indígenas, mestiçagens étnico-culturais e hierarquias sociais na colônia In: VAINFAS, Ronaldo. SANTOS, Georgina & NEVES, Guilherme(organizadores). *Retratos do Império: Trajetórias individuais no mundo português nos séculos XVI a XIX*. Niterói: EdUFF, 2006.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: Reflexiones sobre el origem y la difusión del nacionalismo.* México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1993.

BOXER, Charles R. *O Império Marítimo Português – 1415/1825.* São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BLUTEAU, Rafael. *Vocabulário Portuguez e Latino.* Dicionário disponível no site do IEB/USP.

BRADING, David A. Orbe *indiano: de la monarquia católica a la república criolla: 1492-1867*. México: D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1991.

CANDIDO, Antonio. Literatura de Dois Gumes. In: *A Educação pela Noite & Outros Ensaios.* São Paulo: Editora Ática, 1989.

CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge. *How to Write the History of the New World: Histories, Epistemologies, and Identities in the Eighteenth-Century Atlantic Wolrd.* Stanford/California: Stanford University Press, 2001.

COSTA, Fernando Dores. A nobreza é uma elite militar? O caso Cantanhede-Marialva em 1658-1665 in: MONTEIRO, Nuno & CUNHA, Mafalda Soares (Organizadores) *Optima Pars Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime.* Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

CURTO, Diogo R. Notes à propôs de la Nobiliarquia Paulistana de Pedro Taques. *Arquivo do Centro Cultural C. Gulbenkian.* Paris: Fundação C. Gulbenkian, 2001.

DIAS, Maria O. Aspectos da ilustração no Brasil. *Revista do IHGB*, 278:115-170, 1968.

FIGUEIROA-REGO, João. *Memória Genealógica Familiar: construção, branqueamento e recepção social (Portugal – sécs. XVI a XVIII).* Elaborado no âmbito do projeto PTDC/HAH/64160/2006.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala : formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2004.

GREENE, Jack. P. Reformulating Englishness: Cultural Adaptation and Provinciality in the Construction of Corporate Identity in Colonial British America In: *Almanack Braziliense*. São Paulo: IEB/USP, FORUM, n.04, novembro de 2006, pp.22-36.

____. *The intellectual construction of America: exceptionalism and identity from 1492 to 1800.*Chapel Hill: The University of North Carolina, 1993.

HERNÁNDEZ, Ignácio Atienza. La Construcción de Lo Real. Genealogía, Casa, Linaje y Ciudad: Una Determinada Relación de Parentesco in: *Familia, Parentesco y Linaje.* Universidade de Murcia, 1997, Editora Campo Bell.
HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 3Ed, 1994.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil.* São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUDSON, Nicholas. 'Nation' to 'Race': The Origin of Racial Classification in Eighteenth-Century Thought in *Eighteenth-Century Studies.* The Johns Hopkins University Press, v. 29, n.03, 1996.

KANTOR, Íris. Esquecidos e renascidos: historiografia acadêmica luso-brasileira (1724-1759). São Paulo: Hucitec/Centro de Estudos Baianos/UFBA, 2004.

____. A disputa da América ns historiografia brasílica: D. Domingos Loreto Couto e frei Gaspar da Madre de Deus In: VAINFAS, Ronaldo. SANTOS, Georgina & NEVES, Guilherme(organizadores). *Retratos do Império: Trajetórias individuais no mundo português nos séculos XVI a XIX*. Niterói: EdUFF, 2006.

KIDD, Colin. *British Identities Before Nationalism Ethnicity and Nationhood in the Atlantic World 1600 – 1800.* New York: Cambridge University Press, 1999.

LAFAYE, Jacques.. *Quetzalcoatl y Guadalupe: la formación de la conciencia nacional en México*. 2. ed., 2. reimpr. México: D.F.: Fondo de Cultura Económica,1992.

LAFUENTE, Antonio. Las expediciones cientificas del Setecentos y a nueva relación del cientifico com El Estado. In: *Revista de Índias,* número 180.

MACHADO, Alcântara. *Vida e norte do Bandeirante.* São Paulo/Belo Horizonte: Edusp/ Itatiaia,1980.

MARAVALL, José Antonio. *Poder, Honor y Elites em El Siglo XVII.* Madrid: Siglo XXI, 1989.

MATTOS, Hebe. Henrique Dias: expansão e limites da justiça distributiva no Império Português In: VAINFAS, Ronaldo. SANTOS, Georgina & NEVES,

Guilherme(organizadores). *Retratos do Império: Trajetórias individuais no mundo português nos séculos XVI a XIX*. Niterói: EdUFF, 2006.

MARTÍNEZ, Maria Elena. "Changing Contours: 'Limpieza de Sangre' in the Age of Reason and Reform" in: *Genealogical Fictions: Limpieza de Sangre, Religion, and Gender in Colonial Mexico.* California: Stanford University Press, 2008.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro veio: O Imaginário da Restauração Pernambucana*. Rio de Janeiro: Top Books, 1997.

MONTEIRO, John Manoel. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo.* São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. O 'Ethos' Nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social in: *Almanack Braziliense.* São Paulo: fórum, n.2, novembro de 2005.

OLIVAL, Fernanda. *Honra, Mercê e Venalidade: as Ordens Militares e o Estado Moderno.* Lisboa: Estar, 2001.

PAGDEN, Anthony. Identity Formation in Spanish America. In: CANNY, Nicholas & PAGDEN, Anthony. *Colonial Identity in the Atlantic World, 1500-1800.* Princeton, N.J: Princeton University Press, 1987. 290 p ISBN 0-691-00840-X.

PESSOA, Raimundo Agnelo Soares. *Gente sem Sorte: os mulatos no Brasil Colonial.* Franca: UNESP, 2007, tese de doutorado.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo.* São Paulo: Brasiliense, 2006.

PUNTONI, Pedro. A arte da guerra no Brasil: tecnologia e estratégia militares na expansão da fronteira da América portuguesa (1550-1700) in: CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor & KRAAY, Hendrik (Organizadores). *Nova História Militar Brasileira.* São Paulo: FGV, 2004.

RAMINELLI, Ronald. *Viagens Ultramarinas: monarcas, vassalos e governo a distância.* São Paulo: Alameda, 2008.

RODRIGUES, Jose Honório. *História da história do Brasil – 1ª Parte: historiografia colonial.* Brasília: Ministério da Educação e Cultura: Companhia Editora Nacional/MEC,1979.

ROMEIRO, Adriana. *Paulistas e Emboabas no Coração das Minas: idéias, práticas e imaginário político.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

SILVA, Renan. *Los Ilustrados de Nueva Granada, 1760 – 1808: Genealogía de uma comunidad de interpretación.* Bogotá: Banco de La República, Eafit, 2002.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. Ambivalent Authorities: The African and Afro-Brazilian Contribution to Local Governance In Colonial Brazil In: *The Americas.* Copyright by the Academy Of American Franciscan History, v.57, n.1, pp.13-36.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930.* São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835.* São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SCHWARTZ, Stuart B. The Formation Of a Colonial Identity In Brazil In: CANNY, Nicholas & PAGDEN, Anthony. *Colonial Identity in the Atlantic World, 1500-1800.* Princeton, N.J: Princeton University Press, 1987. 290 p ISBN 0-691-00840-X.

SILVA, Kalina V. Os Henriques nas Vilas Açucareiras do Estado do Brasil: Tropas de Homens Negros em Pernambuco, séculos XVII e XVIII In: *Estudos de História.* Franca: UNESP, v.9, n.2, pp-1-19.

SOUZA, Antônio C. Mello e. *Formação da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007.

SOUZA, Laura de Mello e. Formas Provisórias de Existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações in: NOVAIS, Fernando Antonio (Coordenador geral da Coleção) & SOUZA, Laura de Mello (Organizadora). *História da vida privada no Brasil.* São Paulo: Companhia das letras, 1997.

SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial.* São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

SOUZA, Laura de Mello. *O Sol e a Sombra: Política e Administração na América Portuguesa do Século XVIII.* São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

VAINFAS, Ronaldo. Colonização, miscigenação e questão racial: notas sobre equívocos e tabus da historiografia brasileira In: *Tempo*.Niterói: UFF, v.04, n.08, agosto de 1999, pp.1-12.

VAUGHAN, Alden T. From White Man to Redskin: Changing Anglo-American Perceptions of the American Indian in: *The American Historical Review.* American Historical Association: V.87, n.4, Out 1982.

VIERNA, Angel Guirao. Expediciones cientificas o ciência em lãs expediciones? Tres ejemplos classificadores. In: *Revista de Índia*, número 6.

XAVIER, Ângela Barreto. *A invenção de Goa: Poder Imperial e Conversões Culturais nos séculos XVI e XVII.* Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2008.

XAVIER, Ângela Barreto. "David Contra Golias na Goa Seiscentista e Setecentista. Escrita Identitária e Colonização Interna*"* In: *Ler História.* N.49, 2005, pp.107-143.

WHEELER, Roxann. *The Complexion of Race: Categories of Difference in Eighteenth – Century British Culture.* Philadelphia/Pennsylvania: University of Pennsylvania Press, 2000.

Créditos das Imagens:

Imagem 1: Felipe Camarão. Obra de Victor Meirelles, século XIX.

Imagem 2: Henrique Dias. Obra de Victor Meirelles, século XIX.

Imagem 3: Batalha dos Guararapes, por Victor Meirelles, 1875-1879.

Imagem 4: Mapa de Olinda, de 1650. Autor desconhecido.

Imagem 5: Capa da Edição de *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco*, utilizada nesse trabalho.

Imagem 6: *Nobiliarchia Pernambucana*, de Borges da Fonseca. Os volumes completos se encontram na BN-RJ.

Imagem 7: Letra do Hino do Estado de Pernambuco. Autoria de Oscar Brandão, de 1908.

Imagem 8: Óleo em tela. Fundação da Vila de Santos. Obra de Benedito Calixto.

Imagem 9: João Ramalho imaginado por J.W.Rodrigues.

Imagem 10: Mapa da Capitania de São Vicente.

Imagem 11: uma das edições da obra de Gaspar da Madre de Deus.